



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA  
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS**

**MAYANE SANTOS AMORIM**

**UMA ARQUEOGENEALOGIA DO PROJETO LEIA MULHERES:  
LEITURA, RESISTÊNCIA E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES**

Feira de Santana-BA  
2024

**MAYANE SANTOS AMORIM**

**UMA ARQUEOGENEALOGIA DO PROJETO LEIA MULHERES:  
LEITURA, RESISTÊNCIA E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito para obtenção do título de Doutora em Estudos Linguísticos.

**Orientador(a):** Profa. Dra. Carla Luzia Carneiro Borges

Feira de Santana-BA  
2024

**Ficha catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado - UEFS**

Amorim, Mayane Santos  
A544a Uma arqueologia do projeto Leia Mulheres: leitura, resistência e  
produção de subjetividades/ Mayane Santos Amorim. – 2024.  
179f.: il.

Orientadora: Carla Luzia Carneiro Borges

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Feira de Santana.  
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, 2024.

1. Leitura. 2. Leia Mulher. 3. Análise de discurso. 4. Resistência.  
5. Arqueogenealogia. I. Borges, Carla Luzia Carneiro, orient. II.  
Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU: 801:396

## TERMO DE APROVAÇÃO

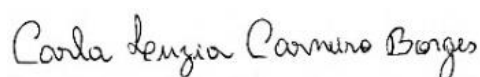
### UMA ARQUEOGENEALOGIA DO PROJETO LEIA MULHERES: LEITURA, RESISTÊNCIA E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES

MAYANE SANTOS AMORIM

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana, Linha de Pesquisa “Práticas Textuais e Discursivas”, como requisito para obtenção do título de Doutora em Estudos Linguísticos.

Aprovação em 27 de maio de 2024.

#### BANCA EXAMINADORA



---

Profa. Dra. Carla Luzia Carneiro Borges – Orientadora  
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)



---

Profa. Dra. Palmira Virginia Bahia Heine Alvarez – Examinadora Interna  
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)



---

Profa. Dra. Úrsula Cunha Anecleto – Examinadora Interna  
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)



---

Profa. Dra. Luzmara Curcino Ferreira – Examinadora Externa  
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)



---

Profa. Dra. Maria Regina Baracuhy Leite – Examinadora Externa  
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Dedico esta pesquisa a todas as mulheres que resistem todos os dias, especialmente minha mãe, com minha admiração, amor e gratidão.

## AGRADECIMENTOS

Esta tese é sobre vencer limites!

É com esse sentimento que eu chego ao final deste trabalho desafiador, árido e extenuante, mas que nem de longe tem a pretensão de ser conclusivo. Mal termino de delimitar o que seria suficiente ou possível para uma tese de doutorado em um momento de turbulências. Em meio ao cansaço, ao desânimo e à falta de sentido, a resistência. Escrever em meio a tudo isso foi um ato de fé. Portanto, agradeço a **Deus**, Senhor da minha vida e Autor da minha história, pois nele vivo, me movo e existo.

À minha **família**, pelo amor e cuidado incondicional. Especialmente, a minha **mãe**, pelas orações incessantes as quais me mantêm de pé, e por estar na essência do meu ser.

Agradeço às minhas **amigas e irmãs** que aguentaram minhas inúmeras angústias no percurso do desenvolvimento desta pesquisa, que oraram por mim, e que sempre tiveram uma palavra de ânimo e fé. Muito obrigada, meninas! **Adenilza, Francieli, Jane, Olívia, Sumaia, Daniela.**

Às minhas companheiras de cafezinho: **Flágila e Reginete**. Obrigada pela amizade construída no MEL/UEFS e pelos encontros acolhedores e revigorantes.

À minha orientadora, **Dra. Carla Luzia**, pela paciência, tolerância e compreensão e por não desistir, mesmo quando eu vencida todos os prazos em relação à orientação. Obrigada!

Aos colegas do **Linsp**, grupo de pesquisa coordenado pelas professoras Dra. Carla Luzia e Dra. Edna Marques. Pró **Edna, Cássia, Vitória e Gustavo** meu abraço de agradecimento pelas leituras e discussões e pelas constantes ocasiões de saber.

Às professoras **Dra. Palmira Heine, Dra. Úrsula Anacleto, Dra. Luzmara Curcino e Dra. Regina Bahacuy** pela leitura atenta da minha tese, por cada palavra e valiosas observações apresentadas na banca de defesa e pela valorização do meu trabalho de pesquisa.

Às meninas que fazem a segurança do prédio da Pós-Graduação em Letras, **Lidiany e Rogéria**, por serem sempre solícitas, pelo cuidado em sempre providenciar uma sala para que eu pudesse estudar e pelas palavras de encorajamento, quando tudo que eu queria era desistir.

À **Sabrina**, secretária da Pós-Graduação em Desenho, pelos cafezinhos às tardes como incentivo à produção.

À **Dona Branca**, pelas conversas no intervalo para o almoço, que me permitiam aliviar o estresse e a tensão.

Aos estudantes, diretores e colegas do **IFBA Campus Santo Amaro**. Especialmente, **a Marcelle, a Luciana, a Marcus, a Rafael e a Jorge** por todo cuidado e apoio.

## RESUMO

Esta tese tem por objetivo geral investigar o modo de constituição do projeto Leia Mulheres, com atenção aos discursos sobre a leitura, sobre a mulher leitora e mulher autora, considerando suas condições de emergência/resistência e suas modalidades do saber (práticas arqueológicas) e do poder (práticas genealógicas). Para tanto, procedemos a uma análise de discursos de e discursos sobre o Leia Mulheres, isto é, os enunciados provenientes das publicações nas redes sociais do grupo Leia Mulheres Feira de Santana e do site do Leia Mulheres (grupo central), como também enunciados sobre o Projeto, provenientes de sua repercussão em outros meios e instituições de sua circulação social, como jornais de circulação nacional e blogs, atentando para as relações de saber/poder que o atravessam. Este estudo ancora-se teórica e metodologicamente na perspectiva dos Estudos Discursivos Foucaultianos, que se pauta no método arqueogenealógico, o qual nos dá o aporte necessário para discutir as relações entre sujeito, discurso, saber e poder e produção de subjetividades, a partir de uma acepção de discurso enquanto prática constituída historicamente. Verificamos que a prática da leitura de textos de autoria feminina, no âmbito do Leia Mulheres, representa um ato de resistência, uma prática de liberdade ética, tendo em vista que, por sua própria condição de discurso, modifica o modo de ser das sujeitas, a forma como fazem a experiência de si mesmas e de como se relacionam com os outros.

**Palavras-chave:** Leitura; Leia Mulheres; Análise de discurso; Resistência; Arqueogenealogia.

## ABSTRACT

The general aim of this thesis is to investigate the way in which the Leia Mulheres project is constituted, with attention to the discourses on reading, women readers and woman authors, considering their conditions of emergence/resistance and their modalities of knowledge (archaeological practices) and power (genealogical practices). To do this, we analyzed the discourses of and discourses about Leia Mulheres, i.e. the statements coming from the publications on the social networks of the Leia Mulheres Feira de Santana group and the Leia Mulheres website (central group), as well as statements about the Project, coming from its repercussions in other media and institutions of its social circulation, such as national newspapers and blogs, paying attention to the relations of knowledge/power that run through it. This study is anchored theoretically and methodologically in the perspective of Foucaultian Discursive Studies, which is based on the archeogenealogical method, which gives us the necessary support to discuss the relationships between subject, discourse, knowledge and power and the production of subjectivities, based on a sense of discourse as a historically constituted practice. We found that the practice of reading texts by women, within the scope of Leia Mulheres, represents an act of resistance, a practice of ethical freedom, given that, by its very nature as a discourse, it modifies the subjects' way of being, the way they experience themselves and how they relate to others.

**Keywords:** Reading; Leia Mulheres; Discourse analysis; Resistance; Archeogenealogy.



## RÉSUMÉ

L'objectif général de cette thèse est d'étudier comment se constitue le projet Leia Mulheres, en mettant l'accent sur les discours sur la lecture, les lectrices et les auteures, en considérant leurs conditions d'émergence/résistance et leurs modalités de connaissance (pratiques archéologiques) et de pouvoir (pratiques généalogiques). Pour ce faire, nous avons analysé les discours de et les discours sur Leia Mulheres, c'est-à-dire les énoncés provenant des publications sur les réseaux sociaux du groupe Leia Mulheres Feira de Santana et du site web Leia Mulheres (groupe central), ainsi que les énoncés sur le Projet, provenant de ses répercussions dans d'autres médias et institutions de sa circulation sociale, tels que les journaux nationaux et les blogs, en prêtant attention aux relations de savoir/pouvoir qui le traversent. Cette étude a été ancrée théoriquement et méthodologiquement dans la perspective des études discursives foucaultianes, basées sur la méthode archéogénéalogique, qui nous fournit le support nécessaire pour discuter des relations entre le sujet, le discours, le savoir et le pouvoir et la production de subjectivités, sur la base d'un sens du discours en tant que pratique historiquement constituée. Nous avons constaté que la pratique de la lecture de textes écrits par des femmes, dans le cadre de Leia Mulheres, représente un acte de résistance, une pratique de liberté éthique, étant donné que, par sa nature même de discours, elle modifie la manière d'être des sujets, la manière dont ils se perçoivent eux-mêmes et la manière dont ils se rapportent aux autres.

**Mots clés :** Lecture; Leia Mulheres; Analyse du Discours; Résistance; Archéogénéalogie.

## **LISTA DE SIGLAS**

|        |   |
|--------|---|
| LM     | Leia Mulheres                             |
| FSA    | Feira de Santana                          |
| LM FSA | Leia Mulheres Feira de Santana            |
| UEFS   | Universidade Estadual de Feira de Santana |

## LISTA DE FIGURAS

|  |     |
|--|-----|
| Figura 01: @revistaazmina.....                                     | 54  |
| Figura 02: @agoraequesaolas_.....                                  | 54  |
| Figura 03: @onumulheresbr.....                                     | 54  |
| Figura 04: Quadro de Anicet Lemonnier (1743-1824).....             | 83  |
| Figura 05: Blog Chico Rei .....                                    | 86  |
| Figura 06: Notícia Jornal A tarde.....                             | 89  |
| Figura 07: Notícia sobre LM Feira de Santana.....                  | 90  |
| Figura 08: Notícia sobre o LM Salvador.....                        | 92  |
| Figura 09: Daniela Arbex: Holocausto brasileiro.....               | 94  |
| Figura 10: Mapa das cidades da Bahia.....                          | 103 |
| Figura 11: Sobre o Leia Mulheres FSA.....                          | 105 |
| Figura 12: Perfil do Leia Mulheres FSA <i>Instagram</i> .....      | 119 |
| Figura 13: <i>Feed</i> Leia Mulheres FSA no <i>Instagram</i> ..... | 120 |
| Figura 14: Indique uma autora.....                                 | 121 |
| Figura 15: Nomes de autoras.....                                   | 122 |
| Figura 16: Empréstimo a sua voz.....                               | 124 |
| Figura 17: Empréstimo a sua voz 1.....                             | 124 |
| Figura 18: Empréstimo a sua voz 2.....                             | 125 |
| Figura 19: Lendo o quê?.....                                       | 126 |
| Figura 20: Exemplos da seção lendo o quê.....                      | 127 |
| Figura 21: Carolina Maria de Jesus: Quarto de Despejo.....         | 132 |
| Figura 22: Conceição Evaristo: Olhos D'água.....                   | 134 |
| Figura 23: Joice Berth: O que é empoderamento?.....                | 135 |
| Figura 24: Djamila Ribeiro: O que é lugar de fala?.....            | 138 |
| Figura 25: Valquíria Lima: À deriva.....                           | 140 |
| Figura 26: Ninguém solta a mão de ninguém.....                     | 141 |
| Figura 27: Lívia Natália: Águas negra e outras água.....           | 142 |
| Figura 28: Alice Walker: A cor púrpura.....                        | 144 |
| Figura 29: bell hooks: O feminismo é para todo mundo.....          | 146 |
| Figura 30: Natalia Borges Polessa: Amora.....                      | 147 |
| Figura 31: Amara Moira: E se eu fosse pura.....                    | 149 |

|   |     |
|---|-----|
| Figura 32: Kabi Nagata: Minha experiência lésbica com a solidão.....          | 151 |
| Figura 33: Brigitte Vasallo: Desafio Poliamoroso .....                        | 152 |
| Figura 34: Una: Desconstruindo Una.....                                       | 154 |
| Figura 35: Rupi Kaur: Outros jeitos de usar a boca.....                       | 155 |
| Figura 36: Maya Angelou: Eu sei por que o pássaro canta na gaiola.....        | 156 |
| Figura 37: Márcia Kambeba: Ay kakyri tama (Eu moro na cidade).....            | 157 |
| Figura 38: Sarau e Oficina.....   | 159 |
| Figura 39: Oficina de escrita criativa.....                                   | 159 |
| Figura 40: A palavra.....   | 161 |
| Figura 41: Marielle Franco.....   | 162 |
| Figura 42: Postagem sobre estupro.....  | 164 |
| Figura 43: Dia Interacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha..... | 166 |
| Figura 44: Ardil.....   | 168 |

## SUMÁRIO

|   |            |
|---|------------|
| <b>1 INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>13</b>  |
| <b>2 MULHER, DISCURSO E SUBJETIVIDADE.....</b>  | <b>27</b>  |
| 2.1 O CONCEITO DE SUBJETIVIDADE EM FOUCAULT.....  | 27         |
| 2.2 A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA SUJEITA MULHER.....  | 31         |
| <b>3 MULHER, FEMINISMOS E LITERATURA: UMA ARQUEOGENEALOGIA..</b>  | <b>41</b>  |
| 3.1 OS FEMINISMOS E AS SUBJETIVIDADES MÓVEIS.....   | 41         |
| 3.2 A LITERATURA DE AUTORIA FEMININA: UMA ESCRITA<br>TRANSGRESSORA.....   | 60         |
| <b>4 PRÁTICAS DE LEITURA E RESISTÊNCIA NO LEIA MULHERES: UMA<br/>ANÁLISE DISCURSIVA.....</b>                        | <b>74</b>  |
| 4.1 A ARQUEOGENEALOGIA DA LEITURA: O PERCURSO METODOLÓGICO<br>DO E SOBRE O LEIA MULHERES.....                       | 74         |
| 4.2 SOBRE O ENUNCIADO LEIA MULHERES: DISCURSO, RESISTÊNCIA E<br>LIBERDADE.....                                      | 76         |
| 4.3 SOBRE O PROJETO LEIA MULHERES E OS ENUNCIADOS QUE O<br>PRODUZEM: ENTRE REGULARIDADES E O ACÚMULO HISTÓRICO..... | 80         |
| 4.3.1 As redes e tramas dos clubes de leitura.....  | 80         |
| 4.3.2 Rastros, vestígios e indícios do Leia Mulheres.....   | 85         |
| <b>5 PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA E DE LIBERDADE NO LEIA MULHERES<br/>FEIRA DE SANTANA.....</b>                          | <b>102</b> |
| 5.1 OS ESPAÇOS E OS CORPOS: A RESISTÊNCIA DE MULHERES<br>INSURGENTES.....   | 112        |
| 5.2 ENTRE IMAGENS E CORES: O CHAMADO VIRTUALIZADO DA<br>RESISTÊNCIA.....  | 118        |
| 5.3 AS ESCOLHAS DAS OBRAS, TEMAS E AUTORIAS: A RESISTÊNCIA DE<br>EXPERIÊNCIAS E HISTÓRIAS.....                      | 129        |
| 5.4 OS DISCURSOS EM REDE: A RESISTÊNCIA VISIBILIZADA NAS TELAS.....   | 157        |
| <b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>170</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>   | <b>174</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Os discursos sobre a leitura, em especial, sobre a leitura de/por mulheres, os modos de ler e os espaços em que aquela prática se desenvolve são múltiplos e variados, desde os mais institucionalizados, como as salas de aula, as bibliotecas, as campanhas de promoção de leitura do governo; aos menos institucionalizados, como as postagens que circulam nas redes sociais de pessoas que postam suas impressões das leituras que fazem. Sendo assim, enquanto prática discursiva, a prática de leitura exige ser pensada na sua diversidade, naquilo que ela atualiza sobre os sujeitos leitores e sujeitas leitoras, suas experiências com a literatura e outras práticas produzidas nos espaços-tempos que os/as constituem.

As práticas de leitura sempre estiveram relacionadas a espaços de prestígio e a um contexto elitista, que remonta as famílias burguesas. Como também, uma prática vinculada a um espaço institucional, academicista, e ainda voltado para determinado grupo, predominantemente masculino. Nesse sentido, as referências a essa prática contribuíram para a reprodução de privilégios, para estabelecer demérito a alguns sujeitos e manter uma categorização social (CURCINO, 2018). Contudo, sempre houve e há práticas de leitura que rompem com esses discursos dominantes, e que irrompem como leituras de resistência, que implementam uma diferente ordem discursiva para a leitura.

Quando analisamos a prática da leitura a partir de um prisma que leva em consideração os aspectos sociais, culturais, políticos e históricos e a emergência de produção dos discursos sobre a leitura, podemos afirmar que esta funciona como um campo de produção de saberes e produção de poderes, como também de constituição de subjetividades.

Nessa perspectiva, nos questionamos: Quem está autorizado/a a ler? Quais as condições para a realização da prática de leitura, em especial, por mulheres? O que lemos? Por que lemos? Quem é visibilizado como leitor/a? Esses questionamentos nos inquietam a investigar, em relação ao presente, às práticas e aos sujeitos, o funcionamento do discurso que responde a uma ordem dada que controla, seleciona, classifica e determina o desenvolvimento de uma prática, no caso prática de leitura, em uma dada época e lugar. Daí termos leituras em série, estratificadas por sexo, idade, temas, áreas de conhecimento, para momentos específicos de nossa vida, enfim, leituras fraturadas e disciplinadas, as que podem ser lidas em determinados espaços e por determinados sujeitos.

Partindo do entendimento de que a história das mulheres no campo da leitura e da escrita não é linear nem evolutiva, mas formada por um conjunto de acontecimentos que emergiram a partir de condições de possibilidade, então nessa história há relações de poder e

de resistência, pois, como nos diz Foucault (2018), onde há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Durante muito tempo o acesso à educação básica pública foi negado às mulheres. No Brasil, somente a partir da Lei Geral<sup>1</sup>, promulgada em 15 de outubro de 1827, as mulheres foram autorizadas a ingressar nos colégios. Naquele contexto, as escolas femininas, além de serem separadas das masculinas, tinham características diferentes. Para as meninas, o foco era prepará-las para cuidar da casa e da família.

Essa disparidade levou a uma desigualdade no desenvolvimento da leitura e da escrita, o que limitou as oportunidades das mulheres e perpetuou a dependência delas em relação aos homens. Ao limitar o acesso das mulheres a esses recursos, os homens mantinham o controle sobre o conhecimento e, por extensão, sobre as mulheres. O domínio do homem sobre a escrita permitiu que eles moldassem narrativas culturais e históricas que perpetuavam estereótipos de gênero. As mulheres eram frequentemente retratadas de forma limitada ou estereotipada, e essas narrativas eram usadas para justificar sua subordinação. As mulheres (mulheres abastadas) que, de alguma forma, rompiam com esta estrutura de dominação, desenvolviam a leitura em segredo, utilizando bibliotecas pessoais ou participando de salões literários.

Nessa perspectiva, havia as leituras destinadas as mulheres, o que elas estavam autorizadas a ler. Então era uma prática que estava sujeita a um controle. As leituras aconselhadas às mulheres eram aquelas que ofereciam modelos de conduta esperados socialmente, obras de moral e religião que aperfeiçoavam o espírito. Nesse sentido, a literatura contribuiu também para endossar e difundir o discurso sobre atributos considerados naturalmente femininos, que excluía, inclusive, a criação literária, uma habilidade tida como essencialmente masculina.

Engajadas na busca por direitos das mulheres na sociedade, entre meados do século XIX e início do século XX, no Brasil, havia mulheres envolvidas na defesa do direito à educação e emancipação feminina, dentre as quais destacamos Júlia Lopes de Almeida, Nísia Floresta, Luciana de Abreu, Maria Lacerda de Moura e Ercília Nogueira Cobra. Suas reivindicações pautavam-se na conquista de direitos e igualdade de gênero. Essas reivindicações são as que moveram e movem as lutas feministas, considerando que o movimento feminista tem por objetivo central direitos equânimes e uma vivência humana por meio do empoderamento feminino, dos direitos das mulheres e da libertação de padrões patriarcais, baseados em normas de gênero.

---

<sup>1</sup> Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim..-15-10-1827.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim..-15-10-1827.htm)

Com o avanço do feminismo e a conquista de novos direitos, as mulheres começaram a acessar e transformar espaços dominados pelos homens. No campo da leitura e da produção literária, essa mudança foi particularmente significativa. Historicamente relegadas a papéis secundários, as mulheres passaram a assumir uma postura ativa como leitoras, e também como autoras e críticas. Assim, as práticas de leitura também foram se atualizando. Diferentes modos e práticas do ato de ler foram sendo desenvolvidas, inclusive pelas mulheres. Nas últimas décadas, observamos uma crescente abertura para a leitura além dos espaços institucionalizados. Esse fenômeno se reflete em diversas iniciativas, como encontros comunitários e grupos de leitura informais, em que pessoas se reúnem para compartilhar experiências literárias. Com suas raízes ligadas aos grupos puritanos de estudos bíblicos e aos salões parisienses dos séculos XVII e XVIII, uma popularização desses espaços tem ocorrido no Brasil sob as mais diversas nomenclaturas: clubes de leitura, círculos de leitura, tertúlias literárias e grupos de leitura.

Pensando nos espaços de leitura exclusivamente voltados para mulheres, temos acompanhado diferentes iniciativas de incentivo dessa prática por parte das mulheres, um exemplo é o Leia Mulheres (LM), clube de leitura destinado a mulheres para lerem mulheres. Cabe questionar a natureza desses espaços, os quais parecem ser um lugar heterotópico por possibilitar experiências plurais, por sujeitas e temporalidades diversas. O fato é que a prática de mulheres lendo mulheres, mobiliza corpos indóceis, reunidos de forma coletiva para ler em grupo de mulheres que estiveram historicamente silenciadas.

O clube foi inspirado em uma campanha proposta pela autora e ilustradora inglesa Joanna Walsh, que lançou no *Twitter* a *hashtag* #readwomen2014<sup>2</sup>, convocando seus seguidores a ampliarem em seu repertório pessoal de leitura o número de livros escritos por mulheres. A partir da *hashtag*, o movimento ganhou força e visibilidade ao redor do mundo, tornando-se um movimento cultural cuja discursividade põe em evidência discursos outros sobre mulheres escritoras e leitoras, o que se contrapõe a um discurso que exclui as mulheres no cenário literário. Como discutiremos mais adiante, as *hashtags* têm um funcionamento histórico de acúmulo (BARACUHY, 2020) de sentidos produzidos coletivamente. Consideramos a *hashtag* do Leia Mulheres como da ordem dos enunciados a serem analisados. Para Foucault, a análise dos enunciados, portanto, “se dirige a formas específicas de acúmulo que não podem identificar-se nem com uma interiorização na forma da lembrança, nem com uma totalização indiferente dos documentos.” (Foucault, 2017a, p. 150).

---

<sup>2</sup> Na **seção 3** discutiremos sobre o movimento feminista nas redes sociais e o papel das *hashtags*.



*#readwoman2014*: uma convocação que nasce da opressão histórica das mulheres e se desdobra no “panóptico da WEB” (GREGOLIN, 2015); uma convocação por igualdade de gênero, na perspectiva de dar visibilidade as vozes femininas já inscritas ou ainda por escrever nas páginas de cada livro; uma convocação para romper com o discurso de inferioridade da intelectualidade feminina, instituir resistência e ampliar os horizontes das leitoras e dos leitores sobre a escrita de autoria feminina.

A partir do movimento nas redes sociais, a *hashtag #readwomen2014* transformou-se em diversos clubes de leitura, espalhados pelo mundo. Há a presença na cidade do Porto, em Portugal; em Zurique, na Suíça e em Berlim; na Alemanha. No Brasil, a iniciativa atingiu muitos municípios espalhados pelos estados brasileiros. São mais de 400 mediadoras, em mais de 100 cidades sobre a nomenclatura de Leia Mulheres. Somente na Bahia, o *Leia Mulheres* está presente em: Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Juazeiro, Riachão do Jacuípe e Valença., esses grupos juntos contam com mais de 6 mil seguidores no *Instagram*. A lista completa com os clubes espalhados pelo Brasil pode ser encontrada no *site* do *Leia Mulheres*<sup>3</sup>. O primeiro clube foi implantado em São Paulo, em março de 2015, quando a consultora de marketing Juliana Gomes, a jornalista Juliana Leuenroth e a transcritora Michelle Henriques deram vida ao Leia Mulheres, realizando o primeiro encontro na capital paulista. No *Instagram* do clube de São Paulo o número de seguidores ultrapassa a marca de 70 mil, e no *Facebook*, 34 mil.

Para o *Leia Mulheres a Internet* é uma grande potencializadora do projeto, pois os grupos mantêm páginas no *Instagram* e *Facebook*, através das quais fomentam ações de divulgação do grupo como *lives*, reuniões virtuais, divulgação de livros, partilha de conteúdo. Durante a pandemia da Covid-19<sup>4</sup>, houve um aumento significativo do uso das redes sociais para realização dos encontros dos clubes Leia Mulheres, o que gerou um maior engajamento e promoveu uma maior participação de pessoas. Além disso, está disponível um aplicativo dedicado para o clube de leitura Leia Mulheres que facilita o acompanhamento das datas dos eventos dos clubes na sua cidade, possibilita ler as resenhas dos livros lidos e receber notificações de novas publicações.

---

<sup>3</sup> <https://leiamulheres.com.br/>

<sup>4</sup> A COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. O primeiro caso da infecção ocorreu na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019. No Brasil, os primeiros casos foram notificados em 2020. Diante da propagação do vírus, a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou pandemia mundial no dia 11 de março de 2020 e instituiu como forma de detenção da propagação do vírus o distanciamento social, que é a paralisação de diversas atividades para limitar o convívio social. Nesse contexto, as atividades virtuais tornaram-se cruciais para o cotidiano das pessoas. Para mais informação sobre a pandemia consultar <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus>

O clube de leitura Leia Mulheres é uma iniciativa que busca promover a leitura de livros escritos por mulheres e incentivar a reflexão sobre a representatividade feminina na literatura. Promovendo esta prática de leitura, está praticando atos de resistência, pois aponta escolhas, objetos, lugares, sujeitos e saberes. A leitura e a literatura como espaços nos quais as mulheres se fortalecem em sua luta coletiva por visibilidade, respeito e reconhecimento. O LM insurge como resistência nos espaços de controle que disseminam discursos normativos, regime de verdades sobre a leitura e os leitores; promove e desestabiliza discursos dominantes sobre as mulheres leitoras e autoras. Ao mesmo tempo, insurge como uma prática discursiva que institui outras subjetividades feminina, tendo em vista que se configura como um campo de saber que também produz subjetivação pela leitura, provocando fissuras nesses espaços tidos como predominantemente masculinos.

A produção de literatura de autoria feminina, em nosso país, como esclarece Schmidt (1995), está centrada, em relação a tradição literária, na ideia de que os homens haviam nascido para criarem enquanto às mulheres tinha sido concedido apenas o dom da procriação. Logo, a criação artística só poderia ser uma atividade masculina. Nesse, sentido, a escrita de autoria feminina foi/é marcada por lutas, enfrentamentos contra uma estrutura dominada por homens, em que as mulheres tem que enfrentar diversas barreiras para se afirmarem como escritoras.

Sob esta ótica, o Leia Mulheres apresenta como um dos seus objetivos fundamentais desconstruir estereótipos de gênero presentes na literatura e garantir que as mulheres tenham a visibilidade que merecem como mulheres que escrevem e leem. Considerando que o campo literário brasileiro é ainda bastante homogêneo, no que diz respeito às questões de gênero, às questões raciais e à classe social, com a representação predominantemente de homens cis, branco e com privilégios, o clube LM tensiona essas desigualdades ao dar destaque e reconhecimento às contribuições femininas para a literatura, estimulando a leitura de livros escritos por mulheres, discutindo essas produções e criando espaços de diálogo que destacam as vozes femininas.

O clube também tem um papel importante na conscientização sobre a diversidade de experiências e perspectivas das mulheres, já que colocam em cena escritoras cis, representantes da comunidade LGBTQIAPN+, mulheres negras, brancas, indígenas, brasileiras e de outras nacionalidades, promovendo a visibilidade de diferentes histórias e reflexões, bem como fortalecendo narrativas outras, a partir de vozes que destoam e causam desconforto nas representações femininas já consagradas na tradição literária. Nessa perspectiva, por seu caráter subversivo, o Leia tem funcionado a partir de um discurso de

resistência e de luta, que revelam as tensões em torno dos limites, dos enfrentamentos e da busca por legitimidade da prática de leitura e da produção literária de autoria feminina.

Segundo Curcino (2018, p.225),

[há] um relativo consenso em torno do prestígio que a prática de leitura dispõe atualmente entre nós e isso é resultado de um processo histórico discursivo peculiar, ao longo do qual se constituíram formas de valoração e de idealização de certos usos e objetos em consonância com o prestígio dos sujeitos que deles se valem. Essa lógica seletiva e hierárquica participa da construção de uma espécie de ‘fantasia’ coletiva do que seja ler e do que é ser leitor, e que nos impõe uma régua um tanto simplista com a qual avaliamos e somos avaliados em relação a essa prática.

É essa lógica que estabelece quem deve ser considerado leitor, aquele que muito lê, que possui muitos livros e frequenta espaços como bibliotecas e livrarias. Dessa forma, quanto mais há uma aproximação dessa “régua” valorativa, mais se vai estabelecendo a representação do leitor e do não-leitor. Assim, sobre o corpo leitor, praticam-se biopolíticas de leitura que ditam regras de conduta para o bom leitor e estabelecem as práticas de controle e interdição para aqueles sujeitos que não se inserem numa ordem de leitura determinada. Farias e Borges (2020, p. 33) formularam a noção de bioleitura<sup>5</sup>, como “a organização dos corpos que leem”, a partir de Michel Foucault, exatamente para dar conta do biopoder exercido sobre o corpo leitor e suas práticas nas escolas e nas mídias. Organizar corpos leitores fortalece o biopoder pela leitura, determinando quem pode ler, como se deve ler, que leituras podem ser feitas, em que lugares. Também estratifica as leituras: leituras para meninas e meninos, para dormir, para fruição, literárias ou não, leituras específicas de cada disciplina e área do saber, entre outras classificações.

Diante dessas considerações, nos propomos a responder às seguintes questões: a) Quais as condições de emergência que possibilitam o surgimento de um clube de leitura que propõe que se leia mulheres? b) Quais relações de saber-poder legitimam os discursos sobre as mulheres leitoras no Leia Mulheres em Feira de Santana? c) Como os discursos em torno dos enunciados legitimam a prática leitora de mulheres? d) Como o Leia mulheres insurge enquanto prática de resistência e enfrentamento das biopolíticas de leitura que insistem em ditar o que a mulher deve ou não ler?

---

<sup>5</sup> Esta noção está melhor desenvolvida na seção 4.2.1.

A hipótese que elencamos para esta pesquisa é a de que o Leia Mulheres se constitui num espaço heterotópico de produção de sujeitas leitoras, atravessado pelas relações de saber/poder, tempo e espaço na dispersão histórica, considerando que a escolha das leituras, das temáticas e dos sujeitos está inserida em acontecimentos e momentos históricos específicos que exigem condutas específicas. As práticas de leitura, no âmbito do LM, funcionam tanto como controle do corpo leitor e da produção de saber, como também enquanto prática de liberdade, sendo espaço de resistência ao dispositivo de poder, e suas práticas discursivas de leitura produzem subjetividades na medida em que materializam sentidos sobre sujeito-leitor.

Com base nas questões levantadas e na hipótese apresentada, o objetivo geral da pesquisa é fazer uma arqueogenealogia do Leia Mulheres Feira de Santana, com atenção aos discursos sobre a leitura, sobre a mulher leitora e autora, considerando suas condições de emergência/resistência e suas modalidades do saber (práticas arqueológicas) e do poder (práticas genealógicas). Como objetivos específicos, definimos: a) Discutir as regularidades discursivas que caracterizam as práticas de leitura no Leia Mulheres; b) Analisar as modalidades de saber/poder que caracterizam o Leia Mulheres Feira de Santana como um espaço heterotópico de controle e de resistência. c) Analisar como as práticas de leitura constituem as leitoras em sujeitas éticas no clube Leia Mulheres Feira de Santana.

A tese que sustentamos é a de que a prática da leitura de textos de autoria feminina, no âmbito do Leia Mulheres, representa um ato de resistência nos espaços de controle que disseminam discursos normativos, regime de verdades sobre a leitura e os leitores, uma prática de liberdade ética, tendo em vista que, por sua própria condição de discurso, modifica o modo de ser das sujeitas, a forma como fazem a experiência de si mesmas e de como se relacionam com os outros.

As questões que movem esta pesquisa não estavam dadas já de início e, tampouco, foi constituída em função de uma objetividade absoluta. Foi no transcorrer do Curso de Doutorado, a partir das leituras e discussões desenvolvidas no âmbito do grupo de pesquisa Linguagem, Sociedade e Produção de Discursos (LINSPI), coordenado pela professora Carla Luzia (minha orientadora), em que acompanhei as pesquisas desenvolvidas pelos participantes do grupo que, gradualmente, pude construir a problemática de pesquisa apresentada nesta tese. Problemática essa que foi duplamente condicionada: primeiro, pelos rumos de minha formação acadêmica e pelos interesses que desenvolvi nas atividades de professora e pesquisadora e, por outro lado, pelo conhecimento, ainda que iniciais, de alguns elementos teóricos e metodológicos que me pareceram adequados, quando busquei aproximá-los daquilo que inicialmente era apenas um ponto de partida — a temática da leitura e dos sujeitos leitores.

A participação nessas atividades de ensino e pesquisa me permitiu aprofundar reflexões que me acompanhavam há algum tempo, ao mesmo tempo em que essas reflexões tomaram outros rumos, principalmente com o estudo das formulações teóricas de Michel Foucault. Assim, coloco-me a problematizar a leitura de mulheres como uma prática discursiva de resistência e liberdade e, conseqüentemente, de produção de discursos sobre a mulher leitora e escritora. De acordo com Borges (2020, p. 53-54), um dos objetivos ao pensar práticas de leitura de mulheres no Leia Mulheres é “[...] agrupar discursos de leitura que tomem a mulher como central neste debate. [...] A história, exatamente em sua deslinearidade, vai possibilitar a insurreição de um movimento de leitura que apresenta outros sujeitos no palco[...]”.

O objetivo geral das pesquisas desenvolvidas pelo grupo de pesquisa LINSF é o fortalecimento do debate acerca da linguagem em sua natureza discursiva, especificamente, questões relacionadas às modalidades de saber-poder em práticas de leitura, desenvolvendo estudos das práticas discursivas que tematizam a produção de subjetividades, a relação linguagem/leitura/letramento, sujeito, corpo, discurso e poder.

Nesse sentido, nossa pesquisa, alicerçada no âmbito dos Estudos Discursivos Foucaultianos, constitui-se em mais uma pesquisa do LINSF que se propõe a compreender o sujeito e as relações de saber-poder e poderá apresentar contribuições nos debates apresentados pelo LINSF, por abordar uma temática de relevância social, bem como por discutir questões relacionadas às sujeitas mulheres, auxiliando-nos a pensar sobre as práticas discursivas, no caso específico do nosso estudo, práticas de leituras desenvolvidas por um coletivo de mulheres, que promovem resistência e liberdade.

Com esse entendimento, nos valemos teórica e metodologicamente dos estudos desenvolvidos por Michel Foucault com o propósito de entender o funcionamento discursivo do Leia Mulheres e os as práticas de leituras desenvolvidas pelas mulheres no clube. De acordo com Sargentini (2015, p. 21), “[...] Foucault é o investidor “*do modo como*”. Isto é, na perspectiva daquele teórico, devemos olhar para os enunciados sobre a leitura e tratá-los dentro do jogo em suas determinadas instâncias de funcionamento. Analisarmos como as práticas de leitura são produzidas, e como funciona a construção de uma discursividade, constituída por formas de poder e saber, sobre a leitura e sobre as mulheres leitoras. Entendemos, deste modo, a dispersão dos discursos e como eles são criados a partir da possibilidade de emergência em uma dispersão temporal.

Foucault, ao ser questionado sobre de qual lugar ele enunciava (se em uma posição de historiador, sociólogo, filósofo) afirma que ele é um pirotécnico (pequenas explosões em vários campos do saber). Isso significa que ele acreditava que uma teoria não deve servir para levantar

muros, delimitar espaços, mas fazer “caírem os muros”. É justamente nesse entendimento que nos centramos na tentativa de avançarmos nas discussões sobre a prática de leitura de mulheres no *Leia Mulheres*, em uma perspectiva de diagnosticar o presente, praticando uma arqueogenealogia enquanto lemos o mundo e a nós mesmos.

Ao buscar descrever as práticas discursivas de uma sociedade, em uma dada época, Foucault (2017a) se propõe a fazê-lo a partir de um princípio teórico-metodológico para compreender como determinados enunciados emergiram e não outros em seu lugar. Para isso, ele toma como procedimento de análise a própria análise do discurso, em sua dispersão histórica, que descreve e procura compreender esses enunciados materializados no interior de formações discursivas e que mantêm relações com outros já produzidos de forma não-linear, não individualizada. Assim, a metodologia foucaultiana de análise dos discursos mobiliza uma rede de elementos que se relacionam por movimentos descontínuos de repetição, contradição, acúmulo, raridade, transformações.

Esse método Foucaultiano de pensar o discurso nos instiga a ler os espaços, os sujeitos, a história e os acontecimentos na descontinuidade. Gregolin (2015, p. 9) afirma que:

[...] se a *arqueologia* tem como objetivo descrever as regras que regem as práticas discursivas que produzem sujeitos por meio dos saberes, a *genealogia do poder* propõe diagnosticar e compreender a racionalidade das práticas sociais que nos subjetivaram pelos seus efeitos e nos objetivaram pelas suas tecnologias, e a *genealogia da ética* busca problematizar as práticas de si e os processos de subjetivação que ligam o sujeito à verdade. Esses três momentos do percurso arqueogenealógico de Michel Foucault – situado entre os anos de 1960 a 1984 – são atravessados e sustentados por uma teoria do discurso.

A arqueogenealogia, assumida nesse estudo como um modo de diagnosticar o presente, é uma metodologia que mescla aspectos das três dimensões da abordagem foucaultinana, a saber: a arqueologia que visa “descrever as regras que regem as práticas discursivas que produzem sujeitos por meio dos saberes”. A fase conhecida como a genealogia do poder cujo objetivo é “diagnosticar e compreender a racionalidade das práticas sociais que nos subjetivaram pelos seus efeitos e nos objetivaram pelas suas tecnologias”. E a genealogia da ética que visa “problematizar as práticas de si e os processos de governamentalidade que ligam o sujeito à verdade” (GREGOLIN (2015, p. 193). Falar de dimensões da abordagem foucaultiana acusa um modo de ver o trabalho do filósofo pirotécnico não fragmentado, mas em sua descontinuidade constitutiva.

Para Navarro (2020, p.12), arqueogenealogia instituída por Michel Foucault se constitui, concomitantemente, método e metodologia em vias de escavar, ao nível mais

elementar, os jogos de saberes e poderes que cruzam sociedades e sujeitos, de forma que “a história serial faz sucumbir as continuidades e emergir as dispersões de sujeito”. Fazer uma arqueogenealogia, em nossa pesquisa, significa tanto trazer à superfície os saberes produzidos nas práticas de leitura, quanto descrever o exercício de poder, como práticas que se atravessam e que objetivam e subjetivam as sujeitas leitoras e, a partir dessa relação, discutir as formas de resistência de que essas sujeitas lançam mão para construir e fortalecer suas subjetividades sob as condições históricas específicas a partir do Leia Mulheres.

A justificativa da opção metodológica se deu, então, pelo fato de que precisávamos desse método de análise que “escava” da história as condições de emergência dos discursos, a sua capacidade de circulação e a sua possibilidade de transformação. Navarro (2020, p. 13) afirma que “uma das tarefas do tipo de análise de discursos que empreendemos é fazer emergir os diversos núcleos de poder, nos quais estão incluídos os homens simples. As descrições enunciativas voltam-se, assim, para práticas discursivas cotidianas”.

Na delimitação do corpus desta pesquisa, percebemos que o clube de leitura Leia Mulheres é um projeto desenvolvido em várias regiões do Brasil, em diversos estados como: Bahia, São paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, entre outros. Ao fazer um mapeamento da presença do clube nas redes sociais, verificamos que o *Instagram* abarca um maior número de páginas do Leia Mulheres. Na comando de busca, constatamos mais de 50 páginas. A princípio, intentamos fazer uma cartografia discursiva no estado da Bahia, percorrendo os grupos do Leia Mulheres nesse Estado, buscando identificar a constituição do projeto em cada cidade, bem como suas características e especificidades, analisando as regularidades discursivas acerca da concepção de leitura, literatura e autoria feminina. Além disso, elaborar uma cartografia discursiva do Lei Mulheres na Bahia, a partir do levantamento das postagens realizadas e dos enunciados produzidos por cada clube na sua página do *Instagram*, sobretudo as indicações das obras lidas. No entanto, por questões que se colocaram acima do desenvolvimento desta pesquisa, revemos o nosso *corpus* de estudo e, assim, selecionamos apenas um núcleo do LM na Bahia, a saber: o Leia Mulheres Feira de Santana (LM FSA).

A escolha do clube de leitura Leia Mulheres deve-se ao fato de entendermos que este, em sua condição de emergência, vincula-se as lutas feministas e ao ciberfeminismo, o qual corresponde ao atual processo de mobilização política das feministas por meio das novas tecnologias de digitais e da *internet*, o que perpassa por uma cultura da virtualidade dada por um sistema de mídia onipresente, organizada em redes. Essas redes vão além de espaços de disseminação de informação, demarcam um novo tipo de organização política, a qual

oportuniza uma nova ordem discursiva. É exatamente nesse espaço virtualizado que o LM se institui, tendo em vista que a sua origem se deu a partir de uma postagem na rede social *Twitter* e, por hoje, os grupos manterem registros em redes sociais, como *Facebook* e *Instagram* sobre as atividades do clube. A escolha também se justifica, porque, enquanto espaço de produção de discursos, seu funcionamento e condições de existência, coloca em evidência narrativas de “mulheres que contam mulheres, num movimento de praticar a si, em seus saberes e possibilidades de enfrentamento num espaço dado aos homens hegemonicamente” (Borges, 2020, p.61), e propaga novos saberes sobre a mulher e sobre a literatura de autoria feminina, na medida em que confronta o poder de uma ordem dos discursos que silencia e apaga as mulheres leitoras e autoras. Quanto a escolha do Leia Mulheres Feira de Santana como foco central de análise, justifica-se por ser a cidade na qual nasci e resido e também onde está localizada a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) na qual minha pesquisa está sendo desenvolvida. A UEFS tem uma presença importante na cidade, com cursos e projetos na área de Letras e Educação, os quais têm tido impacto na formação de leitores em outros espaços. Há participantes do Leia Mulheres que já estudaram/ainda estudam na instituição, sendo importante destacar que a rede de saberes produzidos na cidade acerca do feminismo e de práticas leitoras inclui todo este universo de relações e de eventos de letramento.

A partir da seleção da cidade de Feira de Santana, coletamos 167 postagens do *Instagram* do Leia Mulheres FSA, publicadas entre 2017 e 2023. Destas postagens, 57 correspondem a fotos dos encontros realizados, as quais foram descartadas das análises, considerando as observações do Comitê de Ética da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) ao qual esta pesquisa foi submetida; 10 postagens estavam relacionadas aos comunicados sobre adiamento de algum encontro e sobre pausas nos encontros presenciais. Levando em consideração as regularidades e singularidades dos enunciados, selecionamos como materialidade para análise um total de 35 postagens. Somem-se a estes dados, 9 enunciados retirados de sites e *blogs*. Assim, na totalidade temos 44 materialidades de análise.

Além dessa seleção sobre a qual empenharemos mais detalhadamente nossa investigação, também selecionamos para análise **discursos de** e **discursos sobre** o Leia Mulheres; isto é; os enunciados provenientes do site do Leia Mulheres<sup>6</sup> e de entrevistas,

---

<sup>6</sup> O Leia Mulheres São Paulo foi o primeiro grupo a ser implementado no Brasil, tornando-se o responsável pela oficialização dos demais grupos espalhados pelos estados brasileiros. Para que haja a implementação de um novo



produzidas pelas integrantes que conceberam o projeto, e também por mulheres que participam de algum núcleo do LM e que estão implicadas, imbuídas em compartilhá-lo; também agregamos enunciados sobre o projeto, provenientes de sua repercussão em outros meios e instituições, de sua circulação social, que o citam, que o divulgam, que o elogiam ou que o criticam, por parte de enunciadores que não têm implicação ou envolvimento direto com o projeto, como jornais de circulação nacional e *blogs*. Ao levantar estes dados, não pretendemos analisar tudo o que é dito sobre o assunto, mas observar como os discursos, que circulam em diferentes instâncias, legitimam ou não as práticas de leituras de mulheres, dão visibilidade a literatura de autoria feminina, e constituem uma rede que faz circular enunciados sobre a leitura, a mulher e a sujeita-leitora.

Situar a prática de leitura desenvolvida por mulheres no Projeto Leia mulheres no campo dos Estudos Discursivos Foucaultianos é reconhecer que a sua prática é eminentemente um campo de disputas, de lutas pela hegemonia, de atividades que permite novas possibilidades. É, portanto, um campo não suturado, mas atravessado por relações de saber-poder, cuja natureza a análise discursiva pode ajudar a investigar. Desse modo, a abordagem da prática de leitura de mulheres nesta perspectiva discursiva é de grande relevância por tematizar este lugar das mulheres leitoras como um contraponto aos modelos estereotipados. Diante dessas considerações, esta pesquisa sustenta-se pelas seguintes justificativas:

- (i) possibilita dar maior visibilidade às lutas feministas na implementação de práticas discursivas que produzem novas subjetividades para as mulheres,
- (ii) fortalece os Estudos Discursivos Foucaultianos no que tange ao debate acerca da leitura como diagnóstico do presente e de quem somos nós hoje.
- (iii) potencializa o debate acerca dos caminhos para a análise de biopolíticas de leituras, na perspectiva dos Estudos Discursivos Foucaultianos.

Analisar discursos sobre a leitura e sobre as mulheres leitoras em uma perspectiva histórico-discursiva justifica-se, também, por propor olhar para as materialidades discursivas não apenas em relação às construções linguísticas, pois toma a noção de enunciado em Foucault, a qual diz respeito acima de tudo ao funcionamento das estruturas produzidas, em uma perspectiva histórica, que possibilita que um mesmo enunciado posto em funcionamento, em diferentes ordens do discurso, produza sentidos bem distintos, ou enunciados materialmente bem diferentes apresentem semelhanças na ordem dos sentidos, o que revela que esses sentidos

---

grupo Leia Mulheres em alguma cidade, é preciso ter a autorização e seguir as orientações das mediadoras do núcleo de São Paulo.

não são intrínsecos à palavra em sua dimensão formal, mas dependem das condições de sua emergência, do seu aparecimento ou apagamento.

Resta-nos esclarecer que esta tese está estruturada em cinco seções, sendo esta introdução a primeira seção. Na segunda seção, intitulada **Mulher, discurso e subjetividade**, apresentamos o conceito de subjetividade empreendido por Michel Foucault em seus estudos sobre a relação do sujeito com os discursos em uma dada conjuntura histórica. A noção de subjetividade está posta para explicar como pela leitura e autoria do texto literário a mulher produz a si e às outras mulheres, na luta histórica por reconhecimento de seu valor enquanto sujeito que lê e escreve. Apresentamos também uma discussão sobre a construção do lugar da mulher a “serviço do homem”, para refletirmos sobre o patriarcalismo e o machismo na nossa sociedade.

Na terceira seção, **Mulher, feminismos e literatura: uma arqueogenealogia**, estabelecermos uma visão geral a respeito da história da mulher, a partir das lutas feministas, com vistas a dar relevo às condições históricas que propiciaram a emergência de discursos de resistência e liberdade sobre as mulheres. Também traçamos um percurso histórico sobre a escrita literária feminina e a insurgência de uma literatura menor, a partir das discussões de Deleuze e Guattari (2012).

Na quarta seção, **Literatura e resistência no Leia Mulheres: uma leitura discursiva**, mobilizamos uma importante noção foucaultiana que é a de enunciado, a qual nos ajuda muito a entender o funcionamento discursivo dos anúncios e indicações de leitura em destaque no Leia Mulheres. A noção de enunciado possibilita descrever o funcionamento dos discursos e sua relação com os modos de se exercer poder pela leitura, bem como sua relação com as práticas de resistência e produção de subjetividades leitoras.

Na quinta seção, **Práticas de resistência e de liberdade no Leia Mulheres Feira de Santana**, apresentamos a análise das postagens produzidas pelas leitoras no *Instagram*, levando em consideração a discursivização da leitura, da mulher e da literatura de autoria feminina na heterotopia da WEB. Buscamos analisar também como o Leia Mulheres se constitui como uma prática de resistência e liberdade, frente aos discursos machistas, misógina e sexistas que normalizam e naturaliza a opressão feminina.

Nas **considerações finais**, destacamos que o Leia Mulheres funciona ao mesmo tempo como um espaço de denúncia ao fato de que ao longo da história publicou-se menos livros produzidos por mulheres, houve menos visibilidade e reconhecimento das mulheres autoras e leitoras, mas também como um convite para o reconhecimento do protagonismo das mulheres leitoras e escritoras, nesse sentido, o LM é uma prática de leitura revolucionária e criativa, no

próprio espaço controlado e normalizado da leitura e dos leitores, dando visibilidade a corpos sujeitos historicamente, mas que, em sua insurgência, produz o necessário ao enfrentamento de todo processo de controle e de interdição. Flagramos a emergência de um acontecimento discursivo, um acontecimento historicamente singular, que se destaca em um campo amplo de lutas cotidiana da mulher por reconhecimento e visibilidade na sociedade. Através da prática de leitura e da escrita, as mulheres conectam-se a devires que levam a novas formas de vida e eventos históricos; por meio das fissuras, vão constituindo subjetividades outras, vão realizando práticas de resistência e de liberdade. Diante disso, com este estudo esperamos contribuir para uma maior visibilidade das vozes das mulheres, não só no campo da literatura, mas na sociedade em geral.

## 2 MULHER, DISCURSO E SUBJETIVIDADE

Essa seção apresenta conceitos importantes que estão na base do Projeto Leia mulheres, enquanto prática discursiva de resistência. A noção de subjetividade está posta para explicar como pela leitura e autoria do texto literário a mulher produz a si e às outras, na luta histórica por reconhecimento de seu valor enquanto sujeito que lê, escreve, se posiciona, luta. Partimos de obras foucaultianas e autores seguidores de Michel Foucault para compreender o movimento de produção de subjetividade.

### 2.1 O CONCEITO DE SUBJETIVIDADE EM FOUCAULT

A questão do sujeito e sua relação intrínseca com o discurso sempre foi uma questão central nas discussões promovidas por Michel Foucault, bem como a relação entre sujeito e o desenvolvimento da filosofia, da história e das ciências humanas. Foucault (2010a, p. 231) chama de “modos de objetificação” os processos através dos quais os seres humanos se tornam sujeitos, vejamos: O primeiro modo é a emergência do sujeito por meio das práticas sociais presente na fase arqueológica dos seus estudos. O segundo modo, a emergência do sujeito como “práticas divisoras”, o que resulta em seus estudos sobre a segregação social dos loucos, prisioneiros etc. da parcela dita sã da sociedade. Sua fase genealógica refere-se a essas práticas divisoras que examinam as formas em que as instituições objetificam o sujeito. O terceiro modo trata da emergência do sujeito nas práticas de si, ou seja, uma análise de como os indivíduos se transformam em sujeito. Foucault realça esse modo de objetificação em seu trabalho sobre as práticas de si. É no terceiro modo de objetificação que manteremos nosso enfoque.

Ao longo dos seus estudos, ele estabelece uma história da subjetividade indagando a respeito das práticas pelas quais nos tornamos sujeitos, práticas de si, a partir de inúmeras reflexões teóricas. Em sua obra *A Hermenêutica do Sujeito* (2019) - Curso dado no Collège de France 1981-1982 – estabelece uma relação entre sujeito e verdade. De acordo com o filósofo, através dos saberes constituídos na sociedade é que se dá o processo de produção de subjetividade dos sujeitos; isto é; os modos pelos quais nos constituímos sujeitos desenvolvem-se historicamente como *práticas de si* que se consolidam dentro de práticas discursivas (saber) e práticas de poder. Foucault explica que “[...] essas práticas não são, entretanto, alguma coisa que o próprio indivíduo invente. São esquemas que ele encontra em sua cultura e que lhe são propostos, sugeridos, impostos por sua cultura, sua sociedade e seu grupo social” (FOUCAULT, 2004, p 276).

Nessa perspectiva, os discursos e narrativas que circulam na sociedade têm um papel fundamental na formação das representações individuais e coletivas dos sujeitos. São as práticas discursivas de um dado momento histórico que legitimam e dão visibilidade a dados saberes constituídos. Considerando que os saberes estão em constante movimento, o que contrapõe a ideia de um saber único e absoluto. Da mesma forma, a subjetividade é uma construção, está sempre em movimento e é constituída pelos discursos de uma dada conjuntura histórica. A filósofa francesa Judith Revel, especialista nos estudos foucaultianos, ao compilar alguns conceitos essenciais deste autor, apresenta a noção de sujeito de Foucault, o qual afirma que

[...] no curso de sua história, os homens jamais cessaram de se construir, isto é, de deslocar continuamente sua subjetividade, de se constituir numa série infinita e múltipla de subjetividades diferentes, que jamais terão fim e que não nos colocam jamais diante de alguma coisa que seria o homem. (REVEL, 2005, p. 85).

Para Foucault, o sujeito é uma forma histórica, constituído a partir dos discursos que o atravessam, assim, ao transitar pelos saberes que lhes são apresentados, vai desenvolvendo sua subjetividade. Nesse sentido, o sujeito nunca será soberano e transcendental, visto que está em contínuo processo de construção, de transformação que nunca findará.

Nessa linha, Foucault (2016a, p. 12) indaga: “a partir do momento em que, numa cultura, há um discurso verdadeiro sobre o sujeito, que experiência o sujeito faz de si mesmo e que relação o sujeito tem a respeito de si mesmo em função dessa existência de fato de um discurso verdadeiro sobre ele?”. Para dar conta desse questionamento, ele vai se debruçar sobre a constituição do sujeito ético, a constituição da verdade e a produção de subjetividades como prática de liberdade. Assim, constitui a sexualidade como campo de estudo, “[...] tomando o exemplo do comportamento sexual e da história moral sexual, procurei ver como e através de que formas concretas de relação consigo o indivíduo havia sido chamado a se constituir como sujeito moral da conduta sexual. (FOUCAULT, 2010b, p. 6). A sexualidade interessa por ser uma forma do indivíduo experimentar sua subjetivação como ser do desejo. A sexualidade como experiência abarcará tanto uma consciência moral e um zelo ético quanto as técnicas e práticas que o indivíduo aplica sobre si mesmo.

De acordo com Foucault (2017b), a moral está relacionada a um “código” ou “à moralidade de comportamentos” impostos aos indivíduos. A ética aparece como uma prática moral: a da relação do indivíduo consigo mesmo, da constituição das subjetivações. Foucault liga quatro aspectos (ou estruturas) para análise da sua “ética”: 1) a determinação da substância ética, como o sujeito se constitui como matéria principal de sua conduta moral; 2) modos de

sujeição, como o sujeito está ligado a uma regra e se reconhece na obrigação de praticá-la, que regras são seguidas e por quê?; 3) trabalho ético, transformação de si mesmo, ou seja, como “o sujeito se transforma em sujeito moral da sua própria conduta”; 4) teleologia do sujeito moral, procura do ser ao qual aspiramos ao nos sujeitarmos diante da moral. (FOUCAULT, 2017b, p. 33-35). A conduta moral envolve esses quatro aspectos, em que o sujeito ético trabalha em si mesmo.

A ética refere-se a uma prática do *éthos*, a uma maneira de ser e de conduzir-se, apresentando, como condição ontológica, a liberdade (FOUCAULT, 2004, p. 267). A ética, como prática de liberdade, gira em torno do cuidado de si, uma vez que “para se conduzir bem, para praticar adequadamente a liberdade, era necessário se ocupar de si mesmo, cuidar de si” (FOUCAULT, 2004, p. 268). Esse cuidado de si relaciona-se com o cuidado com o outro. As técnicas de si são, portanto, relativas ao eu em um contexto social. O cuidado de si (*epimélea heautoû*) resulta na escolha de um modo de vida, apresentando como princípio a máxima “conhece-te a ti mesmo” (*gnôthi seautón*). Portanto, para cuidar de si é preciso ocupar-se de si mesmo, preocupar-se consigo (FOUCAULT, 2019). Esse foco no conhece-te a ti mesmo se intensificou “[...] colocando a evidência da existência própria do sujeito no princípio do acesso ao ser [e fazendo] do ‘conhece-te a ti mesmo’ um acesso fundamental à verdade.” (FOUCAULT, 2019, p. 15). Sem a verdade e sem o conhecimento fica difícil ser sujeito moral.

Essa necessidade de cuidar-se, de se conhecer, ser sujeito moral e ético são condições necessárias para que os indivíduos possam se relacionar consigo mesmo, e está atrelada a uma prática de governamentalidade. De acordo com Foucault, a governamentalidade é um

conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. (FOUCAULT, 2008a, p. 143-144, grifos do autor).

Nesse entendimento, governamentalidade foi um conceito que implicou um olhar mais refinado de pensar a realidade presente nos procedimentos de governo dos corpos, concomitantemente na individualidade (disciplina) e na totalidade (biopolítica), em que o governo das condutas se daria não apenas pelo Estado, mas também pelas famílias, pela escola,

pelo trabalho, pelos amigos, por diversas instâncias, em uma complexa e dinâmica rede de relações de saber-poder-subjetivação, formando um dispositivo político e histórico. Esse governamentalização diz respeito à submissão do indivíduo por mecanismos de poder que se ancoram em uma verdade.

Os discursos que transpassam o sujeito estão indissociavelmente ligados aos saberes, aos poderes e a ética. Na perspectiva desse filósofo, há uma aproximação entre o saber e o poder que precisa ser entendida a partir das táticas e estratégias de poder, ou seja, em um caminho inverso ao discurso tradicional sobre o poder. Segundo Foucault, o poder está embutido nas relações e práticas sociais criadas historicamente e da mesma forma resulta dessas interações, daí seu caráter intersubjetivo. “O poder está em toda a parte; não que englobe tudo, e sim porque provém de todos os lugares [...], o poder não é uma instituição e não é uma estrutura” (FOUCAULT, 2022, p. 101), ou seja, o poder não possui, assim, uma identidade própria, unitária e transcendente, mas está distribuído em toda a estrutura social e é sempre produzido, socialmente; isso significa que as formas de organização social, cultural ou política estão atravessadas por relações de poder.

Sob esse viés, o sujeito é constituído pelas relações de poder que constroem sua percepção da realidade, haja vista que a realidade é uma construção discursiva. Ou seja, o sujeito é atravessado por relações de poder, porém ele não é a origem dessas relações, considerando que elas existem de forma microfísica, na dispersão. Ele é constituído pelo conhecimento, é fruto de uma conjuntura de estratégias de poder. O poder não está, pois, fora do discurso. O poder é produzido através de práticas discursivas, ou seja, através da linguagem e do conhecimento que produzimos e compartilhamos, e funciona através do discurso, porque o discurso é, ele mesmo, um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder. (FOUCAULT, 2018). Nesse contexto, ele nos direciona para pensarmos o poder inserido nas relações entre sujeitos, espalhado no tecido social, a partir dos dispositivos.

O dispositivo, nas palavras de Foucault (2018, p. 364), corresponde a um conjunto de elementos heterogêneos entre si, discursivos e não-discursivos, pois podem abranger discursos, instituições, leis e enunciados científicos. “Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.”, isto é, nele estão presentes os discursos, as práticas e os saberes; e opera na aceitação e constituição dos sujeitos, das nossas práticas e de como devemos nos organizar socialmente. Agamben (2009, p.40), por sua vez, vai definir o dispositivo como “[...] qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos”. É ele que mantém sob

controle a vida das pessoas, a construção da subjetividade no decorrer da vida, e estabelece disciplinas dos corpos, e está na vigilância dos sujeitos nas suas diversas relações sociais: na família, na educação, nas relações trabalhistas etc. O sujeito, pois, desenvolve sua subjetividade a partir de um determinado estrato histórico, um dado momento da existência humana, a partir das relações que estabelece com a verdade que se apresenta para ele.

Há uma infinidade de discursos, produzidos historicamente, fundamentados em saberes que demarcam os corpos, os sexos, os gêneros. Em relação ao que é ser homem ou ser mulher, há saberes que determinam como devem ser os comportamentos da figura masculina e da feminina na sociedade. São enunciados de verdades que classificam, ordenam, constroem as desigualdades na disposição dos corpos e naturalizam o discurso da superioridade dos homens em relação às mulheres. Mas Foucault também enfatiza que o poder está sempre sujeito à inversão e que a liberdade é uma condição da possibilidade da existência do poder. Ele afirma: “O poder é exercido apenas sobre sujeitos livres, e apenas enquanto forem livres[...] Nessa relação, a liberdade pode aparecer como condição para exercício do poder [...]”. (FOUCAULT, 2010a, p. 244). Nesse sentido, a capacidade de insurgir, de se rebelar e resistir são elementos constitutivos da própria definição de poder.

## 2.2 A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA SUJEITA<sup>7</sup> MULHER

Os estudos feministas vêm mostrando que a história das mulheres tem sido denunciada como a história de sua opressão. Nessa perspectiva, podemos afirmar que a inferiorização da mulher está atrelada a um contexto histórico que abarca as divergências e particularidades do contexto em que se constituiu. Assim, pensar o corpo, por conseguinte, o gênero, o sexo, a sexualidade, não é possível se não o fizermos atrelado à história e a partir de valores e representações próprias de um contexto histórico-social.

Ao longo do desenvolvimento da sociedade, os lugares que deviam ser ocupados pelas mulheres e pelos homens foram sendo modelados pelos dispositivos de saber/poder segundo o modelo de organização social vigente. Dessa forma, manifestam-se as expectativas de comportamento destinadas à mulher e ao homem e se estabelece um discurso dominante fundamentado na desigualdade dos gêneros. Tal discurso determina os papéis feminino e

---

<sup>7</sup> Utilizaremos os termos “sujeita” e “sujeitas” para demarcar o protagonismo e a voz das mulheres, reconhecendo esses termos como forma de resistência e luta contra as imposições de gênero na sociedade, bem como forma de autoafirmação de si.



masculino, imputando à mulher o lugar de dona de casa, de esposa, mãe, submissa, objeto sexual, negando-lhe outros lugares, como participação em diferentes espaços sociais.

Essas formas de subjetivação das mulheres funcionam atravessadas por regimes de força, como dispositivos (como já explicitado anteriormente). A partir dos discursos que estabelecem o que a mulher deve ser, governa-se estas sujeitas, moldando-as e as controlando. Foucault define a governamentalidade<sup>8</sup> como a "arte de governar" em sentido amplo, ou seja, com uma ideia de "governo" que não se limita apenas à política de Estado, que inclui uma ampla gama de técnicas de controle, e isso se aplica a uma ampla variedade de objetos, do controle de si mesmo ao controle biopolítico das populações.

Em "*Segurança, território e População*", Foucault estabelece como fio condutor de suas análises o estudo do biopoder, definindo-o como "o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais, vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral do poder" (Foucault, 2008a, p. 3). As origens da problemática do biopoder em Foucault remontam, contudo, numa relação conceitual ao curso "*O Nascimento da Biopolítica*". Biopolítica e biopoder são conceitos que nos permitem pensar a relação e exercício do poder sobre a organização da vida.

Para Foucault (2008b, p. 431),

O tema escolhido era, portanto, a "biopolítica": eu entendia por isso a maneira como se procurou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas postos a prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças... Sabe-se o lugar crescente que esses problemas ocuparam desde o século XIX e que desafios políticos e econômicos eles vêm constituindo até hoje.

Essa conceituação de biopolítica, envolve as questões sociais que nos afetam diretamente. São as estratégias produzidas a fim de controlar a sociedade numa organização específica, cuja determinação é estabelecida pelo poder de decisão e direito sobre a vida do outro. Diante disso, podemos pensar nas instituições que moldam a sociedade, instituições que estabelecem regras específicas as quais são aplicadas ao sujeito. Instituições como Estado, a lei, a ordem, a moral, o discurso médico, jurídico, religioso etc. que produzem um tipo de poder sobre os corpos e vida. Dessa forma, os sujeitos são serializados, marcados, rotulados. A vida, então, é organizada num modelo específico para atender determinadas funções do poder que

---

<sup>8</sup> A discussão sobre governamentalidade e controle integra a fase genealógica no contexto das pesquisas de Foucault, quando ele propõe o desenvolvimento da chamada *analítica do poder*. Este conceito é debatido na *Aula inaugural no Collège de France de 2 de dezembro de 1970*. A publicação de *A ordem do discurso* (1970) marca um momento de transição para o que se concebe como fase genealógica.

as controla. Essa organização é que separa sujeitos em suas disposições sociais, sexuais, culturais, étnicas, entre outras.

Em relação ao biopoder, Foucault desenvolve este conceito através das relações de poder. O biopoder refere-se a uma técnica de poder que busca criar um estado de vida em determinada população para produzir corpos economicamente ativos e politicamente dóceis.

Essa série de fenômenos que me parece bastante importante, a saber, o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder. Em outras palavras, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana. É em linhas gerais o que chamo, o que chamei, para lhe dar um nome, de biopoder. (FOUCAULT, 2008a, p.3)

O biopoder opera através de diversas formas, incluindo medidas como políticas de saúde pública, controle da natalidade, políticas eugênicas, práticas de vigilância, entre outras. Essas práticas não apenas disciplinam corpos individuais, mas também buscam regular e gerenciar a população como um todo, influenciando a vida desde o nascimento até a morte. O biopoder se tornou uma característica central das sociedades modernas, exercendo um controle cada vez mais intrusivo sobre a vida dos indivíduos e sobre os processos biológicos e sociais em geral.

A partir desse entendimento, os discursos sobre a mulher, seu papel na sociedade, os espaços que pode ocupar, o que pode dizer (se é que pode) funcionam como controle. As estratégias de poder e de governo podem ser vistas nos discursos que reforçam as representações do lugar de inferioridade da mulher em relação ao homem, discursos estes, inscritos em dispositivos que impõem modelos e criam modos de vida para a mulher; delimitam, controlam e regulam seus corpos.

A ciência médica colaborou com a construção de uma determinada concepção de diferença sexual entre homens e mulheres, estabelecendo claras diferenças de caráter biológico e predeterminado entre os sexos. Essas diferenças não seriam apenas físicas, mas eram também psicológicas e morais. De acordo com Rohden (2001), no discurso médico do século XIX, o sexo era visto como um elemento natural e biológico, responsável pela determinação social de homens como provedores e de mulheres como esposas e mães. Dentro do campo da medicina, as mulheres eram vistas antes de tudo como corpos reprodutivos. Nossos órgãos reprodutivos eram a maior fonte de diferença para os homens. A mulher e seu corpo são definidos como instrumentos de perpetuação da espécie. Um ser passivo que apenas obedece às leis da natureza.

Quanto a este aspecto, Soihet (2012, p.4) declara:

A medicina social assegura constituírem-se como características femininas, por razões biológicas, a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade à vocação maternal. Em oposição, o homem, conjugava a sua força física uma natureza autoritária, empreendedora, racional e uma sexualidade sem freio.

Considerando que a posição social dos médicos, no século XIX, estava atrelada senão diretamente a uma elite econômica, sem dúvida a uma elite intelectual, parte do saber científico do período era detido por esta classe de sujeitos e, portanto, os discursos que advinham daquele contexto discursivo eram postulados como uma verdade científica de bases empíricas e comprováveis sobre a mulher e o seu corpo. Dessa forma, disseminou-se um discurso dominante fundamentado em um determinismo biológico que condicionou a existência feminina.

De igual forma, o discurso religioso exerceu e exerce forte influência na constituição dos sujeitos, estabelecendo normas, ditando condutas, determinando papéis. Os dogmas da fé respaldam o discurso médico ao inscrever os corpos das mulheres na obrigatoriedade da gestação e reprodução humana como função e determinação em decorrência de ser mulher, mais ainda ao promover a obrigatoriedade da submissão da mulher ao homem. Nesse sentido, o discurso religioso ocupa lugar central na produção e reprodução das desigualdades de gênero e, conseqüentemente, na produção das violências que dela decorrem.

Essa desigualdade entre homens e mulheres desdobra-se e se manifesta nas diversas formas de violência (discriminação, desrespeito, insulto, controle, exploração, opressão) contra a mulher ao longo da história, tendo suas raízes constituídas nesses discursos, os quais foram construídos a partir de narrativas históricas que se enquadram na episteme discursiva patriarcal. A teoria do patriarcado prevê que o sexo feminino é inferior/secundário pelo simples fato de ter em sua essência fatores biológicos que o diferenciam do sexo masculino.

A palavra patriarcado significa literalmente o governo do pai ou do patriarca, e originalmente, era usada para descrever um tipo específico de família dominada por homens. No contexto atual, o termo é usado de forma mais geral para se referir à dominação masculina, às relações de poder pelas quais os homens assumem posições dominantes e de privilégios em relação às mulheres e ao sistema estrutural e ideológico que perpetua o privilégio das masculinidades hegemônicas (homem cisgênero heterossexual). Trata-se, portanto, de um sistema dominante de relações de poder baseado em normas de gênero, que estabelecem os papéis esperados de homens e mulheres. Neste sistema, as mulheres têm sido histórica e

esmagadoramente oprimidas, exploradas ou de alguma forma desfavorecidas. O mesmo acontece com os grupos que não se conformam com as normas de gênero, com a abordagem binária predominante de gênero e sexualidade e/ou com as expectativas heteronormativas.

A partir desse regime, o governo e autoridade dentro da família, da sociedade e do estado permanecem inteiramente nas mãos dos homens. Assim, devido ao patriarcado, as mulheres foram privadas de seus direitos e oportunidades legais, uma vez que os valores patriarcais restringem a mobilidade das mulheres e rejeitam sua liberdade sobre si mesmas; isso se configura nas estratégias do poder patriarcal, na medida em que estabelece as subjetividades da mulher: ser esposa, mãe, filha, cuidadora, administradora do lar, objeto sexual.

Essa discussão sobre as diferenças entre os sexos masculino e feminino, bem como o desenvolvimento das ideias sobre o que é ser mulher foi debatida pela filósofa e ativista política Simone de Beauvoir no seu livro *Segundo Sexo* (escrito em 1949). O livro foi um marco no pensamento feminista, discutindo a questão da mulher através de vários ângulos: da biologia, da psicanálise, do materialismo histórico, a fim de demonstrar como a subjetividade feminina se constitui como o Outro. Beauvoir analisa a vida cotidiana das mulheres, a sua educação, a sua sexualidade, as suas relações com os homens e como essas experiências são moldadas pelas estruturas sociais e pelas expectativas culturais. Segundo as análises de Beauvoir, a relação que os homens mantêm com as mulheres é esta: da submissão e da dominação. Nesse sentido, as mulheres passam a ser submetidas à vontade dos homens que as veem e as interpelam como objeto. A autora esclarece que a mulher não é definida em si mesma, mas em relação ao homem. Em suas palavras (BEAUVOIR, 2016a, p. 12),

a humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo [...]” Ela não é senão o que o homem decide que seja; assim é chamada 'o sexo' para significar que ela se apresenta diante do macho como um ser sexuado: para ele, a fêmea é sexo, logo ela é-o absolutamente. A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o não essencial perante o essencial. O homem é o ser, o Absoluto; ela é o Outro.

Ainda na obra em questão, Beauvoir aponta para a necessidade de as mulheres reivindicarem a sua liberdade e independência, a irem além dos papéis tradicionais atribuídos pela sociedade. Também destaca a importância da liberdade individual para as mulheres e defende a emancipação das mulheres da opressão social e cultural. A discussão proposta no *Segundo Sexo* desafia as normas estabelecidas e estimula o debate sobre a igualdade de gênero, portanto marca o início de uma revolução intelectual e social no campo do feminismo, no século XX.

Nessa mesma direção, *Sexual politics* (1974) de Kate Millett, uma das principais autoras e militantes feministas da segunda onda<sup>9</sup> do feminismo, faz um panorama histórico de séculos de exclusão das mulheres do ponto de vista legal, político e cultural. Na obra, Millett, discute as relações de poder entre os sexos. A autora desenvolveu a teoria da subordinação e argumenta que as mulheres são vistas como uma classe sexual dependente sob a dominação patriarcal. O patriarcado seria um sistema que cria e reproduz princípios que organizam a sociedade com diferenças hierarquizadas entre os sexos (MILLETT, 1974).

A escritora traça uma análise das estruturas patriarcais que moldavam e controlavam a sexualidade, concentrando-se particularmente nas maneiras pelas quais a dinâmica de poder influenciava os papéis e as relações de gênero. Millett defende a tese que o sistema patriarcal é uma fonte fundamental de desigualdade entre homens e mulheres. Segundo ela, os homens institucionalizaram o poder sobre as mulheres e que esse poder é socialmente construído e não biológico ou inato, esse domínio do homem sobre a mulher é distribuído e mantido através de várias instituições sociais, culturais e políticas que reafirmam os discursos de dominação.

A autora problematiza como certas narrativas e expressões culturais contribuem para o reforço das normas patriarcais e a objetificação das mulheres em vários aspectos da sociedade, incluindo mídia, arte e literatura. Millett afirma que as mulheres são frequentemente retratadas como objetos passivos, reforçando a sua subjugação. O *slogan o pessoal é político* tornou-se um grito de guerra para o movimento feminista do qual Kate Millett fazia parte, à medida que as mulheres começaram a perceber que as desigualdades que vivenciavam nas suas vidas pessoais eram representativas de desigualdades sociais e políticas mais amplas. O *slogan* enfatiza a interconexão das experiências pessoais com estruturas sociais e políticas mais amplas.

Para Millett, a libertação sexual por si só não era suficiente para alcançar a igualdade de gênero sem abordar os desequilíbrios de poder subjacentes. Afirmava que o patriarcado é um sistema sistemático e institucionalizado de opressão, profundamente enraizado na esfera privada, e não na esfera pública. Para enfrentá-lo, as feministas precisavam começar pela esfera privada. A família nuclear e a maternidade ajudam a impor o patriarcado, a defender os estereótipos de gênero e a prender as mulheres em papéis domésticos. A vida pessoal e política são, portanto, idênticas. Para libertar as mulheres, as ativistas sugeriram uma série de mudanças revolucionárias na vida privada.

---

<sup>9</sup> Sobre o movimento feminista e suas ondas, abordaremos na **seção 3.1**.

A divisão entre os sexos apresentava-se como inscrita na ordem natural das coisas, ao passo de ser incorporada pelo mundo social, definindo tanto os modos de ser, assim como as maneiras de pensamento. Nesse sentido, a designação da responsabilidade da maternidade e do cuidado com os filhos conferida à mulher estende-se a outras atribuições, as quais estão irrestritamente ligadas aos papéis que os pais devem desempenhar na família. A atribuição primária às mães do zelo, da educação dos filhos acaba restringindo a representação por parte da mulher em outros espaços e posições sociais, tendo em vista que o espaço por excelência para exercer aqueles cuidados é a casa.

Em consequência disso, a esfera privada, que envolve a vida doméstica, cuidado da família e das relações interpessoais, tem sido tradicionalmente designada como responsabilidade das mulheres. Essa atribuição de papéis baseia-se em estereótipos de gênero que perpetuam a ideia de que as mulheres são naturalmente inclinadas para atividades domésticas e cuidado. Esse entendimento é central para a manutenção do patriarcado, pois confina as mulheres a papéis que as afastam da esfera pública, onde controle, influência e tomada de decisões são historicamente concentrados nas mãos dos homens. É possível constatar tal fato ao atentarmos para a participação feminina na esfera pública em que a representação das mulheres em áreas de produção intelectual e artística quando comparadas aos homens é bem mais baixa. Portanto, para preservar a supremacia masculina, o patriarcado criou características masculinas e femininas, domínios público-privados. Para Rago (2004, 33), “[...] a construção de um modelo feminino universalizante foi imposta historicamente pelo discurso médico vitoriano, pelo direito, pela família, pela igreja, enfim, pelo olhar masculino [...]”.

Dessa forma, os discursos que derivam dos espaços religioso e médico organizam e estabelecem o saber sobre nós sujeitas mulheres, atuando na produção da nossa subjetividade. Ou seja, é um tipo de governamentalidade, ou de governo dos outros, que condiciona a mulher a determinadas atuações na vida em sociedade, que se esforça permanentemente para uma autolimitação em relação à verdade sobre o que a mulher pode ou não fazer e ser. De acordo com Witzel (2011, p.86), as mulheres são “desde os primórdios, confrontadas com a **vontade do outro**, ou seja, primeiro com a vontade do pai e dos irmãos, depois com a do marido, todos eles sempre apoiados e orientados por religiosos, médicos, juristas etc” (grifos da autora).

Esse processo de gerenciamento e controle da vida das mulheres estão atrelados aos saberes, poderes e práticas sociais que visam intervenções na conduta feminina. Essas práticas articulam-se ao que Foucault chama de regimes de verdades que se efetivam através dos discursos machistas e patriarcal:

O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder (não é a recompensa dos espíritos livres, o filho das longas solidões, o privilégio daqueles que souberam se libertar). A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua 'política geral' de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 2018, p.51-52)

A vontade de verdade é instituída a partir dos discursos dominantes que emanam das instituições sociais como forma de controle da vontade humana. Nessa perspectiva, a verdade depende das regras impostas à circulação dos discursos, das condições de possibilidades dadas em uma determinada instância social. Durante muito tempo, as verdades construídas sobre a mulher estiveram subordinadas a uma identidade de gênero fixa e desenvolvida a partir de seu corpo biológico, funcionando como um molde regulador, que nega a diversidade das formas de existência e aprisiona as identidades dentro de um esquema binário.

De acordo com Foucault (2018), a vontade de verdade é uma forma de poder que é exercida através da ciência, da religião e da política. Ele argumenta que as sociedades ocidentais têm uma tendência a valorizar a verdade acima de tudo e a buscar a verdade absoluta. Essa vontade de verdade é utilizada para controlar e disciplinar as pessoas, pois as verdades estabelecidas são utilizadas para justificar certas práticas sociais, é utilizada para definir o que é considerado como normal e anormal. Assim, as verdades estabelecidas são geradas nos e pelos discursos, elas não são dadas *a priori* e não são incontestáveis, não são o fundamento das coisas e dos acontecimentos; antes, correspondem àquilo que, a partir de determinados processos históricos e em determinadas condições, colocam o discurso sob certa ordem e incidem sobre nossas formas de pensar e agir.

Os processos de subjetivação estão inscritos, portanto, em relações de poder e as relações de poder são produzidas em dispositivos, nesse sentido, as diversas formas de subjetividades femininas não devem ser consideradas como naturais ou fixas. Elas são construídas pelos discursos dominantes em um processo que busca sua legitimação na repetição. Daí a importância e a necessidade de compreender que as identidades não podem ser encaradas como resultantes de uma essência inerente, mas devem ser encaradas como práticas discursivas resultantes de normas que controlam os discursos inseridas em jogo de poder.

Na perspectiva foucaultiana, o poder nos atravessa e nos constitui enquanto sujeitos,

ora sujeitos ora resistentes. Nas palavras de Foucault (2018, p.367),

o dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles.

O dispositivo ampara unidades de saberes que firmam regimes discursivos, relações de poder que legitimam e são legitimadas por esses regimes, como também fundamentam processos de fabricação de sujeitos. O saber agrupa enunciados legitimados pelas instâncias de poder que discrimina o verdadeiro do falso em um dado momento e em um certo contexto. Dito de outra forma, a partir de regimes de verdade, os sujeitos são circunscritos e definidos por arranjos discursivos fundamentados pelos saberes.

Os discursos estão atravessados por formas de controle e de coerção do dizer e, por desdobramento do ser, já que os discursos subjetivam os sujeitos, fazem com que sejam e ajam de determinada forma, então toda coerção e todo controle que atua sobre o dizer, sobre o que se enuncia, sobre o que circula como verdade na sociedade, é também um controle sobre quem se é, sobre o que se faz e como se faz.

Foucault (2014a, p. 8) declara:

(...) suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

A partir das regularidades discursivas e das repetições do discurso, instituem-se formas de saber que ditam e orientam condutas instituindo as subjetividades dos sujeitos. Em relação à subjetividade feminina, a partir de comportamentos e práticas na vida doméstica, no trabalho, na religião, no Estado, a sociedade patriarcal atribui às mulheres um papel secundário, relegadas à submissão e invisibilização, para garantir que o homem desfrute de uma posição de privilégio e poder social, econômico e político e reforçar conceitos que mantêm a desigualdade e a opressão.

Como escapar desse governo? Como podemos nos tornar sujeitas singulares? Para Foucault é necessária uma atitude crítica, que seria uma forma de rejeitar, opor-se, fraturar, fundando a atitude moral e política chamada de a arte de não ser governado assim. Em se tratando da luta histórica que as mulheres vêm travando por reconhecimento de seu valor enquanto sujeita, mais especificamente no que diz respeito a nossa pesquisa, sujeita que lê,



escreve, posiciona-se, luta, os movimentos de resistência têm permitido ampliar os espaços de subjetivação por meio dos deslocamentos nos dispositivos sexistas, classistas, racistas, homofóbicos, ancorando-se em verdades outras sobre as sujeitas mulheres

Cabe, então, pensar a mulher leitora e produtora da literatura como espaço de dispersão do corpo feminino, possibilitando colocar a mulher onde ela quiser. A leitura e a literatura como prática e espaço heterotópico, um não-lugar, onde saberes são produzidos e circulam em resistência, numa constante luta contra a hegemonia dos sentidos do ser mulher. Por espaço heterotópico<sup>10</sup>, entendemos com Foucault:

[...] espaço do fora, no qual somos atraídos para fora de nós mesmos, no qual decorre precisamente a erosão de nossa vida, de nosso tempo, de nossa história, esse espaço que nos corrói e nos sulca é também em si mesmo um espaço heterogêneo [...] aquele no qual se localizam os indivíduos cujo comportamento desvia em relação à média ou à norma exigida” (FOUCAULT, 2009, p. 416).

Por isso a leitura de mulheres pode ser compreendida como espaço outro, lugar de diferença, de contestação dos espaços hegemônicos, que possibilita diferentes interpretações ao questionar os regimes de verdade.

---

<sup>10</sup> Esta discussão sobre espaço heterotópico está aprofundada na **subseção 5.1** desta tese.

### 3 MULHER, FEMINISMOS E LITERATURA: UMA ARQUEOGENEALOGIA

Nessa seção, o espaço foi dedicado à produção dos saberes por mulheres e em prol de mulheres, na defesa dos espaços e do direito a se posicionar. Busca-se fazer uma arqueologia das práticas com literatura e sua relação com as lutas feministas. Inicia-se um processo de fazer emergir objetos, temas e sujeitos que caracterizam o fazer feminino no interior de uma biopolítica que busca controlar os corpos de mulheres, bem como seus ideais de luta por liberdade. Destaca-se a relação entre estas lutas de mulheres e a literatura, como espaço heterotópico de insurgência feminina.

#### 3.1 OS FEMINISMOS E AS SUBJETIVIDADES MÓVEIS

Mais do que uma palavra, o feminismo é um movimento que defende os direitos sociais, políticos, legais e econômicos das mulheres iguais aos dos homens. Seu primeiro uso documentado remonta a 1837 na França, onde o socialista Charles Fourier<sup>11</sup> usa “Feminisme” para descrever a libertação das mulheres em um futuro utópico. O teórico do socialismo utópico, em seu livro *Teoria dos quatro movimentos*, defende que o avanço na conquista de liberdade para as mulheres é um pré-requisito para o progresso de toda a sociedade. É evidente que havia mulheres lutando pelos ideais feministas, mas este foi o primeiro registro da palavra escrita. A partir disso, o termo popularizou-se nas décadas seguintes, a princípio em países como Estados Unidos e Reino Unido.

Os estudos feministas e de gênero têm se dedicado e censurado os deméritos que as mulheres carregam ao longo dos tempos. O desenvolvimento do movimento constitui-se como uma narrativa de desconstrução da estrutura patriarcal, das desigualdades históricas estabelecidas entre homens e mulheres que instituíram representações incompletas que determinam certa subjetividade a mulher e a submetem à condição do “Outro” (BEAUVOIR, 2016a), visão que cria uma inferioridade natural da mulher na história. Os feminismos, conforme afirma Rago (2020, p. 210), têm como alvo “dessubjetivar-se, libertar-se dessa figura feminina, considerada como sujeito universal e natural [...]”. Ela ainda afirma que a luta feminista “implicou a desnaturalização e a historicização de uma identidade forjada pelos saberes médicos e jurídicos e imposta a todas, a despeito da classe social e da etnia [...]”.

---

<sup>11</sup> Cf, KONDER, L. **Fourier, o socialismo do prazer**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

É com um olhar crítico sobre essas subjetividades femininas construídas ao longo da história que a luta das mulheres se efetiva. Portanto, o feminismo corresponde a todo gesto ou ação que resulte em protesto contra essa opressão e à discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos, seja por iniciativa individual, seja de grupo. De acordo com Bandeira e Melo (2010, p. 8), “o movimento feminista nasceu das lutas coletivas das mulheres contra o sexismo, contra as condições de aversão e inferiorização do feminino, transformadas em práticas rotineiras de subordinação das mulheres.”

Historicamente<sup>12</sup>, o movimento feminista pode ser categorizado em “ondas”<sup>13</sup> ou três grandes períodos. O feminismo tomou conta do debate público, com reivindicações e discussões irrompendo com maior força em torno de determinadas pautas. A primeira onda ocorre ainda durante o século XIX até as primeiras décadas do século XX, cuja principal pauta foi a reivindicação do direito ao voto e o acesso igualitário à educação. Esse contexto foi marcado por várias revoluções políticas que possibilitaram o fim do absolutismo e instituíram a democracia, a Revolução Industrial, que promoveu um grande desenvolvimento tecnológico, garantiu o surgimento da indústria e consolidou o processo de formação do capitalismo. Essas mudanças sociais e políticas influenciaram novas formas de pensamento em que se defendia o princípio de igualdade e cidadania, mudanças importantes para o movimento feminista.

No Brasil, o nome que se destaca nesse momento é o de Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), educadora, escritora e poeta, considerada a pioneira do feminismo no Brasil. Foi uma das primeiras mulheres no Brasil a romper os limites do espaço privado e a publicar textos em jornais da chamada “grande” imprensa. Seu primeiro livro intitulado *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* (1832) é um texto que questiona a divisão sexual do trabalho e o papel social destinado e imposto à mulher na sociedade no início do século XIX, é também o primeiro no Brasil a tratar do direito das mulheres à instrução e ao trabalho. De acordo com a autora, aquele livro foi inspirado no livro *Vindications of the Rights of Woman* (1792) da escritora Mary Wollstonecraft, considerada a principal obra de defesa dos direitos das mulheres no seu contexto de produção. Wollstonecraft argumentava que homens e mulheres nascem com capacidade de raciocínio e, portanto, poder e influência devem estar igualmente disponíveis para todos, independentemente do gênero.

---

<sup>12</sup> Para uma compreensão melhor da história do feminismo conferir Garcia (2015) e Hollanda (2019).

<sup>13</sup> Duarte (2003, p. 152) esclarece que essa referência a “ondas” corresponde a uma movimentação natural do movimento feminista, movimento de fluxo e refluxo que, assim como as ondas, começam difusas e imperceptíveis e, aos poucos (ou de repente) se avolumam em direção ao clímax.

De acordo com Duarte (2019), as mulheres brasileiras educadas em 1832 eram raras, bem como as mulheres escritoras. Em 1827, foi instituída a primeira legislação autorizando a abertura de escolas públicas femininas; até o momento, o acesso à educação restringia-se aos conventos que preparavam as mulheres para o casamento, aulas coletivas particulares nas casas das professoras e aulas individuais, cujo propósito era desenvolver habilidades voltadas para o lar. Esta educação além de fundamentada na estrutura patriarcal, configurava-se como elitista, pois só as moças de família abastada podiam estudar.

Ainda conforme Duarte, em meados do século XIX começam surgir alguns periódicos destinados às mulheres brasileiras: *A Mensageira*, *O Sexo Feminino*, *O Jornal das Senhoras* e *A Família*, entre outros jornais que incentivaram a produção de autoria feminina e despertavam, sob um feminismo iniciante, a consciência das mulheres para a necessidade de conquistarem direitos relativos à educação, à profissionalização, à sexualidade e ao voto. Esses periódicos se configuraram como importantes plataformas para escritores e intelectuais da época, especialmente mulheres, que encontraram neles um espaço para expressar suas ideias e compartilhar suas obras. Em uma época em que a participação das mulheres na esfera pública era limitada, esses jornais desafiaram as normas sociais ao oferecer um espaço editorial para que elas pudessem contribuir com sua escrita e pensamento.

As publicações abordavam uma variedade de temas, incluindo literatura, moda, culinária, educação, política e questões sociais. Além disso, promoviam debates sobre os direitos das mulheres, questões de gênero e outros assuntos pertinentes à época. Entre as colaboradoras mais proeminentes desses periódicos estavam escritoras como Júlia Lopes de Almeida, Francisca Senhorinha da Motta Diniz e Maria Firmina dos Reis. A escrita dessas mulheres já apresentava ideais de libertação avançadas para a época, e havia uma expressão de menosprezo e desvalorização por parte dos críticos sobre o que era publicado. Nas palavras de Duarte:

Os críticos se manifestavam vividamente, considerando as publicações que eram desde sempre expressões de uma imprensa secundária, inconsistente e supérflua, pois destinavam-se ao segundo sexo. Entretanto, ainda assim, veremos o quanto aquelas páginas artesanais contribuíram para a construção da identidade feminina (DUARTE, 2019, p.30)

Os críticos consideravam aquela escrita feminina como parte de uma imprensa menos importante, inconsistente e superficial, já que eram direcionadas principalmente ao público feminino. Ainda assim, essa produção intelectual desempenhou um papel significativo na formação das mulheres, como também teve um impacto substancial na maneira como as

mulheres se percebiam e eram percebidas na sociedade. É desse período as primeiras notícias de brasileiras cursando universidades. “E a cada nova médica ou nova advogada, a imprensa feminista expressava seu regozijo pela importante vitória”. (DUARTE, 2003, p. 158). A imprensa masculina encarregava-se de manifestar oposição e fortalecer os discursos dominantes de que o papel da mulher era cuidar do lar e da família, assim, propagava discursos de oposição à profissionalização das mulheres de classes sociais mais privilegiadas, considerando que as mulheres de classes mais baixas estavam autorizadas a trabalhar nas fábricas e na prestação de serviços domésticos.

Na primeira metade do século XX, o movimento já se configura como uma luta mais organizada. A Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, ofereceu, inicialmente, a possibilidade de uma estrutura política mais fluida e aberta, com a extensão do voto, em teoria, a todos os homens alfabetizados, mas em relação às mulheres, estas permaneciam excluídas das conquistas. É nesse contexto que a questão do sufrágio pôde tornar-se um tópico mais vital para as feministas cultas que experimentavam um sentimento de frustração e privação política. Acirraram-se a luta e a atenção das mulheres para esta aspiração, pelo menos no que diz respeito às mulheres da classe média. Francisca S. da M. Diniz, editora do jornal *O Sexo Feminino*, faz valer sua determinação de lutar pela conquista dos direitos políticos, sobretudo pelo sufrágio, mudando o título do seu jornal para *O Quinze de Novembro do Sexo feminino*. Em 1901, é fundado o jornal *Voz Feminina*, em Minas Gerais, que tinha por principal objetivo a reivindicação do voto feminino.

Outro marco significativo foi a fundação do Partido Republicano Feminino, tendo como presidente Leolinda Daltro; em seguida, ocorreu a criação da *Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher*, em 1919, transformada em Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF) em 1922, que a luta pelo sufrágio feminino ganhará maior força. A federação lutou, sob a liderança de Bertha Lutz, pela igualdade de direitos políticos e civis para as mulheres, incluindo o direito ao voto, que só foi concedido às mulheres assalariadas no país em 1932. Ao exercerem seu direito de voto em 1934, Lutz foi eleita Deputada Federal suplente, assumindo o cargo dois anos depois. Seu mandato durou até o golpe dado por Getúlio Vargas em 1937, que fechou o Congresso e instituiu o Estado Novo. O golpe pôs fim também às atividades da Federação Brasileira para o Progresso Feminino.

A segunda onda do feminismo ocorre em meados do século XX, especialmente a partir da década de 60, no Brasil. Embora herdeira da primeira onda, uma vez que a classificação do movimento feminista em ondas não o configura como ponto estanque, houve ampliação das pautas de reivindicações e incorporação de mais sujeitos participantes do movimento; além

disso, as mudanças sociais e, sobretudo, políticas direcionaram para outras lutas feministas. As feministas estavam interessadas em tratar da sexualidade, do prazer feminino, dos direitos reprodutivos e da saúde da mulher, da violência doméstica, do estupro, e do trabalho doméstico não remunerado realizado pelas mulheres. As mulheres trabalhadoras atuaram nos movimentos anarquista e comunista, introduzindo discussões sobre as condições de trabalho e de vida das mulheres, em particular as operárias, que cumpriam extensas jornadas e sofriam assédio de seus chefes ou patrões. Para elas a igualdade política e legal não eram o bastante para colocar um fim na opressão sobre a mulher, uma vez que o sexismo estava presente em vários aspectos da vida humana, na economia, na política, nas normas, nos hábitos, nas interações cotidianas etc.

Uma das obras de influência e contribuição fundamental para esta geração e para as próximas foi/é *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir, já discutida anteriormente. A filósofa introduziu a ideia de que ser mulher não é uma determinação do sexo biológico, mas uma construção social, expressa na famosa frase “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 2016b, p.9). Nessa construção estaria a base da opressão das mulheres. Para Beauvoir, as visões dos indivíduos são socialmente e culturalmente produzidas. Não se nasce com elas, mas se aprende através da socialização. E, nesse caso, o que acontece é que as mulheres estavam sendo ensinadas sobre seus papéis para que os homens pudessem se manter dominantes.

A partir dessa lógica, dos discursos que determinavam o que era ser mulher, instituiu-se a desigualdade de gênero. Para o homem, firma-se uma masculinidade educada na ideia de um sujeito livre que se move pelo mundo, com iniciativa e audácia, criando e narrando sua própria história. Para a mulher, um ser inferior, subjugado, o que se reflete na falta de representatividade política das mulheres, que é histórica e se mantém ainda hoje; na desigualdade salarial em relação a homens que realizam o mesmo trabalho; nas estatísticas de violência contra a mulher; nos padrões de beleza; na forma de educar meninas e meninos, e em uma série de outros aspectos. Influenciadas por estas ideias e entendendo que os poucos avanços alcançados pelas lutas nas décadas anteriores ainda não refletiam uma mudança de paradigma e a libertação feminina, o movimento continuou se desenvolvendo.

No Brasil, assim como em outros países da América Latina, a mobilização das mulheres contra o machismo nas décadas de 1960 e 1970 tinha um pano de fundo específico: a ditadura militar (1964-1985). Entre as muitas publicações da imprensa alternativa<sup>14</sup> da época, houve também importantes periódicos feministas, como *Brasil Mulher*, que vinculava as ideias do

---

<sup>14</sup> O engajamento social e político nas questões da época fez com que a imprensa feminista fosse classificada como uma expressão da imprensa alternativa.

Movimento Feminino pela Anistia; e o periódico *Nós Mulheres*; além disso, mesmo em um contexto de repressão, grupos feministas se formaram em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo – e no exílio, em países como Estados Unidos, Chile e França. As mulheres começaram a se engajar mais na política, ocupando espaços nos partidos e disputando eleições. Uma referência importante é Rose Marie Muraro, que com outras mulheres fundou o *Centro da Mulher Brasileira*, responsável por desenvolver diversas pesquisas sobre a sexualidade da mulher, assim o movimento seguiu ativo e atuante na participação da Assembleia Nacional Constituinte como forma de garantir avanços na Constituição Federal.

1975 foi um marco significativo na história da luta pelos direitos das mulheres, pois foi declarado o Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU). Esse ano foi designado para aumentar a conscientização sobre as questões relacionadas à igualdade de gênero e para promover ações que visavam melhorar a condição das mulheres em todo o mundo. Durante este ano, muitas conferências, eventos e campanhas foram realizados em nível nacional e internacional para destacar as questões enfrentadas pelas mulheres e promover ações para enfrentar a discriminação de gênero em todas as esferas da vida. A ONU desempenhou um papel crucial ao liderar esses esforços e ao incentivar os países membros a adotarem políticas e legislações que promovessem a igualdade de gênero e protegessem os direitos das mulheres.

Na década de 70 também eclodiram discussões mais aprofundadas sobre raça e a articulação da população negra por direitos também estava em efervescência no Brasil. Nesse contexto, é fundado o Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978. O MNU irrompe em um contexto de intensificação das mobilizações contra a discriminação racial e pela valorização da identidade negra. Seus principais objetivos incluíam a denúncia do racismo institucional, a busca por políticas de inclusão social e a valorização da cultura afro-brasileira. Liderado por figuras proeminentes como Abdias do Nascimento, Luiza Bairos, Thereza Santos e muitos outros ativistas, tornou-se um dos principais catalisadores do movimento negro no país. Suas ações incluíam protestos, manifestações, campanhas educativas e ações jurídicas para combater a discriminação racial em todas as esferas da sociedade brasileira.

Buscando uma maior representatividade feminina dentro do Movimento Negro Unificado, o Coletivo de Mulheres Negras N'Zinga foi fundado em 1983, tendo como liderança Lélia Gonzalez, pondo em discussão os atravessamentos que constituíam os discursos sobre as mulheres, como as questões de raça, classe e gênero. O N'Zinga, nomeado em homenagem à rainha angolana Nzinga Mbandi, teve como objetivo central trazer à tona as questões específicas enfrentadas pelas mulheres negras brasileiras, tanto dentro do movimento negro quanto na sociedade em geral.

Lélia Gonzalez desempenhou um papel crucial não apenas na criação do N'Zinga, mas também na formulação de uma análise interseccional do racismo, sexismo e classismo no Brasil. Sua obra teórica e sua atuação política contribuíram significativamente para a compreensão das complexidades da opressão enfrentada pelas mulheres negras e para a articulação de estratégias de resistência. O Coletivo de Mulheres Negras N'Zinga fortaleceu o movimento feminista negro no Brasil, promovendo a conscientização sobre as interseções entre raça, gênero e classe social. Sua atuação foi marcada por debates, publicações, mobilizações e ações diretas, todas direcionadas para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para as mulheres negras.<sup>15</sup>

A terceira onda teve início na década de 90 quando as bandeiras feministas sofrem com a gradual acomodação da militância pelo rumor de que haveria começado uma era “pós-feminista” como se todas as reivindicações já tivessem sido atendidas. No entanto, a análise dos paradigmas estabelecidos nas ondas anteriores trouxe para discussão a micropolítica do movimento feminista, tendo em vista que alguns pautas, até então debatidas, não contemplavam todas as mulheres, pois o movimento estava moldado para mulher ocidental, branca, de classe alta. Diante disso, mulheres trabalhadoras e de etnias não brancas, começaram a tensionar a agenda dominante do feminismo.

Os debates sobre interseccionalidade se aprofundaram. A interseccionalidade busca compreender as complexidades das experiências humanas, reconhecendo que as identidades e as formas de opressão estão interconectadas e entrelaçadas. Essa abordagem foi desenvolvida por Kimberlé Crenshaw, uma professora de direito e teoria crítica norte-americana, em seus trabalhos pioneiros na década de 1980<sup>16</sup>. Mesmo que já houvesse tido referência ao termo, já que feministas negras americanas como Angela Davis, bell hooks e Audre Lorde já tratavam do entrecruzamento entre o machismo e outras formas de opressão, o termo transformou-se em uma vertente feminista e tornou mais difundida a compreensão de que diferentes aspectos da identidade podem se combinar para criar formas específicas e potencializadas de opressão.

A interseccionalidade reconhece que as experiências das pessoas não podem ser compreendidas apenas por meio de uma única lente identitária, mas sim pela interação complexa e interseccional de várias dimensões de sua identidade. Por exemplo, uma mulher negra pode enfrentar formas específicas de discriminação que não podem ser completamente explicadas pela análise separada de sua raça ou gênero.

Para Akotirene (2021, p.19),

---

<sup>15</sup> Para aprofundar as questões sobre o Movimento Negro, conferir Gonzalez (2022).

<sup>16</sup> Cf. Crenshaw (1989).



a interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, do capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais.

A ideia central é reconhecer a multiplicidade de fatores que moldam as experiências individuais e sociais, indo além de uma visão simplista que se concentra em uma única dimensão de identidade. Nesse sentido, o feminismo interseccional é uma vertente dentro do feminismo que reconhece que as opressões não ocorrem isoladamente, mas estão inter-relacionadas e se sobrepõem umas às outras, e que as experiências de opressão e discriminação das mulheres não são uniformes, mas sim moldadas pela classe social, orientação sexual, identidade de gênero, deficiência e outros fatores que compõem sua identidade. Como afirma a filósofa e escritora Sueli Carneiro:

Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com que esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares, subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso (CARNEIRO, 2003, p.2).

Essa perspectiva reconhece que mulheres de diferentes grupos sociais enfrentam diversas e múltiplas desigualdades, e que essas interseções de opressão precisam ser consideradas para compreender plenamente as experiências e necessidades de todas as mulheres e lutar por sua libertação. Assim, enfatiza a importância da inclusão e diversidade dentro do movimento feminista e reconhece as vozes e perspectivas de mulheres que foram historicamente marginalizadas ou excluídas do movimento feminista dominante, legitimando a contribuição de mulheres negras, indígenas, asiáticas, lésbicas, bissexuais, transgêneros, não binárias.

Nesse contexto, os estudos do gênero ganham outros contornos. A ideia da “Mulher universal”, combatida primeiramente pelas feministas negras, dá novas direções aos estudos de gênero que ganha novos contornos político-social e interseccional, contornos que começaram a desfazer a ideia de que o gênero e o sexo biológico estavam intrinsecamente imbricados. As demandas e as lutas das mulheres não podem mais ser tratadas de maneira uniforme, pois as experiências variam consideravelmente entre diferentes grupos. Levar em conta as

especificidades culturais, históricas e sociais que moldam a identidade de cada grupo de mulheres se tornou crucial aos debates. Esse reconhecimento da interseccionalidade ajuda a garantir que as políticas e as iniciativas feministas sejam inclusivas e abordem as diversas formas de opressão que as mulheres enfrentam.

Uma das feministas que mais problematizou essa dualidade ente gênero e sexo foi a historiadora estadunidense Joan Scott, quando da escrita de seu artigo intitulado *Gênero: Uma categoria útil para análise histórica*<sup>17</sup>. Scott divide sua análise em duas partes: primeiro, ela discute as implicações do gênero como uma categoria analítica em relação à história social e à história cultural. Ela faz uma crítica ao que chama de usos descritivos do termo gênero, a fim apenas de definir masculino e feminino, sem um olhar mais amplo para as relações históricas-culturais. Depois, ela examina como o conceito de gênero pode ser usado para iluminar relações de poder, desigualdades e dinâmicas históricas mais amplas.

Para Scott (1995, p.84), “temos necessidade de uma rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária, de uma historicização e de uma desconstrução genuínas dos termos da diferença sexual”. É preciso, portanto, desconstruir a identidade do feminino e do masculino, que encarcera homens e mulheres em seus limites. A partir dos estudos foucaultianos, a historiadora propõe pensarmos estas categorizações imbricadas nas relações sociais de poder e de dominação. Ela afirma que a sua definição de gênero

Tem duas partes e diversas subconjuntos, que estão interrelacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. (SCOTT, 1995, p. 86).

Em 1990, a filósofa americana Judith Butler também coloca em pauta a discussão sobre gênero. Com o seu livro *Problemas de gênero*<sup>18</sup>, propõe uma análise crítica sobre a relação entre gênero, identidade e performatividade. As discussões centrais do livro são marcadas por sua abordagem inovadora da *teoria queer* e sua desconstrução das categorias tradicionais de gênero. Butler problematiza a ideia de que os gêneros são fixos ou naturais, argumentando que eles são um efeito performativo de práticas reiteradas e normativas que moldam o corpo e os sujeitos.

---

<sup>17</sup> Texto em inglês: SCOTT, Joan. **Gender on the Politics of History**. New York: Columbia University Press. 1988.

<sup>18</sup> Originalmente publicado como BUTLER, Judith. **Gender Trouble: feminism and the subversion of identity**. Routledge, New York, NY, 1990.

Segundo a filósofa, os atos que realizamos, nossas expressões corporais e linguísticas, são constitutivos de nossa identidade de gênero, ao invés de refletir uma essência pré-determinada. Assim, o gênero é uma espécie de performance, uma repetição de normas sociais que se materializa em atos corporais e estilizações, que dão a ilusão de uma identidade natural e estável. O gênero “[...] é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser”. (BUTLER, 2015, p. 69).

Ao explorar a *teoria queer*, Butler afirma que não só o gênero como o sexo e a sexualidade são construídos para terem uma correspondência específica: a da heteronormatividade. A *teoria queer* questiona as normas sociais que prescrevem comportamentos e identidades sexuais considerados "normais" ou "adequados". Nessa perspectiva, rejeita a noção de identidades estáticas e propõe uma visão mais plural e fluida das identidades de gênero e sexualidade. Isso inclui reconhecer a diversidade de expressões de gênero e orientações sexuais que não se conformam às expectativas normativas. A emergência da *teoria queer* abriu caminho para uma participação mais destacada de outras categorias além de mulheres cisgênero no feminismo, dando origem a novas ramificações do movimento. Nessa perspectiva, o sujeito do feminismo pode ser dissociado da identidade "mulher" e colocado em um espaço onde não é rigidamente categorizado. Embora ainda esteja sujeito a mecanismos de poder, essa ausência de definição oferece mais liberdade e potencial de resistência, permitindo que o sujeito escape de rótulos que o limitam.

O movimento feminista hoje alcançou os mais variados segmentos da sociedade, engajando as diversas representações femininas em suas dimensões raciais, sociais, sexuais; além disso, penetrou no contexto partidário e nas pautas de reivindicações sindicais, galgando terreno nos espaços mais conservadores da sociedade, como nas instituições e organizações militares, através dos vários Conselhos e Delegacias de Mulheres; também alcançou o domínio político e Legislativo por meio da transformação de “bandeiras de luta” em direitos constitucionais, extensivos a todas as brasileiras. Consoante a isso, Rago (2004, p. 32) afirma que a luta feminista “[...] contribuiu para que houvesse grandes mudanças [...] nos códigos morais e jurídicos, nos valores, nos comportamentos, nas relações estabelecidas consigo e com os outros, nos sistemas de representações [...].

Nesse sentido, afirmamos que as bandeiras feministas nos levam a refletir sobre a produção das subjetividades feminina, uma vez que os feminismos provocaram fissuras em espaços em que as formas sociais, as atividades profissionais, as manifestações intelectuais, a produção do conhecimento eram/são moldadas por homens. Buscando uma transformação mais

profunda na sociedade, o feminismo trava uma luta ideológica contra os valores patriarcais representados diretamente pelos pais, pelos maridos, companheiros, amigos, colegas de trabalho. Para as mulheres, esse feminismo significa também um processo de reeducação, ruptura com uma história de submissão e descobrimento das próprias potencialidades.

Como outros movimentos sociais, a luta das mulheres passou por mudanças relevantes. Essas mudanças foram influenciadas em grande parte pelas novas gerações e pelo advento da tecnologia digital, o que ocasionou o surgimento de diversas correntes ideológicas. Essas correntes contribuíram para ampliar as questões já debatidas pelas feministas, ou seja, para expandir os temas discutidos e as áreas de atuação do movimento feminista. Nos anos 2000, observa-se um aumento notável nas manifestações nas ruas e na formação de novos coletivos liderados por mulheres jovens.

As novas gerações de feministas são responsáveis por proporcionar novas formas de pensar e atuar no social. A Marcha das Vadias, por exemplo, sua primeira edição foi articulada por jovens estudantes canadenses, em 2011. Elas saíram às ruas com o corpo à mostra para protestar pelo direito das mulheres usarem as roupas e se comportarem da forma que quiserem. O que impulsionou o movimento foi a discordância contra a culpabilização de uma colega que havia sido vítima de violência, após um policial argumentar que os estupros ocorridos na Universidade de Toronto poderiam ter sido evitados se as mulheres não se vestissem como vadias. A marcha chega ao Brasil e, assim como em outros países do mundo, tem como principais bandeiras o fim da violência sexual e da culpabilização da vítima, bem como a liberdade e a autonomia das mulheres sobre seus corpos.

Outro nome jovem que fez história é o de Malala Yousafzai. Uma ativista paquistanesa conhecida internacionalmente por sua defesa dos direitos das mulheres e do acesso à educação. Nascida em 12 de julho de 1997, no Paquistão, Malala ganhou destaque aos 11 anos de idade, escrevendo um *blog* para a BBC Urdu, sob um pseudônimo, onde documentava sua vida sob o domínio do Talibã, que proibia a educação feminina na região. Em 2012, aos 15 anos, Malala foi alvo de um atentado perpetrado pelo Talibã, que a baleou na cabeça dentro de um ônibus escolar. Seu nome ecoou pelo mundo por seu ativismo pelo direito à educação das mulheres e meninas no Paquistão. Após se recuperar do atentado no Reino Unido, onde recebeu tratamento médico, Malala continuou seu ativismo, fundando a Malala Fund, uma organização dedicada a garantir que todas as meninas tenham acesso à educação de qualidade em todo o mundo. Em 2014, Malala se tornou a pessoa mais jovem a receber o Prêmio Nobel da Paz, em reconhecimento ao seu trabalho incansável em prol dos direitos das mulheres e da educação.

Desde então, ela tem continuado a advogar pela educação das meninas em diferentes partes do mundo, viajando, dando discursos e utilizando sua voz para inspirar mudanças.

O surgimento da *internet* e das mídias digitais permitiu ao feminismo desenvolver novos espaços de propagação de discursos com diferentes linguagens, como o surgimento de uma expressiva presença de sites e *blogs* feministas, caracterizados como ciberfeminismo. O ciberfeminismo é uma vertente do feminismo que se concentra nas questões relacionadas à tecnologia, internet e mídias digitais. Surgiu como uma resposta às desigualdades de gênero presentes no mundo digital. O termo ficou conhecido através dos estudos da filósofa e pesquisadora inglesa Sadie Plant (1999) para abordar uma ampla gama de tópicos que envolvem as mulheres e as novas tecnologias, reconhecendo a importância de examinar como as tecnologias digitais impactam e são impactadas pelas questões de gênero. Isso inclui questões relacionadas à representação das mulheres na mídia digital, participação feminina na indústria de tecnologia e as desigualdades de gênero na *internet*. Desde o seu surgimento, o ciberfeminismo tem evoluído em resposta às mudanças na tecnologia e na cultura digital, adaptando-se para abordar questões contemporâneas relacionadas à identidade de gênero e representação *online*.

Dessa forma, a *internet* não apenas oferece espaços para expressão, mas também cria uma arena política onde mulheres podem se engajar em debates públicos e articular movimentos políticos e sociais. Isso permite que elas participem ativamente na discussão de questões que afetam suas vidas e comunidades, fornecendo uma voz que pode ter sido sub-representada ou ignorada em outras mídias. Além dos debates *online*, o espaço virtual também possibilita outras frentes, como a organização de encontros, protestos e outras formas de ativismo feminista. Mulheres podem usar redes sociais e fóruns *online* para planejar e coordenar ações offline, ampliando assim o impacto de suas lutas para além do espaço virtual. Nesse aspecto, a web promoveu transformações nas práticas sociais e na maneira de produzir e consumir informações, atuando na promoção de diferentes movimentos. Em suas novas formas de articulação em redes, o espaço virtual transformou-se em uma ferramenta de propagação de discursos. O movimento virtualizado passa a ser parte central da engrenagem que abala, que desestabiliza os discursos machistas e sexistas, e sustenta outros discursos sobre o feminino.

Entendemos, com Gregolin (2005), que os discursos, ao circularem na mídia contemporânea, podem produzir sentidos de verdade como singularidades históricas e para compreendermos esses feixes de sentidos é preciso ter acesso ao arquivo, que “se constitui em “horizontes de expectativas”, e um acontecimento discursivo realiza algumas das suas possibilidades temáticas. De acordo com a autora,

na medida em que a Análise de Discurso propõe entender a produção de efeitos de sentido, realizada por sujeitos sociais, que usam a materialidade da linguagem e estão inseridos na História, ela nos oferece dispositivos teóricos e analíticos para compreendermos o papel dos discursos da mídia na produção das subjetividades. (GREGOLIN, 2015, p. 194)

As mídias digitais podem ser consideradas como dispositivo, na medida em que atua como uma rede na qual se podem construir ou desconstruir inúmeros sentidos de acordo com a disputa das formações discursivas em jogo, que vão determinar quais sentidos devem permanecer na ordem do discurso, quais devem ser transformados e quais devem ser apagados. Deleuze (2016) propõe que o dispositivo é formado por múltiplas linhas de visibilidade e enunciabilidade – os dispositivos “são máquinas de fazer ver e falar”.

Apesar de a web ser um vasto espaço repleto de informações e perspectivas diversas, muitas pessoas ainda se encontram presas em bolhas de informação, consumindo conteúdos que reforçam suas crenças e interesses existentes. Esse fenômeno é facilitado pelos algoritmos das plataformas digitais, que desempenham um importante papel na curadoria do conteúdo que os usuários veem. Os algoritmos são conjuntos de regras e fórmulas utilizadas por plataformas de redes sociais, mecanismos de busca e serviços de *streaming* para personalizar o fluxo de informações para cada usuário. Eles analisam o comportamento *online*, como os sites visitados, as postagens curtidas e as interações, para prever e exibir conteúdo que provavelmente ressoe com as preferências individuais.

Para Gregolin (2015, p. 1955) “dada a *multiplicidade* de plataformas, os consumidores são estimulados a procurar informações, a fazer conexões em meio a conteúdos de mídia dispersos”. Podemos aplicar este entendimento as relações que as mulheres têm estabelecido no espaço virtual. Plataformas como *Facebook*, *Twitter* e *Instagram* proporcionam um espaço global onde mulheres de diversas origens podem compartilhar experiências, e discutir questões de gênero. Essas redes demarcam um tipo de organização política, a qual oportuniza uma nova ordem discursiva. Nesses espaços, as mulheres desafiam o silenciamento histórico das vozes femininas, fazem campanhas contra o sexismo e o machismo, denunciam assédios, abusos e discriminação, organizam eventos, campanhas e protestos, enfim, assumem o protagonismo, contribuindo para a conscientização pública e pressionando por mudanças. Para dialogar com esta questão, vejamos alguns perfis nas redes sociais.

Figura 01: @revistaazmina



Fonte: <https://www.instagram.com/revistaazmina/?hl=pt>

Figura 02: @agoraquesaoelas\_



Fonte: [https://www.instagram.com/agoraquesaoelas\\_/?hl=pt](https://www.instagram.com/agoraquesaoelas_/?hl=pt)

Figura 03: @onumulheresbr



Fonte: <https://www.instagram.com/onumulheresbr/?hl=pt>

Os perfis do *Instagram*, apresentados nas figuras 01, 02, 03, referem-se às páginas que engajam discussões sobre os direitos das mulheres, feminismo e outros assuntos relacionados a essas temáticas. Na figura 01 temos o perfil da revista “AzMina”<sup>19</sup>, que se apresenta como um veículo jornalístico focado na cobertura de temas diversos com recorte de gênero. Nas suas redes sociais, seja no *Twitter* ou no *Instagram*, predominam conteúdos que abordam principalmente os direitos das mulheres e da comunidade LGBTQIA+, sempre mantendo um acompanhamento ágil dos acontecimentos. Com uma estética visual moderna e vibrante, as postagens oferecem informações diretas e frequentemente têm um caráter de utilidade pública. A ênfase da revista nas discussões de gênero ajuda a preencher lacunas na cobertura jornalística

<sup>19</sup> Site da revista: <https://azmina.com.br/revista-azmina/#o-que-guia-o-jornalismo-d-azmina>

convencional, que frequentemente negligencia ou subestima a importância das questões de gênero.

Na figura 02, temos o perfil do @*agoraquesaoelas\_* cuja descrição afirma “*Na política, nas artes, no esporte, nas redes e onde mais estiverem: tudo sobre mulheres que transformam a sociedade*”. Os conteúdos neste perfil falam sobre mulheres e sua atuação nos mais diversos ambientes onde elas podem estar. São compartilhados, além de informações, vídeos inspiradores com falas de mulheres e há recorrentemente proposição de debates para as seguidoras, convidando-as a comentar e conversar nos comentários. O perfil destaca-se por sua proposta de promover e celebrar a presença e as conquistas das mulheres em diversos campos, destacando a importância de reconhecer e valorizar a contribuição feminina em múltiplas esferas da sociedade. A presença feminina, muitas vezes sub-representada ou minimizada em diferentes setores, é celebrada e amplificada, proporcionando modelos de sucesso e inspiração para outras mulheres e meninas.

A figura 03 @*onumulheresbr* corresponde ao perfil oficial no *Instagram* da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres). A entidade ONU Mulheres (ou UM Woman em inglês) é uma entidade da Organização das Nações Unidas (ONU) dedicada a promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres em todo o mundo. Foi criada em julho de 2010 pela Assembleia Geral da ONU, como resultado da fusão de várias agências e programas das Nações Unidas que trabalhavam com a questão da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres. A ONU Mulheres é uma força global que visa garantir que as mulheres e meninas em todo o mundo possam viver em um ambiente seguro, justo e igualitário. Neste perfil são compartilhadas informações relativas à defesa dos direitos humanos das mulheres, especialmente pelo apoio a articulações e movimento de mulheres e feministas, entre elas mulheres negras, indígenas, jovens, trabalhadoras domésticas e trabalhadoras rurais. O perfil tem uma série de publicações também sobre as ações da ONU no Brasil, como pesquisas e serviços.

Esses perfis, criados e moldados pelo movimento feminista e outros grupos de defesa dos direitos das mulheres, refletem a luta contínua para que as mulheres possam participar de forma igualitária na sociedade, como também visam redefinir os discursos e narrativas que historicamente foram dominados por vozes masculinas. Além disso, reafirmam que é preciso desenvolver estratégias de resistência que visem empoderar as mulheres, garantindo que elas tenham suas vozes ouvidas.



Nesse sentido, o virtual, neste contexto específico do ciberfeminismo, promove novo espaço de socialização, de comunicação, de engajamento, de organização, de disseminação de informação e conhecimento. Segundo Lévy (1996, p.11),

Um movimento geral de virtualização afeta hoje não apenas a informação e a comunicação, mas também os corpos, o funcionamento econômico, os quadros coletivos da sensibilidade ou o exercício da inteligência. A virtualização atinge mesmo as modalidades do estar junto, a constituição do “nós”: comunidades virtuais, empresas virtuais, democracia virtual.

Para o autor, a virtualização não se restringe apenas à manipulação e representação de informações, mas está se estendendo para além disso. Ele observa que a virtualização está afetando os próprios corpos das pessoas, alterando a forma como interagimos com o mundo e como nossos corpos são percebidos e experimentados, como nos constituímos. Assim, essa mobilização virtual das mulheres funciona como uma insurgência política. Um movimento coletivo de enfrentamento.

Concordamos com Gregolin (2015, p. 196) que “a cultura digital propicia circulação mais fluida de gêneros de discurso (como as redes sociais e os blogues)” que tem como uma de suas “propriedades *novas narratividades* (novas formas de constituir as arquiteturas narrativas).” Nesse contexto, outros elementos do virtual também funcionam como catalizadores do movimento das mulheres. As ferramentas de marcação social, conhecidas como *hashtags*, por exemplo, desempenham um papel significativo na comunicação contemporânea, especialmente nas redes sociais. Originárias do *Twitter*, as *hashtags* têm evoluído para além de simples metadados, tornando-se catalisadores de conversas temáticas e facilitadores de agregação de conteúdo. Podemos apontar também seu impacto na disseminação de informações, engajamento público e formação de identidade digital. Vale destacar ainda a dinâmica linguística por trás das *hashtags*, considerando seu papel na simplificação e categorização de mensagens em espaços digitais vastos e diversificados. Para McCann *et al.* (2019, p. 296),

[...] O ‘ativismo *hashtag*’ (expressão cunhada em um artigo de 2011 no *The Guardian*) tem sido fortemente incorporado à quarta onda do feminismo. Este tipo de ativismo envolve o uso de *hashtags* com frases de impacto que impulsionam o ativismo digital. Assim, o público de um determinado grupo de ativistas consegue ter atualizações no *Twitter*, minuto a minuto, agregando todos os posts que usem essas frases. Os grupos utilizam as *hashtags* para divulgar informações, compartilhar fotos de um protesto ou divulgar em ‘tempo real’ um ato de injustiça e encorajar seu público a compartilhar vídeos. [...]

As *hashtags* são termos associados a assuntos ou discussões que se deseja indexar em redes sociais como *Instagram*, *Facebook* e, como já mencionado, no *Twitter*. Quando a combinação é publicada, transforma-se em um *hiperlink* que leva para uma página com outras publicações relacionadas ao mesmo tema, criando assim uma rede enunciativa e estabelecendo um funcionamento semântico e discursivo.

Conforme Baracuhy (2020, p. 134)

A utilização de *hashtags*, que compõem um dado enunciado, o reenvia para um domínio de memória no espaço digital, onde ele se “acumula”, ou seja, ele é armazenado conjuntamente, de modo que a “memória do acontecimento” se deposite em um mesmo espaço digital para quem quiser acessá-lo (grifos da autora).

A *hashtag* funda, assim, uma rede discursiva que envolve os sujeitos, a história e a memória. Assim, enquanto enunciado, embora na sua realização seja única, como todo acontecimento, está aberta à repetição, à transformação, à reativação. Isso porque ela está ligada não apenas a situações que a provocam e a consequências por ela ocasionadas, mas, ao mesmo tempo e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que a precedem e a seguem.

No contexto da luta das mulheres, as *hashtags* têm se revelado recursos poderosos proporcionando uma rede dinâmica que mobiliza e promover discursos. As *hashtags* auxiliam na amplificação de vozes, na sensibilização e na criação de conscientização sobre temas que afetam as mulheres globalmente, uma vez que funcionam como catalisadoras de movimentos sociais, proporcionando um meio eficaz para conectar ativistas, compartilhar narrativas, propagar discursos.

Em 2014, nos Estados Unidos, foi lançada a campanha *#SayHerName* do Fórum de Políticas Afro-Americanas (AAPF) e do Centro de Estudos de Interseccionalidade e Políticas Sociais (CISPS) pela conscientização para os nomes e histórias invisíveis de mulheres e meninas negras que foram vítimas da violência policial racista. Em 2016, as argentinas protestaram contra a relativização da cultura do estupro e da violência contra a mulher com a *#NiUnaMenos*. No Brasil, a *hashtag* *#ChegadeFiuFiu*, lançada em 2013, protestou contra o assédio sexual em espaços públicos; *#MeuPrimeiroAssédio* e *#MeuAmigoSecreto*, ambas de 2015, trouxeram à tona a presença velada do assédio na vida das mulheres. Também em 2015, através de campanhas e de manifestações, em um movimento que ficou conhecido como *Primavera Feminista*, temas importantes da agenda política feminista ganharam visibilidade

nas redes da *internet* e das ruas. Dentre elas, os protestos contra o PL 5069-2013<sup>20</sup> do Deputado Federal Eduardo Cunha. A *hashtag* #MeToo, que eclodiu nas redes em 2017 (utilizada mais de 200 mil vezes em apenas dois dias após a primeira postagem<sup>21</sup>), é outro exemplo de como as redes sociais permitiram que mulheres compartilhassem suas histórias, destacando a prevalência do assédio sexual e impulsionando movimentos para responsabilizar agressores.

As mulheres também se manifestam em relação às questões políticas. Em 2017, as americanas reagiram à eleição do presidente Donald Trump com uma manifestação histórica contra o presidente em várias cidades. Elas se posicionavam contra condutas misóginas do presidente eleito e os retrocessos que seu governo poderia trazer para os direitos das mulheres, por exemplo suspendendo o direito ao aborto legal. No Brasil, também ocorreram manifestações políticas às vésperas das eleições brasileiras de 2018. Mulheres lideraram grandes protestos em diversas cidades brasileiras contra o então candidato Jair Bolsonaro. O movimento a *hashtag* #elenão surgiu como uma resposta às declarações e posições de Jair Bolsonaro, que muitos consideravam misóginas, racistas, homofóbicas e antidemocráticas. A *hashtag* começou a ser usada nas redes sociais como um símbolo de rejeição ao candidato, e rapidamente se tornou um grito de mobilização. Embora o movimento tenha começado com mulheres e grupos feministas, ele rapidamente foi abraçado por outros setores da sociedade, incluindo homens, pessoas LGBTQIAPN+, artistas, intelectuais e outros grupos que se opunham à candidatura de Bolsonaro.

Essas mudanças contribuíram para uma expansão e revitalização do movimento feminista, chegando a ser considerada uma nova onda feminista. De acordo com a pesquisadora Marlise Matos (2014), por sua configuração atual, o feminismo brasileiro está vivendo uma quarta onda. A autora apresenta algumas características consideradas fundamentais do movimento: a) o alargamento da concepção de direitos humanos, abarcando sexo, gênero, cor, raça, sexualidade, idade, geração, classe social; b) A ampliação, a difusão, assim como uma espécie de localização e comunitarização de lutas feministas (campesinas, indígenas, povos tradicionais, comunitárias etc.), produzindo-se um efeito de diversificação e multiplicação de suas bases de mobilização social e política; c) Uma agenda de lutas que tem sido fortemente radicalizada não apenas na perspectiva de ser antineoliberal, democrático-participativa e popular para a região, mas fortemente anticapitalista; d) Um significativo esforço de elaborar e

---

<sup>20</sup> O projeto, de acordo com o entendimento das mulheres, complica e limita o atendimento às vítimas de violência sexual, ao propor mudança no fluxo de atendimento da mulher que sofrer abuso sexual. Projeto de Lei disponível em [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1061163&filename=PL%205069/2013](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1061163&filename=PL%205069/2013).

<sup>21</sup> Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-41652306>. Acesso em 22 de nov. de 2023.

difundir formas próprias de aprendizagem e ensino oriundas da perspectiva da interculturalidade e do decolonialismo como alternativas ao poder e ao saber validado. Tais esforços vêm sendo experimentados por diferentes comunidades de mulheres (rurais, indígenas, jovens, autonomistas, comunitárias, quilombolas etc.); e) A construção de um novo espaço e de novo repertório de ação que é correlato a essa nova moldura transnacional/comunitária: um renovador ativismo feminista *online*, realizado através das mais distintas mídias sociais e redes alternativas (*blogs, Facebook, Twitter, Instagram etc.*) que têm ressignificado de maneira poderosa as lutas por mais justiça de gênero; f) Uma nova forma teórica – transversal e interseccional – de compreensão dos fenômenos de raça, gênero, sexualidade, classe e geração desdobram-se na necessidade de se pensar em micro e macroestratégias de ação articuladas, integradas, construídas em conjunto pelo Estado e pela sociedade civil. Para a autora, esta nova onda trata-se de um novo feminismo interseccional, transversal, multimodal, policêntrico.

A perspectiva decolonial é uma das mais atuais e contestadoras linhas do pensamento feminista contemporâneo, reivindicando a desconstrução de leituras hegemônicas sobre a mulher e o discurso de feministas oriundas dos países historicamente dominantes. Como reação ao processo de colonização – histórico e intelectual – o pensamento decolonial irrompe o cenário do feminismo com novas teorias e novos questionamentos sobre o problema do gênero, raça, classe e da própria epistemologia. Outra característica que é possível constatar nesta nova geração de mulheres ativistas é o fato do movimento ser impulsionado, sobretudo, por mulheres jovens.

A maioria das feministas pós-coloniais estão inseridas em espaços acadêmicos, envolvidas em movimentos sociais e em práticas políticas produzidas em suas comunidades. Conforme Curiel, (2020, p. 144), “tanto nas ciências sociais, como também no ativismo, muitas vezes assumimos que os chamados feminismo pós-colonial e feminismo decolonial são a mesma coisa. [...]”. A autora ainda afirma que o que caracteriza o feminismo pós-colonial é o fato de propor “uma outra narrativa, em detrimento à do feminismo hegemônico – geralmente branco e ocidental de mulheres do “Terceiro Mundo” (p. 146).

Essas novas configurações do feminismo fortaleceram a identidade feminista e têm causado impactos em vários aspectos da sociedade, como na cultura, nas relações sociais, nas instituições e na política institucional, uma vez que as discussões sobre representatividade se tornaram mais acirradas. Estes diversos discursos e enunciados que emergem dos embates travados pelas mulheres, sob forma de práticas discursivas de resistência e liberdade, surgem como uma resposta, um embate à construção de saberes e relações de poder que colocaram o

corpo feminino no centro do domínio patriarcal, resultando em formas habituais de subjugação e violência ao longo do desenvolvimento da sociedade.

Nesse sentido, podemos afirmar que as novas formas de pensar as questões de gênero, a partir dos movimentos feministas, contribuíram para a inserção de diferentes formas de constituição da sujeita mulher na sociedade. As conquistas feministas produziram importantes rupturas e sucessivos deslocamentos no imaginário social, especialmente, no que se refere aos modelos de feminilidade que as mulheres deveriam tomar como referência. O movimento feminista criticou e desconstruiu modelos tradicionais do que é ser mulher e propôs outros discursos sobre a mulher, instituindo novas posições para o feminino. Como afirma Margareth Rago (2013, p.24),

hoje, é possível constatar que o feminismo introduziu outras maneiras de organizar o espaço no cotidiano e outros modos de pensar, desde a produção científica e a formulação das políticas públicas até as relações corporais, subjetivas, amorosas e sexuais. Conferiu novos sentidos às ações das mulheres e à sua participação na vida social, política, econômica e cultural.

Os novos modelos de existência apontados pela autora, ocorridos por meio da resistência e da busca por desfazer a oposição binária que hierarquizam homem e mulher, reverberam como forma de confrontação aos discursos sexistas sobre a mulher. Deste movimento de resistência, emergem diferentes discursos que desarranjam a regularidade da memória social sobre o feminino. As mulheres têm alcançado, ainda que em pequenos passos, representatividade em diversos setores, como na política, no mercado de trabalho, na economia, nas ciências. Os feminismos também têm contribuído para aumentar a conscientização e combater a violência de gênero em todas as suas formas, incluindo violência doméstica, assédio sexual, estupro e tráfico humano; tem lutado incansavelmente pelos direitos reprodutivos das mulheres, incluindo acesso à contracepção, direito ao aborto seguro e legal, e educação sexual, além de promover uma compreensão mais ampla e inclusiva das identidades de gênero.

### 3.2 A LITERATURA DE AUTORIA FEMININA: UMA ESCRITA TRANSGRESSORA

A trajetória das mulheres é caracterizada por uma série de batalhas, incluindo aquelas pela igualdade de gênero, pelo acesso à educação e ao direito de voto, pela equidade no mercado de trabalho, por melhores remunerações, pela quebra de barreiras que impedem as mulheres de alcançarem a plena igualdade e, crucialmente, pelo direito ao controle sobre seus próprios corpos. A resistência à opressão masculina e a busca pela emancipação são os elementos unificadores dessas diversas lutas travadas por mulheres em todo o mundo.

Quando voltamos nosso olhar para a história da literatura de autoria feminina, entendemos que é uma narrativa que reflete a luta contínua das mulheres pelo reconhecimento de sua capacidade intelectual na sociedade brasileira. A exclusão de narrativas produzidas por mulheres foi/é resultado de práticas discursivas que privilegiaram a enunciação do sujeito dominante da cultura, o homem. Mas, aí mesmo, em meio ao cerceamento, as sujeitas mulheres desenvolvem práticas de resistência contra os efeitos das relações de poder instituídas que assujeitam e aviltam a vida, que produzem rupturas e contracondutas.

Foucault (2006) sugere que, mesmo diante das relações de poder que nos asfixiam, há sempre a possibilidade de resistência e revolta. Ele não via o poder apenas como uma força que oprime, mas também como algo que é constantemente contestado. O autor enfatiza que as relações de poder não apenas nos controlam, mas também nos permitem ver e falar sobre nossa condição. Isso significa que o poder não é apenas uma força negativa, mas também pode criar espaços para a resistência. Entendemos, portanto, que, por um lado, há uma história de normalização e normatização que influencia e molda as subjetividades dos sujeitos; por outro lado, dentro desses mesmos espaços, há uma história de resistências. É o caso da literatura de autoria feminina.

De acordo com a professora e pesquisadora Regina Dalcastagnè, a literatura brasileira é “um espaço contestado”. Ela faz esta afirmação em seu livro intitulado “*Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*”. Nesta obra, a pesquisadora apresenta alguns dados de pesquisas desenvolvidas sobre a literatura brasileira. Os dados apontam que entre os anos de 2006 e 2011, nos principais prêmios literários brasileiros (Portugal Telecom, Jabuti, Machado de Assis, São Paulo de Literatura, Passo Fundo Zaffari & Bourbon), foram premiados 29 autores homens e apenas uma mulher (na categoria estreante, do Prêmio São Paulo de Literatura). Uma pesquisa mais abrangente revelou que, de todos os romances publicados pelas principais editoras brasileiras durante um período de 15 anos (de 1990 a 2004), 120 em 165 autores eram homens, representando 72,7% do total. A homogeneidade racial também é destacada, com 93,9% dos autores sendo brancos. Além disso, mais de 60% deles residem no Rio de Janeiro e em São Paulo, e a maioria está envolvida em profissões que já ocupam espaços privilegiados na produção de discurso, como os meios jornalístico e acadêmico.

É a partir desses dados que a autora defende o campo da literatura como um espaço de disputa: “hoje, cada vez mais, autores e críticos se movimentam na cena literária em busca de espaço – e de poder, o poder de falar com legitimidade ou de legitimar aquele que fala”. (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 13). Para a autora (2012), a tradição literária tende a privilegiar certos grupos e formas de expressão em detrimento de outros, resultando na exclusão de

determinadas produções literárias e na marginalização de grupos minoritários, seja com base em raça, gênero, classe social ou outras identidades. Um dos principais pontos abordados pela autora é a diversidade de vozes femininas na literatura brasileira contemporânea. A autora examina as barreiras enfrentadas pelas escritoras brasileiras, incluindo o silenciamento dentro do cânone literário, a falta de visibilidade em determinados espaços editoriais e críticos, e as pressões sociais e culturais que muitas vezes limitam a liberdade criativa das escritoras.

A inferiorização da figura feminina nos diversos espaços sociais está assentada em pilares histórico-culturais, conforme temos discutido ao longo desta pesquisa. As vozes femininas foram frequentemente marginalizadas, reprimidas e subjugadas em um contexto dominado por narrativas masculinas. Historicamente, as mulheres enfrentaram restrições sociais e culturais. Expectativas de gênero, como o papel tradicional de cuidar da família e da casa, muitas vezes limitavam seu tempo para se dedicarem à produção literária e rebaixavam sua escrita. Além disso, nas épocas coloniais e imperiais do Brasil, as mulheres eram frequentemente excluídas dos espaços de educação formal e cultural, relegadas ao âmbito doméstico e à submissão às normas patriarcais vigentes.

Essas questões foram e são problematizadas por algumas escritoras, é o caso da autora modernista de origem britânica Virgínia Woolf que em *Um teto todo seu*, publicado em 1929, este clássico ensaio que veio a se tornar um texto feminista fundamental, questiona a negação do espaço da escrita em relação à mulher, diante disso indaga: Se Shakespeare tivesse tido uma irmã, dotada dos mesmos talento e inteligência, poderia ela edificar o mesmo legado do famoso Bardo? A centralidade que a autora dá à questão de gênero, possibilita entender o contexto de invisibilidade da mulher escritora, a partir de relações de poder que permeiam o processo de produção, recepção e circulação de livros. Nesta obra, a autora discute a necessidade de as mulheres escritoras conquistarem seu espaço, tanto literal quanto metafórico, dentro de um universo dominado por homens.

De igual modo, a escritora e crítica literária brasileira Heloísa Buarque de Hollanda (1990, p. 4) afirma que o cânone literário “[...] via de regra, tem definido as noções de gênero, de gosto e de temas para a produção literária. Este cânone é marcado pela exclusão das mulheres enquanto sujeito do discurso e pela adulteração na representação da experiência e história femininas”. O cânone, que é em grande parte moldado e mantido por uma estrutura patriarcal, historicamente privilegiou as vozes masculinas em detrimento das femininas. A concepção utilizada para tornar uma obra canônica partia/parte de um julgamento subjetivo articulado pela hegemonia de um grupo, levando a um processo seletivo sempre excludente. A partir desse princípio, as obras eram “medidas” sob o ângulo do seu conteúdo e só eram merecedoras de

serem lidas e preservadas aquelas nas quais o conteúdo expressasse as verdades a serem ensinadas e transmitidas. Verdades e ensinamentos ditados por homens de uma determinada cultura e que se pautavam em uma verdade particular, subjetiva. Em outras palavras, partindo de um sentido de verdade criado por um pequeno grupo, ditador de normas, de valores universais, esse grupo excluía quaisquer outras formas de verdade, de pensar e ou agir que não fossem iguais as suas.

Foucault (2014a) afirma que a produção de discurso na sociedade é controlada e ordenada. Um dos procedimentos de controle apontado pelo filósofo é a vontade de verdade. Cabe a esta a interdição ou segregação, é ela que norteia as formulações teóricas das disciplinas. Assim, a vontade de verdade se expressa através de uma vontade de exclusão, na medida que coloca à margem da sociedade aqueles que não são direcionados pela vontade de verdade instituída como única forma de verdade possível. As mulheres escritoras, produtoras de literatura que não se encaixam nessa vontade são excluídas.

As mulheres também enfrentavam barreiras no acesso ao mundo editorial. Editoras frequentemente priorizavam obras de autores masculinos, e as mulheres tinham menos oportunidades de publicar seus trabalhos. Mesmo quando conseguiam publicar, enfrentavam preconceitos e discriminação no mercado editorial, a literatura produzida por elas muitas vezes era desvalorizada, já que se destinava ao segundo sexo, ou era rotulada como "feminina", uma vez que estereótipos de gênero também influenciavam as expectativas em relação aos temas e estilos que as mulheres deveriam abordar em suas obras.

Sobre a representatividade das mulheres no cânone literário, a pesquisadora Constância Lima Duarte questiona:

A grande pergunta que se coloca é por que algumas escritoras, como Narcisa Amália, Nísia Floresta, Beatriz Francisca de Assis Brandão, Prescília Duarte de Almeida, Ana Aurora Lisboa, Maria Amélia de Queiroz, Úrsula Garcia, Carmen Freire, Mariana Luz, Francisca Júlia, Júlia da Costa, Auta de Souza, Francisca Clotilde, para citar só algumas, já que a lista é enorme, não estão hoje em nossas histórias literárias, nem sua obra compilada nas antologias e manuais de literatura. Quem as conhece sabe que a poesia que realizaram em nada fica a dever aos nossos poetas árcades e românticos, tais como Casimiro de Abreu, Álvares de Azevedo, Fagundes Varela e, até ousar acrescentar, Gonçalves de Magalhães. (DUARTE, 1995, p. 26).

No entanto, é importante ressaltar que, apesar dessas barreiras históricas, as mulheres sempre estiveram presentes na literatura brasileira, mesmo que de forma sub-representada. Mesmo diante das restrições que lhes foram impostas, algumas mulheres sinalizam presença significativa em debates importantes de seu tempo como educação, direito ao voto e



emancipação feminina, tanto na literatura como na imprensa. Nomes como os de Rita Joana de Sousa, considerada a primeira escritora de literatura do século XVIII<sup>22</sup>, poetisa, filósofa e historiadora, que viveu em Olinda, Pernambuco. Também temos Ângela do Amaral Rangel, nascida no Rio de Janeiro; Beatriz Brandão, esta dirigiu, em Vila Rica, um educandário para meninas; Bárbara Heliodora, de São João Del Rei, Minas Gerais; Maria Josefa Barreto, primeira jornalista do Rio Grande do Sul; entre outras mulheres. Vozes silenciadas, marginalizadas pelo poder, sufocadas pela ordem que produzem subjetividades fixas para as sujeitas mulheres, mas que ao enunciar produziram outros discursos, outros saberes, outras subjetividades.

Diante do contexto de relações de poder que provocaram/provocam o silenciamento e o apagamento da presença das mulheres no mundo da escrita, seja ele ficcional ou não, é que se faz importante o trabalho de resgate histórico operado pelo movimento feminista e outros movimentos. bell hooks (2018, p.42), escritora e ativista do feminismo negro, afirma que:

produzir um *corpus* de literatura feminista junto com a demanda de recuperação da história das mulheres foi uma das mais poderosas e bem-sucedidas intervenções do feminismo contemporâneo. Em todas as esferas da escrita literária e da bibliografia acadêmica, trabalhos produzidos por mulheres haviam recebido pouca ou nenhuma atenção, uma consequência da discriminação de gênero. Notavelmente, quando o movimento feminista expôs preconceitos na composição de currículos, muitos desses trabalhos esquecidos e ignorados foram redescobertos.

Nesse sentido, os estudos de gênero e a crítica literária feminista emergiram como estâncias acadêmicas significativas, provocando uma reavaliação crítica das obras literárias e de suas autorias. Por meio de uma lente crítica sensível às questões de gênero, estes campos de estudos destacam a importância de reconhecer e valorizar a literatura produzida por mulheres. Ao contestar o privilégio masculino, branco e heteronormativo no campo literário, a crítica feminista, nas décadas de 70 e 80, começou a investigar as razões por trás da exclusão das mulheres na literatura, bem como a marginalização da produção literária feminina. Até meados da década de 1970, apenas três escritoras eram conhecidas do grande público e da crítica: Raquel de Queiroz, Cecília Meireles e Clarice Lispector, “colocando-se na vanguarda de sua época ao penetrar no mundo das letras” (DUARTE, 2003, p. 164). Outro papel relevante da crítica literária foi a problematização, nas obras consideradas canônicas, da representação da mulher, destacando como a literatura produzida pelo *establishment* masculino frequentemente retratava as mulheres de forma estereotipada, refletindo um binarismo simplista.

---

<sup>22</sup> Algumas pesquisadoras têm se dedicado a traçar um panorama da literatura de autoria feminina nos últimos anos, a exemplo de Schmidt (1995); Perrot (2005); Muzart (2000 e 2004), Duarte (2008) e Mendes et al. (2009).

Sob a perspectiva da teoria feminista e das políticas feministas, a crítica feminista põe em debate o quão é histórico o fenômeno dos homens usufruírem do lugar de maior prestígio na produção e comercialização das obras literárias, criando possibilidades de entendermos a partir de quais mecanismos ideológicos o cânone literário opera e, por desdobramento, desenvolvermos estratégias de resistência ao seu controle. Nessa enfrentamento, como esclarece hooks (2018), é imprescindível o reconhecimento das produções de autoria feminina, bem como espaços para que essas produções sejam socializadas.

Desse movimento, produções de autoria feminina tem ganhado visibilidade, colocando em xeque as narrativas dominantes, os processos de naturalização hierarquizada de gênero e a evidente representatividade masculina na tradição literária. É o caso da poética de Adélia Prado, Ana Cristina Cesar, Marly de Oliveira, Olga Savary, Astrid Cabral, Myriam Fraga, Hilda Hilst, Nélide Piñon, entre outras, mulheres que expressam experiências a partir de lugares de fala deslocados daqueles constituídos nos eixos que se pretendem centrais, dominantes. Esse movimento vem comprometido com a desestabilização dos modelos representacionais ocidentais, deslocando a centralidade do sujeito homem branco e socialmente bem-posicionado como única forma legitimada por esse paradigma.

Acerca da produção de modos de resistência capazes de instaurar fissuras, compondo devires no embate com os discursos normativos, podemos tomar a escrita produzida por aquelas mulheres como um “devir-minoritário”. O conceito de devir-minoritário é desenvolvido por Gilles Deleuze e Félix Guattari, especialmente em seu livro *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. Maioria e minoria, para Deleuze e Guattari (2012), não se diferem apenas de maneira quantitativa. “Maioria implica uma constante, de expressão ou de conteúdo, como um metro padrão em relação ao qual ela é avaliada.” (DELEUZE; GUATTARRI, 2012, p. 55). O homem aqui é a maioria porque ele é a medida padrão, modelo ideal que se deve conformar. A maioria, desse modo, diz respeito a um modelo e ao exercício de poder. Podemos também aplicar a noção de maioria a literatura escrita por homens, esta é que é validada e tem livre circulação.

Sobre a minoria, os autores apresentam dois sentidos: minoria enquanto estado histórico, ou seja, enquanto grupo em determinada situação de oposição da maioria; e minoria como um processo de se tornar minoritário, como um devir. O “minoritário” não se refere a uma minoria numérica, mas a qualquer posição que escape às normas dominantes, aos padrões majoritários de comportamento. O minoritário não é apenas uma posição de subalternidade, mas também uma fonte potencial de resistência e de criação. O “devir-minoritário”, então, é um processo pelo qual os sujeitos se tornam minoritários, isto é, se desviam das normas e padrões

dominantes, estabelecendo novas possibilidades de ser e de agir. O devir-minoritário implica uma ética e uma política da diferença, que valoriza a diversidade e a heterogeneidade, e que busca criar espaços de liberdade e de experimentação para os sujeitos. Nesse aspecto, tanto as mulheres têm um devir-mulher, de maneira que escapa a sua condição de ser definida em relação ao homem; como a literatura de autoria feminina, que emerge desse espaço não autorizado do dizer/escrever, apresenta-se como promotora desses devires, pluralizando linhas de força, o que demarca um caráter minoritário, uma literatura menor.

Deleuze e Guattari (1977) introduzem o conceito de "literatura menor" e exploram sua aplicação através da obra do escritor Franz Kafka. A principal tese dos autores é que Kafka produziu uma "literatura menor", que não deve ser entendida como inferior ou de menor qualidade, mas sim como uma forma de resistência e subversão. Kafka, sendo judeu na Praga do início do século XX, é interpretado como um autor que escreveu a partir da posição de uma minoria cultural, utilizando o alemão, uma língua estrangeira para ele, como uma ferramenta de resistência e criação. A literatura menor, segundo eles, é caracterizada por sua relação com uma língua majoritária ou dominante, que muitas vezes é a língua do colonizador ou do poder dominante. No entanto, ao invés de simplesmente reproduzir os valores e as formas dessa língua dominante, a literatura menor a utiliza de forma subversiva.

Assim, a literatura menor é caracterizada pela sua capacidade de desafiar as normas linguísticas e literárias estabelecidas, rompendo com as tradições e criando um espaço de experimentação radical. A literatura menor, de acordo com os autores, emerge em contextos de opressão política e cultural, onde as minorias linguísticas e culturais enfrentam limitações e restrições. Nas palavras de Deleuze e Guattari (1977, p. 28), “Vale dizer que “menor” não qualifica mais certas literaturas, mas as condições revolucionárias de toda literatura no seio daquela que chamamos de grande (ou estabelecida).”

Podemos aproximar esta ideia de literatura menor a literatura de autoria feminina, o que não se refere ao valor intrínseco da obra, mas sim a uma posição relativa a uma literatura validada, autorizada, estabelecida. Literatura menor por ser uma literatura que não se encaixa nas categorias estabelecidas e desafia as estruturas de poder, desenvolvida por um devir-mulher, que emerge a partir de uma consciência de minoria que faz sair do padrão que extrapola o modelo consagrado. A escrita, então, se torna uma ferramenta política e revolucionária.

Maria Firmina dos Reis foi uma escritora brasileira do século XIX, que embora tenha tido seus escritos reconhecidos tardiamente, produziu uma literatura atravessada por linhas de fuga, por embates e questionamentos. Considerada uma das primeiras romancistas negras do Brasil e uma precursora do movimento abolicionista, lançou-se na escrita em um ambiente de

profunda marginalização, marcado por segregação racial e geográfica. Naquele contexto, ela deu voz às experiências daqueles que, ao longo da história, foram mantidos no silêncio. Mulher, negra, professora, nordestina e escritora, nascida em São Luís do Maranhão, driblou as barreiras impostas pela sociedade falocêntrica e racista e, em 1859, publicou seu romance *Úrsula*, que é considerado o primeiro romance abolicionista do Brasil. Publicando sobre o pseudônimo de “uma maranhense”, ela navegou através das complexas relações de saber-poder. Esse pseudônimo não apenas a resguardava de possíveis represálias, já que as mulheres que se atreviam escrever eram vistas negativamente, mas também servia como um ato de resistência e uma forma de inserção no cenário literário, isto é, nas brechas, ela consegue transpor os limites a ela impostos.

Assim como o poder se manifesta em uma ampla e diversificada rede de relações, as resistências também surgem como multiplicidade. Essa coemergência entre poder e resistência não significa que a resistência atuaria como uma resposta reativa – e, portanto, secundária ao poder – que se rebelaria e resumiria apenas ao exercício de uma força de negação; mas, assim como o poder, ela também é produtiva. Assim como o poder permeia vários tipos de relação, a produção de resistência não pode ser encontrada fora das relações de poder. Assim, bem nessa trama, a produção literária de autoria feminina produz resistência, criando contextos favoráveis ao desenvolvimento de modos de pensamento e práticas capazes de intervir na produção das subjetividades femininas. Eis aí o sentido de literatura menor: desviar do padrão e promover deslocamentos.

Podemos citar um exemplo de literatura menor, que se desenvolve no embate, no confronto, o livro *Diário de Bitita* de Carolina Maria de Jesus. A narrativa, tecida pelas reflexões de uma menina inteligente e interessada - Bitita, é marcada por uma contundente denúncia social das precárias condições de vida de sujeitos pobres e negros no pós-escravização, logo no início do século XX. Em uma das passagens do livro, Bitita conta que, por manter o hábito constante da leitura, torna-se vítima de intrigas que culminam na prisão dela e de sua mãe.

Um dia estava lendo, passaram uns rapazes, pararam e pediram para ver o meu dicionário, entreguei o livro para eles olharem. Olharam e disseram:

– Ah, é mesmo o livro de São Cipriano. Como é pesado. [...]

Quando eles saíram, foram contar para o sargento [...] O sargento [...] deu ordem aos soldados para me prender. [...] Assustei-me quando vi os policiais. Eles pararam na minha frente e deram ordem de prisão. [...] Minha mãe interferiu, dizendo que eu não estava fazendo nada de errado.

– Cale a boca! E você também está presa. [...]

Ficamos presas dois dias sem comer. (JESUS, 1986, p. 178-180).

Carolina Maria de Jesus, mulher negra, marginalizada, poeta e romancista. Contrapondo-se aos discursos que a invisibilizava não só em relação ao gênero, mas também em relação a sua etnia e condição social, Carolina assumia uma postura crítica e combativa das muitas formas de violência real e simbólica vivenciadas cotidianamente pelas pessoas pretas no Brasil. De acordo com a autora, ela “não entrou no mundo pela sala de visitas, mas pelo quintal”. (JESUS, 1986, p. 198). A literatura produzida por Carolina Maria de Jesus evidencia o atravessamento de sua condição de mulher negra e pobre e a dificuldade enfrentada pela escritora e sua família, é uma narrativa que lança um olhar para a condição do negro na sociedade brasileira, marcada pela escravidão, exclusão, racismo, exploração do trabalho e silenciamento. No excerto do *Diário de Bitita*, Carolina recorre às suas memórias para resistir, como sujeita que permanece submetida às violências decorrentes das questões de gênero, classe e raça e as suas consequências, como o não acesso à educação, o direito de ler e escrever, o apagamento, ao longo da história da literatura brasileira, das produções das mulheres, sobretudo da mulher negra. Ela registra e ressignifica memórias doloridas e transforma a sua escrita literária em um espaço de luta e resistência.

A partir dos anos 90, a literatura de autoria feminina se apresenta mais expressiva e multifacetada, refletindo décadas de enfrentamentos e reivindicações que visavam romper com conceitos e valores tradicionais e patriarcais da cultura. Muitas autoras exploram narrativas que destacam a força, a resiliência e a autonomia das mulheres, desafiando a ideia de que são frágeis ou dependentes; que questionam e subvertem os papéis tradicionais atribuídos a homens e mulheres na sociedade; que explora a sexualidade feminina de maneira aberta e franca, desafiando tabus que historicamente cercam a expressão do desejo feminino; que debatem a relação das mulheres com seus corpos e a pressão social em torno da imagem corporal. Expressivas escritoras: Carolina Maria de Jesus, Ruth Guimarães Botelho, Conceição Evaristo, Cidinha da Silva, Ana Maria Gonçalves, Jarid Arraes, Natalia Borges Polessio, Aline Bei, Camila Sosa Villada, Auritha Tabajara, Márcia Wayna Kambeba, Eliane Potiguara, entre outras que utilizam a literatura como uma estratégia potente para criticar e subverter a ordem, criando condições de possibilidades para afirmar outras narrativas, um discurso subversivo paralelo a um discurso oficial.

A literatura, como afirma Gama-Khalil (2010, p. 193), é “[...] um espaço essencialmente heterotópico, um espaço em que as ordens são contestadas, em que a linguagem não se apresenta em linha reta, mas sinuosamente, fragmentariamente”. Gama-Khalil filia-se a discussão foucaultiana de espaço heterotópico. A noção de heterotopia permite pensar a realidade do espaço social. Conforme Foucault:

As utopias são posicionamentos sem lugar real [...] espaços que fundamentalmente são essencialmente irrealis. Há, igualmente, e isso provavelmente existe em todas as culturas, em todas as civilizações, lugares reais, lugares efetivos, lugares que estão inscritos exatamente na instituição da sociedade, e que são um tipo de contra-espaços, um tipo de utopias efetivamente realizadas nos quais os espaços reais, todos os outros espaços reais que podemos encontrar no seio da cultura, são ao mesmo tempo representados, contestados e invertidos, tipos de lugares que estão fora de todos os lugares, ainda que sejam lugares efetivamente localizáveis. Esses lugares, porque são absolutamente diversos de todos os espaços que refletem e sobre os quais falam, eu os chamarei, por oposição às utopias, de heterotopias. (FOUCAULT, 2009, p. 414-415)

Tomando a concepção desenvolvida por Foucault sobre o espaço heterotópico, podemos considerar que a literatura projeta heterotopias. Conforme Gama-Khalil (2010, p. 192), “se pensarmos o discurso literário como o lugar da (des)ordem em contraposição a ordem instituída pelos poderes sociais, veremos que estes determinam utopias e a literatura desencadeia as heterotopias [...]”, uma vez que a literatura proporciona a intersecção dos espaços e possibilita novos posicionamentos. Além disso, Foucault esclarece que as heterotopias contestam e incomodam, daí a possibilidade de tratarmos a literatura como heterotopia, um espaço que instaura linhas de fratura entre as palavras e as coisas.

Em *A grande estrangeira*, Foucault (2016b) problematiza algumas questões relativas ao literário. Nessa obra, o filósofo traça um percurso analítico que toma como problema filosófico a polivalência das formas, as estratégias, os usos, as modalidades, as enunciações, os procedimentos e a construção das narrativas dentro do campo literário.

No primeiro capítulo do livro intitulado *A linguagem da loucura*, analisa as diferentes formas de linguagens patológicas. Foucault analisa a figura do louco a partir de releituras de Cervantes, Shakespeare, Corneille, Gérard de Nerval, Raymond Roussel, Mario Ruspoli, Michel Leiris, Jean-Pierre Brisset e Henri Michaux. Lendo citações de textos literários, o pensador francês explica como a cultura ocidental silenciou a loucura e, paralelamente a esse fenômeno, criou a ideia de que os loucos possuem uma linguagem peculiar caracterizada pela sobrecarga, por signos e por "delírios epistemológicos" (FOUCAULT, 2016b, p. 63). Nota-se a literatura pensada a partir desta tensão entre loucura e linguagem.

Mas como se dá esta relação entre a literatura e a loucura? Para Foucault (1999) o louco assumia esta função devido a sua linguagem transgressiva, isto é, por se desviar do caráter normativo da linguagem, por fugir às regras da linguagem cotidiana, o que o colocava no lugar da exclusão e da interdição. O filósofo afirma:

[...] a loucura é a linguagem excluída – aquela que, contra o código da língua, pronuncia palavras sem significação (os ‘insensatos’, os ‘imbecis’, os ‘dementes’), ou a linguagem que pronuncia palavras sacralizadas (os ‘violentos’, os ‘furiosos’), ou ainda a que faz passar significações interditas (os ‘libertinos’, os ‘obstinados’) (FOUCAULT, 1999, p. 195).

Na perspectiva dessa linguagem transgressiva é que Foucault trata também a literatura, uma vez que, para ele, os literatos fazem uso da palavra de modo subversivo. Dito de outro modo, a palavra literária desvia-se das estruturas fixas da ordem das coisas, foge às regras da linguagem cotidiana, subverte a escrita. Nessa via analítica, podemos considerar a discussão levantada por Deleuze e Guattari (2012) na qual propõem uma distinção entre dois tipos de espaços: o espaço liso e o espaço estriado.

O espaço estriado, para os autores, é aquele que está organizado e estruturado por linhas, fronteiras e limites claros. É um espaço marcado pela segmentação, pela divisão em partes distintas e pela fixidez das relações. Esse espaço é tipicamente caracterizado pelas sedimentações históricas, os sujeitos estão submetidos a uma organização espacial hierárquica, a uma ordem. É possível estabelecermos uma aproximação com o espaço da utopia apresentado por Foucault.

Em relação ao espaço liso, este é caracterizado por Deleuze e Guattari (2012) pela fluidez, pela ausência de limites claros e pela multiplicidade de conexões. É um espaço sem hierarquias rígidas, onde as fronteiras são permeáveis e as relações são fluidas, nômade. Esse espaço, considerando a sua heterogeneidade, pode ser relacionado ao espaço heterotópico de Foucault. “[...] Como as ideologias estabelecidas pela sociedade realizam um constante movimento de estriamento, a literatura, contraideológica, não cessa de alisar o que está estriado.” (GAMA-KHALIL, 2010, p. 193).

Ainda na obra *A grande estrangeira*, na segunda parte, Foucault permanece no encalço de responder o que é a literatura, para tanto, ele julga necessário distinguir três coisas: a linguagem, as obras e, por fim, a Literatura. A literatura não é a obra e tampouco é a linguagem. A literatura é um terceiro termo, por onde passa a relação da obra com a linguagem. Para Foucault (2016b, p. 80), “a literatura não é o fato de uma linguagem transformar-se em obra, nem o fato de uma obra ser fabricada com linguagem; a literatura é um terceiro ponto[...] exterior [...] que desenha um espaço vazio, uma brancura essencial onde nasce a questão ‘O que é literatura?’”

O paradoxo da obra é precisamente isto, que ela só é literatura no exato instante de seu começo, na primeira frase, na página em branco. Decerto, ela só é literatura nesse momento e sobre essa superfície, no ritual prévio que traça

para as palavras seu espaço de consagração. E, por conseguinte, assim que essa página branca começa a ser preenchida, assim que as palavras começam a ser transcritas sobre essa superfície ainda virgem, nesse momento, cada palavra é, de algum modo, absolutamente decepcionante em relação à literatura, pois não há nenhuma palavra que pertença por essência, por direito natural, à literatura. (FOUCAULT, 2016b, p.82-83).

Foucault (2016b) explica que a Literatura é uma espécie de jogo que coloca em seu meio o simulacro, o irreal, o fantasioso em que o tempo é encerrado, longínquo e irrecuperável. Como espaço exterior, espaço compreendido como um não-lugar, o terceiro ponto, oco, esse ser e não ser, efeitos de sentido, sentidos múltiplos. Para o autor, a literatura é uma linguagem ao infinito. A linguagem, eternamente viva pela reduplicação ao infinito, pelos efeitos de sentido que não cessam de reduplicarem-se, infinitamente multiplicada em seu duplo e em sua reduplicação, “[...] a literatura é uma linguagem ao mesmo tempo única e submissa à lei do duplo[...]” (FOUCAULT, 2016b, p. 90).

A linguagem ao infinito implica pensar o espaço, o exterior. A literatura como espaço exterior, exterior a si, exterior de si, é uma multiplicidade de lugares e de subjetividade, portanto, essencialmente heterotópica. A literatura fora de si, expandindo-se para além de si mesma em direção a um vasto horizonte de potenciais, de vir a ser. Na teoria literária, por vezes, a construção de segmentos, de linearidade, pela classificação de obras, promove o apagamento de determinados sujeitos na tentativa de homogeneizar os discursos. No entanto, a literatura, nesse espaço infinitamente aberto, abarca discursos marcados pela dispersão e descontinuidade; essas possibilidades da linguagem literária exercem sua influência no cotidiano, cria sistemas, fornece modelos, projeta discursos.

Conforme Gama-Khalil (2010, p. 189),

A literatura se apropria dos saberes que circulam no mundo e os transporta para o seu espaço verbal. Nesse espaço verbal, os saberes não se encontram fixados, mas em movimento. O texto não literário tem por função fixar os saberes, ordená-los; já a literatura, que é o lugar da desconstrução, não fixa, mas faz girar os saberes. O espaço literário cria sinestésias, é um espaço em que as palavras têm saber e sabor. As sinestésias metamorfoseiam os dizeres instituem novos sentidos e gestos sobre as palavras.

A literatura desorganiza as estruturas fixas, mas também transforma os saberes instituídos. Sendo um espaço de desconstrução, mantém os saberes em constante movimento. É o lugar das sinestésias, da multiplicidade de sentidos. Na literatura há um constante movimento de expressões e ideias, que provocam uma sensação de estranheza ou desconforto, que desestabiliza o já-dado, o conhecido. (GAMA-KHALIL, 2010).



Mas é importante esclarecer que nem toda escrita literária se propõe desordenada e contraideológica. Nesse sentido, consideramos da ordem do espaço liso, como um devir-minoria, a produção literária de autoria feminina que se contrapõem aos discursos dominantes sobre a mulher, aos tradicionais ideais femininos, que transgridem a uma ordem dada, que está fora do cânone, do padrão, produzida por um devir-mulher que desprende as mulheres de um papel subalternizado e de modelos de feminilidade engessados, que, portanto, configura-se em resistências. É essa literatura que chamamos transgressora, transgressora dos limites que lhes precede e aberta a mais profunda condição de possibilidade. A literatura, como linguagem transgressiva, utiliza-se de palavras comumente em uso no dia a dia, inserindo-as em uma teia de relações, cuja decifração de significado está nela própria, não fora dela.

O filósofo Jacques Derrida (2010) alerta que a humanidade precisa transgredir para transformar, ou seja, ir além do que está posto e entrever novas possibilidades a partir do que já se conhece, sem negar o que se sabe, mas propor novidade, a fim de que novos discursos sejam ouvidos, além das perspectivas autoritárias, violentas, hegemônicas e dominantes. Michel Foucault vai ao encontro desse pensamento de Derrida, ao afirmar que “a transgressão é um gesto relativo ao limite; é aí, na tênue espessura da linha, que se manifesta o fulgor de sua passagem, mas talvez também sua trajetória na totalidade, sua própria origem” (FOUCAULT, 2006, p. 32). Para Foucault, a transgressão – ação de estar no e ser limite –, concomitantemente desestabiliza o que foi anteriormente assentado em pilares histórico-culturais (como é a desigualdade de gênero) e, por outro lado, propõe um movimento, abre caminhos pelos quais se pode repensar nossos modos de percepção sobre a vida e sobre os seres.

Esse caráter transgressivo da escrita literária nos auxilia a compreender como essa literatura desenvolvida pelo devir-mulher, devir-minoria, seguindo o potencial criativo da linguagem literária, pode possibilitar uma subversão que cause mudança no regime de verdades. A literatura, ao oferecer algo que transcende o comum, cria um espaço propício para a exploração de novos territórios subjetivos, possibilitando aos sujeitos ampliarem sua compreensão e perspectivas sobre si mesmo e sobre o mundo ao seu redor. Essa abertura para o inusitado e o excepcional na literatura é uma ferramenta valiosa para romper com padrões estagnados. A literatura tem a potencialidade de duplicar o sujeito, atravessado por diversas instâncias do saber (AMORIM, 2022).

Numa atitude também transgressora e contraideológica está a própria prática da leitura dessa literatura, como a leitura desenvolvida pelo projeto Leia Mulheres, que põe em suspenso o cânone literário – narrativa autorizada – e coloca em evidência outras narrativas, produzidas por mulheres, justamente na direção de questionar a matriz ideológica do discurso patriarcal e

sexista. Nessa perspectiva, a leitura transforma-se em uma atividade política de resistência e um acontecimento que desestabiliza a ordem. As práticas de leitura e escrita, nesse espaço heterotópico, nega-se ao estriamento e, no espaço liso, aquele “que se produz todo devir” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 195), propõem deslocamentos diversos e em diferentes níveis de subversão de modelos simbólicos hegemônicos, como também manifestam provocações que tendem a evidenciar uma profusão de discursos sobre gênero, sexualidade, raça, etnia, classe, religião, nacionalidade, que se imbricam para compor as diferenças e a multiplicidade de possibilidades de se subjetivar.

## 4 PRÁTICAS DE LEITURA E RESISTÊNCIA NO LEIA MULHERES: UMA ANÁLISE DISCURSIVA

Nesta seção, apresenta-se o viés metodológico, propondo uma arqueogenealogia da leitura do e sobre o Leia Mulheres, buscando dar conta de um olhar analítico mais verticalizado para os dados que se compõem das postagens do Leia Mulheres no espaço virtual, o que será ainda mais aprofundado na seção 5. Inicialmente, realizamos uma descrição geral do Projeto, fazendo uma rápida análise de suas características e práticas. Em seguida, mobilizamos uma noção foucaultiana importante para esta análise que é a de enunciado, pois é central para os estudos discursivos e nos ajuda muito a entender o funcionamento discursivo das notícias, dos depoimentos, anúncios e indicações de leitura em destaque no Projeto, a começar pelo enunciado central “Leia mulheres”. A noção de enunciado possibilita descrever o funcionamento dos discursos e sua relação com os modos de se exercer poder pela leitura, bem como sua relação com as práticas de resistência e produção de subjetividades leitoras. Por fim, apresentamos o surgimento dos clubes de leitura dentro de uma cultura do ciberespaço, e percorremos alguns discursos provenientes de enunciados produzidos sobre o Leia Mulheres.

### 4.1 A ARQUEOGENEALOGIA DA LEITURA: O PERCURSO METODOLÓGICO DO E SOBRE O LEIA MULHERES

Para emprendermos a análise, consideraremos **discursos de** e **discursos sobre** o Leia Mulheres; isto é; os enunciados provenientes do site do Leia Mulheres<sup>23</sup> e de entrevistas, produzidas pelas integrantes que conceberam, e também por mulheres que participam de algum núcleo do LM e que estão implicadas, imbuídas em compartilhá-lo; também agregamos enunciados sobre o Projeto, provenientes de sua repercussão em outros meios e instituições, de sua circulação social, que o citam, que o divulgam, que o elogiam ou que o criticam, por parte de enunciadores que não têm implicação ou envolvimento direto com o projeto, como jornais de circulação nacional e *blogs*. Ao levantar estes dados, não pretendemos analisar tudo o que é dito sobre o assunto, mas observar como os discursos, que circulam em diferentes instâncias, legitimam ou não as

---

<sup>23</sup> O Leia Mulheres São Paulo foi o primeiro grupo a ser implementado no Brasil, tornando-se o responsável pela oficialização dos demais grupos espalhados pelos estados brasileiros. Para que haja a implementação de um novo grupo Leia Mulheres em alguma cidade, é preciso seguir a autorização e as orientações das mediadoras do núcleo de São Paulo.

práticas de leituras de mulheres, dão visibilidade a literatura de autoria feminina, e constituem uma rede que faz circular enunciados sobre a leitura, a mulher e o sujeito-leitor.

Para dar conta dos objetivos que traçamos, nos valeremos da metodologia arqueogenealógica de leitura que vem sendo desenvolvida no grupo de pesquisa LINSPI - Linguagem, Sociedade e Produção de Discursos (UEFS-CNPq) o qual se dedica à análise de práticas de leitura discursivizadas em materialidades diversas. Essa metodologia exige olhar para aspectos da teia discursiva de saber/poder, sempre considerando os acontecimentos na dispersão histórica, tomando aspectos próprios da arqueologia foucaultiana, a saber:

1) Iniciamos com a identificação dos sujeitos, nesse caso, as mulheres leitoras, procurando responder quem lê, de que lugar, qual seu *status*. Ressaltamos que leituras são produzidos para dar visibilidade ou produzir o apagamento dos sujeitos, o que se dá pelos enunciados produzidos que as definem, colaboram na produção de suas subjetividades.

2) Em seguida, separamos os enunciados que tenham um funcionamento central – o que é falado/lido, como funciona para manutenção ou rejeição a um discurso. Lembramos que não se trata de enunciados apenas no sentido linguístico, mas histórico, que funcionem para estabelecer relação entre os diversos acontecimentos da história. Nesse caso, a *hashtag* #leiamulheres já funciona como uma espécie de enunciado do qual muitos outros estão relacionados, constituindo a teia discursiva do projeto;

3) Depois, procuramos elaborar uma cartografia dos enunciados, estabelecendo as relações entre os enunciados imediatos e os demais, que se encontram na dispersão da história e produzem uma verdade sobre leitura e corpos leitores de mulheres. Cartografar possibilita identificar os pontos em comum e os divergentes, caracterizando os discursos produzidos sobre determinados sujeitos, neste caso, sobre as mulheres, feminismos, literatura.

4) Num quarto momento, relacionamos os saberes produzidos. Sabemos que há leituras praticadas em espaços diversos. Como estão sendo organizadas, selecionadas e classificadas no Leia Mulheres Feira de Santana? Isso nos leva a entender como os saberes sobre leitura se produzem numa prática discursiva, dando conta da arqueologia das leituras, base para entender os modos como umas passam a configurar como legítimas e outras não, umas circulam em espaços de prestígio e outras ficam nas prateleiras da infâmia.

5) Buscamos apontar condutas de resistência. Há formas de enfrentar as verdades impostas acerca da leitura e da escrita de textos de autoria feminina? Há saberes que cortam, que incomodam, pois são produzidos contra uma ordem discursiva estabelecida?

Por fim, atentas a este ritual de leitura discursiva, acreditamos ter condições para diagnosticar o presente, explicando quem somos nós leitoras, caracterizando os modos como nós vemos a nós e aos outros, o mundo e suas relações de saber e de exercício do poder pela leitura.

#### 4.2 SOBRE O ENUNCIADO *LEIA MULHERES*: DISCURSO, RESISTÊNCIA E LIBERDADE

Na história das Ciências da Linguagem, foram vários os avanços provocados pelas diferentes correntes teóricas e explicações científicas para as questões de linguagem. Mas é no campo teórico da Análise de Discurso que reflexões sobre a opacidade da língua, a heterogeneidade, o deslizamento de sentidos, a não linearidade do dizer, as marcas de subjetividade e modos de enunciação começam a ser discursivizados.

Mesmo existindo diferentes abordagens de análise de discurso, todas partilham da rejeição da noção realista de que a linguagem é um meio neutro de refletir ou descrever o mundo, e da convicção da importância central do discurso como forma de ação no mundo, na realidade social que ele constrói.

Dessa forma, a análise de qualquer enunciado nunca deve ser feita tomando-o como completo, apenas em sua forma linguística, cujo sentido seria único e evidente, estando inscrito nesta completude. O significado de linguagem não pode estar preso apenas ao chamado significado das palavras ou mesmo das orações, consideradas essas unidades totalmente deslocadas e desvinculadas das situações em que se realizam. A linguagem, na perspectiva discursiva, só produz sentido porque se inscreve em um contexto histórico-discursivo de reprodução de saber/poder.

Isso significa situar os discursos, sejam eles de quaisquer ordens, além dos aspectos linguísticos. Ao analisar o discurso em sua materialidade de enunciado, Foucault (2017a, p. 60) ressalta:

não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais

que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irreduzíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever.

Por sua vez, ao tratar sobre o enunciado, o filósofo declara que

[...] um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. Trata-se de um acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo da memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro; em seguida, porque é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e as consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem.” (FOUCAULT, 2017a, p. 34-35).

Esta noção de enunciado nos faz compreender que o enunciado não tem uma unidade material com início e fim, mas funciona em rede com outros enunciados. Dessa forma, o autor nos convida a analisar os discursos nas suas relações históricas, relações estas que o próprio discurso põe em funcionamento.

Nesse sentido, ao analisar o enunciado *Leia Mulheres* é imprescindível fugir da primeira interpretação, mais imediata, ou seja, o convite para uma leitura de mulheres tão somente. O “mais” ressaltado por Foucault pressupõe analisar tal enunciado enquanto prática social, imerso nas relações de poder. Descrevê-lo é, portanto, dar conta das especificidades, é apreendê-lo como acontecimento, como algo que irrompe num certo tempo, num certo lugar. Como afirma Baracuhy (2020, p. 134), “Entre o enunciado e o que ele enuncia, há necessariamente uma relação que envolve os sujeitos, a história e a memória.”

A escolha do léxico como o que compõe o nome do projeto *Leia Mulheres* não se dá de forma aleatória, a marca linguística “leia” marcada pelo uso do verbo no imperativo funciona discursivamente como um chamado, uma convocação, uma provocação para uma ação necessária por parte dos sujeitos leitores, não só as mulheres. A escolha do substantivo “mulheres” direciona o interlocutor para o que deve ser lido, reforçando a singularidade da leitura sugerida, no caso, livros de autoria feminina. Caso o verbo estivesse no plural, “leiam”, o sentido seria alterado, sugerindo que as mulheres, e não necessariamente outras pessoas, precisam ler, independentemente do conteúdo.

Como prática social, a leitura de mulheres (mulheres lendo mulheres), no contexto do projeto, ocasiona o surgimento de discursos outros, demarcados pelo posicionamento e legitimação das mulheres em um espaço predominantemente marcado como masculino. Eis um acontecimento discursivo, mulheres problematizando e subvertendo os discursos hegemônicos, as narrativas, as interpretações sobre os papéis sociais atribuídos a elas.

Para Foucault, “a descrição de acontecimentos do discurso coloca uma outra questão bem diferente: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” (FOUCAULT, 2017a, p. 33). Considerar o discurso como acontecimento significa entender a quais condições o sujeito precisa submeter-se quando diz algo em algum momento. Isso exige uma inserção nos modos com a história produz sujeitos e discursos. “O que me interessa, no problema do discurso, é o fato de que alguém disse alguma coisa em um dado momento. [...] Isto é o que eu chamo de acontecimento” (FOUCAULT, 2006, p. 255). Na perspectiva desse autor, o que importa não são as palavras materializadas no discurso, se são ditas pela primeira vez ou é uma repetição, mas, sim, o acontecimento que faz com que enunciados surjam como novos ou repetidos no discurso. “O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (FOUCAULT, 2014a, p. 25).

O acontecimento é entendido como o próprio conjunto das condições que tornam um discurso possível. Condições estas que não são apenas regras internas ao discurso, mas também condições não-discursivas. Em relação ao *Leia Mulheres*, o não discursivo corresponde às instituições, práticas sociais, movimentos, lutas feministas e as incisivas transformações que resultaram na desconstrução das narrativas tradicionais sobre a mulher. Foucault (2017a) compreende acontecimento como a irrupção de uma nova regularidade discursiva, irrupção que coloca em jogo estes dois lados: o acontecimento discursivo com acontecimentos não-discursivos. Assim, Foucault convida-nos a tratar os discursos na peculiaridade da sua emergência, atualizado em enunciados específicos, cujas regras de construção devem ser conhecidas. Arrancar os enunciados da sua condição de circulação em uma quase evidência. Ele afirma que:

É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimento, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros. Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância (FOUCAULT, 2017a, p. 31).

Nesse sentido, ao compreender a singularidade da emergência do enunciado *Leia Mulheres*, atentando para as condições de existência desse enunciado, os limites que o circunscrevem e as relações que estabelece com outros enunciados, entendemos as condições que possibilitaram o funcionamento discursivo do *Leia Mulheres*, em contraposição ao pressuposto de que a maior parte da bibliografia, livros e autores são homens. Levando em consideração que descrever um enunciado significa “definir as condições nas quais se realizou a função que deu a uma série de signos (não sendo esta forçosamente gramatical nem logicamente estruturada) uma existência, e uma existência específica” (FOUCAULT, 2017a, p. 132), o não funcionamento do enunciado *Leia Homens* (BORGES, 2020) dá-se pelo fato de que o enunciado obedece a regras que possibilitam a existência do dito, regras de construção que se firma em uma historicidade. Os homens sempre estiveram em posição de superioridade, a sociedade desenhou-se pelo crivo do discurso masculino e as práticas sociais fundamentaram-se sob um sistema social baseado em uma cultura, estruturas e relações que favoreceram e favorecem os homens.

Sob essa rede de relações apresentadas acima que possibilitaram o *Leia Mulheres* aparecer como acontecimento e que ofereceram e oferecem um campo de exterioridade à realização desse enunciado, indagamos juntamente com Borges (2020, p. 52) “a que se dá visibilidade quando se produz este enunciado hoje e o que se lê quando é criado um grupo de leitoras que toma para si o referido enunciado, que conclama para ler mulheres autoras”. Constatamos um discurso de ruptura, de deslocamento, que permite ampliar os espaços de subjetivação; uma leitura que transgride a ordem dos discursos dominantes sobre as mulheres advindos dos dispositivos sexistas e classistas, que as subjetivam como não leitoras e não escritoras. Nesse sentido, o LM constitui-se um furo no dispositivo da leitura e nos discursos sobre o sujeito leitor. Há um imperativo, uma nova ordem discursiva que orienta a constituição de novos dizeres sobre nós mulheres, que orienta um tornar-se outra; isto é; a mulher assume essa posição de produtora de conhecimento, de intelectual. Conforme Borges (2020, p.58), “o *Leia Mulheres* tanto aponta para a necessidade de se ler autoras mulheres como também de as mulheres lerem mais e lerem mulheres.”

O *Leia Mulheres*, em rede com outros enunciados: “*Lugar de mulher é onde ela quiser*”; “*Eu não terei minha vida reduzida*”; “*Seja uma mulher que levanta outras mulheres*”; “*Eu não estou aceitando as coisas que eu não posso mudar, estou mudando as coisas que eu não posso aceitar*”; como as *hashtags* que marcam a proeminência do



ativismo feminista *#AgoraÉQueSãoElas*, *#ChegadeFiuFiu*, *#MeToo*, *#VamosJuntas*, entre outros que circulam socialmente como estratégias de resistência, recusa uma identidade feminina definida pelo dispositivo de saber-poder classista e sexista, como também confronta a supremacia masculina no campo da intelectualidade, da escrita, da produção literária, da leitura. Seriam mulheres construindo novos espaços sociais e outras condições subjetivas para si mesmas. Esse enunciado funciona como resistência a discursos com crivos legitimados que autorizam a posição sujeito-leitor e sujeito-autor ao homem. O Leia Mulheres impôs um repensar dos discursos sobre as mulheres leitoras e autoras.

### 4.3 SOBRE O PROJETO LEIA MULHERES E OS ENUNCIADOS QUE O PRODUZEM: ENTRE REGULARIDADES E O ACÚMULO HISTÓRICO

#### 4.3.1 As redes e tramas dos clubes de leitura

Considerando as práticas de leitura, sua constituição ao longo do desenvolvimento da sociedade, pouco ou nenhuma leitura era destinada à mulher, a não ser as leituras associadas à sujeição ao que lhe era designado como papel social, as quais vinculavam discursos organizados por um sistema patriarcal que não desejava ver a mulher distante do papel que lhe fora atribuído durante muito tempo pela sociedade – donas de casa, esposa e mãe.

A principal função dessas leituras atribuídas para nós mulheres era proporcionar o entretenimento, a distração do público feminino, bem como a orientação do comportamento das mulheres em relação ao seu lugar “comum”, daí a forte presença de conselhos para o lar, dicas de beleza e moda que acabaram promovendo uma invisibilidade do feminino em outros espaços; ou seja; por meio da leitura, havia uma discursividade que mantinha a mulher submergida em seu mundo de afazeres familiares e caseiras.

As leituras dirigidas ao público feminino, na sua maioria, eram escritas por homens e, portanto, vinculavam a hegemonia masculina, funcionando como veículos de regras de comportamento e de beleza para as mulheres e estabelecendo representações do que era ser mulher. Sobre a noção foucaultiana de que os discursos estão sob controle, isto é, estão vinculados a regras que estabelecem o que pode e deve ser dito em um

determinado contexto, nos discursos sobre sujeitas-leitora, essas formas de coerção consistem em estabelecer as maneiras como lemos, o que lemos, o que é autorizado lermos. Isso implica assumir que nós mulheres ficamos, então, sob o controle de um discurso dominante, um regime de controle dos sujeitos, uma biopolítica de leitura (BORGES 2020). Por biopolítica, Foucault busca compreender como o poder se desenvolve e passa a conduzir a vida. A biopolítica é exatamente o conjunto de mecanismos e procedimentos tecnológicos (saber-poder) que tem como intuito manter e ampliar uma relação de dominação da população.

Nesse sentido, a biopolítica está relacionada ao poder e à dominação na sociedade, e como estes são exercidos por meio do controle da vida e do corpo dos indivíduos. Nestes termos, podemos pensar a leitura como um mecanismo também utilizado como exercício de controle, a leitura desenvolvida a partir de uma biopolítica de leitura, uma vez que podemos identificar instituições como editoras, escolas, bibliotecas que modelam, validam, disponibilizam determinadas leituras, restringindo o que pode e deve ser lido. Trata-se de uma condução e organização da leitura e dos leitores, os sujeitos são ordenados, rotulados, classificados. Para Curcino (2016, p.232),

o modo como falamos da leitura apresenta um funcionamento discursivo e responde a uma “*ordem do discurso*” que estabelece, segundo Michel Foucault, o *controle*, a *seleção*, a *organização* e a *distribuição* do dizer, definindo o que é possível, necessário e legítimo enunciar; elegendo quem tem autoridade e é, portanto, autorizado a fazê-lo; instituindo, enfim, quais são os modos ideais de exercício de uma prática, num dado tempo e espaço (grifos da autora).

Conforme essa perspectiva, Borges afirma (2020, p.50) que “as práticas de leitura, muitas vezes, parecem estáveis, com sentidos fixos, já dados à interpretação. No entanto, muitas são as nuances que envolvem as práticas de leitura e é importante pensar nos modos como somos subjetivados por ela e objetivados enquanto leitores”, uma vez que as práticas de leitura estão atreladas a dispositivos de controle. Qual o lugar, então, da literatura de autoria feminina nesse espaço de controle que rege o que pode ser publicado e vendido? Grandes editoras e conglomerados de mídia têm poder significativo sobre quais livros são publicados em massa e quais recebem pouca ou nenhuma atenção. Controle esse advindo das normas culturais e sociais, determinando o que é considerado aceitável ou desejável em termos de leituras. Por exemplo, certos temas ou gêneros

podem ser mais valorizados do que outros em determinadas culturas, levando à promoção de certos tipos de leitura em detrimento de outros.

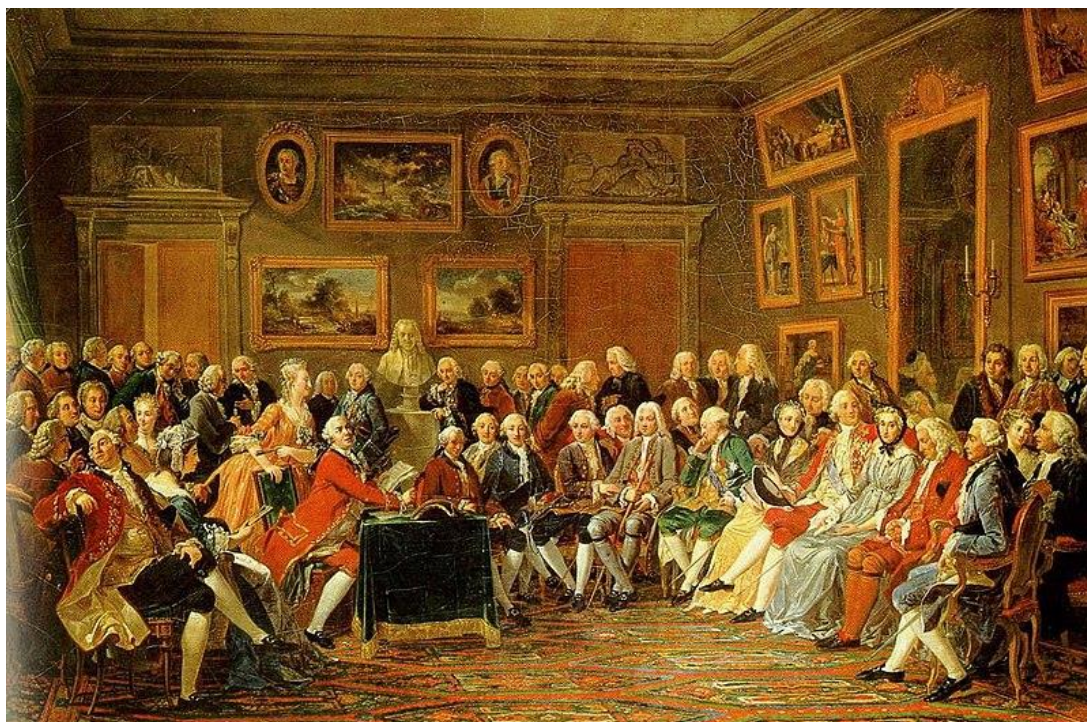
Sobre essas questões, Diego de Medeiros Farias, em sua Dissertação de Mestrado, intitulada *Cartografias da bioleitura no site G1 (2018-2019): uma análise discursiva a partir da noção de dispositivo em Foucault*, desenvolve a noção de bioleitura que é bastante pertinente para se pensar na condição da mulher pelo viés dessas políticas de controle de leitura e de seus modos de controlar os sentidos. Farias opera um deslocamento conceitual para o campo do discurso no qual a leitura é enunciada, no caso de sua pesquisa, no site G1. Nesta pesquisa, nos apropriamos desta noção de bioleitura para pensar o espaço no qual insurgem as práticas de leitura do Leia Mulheres, os modos como resistem às políticas de controle das leituras, que se dão pelo apagamento e silenciamento das produções literárias das mulheres. Temos a organização de uma sociedade que decide quem serão os leitores e quem são os escritores. O biopoder tem em sua configuração a disciplinarização e a regularização dos corpos através de políticas que gerenciam a vida.

É certo que não estamos mais na sociedade das disciplinas, já não se trata de disciplinar o corpo através de tecnologias do poder e seus desdobramentos e modelos de agir. Conforme Deleuze (1992), estamos nas sociedades do controle, sociedades que possuem poder de controle sobre a vida do sujeito, o modo que esse existe. Estamos tratando das normas e das regras que agem sobre o sujeito. O controle, portanto, ocorre de forma contínua, as vezes de maneira tão sutil, que quase não percebemos, como nas nossas escolhas de leituras que podem parecer tão particulares, mas de fato são direcionamentos advindos dos dispositivos de controle. Mas essas sociedades de controle também suscitam resistências. Não se trata de fazer os excluídos, no caso, as mulheres, falarem, mas de produzir desvios para a fala, de modo a suscitar os acontecimentos singulares para escapar do controle normativo. Nas brechas, as mulheres têm promovido contracondutas.

Sobre o surgimento dos clubes de leitura, as reuniões coletivas de leituras remontam aos salões literários franceses (séculos XVII e XVIII) e brasileiros (séculos XIX e XX). Estes espaços tiveram papel fundamental na circulação das ideias da Revolução Francesa, no auge do Iluminismo. Grupos de pessoas reuniam-se para discutir obras literárias e filosóficas, promovendo o debate intelectual e a troca de ideias. Uma das ilustrações mais famosa da época e que representa bem os círculos de leitura é o

quadro<sup>24</sup> (figura 04) de Anicet Anicet Charles Gabriel Lemonnier (1743-1824) cuja cena mostra uma reunião descrita como “Uma leitura da tragédia de Voltaire L’Orpheline de la Chine no salão de Madame Geoffrin”, com mais de 40 pessoas, entre elas alguns representantes do Iluminismo.

Figura 04: Quadro de Anicet Lemonnier (1743-1824)



Fonte: <https://www.meisterdrucke.pt/>

Durante o século XVIII, “salão” era um termo a que designava uma grande sala de recepção. Os salões de reunião das elites urbanas desempenharam um papel crucial na vida social e intelectual. Eram espaços frequentados por indivíduos influentes, como aristocratas, intelectuais, artistas e políticos, nos quais se discutiam ideias, acontecimentos e temas variados. Esses círculos de leitura eram espaços onde a elite se reunia para discutir literatura, filosofia e política, reforçando sua posição social e intelectual. A composição do quadro reflete o caráter elitista desse ambiente: os participantes são retratados em trajés sofisticados, em uma atmosfera refinada. A exclusividade desses círculos, implícita na formalidade e na distinção das figuras

---

<sup>24</sup> Disponível em <https://www.meisterdrucke.pt/artista/Anicet-Charles-Gabriel-Lemonnier.html>

representadas, sugere que o acesso ao conhecimento e ao debate intelectual era um privilégio restrito a uma classe social elevada.

Embora esses ambientes fossem predominantemente masculinos, a inclusão de mulheres na pintura sugere que, ao menos dentro de certos círculos elitistas, as mulheres estavam começando a ter acesso ao mundo intelectual. No entanto, essa presença ainda era limitada e restrita às classes sociais mais elevadas. As mulheres retratadas no quadro estão elegantemente vestidas, o que reforça seu status social. Mulheres como Madame Geoffrin, Madame de Tencin e Madame du Deffand desafiaram as normas sociais da época, tornando-se figuras proeminentes nos salões do século XVIII na França, apesar do carácter altamente masculino da sociabilidade política e cultural da época. Essas mulheres desempenharam papéis ativos na organização e condução das reuniões, contribuindo significativamente para o ambiente intelectual e cultural desses espaços. Elas eram conhecidas por sua astúcia, charme e habilidades de conversação, tornando-se anfitriãs respeitadas e influentes.

Ao longo do século XIX, os clubes de leitura se espalharam por outros países europeus e pelos Estados Unidos. Nesse período, muitos clubes eram frequentados por mulheres, proporcionando-lhes um espaço para discussão intelectual em uma sociedade que, muitas vezes, limitava suas oportunidades educacionais. No século XX, os clubes de leitura assumiram diversas formas, desde grupos informais de amigos até organizações mais estruturadas. Durante movimentos sociais, como o feminismo e os direitos civis, esses clubes se tornaram plataformas importantes para a discussão de questões sociais e políticas presentes nas obras literárias.

No Brasil, a prática se tornou um fenômeno nas últimas décadas devido ao envolvimento de grandes editoras. Em 2010, a Companhia das Letras<sup>25</sup> cria um projeto de clube de leitura relacionado a seu catálogo. Em uma iniciativa estratégica para promover seus livros e estimular a leitura, a editora lançou uma campanha nacional incentivando a criação de clubes de leitura. Além de oferecer benefícios exclusivos aos membros, a ação rapidamente ganhou força, destacando-se no mercado editorial. Em pouco tempo, o movimento inspirou o surgimento de novos clubes, tanto associados a editoras e livrarias quanto auto-organizados por leitores apaixonados. Com o tempo, os clubes se tornaram muito mais populares, não apenas devido ao trabalho das editoras, mas

---

<sup>25</sup> Disponível em:

[https://www.companhiadasletras.com.br/Sobre?srsItd=AfmBOop1ela\\_JGfoUM3nfedmiUIEHKzsofO9NqbM-CxmXjBsT0HX2J0](https://www.companhiadasletras.com.br/Sobre?srsItd=AfmBOop1ela_JGfoUM3nfedmiUIEHKzsofO9NqbM-CxmXjBsT0HX2J0) . Acesso em 15 de março de 2023.

também de pessoas amantes da leitura que criavam seus próprios clubes, os quais assumiam diversas formas: de encontros com chá e biscoitos a recepções mais elaboradas; de reuniões privadas a programas de TV (como o da apresentadora norte-americana Oprah Winfrey que manteve o *Oprah's Book Club*<sup>26</sup> por seis anos em seu programa de televisão); de eventos presenciais a debates virtuais, como clube do livro da jornalista Gabriela Prioli<sup>27</sup>.

Os clubes de leitura *online* ganharam destaque com o avanço da tecnologia. Plataformas como *Goodreads*, fundada em dezembro de 2006 por Otis Chandler e Elizabeth Khuri, tornou-se uma das maiores comunidades literárias do mundo. *O Goodreads*, por exemplo, é um site voltado para leitores e entusiastas de livros, oferecendo uma variedade de recursos para ajudar os usuários a descobrir, organizar e compartilhar suas experiências de leitura. Esses espaços de leitura *online*, juntamente com as redes sociais, permitiram que leitores de diferentes partes do mundo se conectassem, compartilhassem recomendações e participassem de discussões virtuais sobre livros. Desde seu surgimento, os clubes continuam a prosperar em diversas formas. Eles podem ocorrer presencialmente em bibliotecas, livrarias, cafeterias, e casas particulares, ou *online*, através de videoconferências e fóruns virtuais. Existem clubes dedicados a gêneros específicos, autores, temas sociais, culturas, entre outros, atendendo a uma ampla gama de interesses e preferências.

#### 4.3.2 Rastros, vestígios e indícios do Leia Mulheres

O Leia Mulheres tem sido um catalisador essencial na promoção da literatura escrita por mulheres em todo o Brasil. Desde o seu surgimento, os clubes têm alcançado grande repercussão, tanto no meio literário como além dele. Nas redes sociais, *hashtags* relacionadas ao LM frequentemente se tornam tendências, estimulando discussões *online* sobre os livros selecionados e a importância da representatividade feminina na literatura. O Leia Mulheres tem sido também objeto de estudos acadêmicos e matérias jornalísticas, que destacam seu impacto na problematização da representação de gênero no que diz respeito a leitura, ao que é ser leitor e a autoria.

No campo acadêmico, temos a Dissertação de Mestrado (2019) de Raysa Ferreira Soares, intitulada *#leiamulheres: campo literário e ciberespaço*, cujo objetivo foi discutir

<sup>26</sup> <https://www.instagram.com/oprahbookclub/>

<sup>27</sup> <https://www.instagram.com/gabrielaprioliclubedolivro/>

as relações entre o campo literário e a *internet*. A autora elegeu o projeto Leia Mulheres e seu surgimento na WEB para analisar a contribuição desse projeto na propagação da literatura de autoria feminina no espaço virtual. Outra relevante pesquisa é a Dissertação, também de 2019, de Gabriela Barbosa Pacheco *Mediações no Clube de Leitura Leia Mulheres: Reconhecimento e sociabilidade a partir da literatura escrita por mulheres*. A problematização central da pesquisa foi defender as mediações realizadas nos encontros presenciais do clube como espaço de potencialidades transformativas, multiplicador e pluralizador de discursos em defesa da mulher. Além disso, a pesquisadora defende o “estar presente”, o fazer parte do grupo como espaço de pertencimento e resistência. Ainda podemos citar a Tese de Doutorado (2022) *Mulheres lendo mulheres: construção e contestação de identidades de gênero no contexto do clube de leitura Leia Mulheres – Salvador*, de autoria de Milena Farias de Sousa. A tese buscou investigar como as moderadoras do grupo avaliam as repercussões das leituras, reflexões e debates nos seus processos de representação e identificação.

A seguir, apresentamos alguns discursos sobre o Leia Mulheres que emergiram de sua repercussão em diferentes meios e instituições, bem como de sua circulação social através de enunciadores como jornais e blogs. Ao buscar notícias sobre o clube, encontramos uma variedade de referências, a exemplo da encontrada no Blog Chico Rei (figura 05).

Figura 05: Blog Chico Rei



Fonte: <https://blog.chicorei.com/leia-mulheres/>

Na notícia (figura 05), identificamos o *enunciado* “*Leia Mulheres: Conhecendo o projeto e sua importância*” compondo a materialidade discursiva, temos a imagem de uma jovem em uma rua, apoiada em um monumento, de posse de um livro, lendo-o. A leitura no espaço liso (Deleuze e Guattari 2012), o espaço das possibilidades, de resistência, da insurreição, de reinvenção do sujeito. O discurso transporta a leitura para fora do espaço fechado da escola, direcionando a prática de leitura para fora de um sistema normativo e institucional.

No artigo vinculado a notícia, a analista de Marketing do *blog* notícia sobre o surgimento do projeto *Leia Mulheres* em São Paulo:

Precisamos conversar sobre a **mulher na literatura**. [...] Nossa cultura não favorece a mulher em nenhum aspecto [...] Esse fato me deu o start para pensar no **papel da mulher na literatura** a nível global, precisamos nos provocar. Quantos livros escritos por mulheres você já leu durante e sua vida? Ou recentemente? Ou que te indicaram? Quantas **personagens femininas** fortes fazem parte da sua história? O **Leia Mulheres vem pra mudar suas respostas** (grifos da autora).<sup>28</sup>

O enunciado em destaque trata-se de uma estratégia de luta, militância feminista em busca de uma mobilização coletiva diante de uma cultura machista e misógina que impera no diversos segmentos sociais, como por exemplo na literatura, e se direciona não só às mulheres que leem ou para a um grupo restrito de indivíduos. As marcas linguísticas “**precisamos**” “**você**”, “**sua**” aparecem como ponto de chamamento à identificação; dirige-se a uma comunidade mais ampla de sujeitos, aqueles que reconhecem a importância de abordar e discutir questões relacionadas à representação das mulheres na literatura, que compartilham do mesmo senso de urgência e importância sobre a leitura de textos de autoria feminina. A sequência enunciativa chama atenção para a exclusão da mulher na sociedade, exclusão esta exercida mediante heterogêneas relações de poder que formam os discursos sobre o ser mulher. Também indaga o papel da mulher na literatura, levantando uma reflexão sobre o apagamento das mulheres no campo literário.

Os questionamentos levantados nos enunciados colocam em evidência o papel da mulher enquanto sujeita-escritora, como sujeitas de suas histórias, bem como demarca um discurso de luta que põe em xeque narrativas excludentes, maneiras de pensar e viver que invisibilizam o feminino. Ao afirmar que “**o Leia Mulheres vem pra mudar suas respostas**”, inaugura modos de pensar diferente, permitindo dar visibilidade à escrita de

<sup>28</sup> Disponível em: <https://blog.chicorei.com/leia-mulheres/>



autoria feminina e as mulheres leitoras, uma vez que o objetivo central do LM é ler e discutir exclusivamente livros de autoria feminina, das clássicas às contemporâneas. O projeto Leia Mulheres é, sobretudo, um caminho para dar visibilidade às vozes femininas e promover uma subversão dos padrões literários socialmente instituídos.

Entendemos que o poder é coextensivo à resistência. Diz Foucault:

Que não há relações de poder sem resistências; que estas são tão mais reais e eficazes quanto mais se formem ali mesmo onde se exercem as relações de poder; a resistência ao poder não tem que vir de fora para ser real, mas ela não é pega na armadilha porque ela é a compatriota do poder. Ela existe tanto mais quanto ela esteja ali onde está o poder; ela é, portanto, como ele, múltipla e integrável a estratégias globais. (FOUCAULT, 2006, p. 249)

É possível reconhecer que mesmo diante de relações de poder que disseminam formas de saber sobre a mulher, silenciando-as e colocando-as em lugar de sujeição, sempre há linhas de fuga, quebras, rupturas delineadas por mulheres que, “ao longo da história, não aceitaram as verdades balizadoras e as organizações de domínio que delinearão hierarquicamente os lugares sociais de ambos os sexos” (WITZEL, 2011, p.37). Ainda afirma Foucault: “desde que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Nunca somos pegos na armadilha pelo poder: sempre podemos modificar-lhe o domínio, em determinadas condições e segundo uma estratégia precisa” (FOUCAULT, 2006, p. 267). Desse modo, a rede de lugares que o sujeito pode ocupar está sempre se rompendo por meio de resistências cotidianas, de modo que o ponto que cada um ocupa está sempre sujeito a variações, porque dependente do momento dado e da relação firmada entre os sujeitos.

A seguir, apresentamos outra notícia sobre o projeto Leia Mulheres, que trata da implementação clube em Salvador.

Figura 06: Notícia Jornal A tarde



Fonte: <https://atarde.com.br/cultura/culturaliteratura/clube-literario-leia-mulheres-esta-em-26-cidades-776920>

A notícia apresentada na Figura 06 apresenta o enunciado “**Clube Literário Leia Mulheres está em 26 cidades**”, o qual nos faz perceber a propagação e extensão do movimento que se iniciou no *Twitter*, no ano de 2014, e que, em dois anos, alcançou ampla repercussão no Brasil. Em 2016, ano da publicação desta notícia, o Leia Mulheres já marcava presença em 26 cidades brasileiras, dentre elas, Salvador. O projeto surge como um convite a uma autoreflexão sobre nossa prática de leitura, sobre os discursos que temos validado, o que nos remete a um movimento de questionamento da historiografia literária no que diz respeito à legitimação, à propagação e ao acesso aos textos de autoria feminina, mas também da própria história das mulheres, que foi muitas vezes encoberta ou disfarçada pelo discurso masculino.

O enunciado “*Na sua estante, quantos livros são assinados por homens? Se parar para pensar, talvez o cálculo seja discrepante e você perceba que a literatura produzida por mulheres tem menos espaço nas prateleiras*”, faz com que se descortine a estrutura falocêntrica que organiza a sociedade, isto é, estrutura social na qual o masculino é considerado como normativo, dominante e central, enquanto o feminino é relegado a uma posição secundária, subordinada e muitas vezes marginalizada. Isso se reflete em diversas esferas da vida social, por exemplo na arte, na literatura, no cinema e em outros meios de expressão cultural. O falocentrismo muitas vezes se manifesta através da objetificação das mulheres e da glorificação da virilidade masculina.

No que se refere à publicação e à promoção da escrita feminina, existe um viés

sistêmico na indústria editorial em favor de autores masculinos que se fundamenta em uma percepção persistente de que as obras escritas por homens são de maior qualidade ou têm mais valor literário do que aquelas escritas por mulheres; também as expectativas culturais sobre o que é considerado "literatura séria" muitas vezes privilegiam os escritores masculinos, enquanto as obras escritas por mulheres são rotuladas de "ficção feminina" ou "literatura para mulheres". A professora e pesquisadora no campo da literatura de autoria de mulheres Rita Terezinha Schmidt explica que:

em virtude de mecanismos de legitimação de uma cultura literária constituída como um reduto de homens letrados, a autoria feminina foi desqualificada, e os textos, subtraídos da memória cultural do país em razão do poder de discursos críticos que, investidos de autoridade até meados do século XX, tinham como hábito definir qualquer texto de autoria de mulheres como 'subliteratura', 'fraco' ou destituído de 'valor literário', o que quer que signifique tal expressão. Tal discurso de descrédito se pautava no consenso, presente no campo social e cultural, sobre o papel da mulher, circunscrito ao espaço doméstico, e sobre seu corpo, naturalizado em termos da capacidade biológica reprodutiva [...] (SCHMIDT, 2018, p. 16-17).

Sob essa estrutura patriarcal, que delimitavam muito fortemente o lugar que a mulher deveria ocupar na sociedade, a mulher era silenciada e cerceada no seu direito de expressão.

Sobre a formação do Leia Mulheres em Feira de Santana, apresentamos a Figura 07, a seguir, que enuncia sobre o primeiro encontro do grupo e a primeira obra a ser lida.

Figura 07: Notícia sobre LM Feira de Santana



Fonte: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/projeto-incentiva-a-literatura-e-dissemina-obras-de-escritoras-mulheres/>

Mais uma vez há um discurso que aponta para o lugar do projeto LM enquanto engrenagem que faz girar os saberes sobre as mulheres, mulheres que leem e escrevem. O enunciado da figura 07 “*Projeto incentiva a literatura e dissemina obras de escritoras mulheres*” dialoga com outros enunciados difundidos por expressivos nomes das lutas feministas, por exemplo “*Precisamos nos esforçar para ‘erguer-nos enquanto subimos’*”<sup>29</sup>; “*Pela maior parte da história, anônimo foi uma mulher*”<sup>30</sup>; “*Qualquer que seja a liberdade pela qual lutemos, deve ser uma liberdade baseada na igualdade.*”<sup>31</sup>, os quais demonstram que as lutas feministas são contínuas e perpassam por uma coletividade (**precisamos, nós mulheres**), é um exercício de si sobre si mesmo, e sobre os outros, através do qual procura se elaborar, se transformar e atingir um modo de ser. Para Foucault (20004), este trabalho de si sobre si mesmo, exige um processo de libertação. Libertar-se da dominação masculina e de uma cultura que normaliza/naturaliza a inferiorização da mulher.

A notícia também apresenta a autora e o título escolhido para dar início ao Leia Mulheres FSA: *Quarto de despejo* de Carolina Maria de Jesus. A seleção dessa literatura concilia com o próprio objetivo desse clube de leitura. A escrita de Carolina é uma escrita de denúncia e embate, como também o é o projeto LM. Sendo uma mulher negra, da periferia e sem educação formal, esta autora sofreu múltiplas opressões, atravessadas pelas questões de raça, gênero e condição social. Nessas condições, o acontecimento discursivo – a emergência do Leia Mulheres - quanto a literatura de Carolina de Jesus fundam resistências, viabiliza o debate sobre desigualdade social, violência, racismo, sexismo, e provocam fissuras no curso da história.

Outras notícias tratam da importância dos clubes de leituras de livros de autoria feminina no combate a invisibilidade da mulher no campo da escrita. Vejamos a figura 08 a seguir.

---

<sup>29</sup> Angela Davis em *Mulheres, cultura e política*.

<sup>30</sup> Virginia Woolf em *Um teto todo seu*.

<sup>31</sup> Judith Butler em *Violência de Estado, guerra, resistência*.

Figura 08: Notícia sobre o LM Salvador



Fonte: <https://atarde.com.br/muito/coletivos-combatem-invisibilidade-da-escrita-feminina-897190>

O trecho do artigo<sup>32</sup> apresentado na figura 08 aborda sobre a seleção da obra lida no vigésimo encontro do LM Salvador:

Em futuro próximo, quando a maioria das mulheres se torna infértil, cristãos fundamentalistas impõem uma ditadura. Aquelas que ainda possuem a bênção de procriar são estupradas mensalmente por comandantes em prol da continuidade da vida. A distopia escrita por Margaret Atwood no livro *O Conto da Aia* (*The Handmaid's Tale*) inspirou a série homônima lançada este ano pelo serviço de streaming Hulu e foi tema da 20ª reunião do Leia Mulheres de Salvador, no mês passado.

O parágrafo descreve sucintamente o cenário distópico apresentado no livro "*O Conto da Aia*". O livro retrata uma sociedade futurista distópica na qual um regime totalitário, baseado em valores cristãos fundamentalistas, impõe uma estrutura social opressiva, especialmente para as mulheres. O conto de Aia tece críticas à misoginia, ao fundamentalismo religioso e ao autoritarismo, temas que ressoam como preocupante na atualidade. A descrição de uma sociedade baseada na opressão das mulheres, em que seus

<sup>32</sup> Disponível em <https://atarde.com.br/muito/coletivos-combatem-invisibilidade-da-escrita-feminina-897190>. Acesso em 14 de dez. 2023.

corpos são instrumentalizados para servir aos interesses do Estado, serve como uma forte metáfora para as formas contemporâneas de controle social e patriarcado. Notadamente, as obras selecionadas pelos grupo Leia Mulheres (como veremos mais especificamente nas próximas seções) lançam luz sobre a potência produtiva e criativa de práticas de resistência na história das mulheres ao darem relevo às sujeitas e às narrativas que criticam e se opõem as inúmeras formas de subjugação do sujeito feminino.

Ainda sobre os discursos que circulam sobre o Leia Mulheres, apresentaremos alguns depoimentos de mediadoras de alguns dos grupos, a fim de analisarmos como as sujeitas participantes enunciam o projeto.

Em entrevista ao blog Chico Rei, as fundadoras do Leia Mulheres no Brasil afirmam que: *“Queremos continuar divulgando a literatura produzida por mulheres, e acabar com o preconceito e com a ideia da literatura “feminina” ou “de mulherzinha”. Mulheres produzem todo tipo de escrita e merecem ser divulgadas entre todos os nomes da literatura.”*<sup>33</sup> O enunciado chama atenção para a noção essencialista de “natureza feminina”, para os efeitos da diferença entre os sexos, que justificariam os estereótipos designados as mulheres. A inferiorização da literatura de autoria feminina parte de um julgamento subjetivo por meio da hegemonia de um grupo, detentor do poder que ditavam as regras do que poderia ser considerado como literatura reconhecida.

Schmidt afirma que:

Todo julgamento de valor ocorre dentro de certas condições sócio-históricas [...] nesse contexto, a formação do chamado cânone ocidental é uma decorrência do poder de discursos críticos e instituições que, numa determinada época e em nome de uma identidade cultural, sustenta o monopólio cultural dos valores simbólicos, através de mecanismos de exclusão. (SCHIMDT, 1995, p.143).

Nesse contexto, a literatura produzida por mulheres é frequentemente rotulada como superficial, preocupada apenas com temas como romance, relacionamentos e questões domésticas. Há uma tendência em considerar a literatura feminina como sendo apenas relevante para as mulheres, perpetuando ideias limitadas sobre o que as mulheres podem escrever e ignorando seu potencial para falar com temas universais e ressoar com um público mais amplo, independentemente do gênero editorial. A sequência enunciativa *“Mulheres produzem todo tipo de escrita e merecem ser divulgadas entre todos os nomes*

---

<sup>33</sup> Disponível em <https://blog.chicorei.com/leia-mulheres/>

*da literatura*” rejeita essas classificações excludentes e reafirma a capacidade intelectual das mulheres, que em nada se diferem da dos homens.

Sobre esse enunciado, apresentamos uma das leituras realizadas pelo LM FSA.

Figura 09: Daniela Arbex: Holocausto brasileiro



Fonte: <https://www.instagram.com/p/BpNiY2YnqGe/>

A escritora Daniela Arbex é jornalista, graduada pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Atualmente é repórter especial do jornal Tribuna de Minas, veículo pelo qual foi vencedora por três vezes do Prêmio Esso de Jornalismo, o mais conceituado do país. Nesta obra, livro-reportagem, denuncia um dos maiores genocídios do Brasil, no Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena, Minas Gerais, que ficou conhecido apenas por Colônia, que operou por décadas como um manicômio para pessoas consideradas "indesejáveis", pela sociedade, como doentes mentais, deficientes, alcoólatras e até mesmo prostitutas, os sujeitos infames. Uma escrita de denúncia que incita reflexões sobre as relações de saber-poder que regem a nossa sociedade, que dá visibilidade aos sujeitos infames, que, segundo Foucault (2006) são sujeitos cujas vidas se encontraram com o poder, entraram em choque com ele e foram atravessadas, neste caso, pelo excesso de violência, desprezo e marginalização.

Por estas questões aqui apresentadas, consideramos que a escrita de autoria feminina que burla as caixinhas que determinam seu lugar de escritora e que tendem a classificar e limitar a sua escrita em temáticas tidas como “para mulher” é um verdadeiro

ato de resistência às representações geradas por esses discursos dominantes. Como também o é fazer com que esta literatura circule e se propague no espaço hipervisibilizado da web, em um movimento de incessantes críticas aos micropoderes na vida cotidiana. Muitas vezes, para burlar essa biopolítica de controle nas publicações de suas obras, muitas autoras recorrem a editoras independentes, coletivos literários e plataformas digitais. *Blogs*, sites autorais, e-books e plataformas de autopublicação democratizam o acesso ao conteúdo e permitem que as autoras mantenham controle sobre sua obra, tanto em termos de conteúdo quanto de forma de distribuição. Esse movimento reflete uma resistência ativa contra os mecanismos de controle que tentam regular quais histórias são contadas, por quem e para quem.

Ainda em depoimento ao Chico Rei, as participantes do Leia Mulheres São Paulo declaram: *“Infelizmente muitas das autoras que gostaríamos de ler estão com edições esgotadas (como muitas autoras brasileiras do século passado) e também escritoras latino-americanas e africanas, que sequer foram publicadas no Brasil.”*<sup>34</sup> Podemos notar o controle dos sujeitos, há uma entidade reguladora (no caso, as editoras) que determina o que pode ser publicado, o que deve ser lido, quais autoras são autorizadas a falar, ainda identificamos o apagamento das vozes femininas uma vez que há uma limitação do acesso aos meios de produção e um sufocamento dos espaços de expressão das mulheres. O processo editorial reflete preconceitos de gênero, com editoras favorecendo autores masculinos ou acreditando que as obras escritas por mulheres não são comercialmente viáveis. Isso resulta em menos investimento na publicação e promoção das autoras. No apagamento e no silenciamento da autoria feminina encontramos elementos que indicam aspectos de controle social do sujeito, enunciados através de uma prática de leitura.

Nessa mesma linha, em entrevista para o Jornal A Tarde<sup>35</sup> as mediadoras do Leia Mulheres em Salvador afirmaram: *“O clube representa mais um movimento de luta pelo reconhecimento da força feminina. Tem histórias de mulheres que não conseguem publicar, e aí usam pseudônimos masculinos”* (diz uma das integrantes). *“O maior mérito é dar visibilidade ao legado feminino na literatura”* (afirma outra). Esse depoimento ajuda-nos a compreender como os mecanismos de controle funcionam na tentativa de manter os corpos que leem em vigilância, são as biopolíticas de leitura. Como as mulheres não eram autorizadas a falar, o ato de escrever era visto como forma de transgressão aos

---

<sup>34</sup> Disponível em: <https://blog.chicorei.com/leia-mulheres/>

<sup>35</sup> Disponível em: <https://atarde.com.br/cultura/culturaliteratura/clube-literario-leia-mulheres-esta-em-26-cidades-776920>



papeis sociais que as mulheres podiam desempenhar, então, na tentativa de burlar esse sistema, muitas delas recorriam ao uso de pseudônimos para que pudessem ser publicadas e lida. Podemos citar as irmãs britânicas Brontë: Charlotte, Emily e Anne Brontë (Emily é autora de *O Morro dos Ventos Uivantes* e Charlotte, do romance *Jane Eyre*), que publicaram seus livros como Currer, Ellis e Acton Bell; Mary Ann Evans, publicava como George Eliot.

Outras escritoras recorriam ao uso das iniciais seguidas de um sobrenome ou ainda a uma assinatura que não identificava seu nome. Temos as autoras de *best-sellers* Joanne Kathleen Rowling autora da série Harry Potter, que assinava como J. K. Rowling; Erika Leonard James, autora da série 50 tons de cinza, assinava como E. L. James. No Brasil, temos a autora Maria Firmina dos Reis, que assina seu romance *Úrsula* como “uma maranhense”, entre outras escritoras. Ainda que não pudessem utilizar seus nomes, para fugir de uma leitura estereotipada sobre a escrita das mulheres, ou mesmo para burlar o preconceito que empurravam as autoras para longe de atividades criativas e literárias, há aí um desvio, uma fuga, uma retomada de palavra que permite a insurgência de escritoras e uma forma de escapar, de certa forma, do controle normativo.

Nisso se define o propósito do Leia Mulheres: dar visibilidade às produções literárias por parte de mulheres (cis e trans), em um movimento de questionamento da supremacia masculina na escrita de livros, como também do mercado editorial que dá preferência e maior visibilidade a publicações de autoria masculina. Em entrevista à Folha de São Paulo<sup>36</sup>, as fundadoras do clube afirmaram: “*Continuamos a ler homens, mas precisamos incentivar a produção e a divulgação de livros escritos por mulheres também.*”; “*Ainda existe preconceito contra mulheres. Queremos igualdade de oportunidades e diversidade de olhares. Queremos evidenciar as diferenças que existem entre homens e mulheres – diferenças nas escolhas editoriais, em como os livros são trabalhados na editora e até mesmo em como muitas mulheres têm seus livros rejeitados para publicação.*”.

Os enunciados apontam para a disparidade na representação de gênero na literatura, ao mencionar o preconceito contra mulheres na indústria editorial, a declaração destaca uma barreira específica que as autoras enfrentam ao tentar publicar seus trabalhos. Na literatura hegemônica do Brasil, como já discutimos anteriormente, o sujeito que publica tem um perfil predominante: homem, branco, heterossexual, de classe

---

<sup>36</sup> Entrevista disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/10/1693329-contramachismo-na-literatura-projeto-estimula-leitura-de-autoras.shtml>

média. O discurso do Leia Mulheres vai de encontro às normas e valores estéticos fixados no imaginário social sobre as mulheres, e busca romper com estas estruturas ao reivindicar no campo da literatura equidade de gênero.

Além disso, o projeto é um espaço profícuo para conhecer uma diversidade de representações outras, a partir do ponto de vista da escrita feminina. Em depoimento sobre o que mudou na sua perspectiva, a partir do momento que começou a ler mais mulheres, uma das participantes do Leia Mulheres destacou:

Ler mais mulheres me trouxe pontos de identificação, mas também mostrou vivências com as quais nunca me relacionei. Apresentou feminilidades diferentes da minha. Fez pensar nas minhas avós, que não tiveram apoio da família para estudar, trabalhar e viam apenas casar, ter filhos e a vida doméstica como a única opção. Na minha mãe, que ficou viúva ainda jovem e precisou criar duas filhas sozinha. Nas minhas amigas que tem medo de casarem e se ofuscarem na convivência diária porque há toda uma expectativa sobre como uma mulher casada deve se comportar. Nas minhas amigas que querem ter filhos, mas não maridos, querem morar com seus gatos, cães e não terem filhos. Amigas que querem namorar homens e mulheres de acordo com o rumo de seu desejo sem terem que dar satisfações sobre isso. (2016)<sup>37</sup>

A leitura de mulheres funcionando como um movimento de encontro e desencontros com modelos de representações que constituem as subjetividades das sujeitas. Leituras capazes de “sacudir a quietude” (FOUCAULT, 2019) com a qual se aceita as subjetividades postas, capazes de problematizar os papéis sociais femininos. Leituras que provocam deslocamentos em torno da subjetividade feminina, a partir do momento que reinventam os discursos biopolíticos sobre a mulher, que promovem dessubjetivação do sujeito. A dessubjetivação, segundo Milanez (2021, p.7) acontece quando

[...] o sujeito, tendo passado por um processo de subjetivação social, vai se desvencilhar das próprias armadilhas que a sociedade lhe impôs para se constituir, arrancando-lhe aquilo que firmava sua identidade no mundo. Daí vemos a necessidade, ou melhor dizendo, a positividade do poder que nos exige uma tomada de posição corporal e sexual e que, finalmente, é o que constitui o nosso saber sobre a experiência de quem somos.

As práticas de leitura no Leia Mulheres possibilitam esse olhar sobre nós mesmas, sujeitas mulheres, apontando possibilidades de recusarmos o que nos tornando, “traçando uma história crítica da subjetividade – ou dos processos de subjetivação – na qual o sujeito

<sup>37</sup> Disponível em <https://leiamulheres.com.br/2016/01/ler-mais-mulheres-qual-foi-a-diferenca/>

é pensado como fabricação dos jogos de verdade” (GREGOLIN, 2015, p. 193). Na recusa, as sujeitas abandonam o eu formado pelo processo de subjetivação, levando a uma recriação de si.

As práticas de leitura e de escrita representam um trabalho sobre si, uma vez que o questionamento sobre o ser mulher e a oposição aos padrões fixos de feminilidade possibilitam a criação de gestos ativos e transgressores capazes de constituir novos modos de existência, novas subjetividades. As mulheres reivindicam modos específicos de ser sujeito ao questionar, driblar e abalar os discursos marcados pelo poder patriarcal; atravessam, escapam, produzem linhas de fuga, produzem saberes e convocam a criação de uma história outra.

Para Foucault (2010a, p. 234), devemos

usar as formas de resistência contra as diferentes formas de poder como um ponto de partida. [...] usar esta resistência como um catalisador químico de modo a esclarecer as relações de poder, localizar sua posição, descobrir seu ponto de aplicação e os métodos utilizados.

Conhecer as formas de dominação masculina sobre o feminino, as oposições classificatórias que determinam o ser homem e o ser mulher, conhecer as instâncias de poder que validam e disseminam os discursos dominantes nas relações sociais desses dois grupos, para a partir daí, através do movimento do sujeito imerso nas relações sociais, firmar-se as práticas de resistência e promover o desenvolvimento de atos ativos e transgressores que possibilitam a construção de novas subjetividades. As formas de resistir desenvolvidas pelas sujeitas, contra os efeitos de poder do discurso patriarcal, são movimentos que podemos chamar de desobedientes, capazes de produzir espaços de liberdade; são lutas promotoras de outros modos de existência, capazes de instituir outras possibilidades de vida; vidas que agem em vez de apenas reagir às práticas instituídas.

Consideramos que para pensarmos a resistência no Leia Mulheres é necessário falarmos de desobediência, conforme afirma Amorim (2022, p.96) A desobediência configura-se como uma oposição ao poder dos homens sobre as mulheres, aos efeitos do poder relacionados ao saber, à competência, “[...] se o oposto ao ato de resistir é consentir, obedecer, então a resistência se inscreve, se estabelece, a partir do momento em que um sujeito percebe que está sendo arditosamente conduzido por uma autoridade ou por um sistema e desobedece; desobedecer é uma recusa a todo discurso que desqualifica e invisibiliza as mulheres.

Tomamos a obra *Desobedecer*, de Frédéric Gros para desenvolver mais profundamente a ideia de desobediência. Em seu texto, Gros nos conduz em uma análise sobre a questão da nossa obediência, questiona por que obedecemos e por que é tão custoso o ato de desobedecer. Em um percurso cuidadoso, desenvolve suas reflexões que vai de *A Desobediência Civil* de Thoreau ao *Discurso sobre a Servidão Voluntária* de La Boétie, passando pelo *juízo de Adolf Eichmann* segundo Arendt e por *Jesus Cristo* em Dostoiévski.

De acordo com o filósofo francês, a desobediência pressupõe abrir os olhos”, enxergar as estruturas que fundamentam as desigualdades sociais, as injustiças sociais, a hierarquia de gênero, a história das mulheres definida socialmente segundo a narrativa masculina. Nas palavras do autor “Por que desobedecer? Basta abrir os olhos. A desobediência é mesmo a tal ponto justificada, normal, natural, que o que choca é a ausência de reação, a passividade” (GROS, 2018, p.16). Assim, o movimento proposto por Gros é ao exercício ético de um si, um si que desobedece. O exercício ético de si é uma referência ao estudo de Michel Foucault sobre o cuidado de si.

Esse cuidado de si não deve ser confundido com as preocupações superficialmente estéticas com o corpo, a exemplo do tratamento da pele e do cabelo, da atenção exacerbada às aparências, do cultivo de vaidades externas. Foucault desenvolve a noção de cuidado de si ao fazer um deslocamento histórico, centrando suas investigações em textos da Antiguidade Clássica até os primeiros séculos do cristianismo sobre a ética e a existência; nesse deslocamento histórico, Foucault redescobre na Filosofia antiga as relações que os sujeitos estabeleciam consigo mesmo. O cuidado de si “é uma espécie de agulhão que deve ser implantado na carne dos homens, cravado na sua existência, e constitui um princípio de agitação, um princípio de movimento, um princípio de permanente inquietude no curso da existência” (FOUCAULT, 2019, p. 9). Esse princípio implica práticas de si, atividades específicas e disciplinadas através das quais os sujeitos cuidam de si mesmos e, conseqüentemente, dos outros.

As práticas de si, portanto, referem-se ao trabalho que o indivíduo realiza sobre si mesmo a fim de se constituir como sujeito – sujeito que conhece e que, portanto, é sujeito daquilo que diz como verdade; sujeito político, isto é, sujeito daquilo que faz no contexto das relações com os outros; e sujeito moral, sujeito da conduta que ele tem consigo mesmo no campo da moral. Os gregos exercitavam o cuidado de si através da escrita de si, por meio dos textos filosóficos, cartas, conselhos. Em sua análise, Foucault (2004) mostra que para os filósofos gregos, escrever sobre si mesmo era uma técnica de

aperfeiçoamento do sujeito e/ou transformação da subjetividade. Era preciso ler, ensinavam os gregos, mas também escrever, pois a escrita era vista como um exercício pessoal associado à meditação, aos pensamentos a serem depurados.

De acordo com Foucault (2014c, p. 275), “nessa cultura do cuidado de si. [...] O ato de escrever intensifica e aprofunda a experiência de si. Todo um campo de experiências, que não existia antes, se abre”. A escrita era concebida como um exercício, uma *askêsis* para a autotransformação, também para “atenuar os perigos da solidão” (FOUCAULT, 2004). Problematicando essas questões, ao discutir a escrita de si e o seu papel na história, aproximamos a literatura de autoria feminina (esta que tem espaço no projeto Leia Mulheres) a uma escrita de si como prática de liberdade.

Nesse exercício de prática de si, o projeto Leia Mulheres chama atenção para necessidade de as leitoras ouvirem suas próprias vozes e se reconhecerem nas leituras, constituindo-se enquanto sujeitas; desenvolverem uma subjetividade ligada às próprias experiências e afastadas do controle e manutenção de identidades normativas. Isto é, a prática de si, a perspectiva ativa do sujeito na constituição de si ligada ao campo moral, e também nas relações com o saber e o poder, que a uma só vez constituem o sujeito e são constituídas por ele, sujeito e objeto se constituindo juntos. É na imbricação deste movimento que o lugar de resistência subjetiva e se instaura. Revel afirma que o sujeito é formado de um contínuo devir, isto é um regime de constante mutação e transformação:

esse lugar inassinalável da subjetividade em movimento, em perpétuo ‘desprendimento’ em relação a ela mesma, é, ao mesmo tempo, para Foucault, o produto das determinações históricas e do trabalho sobre si (cujas modalidades são, por seu turno, históricas), e é nessa dupla ancoragem que se enlaça o problema da resistência subjetiva da singularidade: o lugar da invenção do si não está no exterior da grade do saber/poder, mas na sua torção íntima (REVEL, 2005, p.85).

Nessa perspectiva, as sujeitas mulheres são capazes de estabelecer novas relações de si consigo, encontrando brechas para exprimir saberes e verdades divergentes dos discursos machistas e sexistas. Assim, percebemos as práticas de resistência nas leituras de mulheres não apenas como uma oposição ou reação ao poder, reagir pressupõe atender àquilo que o poder quer de nós, resistir é criar possibilidade de existência; assim, as tomamos como práticas que instauram fissuras, abalos nos modos de vida estabelecidos e potencializam discursos outros. A resistência funciona como uma atividade da força que se subtrai das estratégias efetuadas pelas relações de forças do campo do saber. Forças do devir, da mudança, que apontam para o novo e engendram possibilidades de vida.

O Leia Mulheres enquanto enunciado-acontecimento coloca em funcionamento discursos que evidenciam outras formas de subjetividade feminina. São leituras e discussões de obras de autoria de grupos ainda marginalizados, abrangendo mulheres cis e trans, mulheres negras e mulheres indígenas, sujeitas que eram objetos de um discurso dominante, que determinavam seus modos de vida; quando não apagadas, silenciadas e colocadas no esquecimento. Esse discurso misógino funciona como um mecanismo de controle sobre a mulher. Como um dos elementos enraizados na sociedade e na história, o machismo se sustenta dentro dos domínios de um poder-saber que ordena, controla e estabelece subjetividades, sobretudo, que engendra a desigualdade de gênero.

## 5 PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA E DE LIBERDADE NO LEIA MULHERES FEIRA DE SANTANA

Nesta seção, o foco serão os discursos do Leia Mulheres, desde o modo como se dá a caracterização dos corpos, objetos e corpos, as imagens e cores, as obras e autoras escolhidas, bem como os temas, enunciados e sujeitas que colaboram nesse processo de construção do clube. Também terão atenção os discursos sobre o Projeto, a partir dos comentários feitos pelas leitoras nas redes sociais, bem como presentes em notícias acerca do projeto.

A ampliação da leitura de obras de autoria feminina, no Leia Mulheres, pode ser atribuída a uma série de fatores, com destaque para os incentivos proporcionados principalmente no espaço virtual. A partir do ciberfeminismo, movimento que combina feminismo e tecnologia, explorando as interseções entre gênero, tecnologia e sociedade digital, o uso de *blogs*, sites, páginas e perfis nas redes sociais, passou a ser algo inerente a organização da pauta dos movimentos feministas.

As mulheres passaram a utilizar a web como uma ferramenta estratégica para promover ações que refletem diferentes subjetividades femininas. Campanhas de promoção de leitura, por exemplo, desenvolvidas no ciberespaço impulsionaram o desenvolvimento de iniciativas de combate à sub-representação das mulheres no cenário literário. Ao possibilitar estabelecer uma rede de relações, a web se tornou um espaço fecundo de experimentação social, ativismos, debates de gênero e tecnologias.

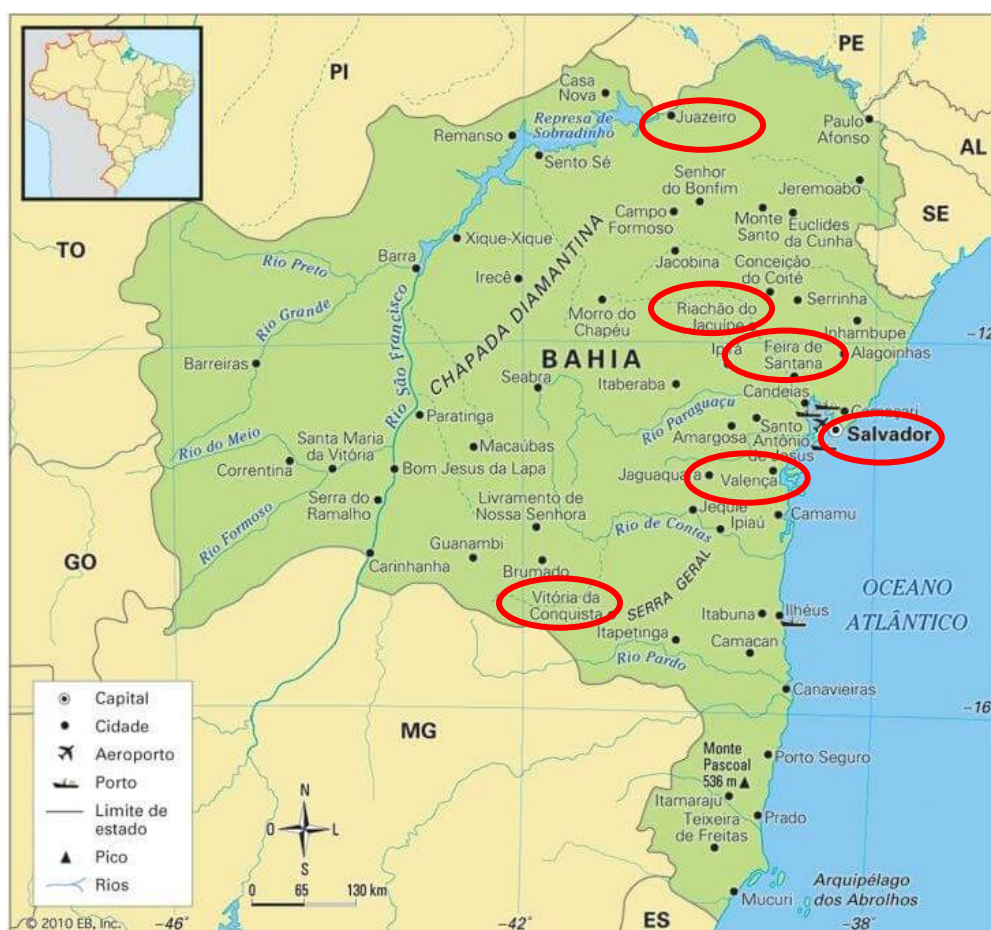
É exatamente nesse campo que se constitui o clube Leia Mulheres, que teve início a partir de um movimento no ambiente virtual, que buscava incentivar a leitura de livros de autoria feminina. A campanha ganhou tamanho alcance e notoriedade que se transformou em um projeto mundial de disseminação, debate e exploração de obras escritas por mulheres. No Brasil há diversos núcleos e, na Bahia, o Leia Mulheres conta com alguns grupos ativos: Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Juazeiro e Riachão do Jacuípe. Entre as cidades baianas, o primeiro núcleo do Leia Mulheres é implementado na capital, no ano 2016, um ano após o projeto ser fundado no Brasil, em São Paulo.

Todas as formulações em torno do Leia Mulheres, apresentadas até aqui, colabora para considerá-lo um acontecimento discursivo e enfatiza a necessidade de se considerar a emergência desse projeto na dispersão histórica, as articulações entre regimes discursivos e a produção de verdades e de subjetividades na sociedade contemporânea. Diante disso, buscamos nesta pesquisa mostrar que a prática de leitura desenvolvida no Leia Mulheres, bem

como os discursos apresentados na página do grupo no *Instagram* representam um ato de resistência, uma prática de liberdade, considerando que modifica o modo de ser das sujeitas que do projeto fazem parte, a forma como fazem a experiência de si mesmas e de como se relacionam com os outros. Mais uma vez afirmamos que o Leia Mulheres é um furo nos dispositivos que normatizam comportamentos e mantêm relações de poder, considerando que subverte as normas predominantes que favorecem a produção e circulação de obras literárias masculinas. O projeto cria espaços de discurso e reconfigura as práticas de leitura, incentivando a visibilidade e a valorização de narrativas que, de outra forma, poderiam permanecer à margem. Dessa forma, desestabiliza a hierarquia literária tradicional e expande o espaço de expressão para as mulheres.

Apresentamos, a seguir, o mapa da Bahia para se ter uma ideia do raio de ação do Projeto no estado, considerando que as regiões baianas têm suas peculiaridades socioculturais e, portanto, discursivas.

Figura 10: Mapa das cidades da Bahia



Fonte: <https://www.gestaoeducacional.com.br/mapa-da-bahia-tipos-de-mapa-e-curiosidades/>



No mapa, destaco as cidades baianas em que o Leia Mulheres está em funcionamento. Núcleos do grupo foi implementado em outras cidades como Irecê e Cruz das Almas, mas no período de desenvolvimento desta pesquisa, esses grupos estavam desativados, considerando que a/as mediadora/s deixaram de promover os encontros. O Leia Mulheres Feira de Santana (LM FSA), *corpus* selecionado para as nossas análises, tem início em 2017. Já aparece, então, um primeiro discurso sobre o projeto, inserindo seu trabalho num âmbito de um discurso que destaca a necessidade de incentivo à leitura (ver figura 11 a seguir). Já acionamos a ideia que circula de que o povo não gosta de ler, sendo urgente e necessário o incentivo.

Feira de Santana (FSA) é a cidade-sede da Região Metropolitana de Feira de Santana e encontra-se localizada no centro-norte baiano, a 108 quilômetros da capital estadual. Conhecida também como Princesa do Sertão, Feira de Santana é a maior cidade do interior da Bahia, também de todo o interior nordestino. Sua privilegiada posição geográfica, de maior entroncamento rodoviário do Norte-Nordeste, e localizada entre o litoral e o sertão, Feira é um ponto de convergência para diversas regiões e transformou-a em um grande polo econômico e logístico, atraindo migrantes de diversas partes do país. Como um importante centro comercial e industrial, a cidade desempenha um papel vital na economia da região. É conhecida por seu comércio dinâmico, com feiras livres e mercados que oferecem uma variedade de produtos locais. É a segunda cidade mais populosa do estado e primeira cidade do interior nordestino em população. Essas particularidades apontam para um espaço diversificado e multifacetado, uma riqueza cultural e uma complexidade social que produz diferentes subjetividades.

Pensar a leitura, nesse espaço tão diverso e voltado para práticas econômicas, é um desafio, pois nos mobiliza a pensar sobre qual o lugar ocupado por mulheres numa cidade apelidada de “Princesa do sertão”. Mais especificamente, qual o lugar da leitura, das mulheres leitoras e autoras. O que mobilizou um grupo de mulheres a aderirem ao projeto Leia Mulheres? São questões que serão discutidas de forma transversal ao longo deste trabalho, com atenção aos discursos do projeto Leia Mulheres FSA apresentados em sua página do *Instagram*.

Figura 11: Sobre o Leia Mulheres FSA



Fonte: <https://www.instagram.com/p/BUkJr16FcqV/>

Na figura 11, temos a postagem do *Instagram* com a notícia sobre a formação do grupo na cidade. Notícia que já foi discutida na seção 4.3.2 desta tese. A publicação suscita algumas interações: “Muito massa”; “Que iniciativa lindaaa!! Bora compartilhar! Criem evento no face pra divulgar; “nossa que show mesmo”, “Olha que massa miga”, um movimento de cooptação virtualizada, para responder aos processos normalizadores que ameaçam assujeitar as mulheres. Apontando, então, para “possibilidades de viver diferentemente o presente” (RAGO, 2020, p.225).

A seguir, apresento quadro com as leituras realizadas pelo grupo de Feira de Santana, a partir do qual faremos uma análise mais descritiva das leituras, considerando o quantitativo de obras, a nacionalidade das escritoras selecionadas e o gênero editorial.

Quadro 1: Leituras realizadas no Leia Mulheres Feira de Santana

| ANO | OBRAS             | AUTORAS                 | NACIONALIDADE | GÊNERO DISCURSIVO     |
|-----|-------------------|-------------------------|---------------|-----------------------|
|     | Quarto de despejo | Carolina Maria de Jesus | Brasileira    | Diário autobiográfico |
|     | Olhos d'água      | Conceição Evaristo      | Brasileira    | Romance               |
|     | Laços de família  | Clarice Lispector       | Brasileira    | Contos                |

|             |  |                   |            |  |
|-------------|--|-------------------|------------|--|
| <b>2017</b> | Antologia poética                        | Florbela Espanca  | Portuguesa | Poemas   |
|             | No seu pescoço                           | Chimamanda Adchie | Nigeriana  | Romance  |
|             | Água negra e outras águas                | Lívia Natália     | Brasileira | Poemas   |
|             | Persépolis                               | Marjane Satrapi   | Iraniana   | Quadrinhos   |
|             |  |                   |            |  |
| <b>2018</b> | O conto da Aia                           | Margaret Atwood   | Canadense  | Romance distópico                                      |
|             | O que é lugar de fala?                   | Djamila Ribeiro   | Brasileira | Teórico  |
|             | Coisas que os homens não entendem        | Elvira Vigna      | Brasileira | Romance  |
|             | Mamãe e eu e mamãe                       | Maya Angelou      | Americana  | Autobiografia  |
|             | Outros jeitos de usar a boca             | Rupi Kaur         | Indiana    | Poemas   |
|             | A liberdade é uma luta constante         | Angela Davis      | Americana  | Teórico (Coletânea de artigos, entrevistas, palestras) |
|             | Orlando                                  | Virginia Woolf    | Britânica  | Romance semi-biográfico                                |
|             | Holocausto brasileiro                    | Daniela Arbex     | Brasileira | Livro-reportagem                                       |
|             | Eu sei por que o pássaro canta na gaiola | Maya Angelou      | Americana  | Romance autobiográfico                                 |
|             |  |                   |            |  |
| <b>2019</b> | À deriva                                 | Valquíria Lima    | Brasileira | Contos   |
|             | O que é empoderamento                    | Joice Berth       | Brasileira | Livro teórico  |
|             | A cor púrpura                            | Alice Walker      | Americana  | Romance  |
|             | Um teto todo seu                         | Virgínia Woolf    | Inglesa    | Ensaio   |

|             |                                   |                        |            |                                   |
|-------------|-----------------------------------|------------------------|------------|-----------------------------------|
|             | Heroínas negras brasileiras       | Jarid Arraes           | Brasileira | Poemas / cordéis                  |
|             | Quem tem medo do feminismo negro? | Djamila Ribeiro        | Brasileira | Ensaio com marcas autobiográficas |
|             | O feminismo é para todo mundo     | bell hooks             | Americana  | Teórico                           |
|             | O que é interseccionalidade       | Carla Akotirene        | Brasileira | Teórico                           |
|             | Escritos de uma vida              | Sueli Carneiro         | Brasileira | Biografia                         |
|             | Frankstein                        | Mary Shelley           | Britânica  | Romance (terror)                  |
|             |                                   |                        |            |                                   |
| <b>2020</b> | O peso do pássaro morto           | Aline Bei              | Brasileira | Romance                           |
|             | Amora                             | Natália Borges Polesso | Brasileira | Contos                            |
|             | 07 notas sobre o apocalipse       | Tatiana Nascimento     | Brasileira | Poemas (notas)                    |
|             | Memórias da plantação             | Grada Kilomba          | Portuguesa | Narrativas do dia a dia           |
|             | Desconstruindo Uma                | Una                    | Britânica  | Narrativa autobiográfica + HQ     |
|             | Ay Kakyri Tama: Eu moro na cidade | Marcia Wayna Kambeba   | Brasileira | Poemas e contos biográficos       |
|             | Contos Ordinários de Melancolia   | Ruth Ducaso            | Brasileira | Contos                            |
|             | Sobreviventes                     | Cidinha da Silva       | Brasileira | Crônicas                          |
|             | Kindred                           | Octavia Butler         | Americana  | Romance                           |
|             |                                   |                        |            |                                   |
| <b>2021</b> | Os despossuídos                   | Ursula K. Le Guin      | Americana  | Romance                           |
|             | Girassóis estendidos na chuva     | Louise Queiroz         | Brasileira | Poemas                            |
|             | Minha casa é onde estou           | Igiaba Scego           | Italiana   | Biografia                         |

|                        |   |                          |                                   |                                     |
|------------------------|---|--------------------------|-----------------------------------|-------------------------------------|
|                        | Por um feminismo afro-latino-americano  | Lélia Gonzalez           | Brasileira                        | Teórico (ensaio)                    |
|                        | Dessa cor                               | Fernanda Bastos          | Brasileira                        | Poemas                              |
|                        | Identidade                              | Nella Larsen             | Americana                         | Romance                             |
|                        | Magra de ruim                           | Sirlanney                | Brasileira                        | HQ (autobiográfico)                 |
|                        | Flor de gume                            | Monique Malcher          | Brasileira                        | Contos                              |
|                        |   |                          |                                   |                                     |
| 2022                   | E se eu fosse pura                      | Amara Moira              | Brasileira                        | Crônicas e poemas autobiográficos   |
|                        | Há nove luas em mim                     | Nina Maria               | Brasileira                        | Ensaio autobiográfico               |
|                        | Niketche: Uma História de Poligamia     | Paulina Chiziane         | Moçambicana                       | Romance                             |
|                        | Cães                                    | Júlia Grilo              | Brasileira                        | Romance                             |
|                        | Cartas para ninguém                     | Diana Salu               | Brasileira                        | Quadrinhos/ poemas/ desenhos livres |
|                        | Cãibra de nó                            | Nívia Maria Vasconcellos | Brasileira                        | Poemas                              |
|                        | Coração subterrâneo                     | Olga Savary              | Brasileira                        | Poemas                              |
|                        | Menina Nicinha                          | Evelyn Sacramento        | Brasileira                        | Literatura infantil (biográfico)    |
|                        | Nada digo de ti, que em ti não veja     | Eliana Alves Cruz        | Brasileira                        | Romance                             |
| O desafio poliamoroso, | Brigitte Vasallo                        | Espanhola                | Ensaio com trechos autobiográfico |                                     |
|                        |   |                          |                                   |                                     |
| 2023                   | Entre nós mesmas                        | Audre Lorde              | Americana                         | Poemas                              |
|                        | Tudo é rio                              | Carla Madeira            | Brasileira                        | Romance                             |
|                        | Eu, Tituba: bruxa negra de Salem        | Maryse Condé             | Francesa                          | Romance                             |
|                        | Minha experiência lésbica com a solidão | Kabi Nagata              | Japonesa                          | Mangá                               |
|                        | Canção para ninar menino grande         | Conceição Evaristo       | Brasileira                        | Novela                              |

|  |                   |            |              |
|--|-------------------|------------|--------------|
| Joanna Mina                                      | Luciany Aparecida | Brasileira | Peça teatral |
| Mulheres negras não deveriam morrer exaustas     | Jayne Allen       | Americana  | Romance      |
| Planta oração                                    | Calila das Mercês | Brasileira | Poema-conto  |
| Em busca de mim                                  | Viola Davis       | Americana  | Biografia    |
| A gente é da hora: homens negros e masculinidade | bell hooks        | Americana  | Ensaio       |

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora

O quadro acima foi elaborado para fazer um levantamento de todos os livros lidos pelo Leia FSA entre os anos de 2016 e 2023. O grupo realizou a leitura de 63 livros entre os anos de 2017 e 2023. Nestes seis anos, foram contempladas 58 autoras de 13 diferentes nacionalidades, o que corresponde a uma média de 9 obras lidas por ano. Podemos observar a seguinte distribuição das leituras:

#### **Nacionalidade das escritoras lidas no Leia Mulheres FSA:**

##### **1. Escritoras Brasileiras:**

- Total de Autoras: 34
- Total de Obras: 36

##### **2. Escritoras Americanas:**

- Total de Autoras: 10
- Total de Obras: 12

##### **3. Escritoras Britânicas:**

- Total de Autoras: 3
- Total de Obras: 4

##### **4. Escritoras Portuguesas:**

- Total de Autoras: 2
- Total de Obras: 2

##### **5. Outras nacionalidades:**

- Nigéria: 1 obra
- Irã: 1 obra
- Canadá: 1 obra
- Índia: 1 obra
- Itália: 1 obra
- Moçambique: 1 obra
- Espanha: 1 obra
- França: 1 obra
- Japão: 1 obra

Autoras de diversas nacionalidades têm ganhado visibilidade e representatividade no círculo de leitura do LM FSA. Como critério de escolha dos livros no projeto está a exigência

de se ler autoras nacionais e internacionais. Das escolhas realizadas no clube de Feira de Santana, constatamos uma predominância de livros escritos por autoras brasileiras, o que, muito mais que demonstrar um interesse significativo na literatura nacional de autoria feminina e uma valorização da produção literária local, aponta para a valorização de vozes femininas brasileiras que assumem o risco ao entrar na ordem do dizer e promovem estratégias de lutas. No Brasil temos experimentado um expressivo debate das pautas feministas, velhas e novas demandas, que tem movimentado uma nova geração de escritoras que tem se apropriado da linguagem literária para produzir novos e diferentes discursos sobre a mulher e suas diversificadas experiências. É a literatura caracterizando-se pela transgressão dos limites que constituem a sociedade e a nós mesmos.

Seguidas das autoras brasileiras estão as autoras americanas. A presença acentuada destas autoras pode refletir a influência da literatura norte-americana que muitas vezes reflete e molda as tendências culturais globais, refletindo uma hegemonia cultural e um imperialismo cultural. Na perspectiva decolonial<sup>38</sup>, é importante estarmos atentas à imposição da cultura dominante sobre as culturas periféricas, destacando a necessidade de valorizar e promover as narrativas marginalizadas e subalternizadas. Por outro lado, é válido reconhecer o papel central que os Estados Unidos desempenham na produção e disseminação da literatura global. Também devemos considerar que, no panorama internacional dos feminismos, os Estados Unidos, como também alguns países da Europa (a França, por exemplo), tornaram-se referência para o movimento feminista no Brasil, influenciando o movimento.

Em relação aos gêneros editoriais, tentamos classificar as leituras considerando as descrições apresentadas das obras disponíveis na *internet*, tendo em vista que não foi possível realizar a leitura de todos os livros. É importante ressaltar que algumas obras podem apresentar um caráter híbrido no que diz respeito à classificação, a exemplo dos romances biográficos ou autobiográficos, em que há uma narrativa romanceada a respeito de alguém, fundindo elementos ficcionais e não ficcionais.

---

<sup>38</sup> O conceito de decolonialidade surge como uma proposta para enfrentar a colonialidade e o pensamento moderno, principalmente através dos estudos do grupo MCD (Modernidade, Colonialidade e Decolonialidade) compostos por estudiosos como Aníbal Quijano. Conferir: QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latinoamericanas. CLACSO: Buenos Aires, Argentina. 2005.

## Gêneros discursivos

### 1. Obras Ficcionalis:

- Romances: 18
- Livros de Poemas: 12
- Livros de Contos: 7
- Obras em Quadrinhos: 3
- Literatura Infanto-juvenil: 1
- Crônicas: 1
- Mangá: 1
- Novela: 1
- Peça Teatral: 1

### 2. Obras Não Ficcionalis:

- Discussões Teóricas: 6
- Livros biográficos e autobiográficos: 5
- Ensaio: 5
- Livro-Reportagem: 1
- Narrativas do Dia a Dia: 1

Dos dados, depreendemos que há um privilégio, uma priorização na indicação de leitura de obras ficcionais, de literatura, prioritariamente de narrativas longas, o que aponta para um discurso consensual sobre a leitura, de longa data, bastante idealizado, elitizado, cujo prestígio de ler esse tipo de objeto, de narrativa, provém das práticas burguesas letradas europeias, do ócio letrado que somente a burguesia dispunha, e que por isso se tornaram essas práticas que, ainda hoje, contam mais que outras para sermos reconhecidos efetivamente como leitores.

Na sociedade em geral, há algumas representações de práticas de leitura socioculturalmente legitimadas. Como mencionamos na introdução desta tese, há uma lógica seletiva que impõe algumas características àquele que se enuncia leitor. “É leitor quem lê e possui livros; quem lê sempre, muito e os textos em sua totalidade; quem lê em silêncio e solitariamente; quem dispõe de biblioteca ou as frequenta.” (CURCINO, 2018, p. 225). Então, a leitura de livros extensos, textos narrativos, sobretudo romances legitima esse lugar leitor. Nesse sentido, mesmo com o compromisso e objetivo do Leia Mulheres de se constituir como um lugar de resistência aos discursos e práticas pré-estabelecidos, no que diz respeito a prática da leitura, podemos ouvir o eco de discursos consensuais sobre a leitura. São os atravessamentos pelos quais fomos/somos subjetivados.

Feitas estas considerações, voltaremos nossa análise para as postagens realizadas no perfil do *Instagram* do projeto Leia Mulheres Feira de Santana, buscando investigar os discursos sobre as mulheres e sobre as práticas de leitura desenvolvidas no projeto. A tese que



sustentamos é a de que a prática da leitura de textos de autoria feminina, no âmbito do *Leia Mulheres*, representa um ato de resistência, uma prática de liberdade ética, tendo em vista que, por sua própria condição de discursos, podem promover a subjetivação das mulheres que dela participa.

### 5.1 OS ESPAÇOS E OS CORPOS: A RESISTÊNCIA DE MULHERES INSURGENTES

Michel Foucault, ao discutir sobre a produção das subjetividades, apontou para a relação que os corpos estabelecem com o espaço. Em seu texto “*Outros Espaços*”, ele expõe que:

[...] não vivemos em uma espécie de vazio, no interior do qual se poderiam situar os indivíduos e as coisas. Não vivemos no interior de um vazio que se encheria de cores com diferentes reflexos. Vivemos no interior de um conjunto de relações que definem posicionamentos irreduzíveis uns aos outros e absolutamente impossíveis de ser sobrepostos. (FOUCAULT, 2009, p.414).

Para o autor, o espaço não é apenas um ambiente físico, mas também um campo de relações de poder, onde as práticas sociais e institucionais moldam os sujeitos, uma vez que Foucault não considera a subjetividade como uma categoria estática e invariável da existência humana. Isso contrasta com visões tradicionais que tendem a tratar a subjetividade como algo dado e constante. A subjetividade, na perspectiva foucaultiana, é vista como um resultado, um efeito produzido por processos de subjetivação, esses processos não são fixos, mas sim variáveis e mutáveis. É desses espaços de onde emergem discursos e saberes que as subjetividades são produzidas. Portanto, somos instigados a refletir sobre a heterogeneidade dos espaços que vivemos como locais que nos lançam “para fora de nós mesmos” onde se entrecruzam marcas “de nossa vida, de nosso tempo e de nossa história” (FOUCAULT, 2009, p. 414).

De acordo com o filósofo:

Nós vivemos na época da simultaneidade: nós vivemos na época da justaposição, do próximo e do longínquo, do lado-a-lado e do disperso. Julgo que ocupamos um tempo no qual a nossa experiência do mundo se assemelha mais a uma rede que vai ligando pontos e se intersecta com a sua própria meada do que propriamente a uma vivência que se vai enriquecendo com o tempo. (FOUCAULT, 2009, p. 411).

A partir da análise do espaço, argumenta que a modernidade é definida pela presença de espaços chamados "heterotópicos". Foucault define o espaço heterotópico como um espaço

real ou imaginário que contém múltiplas camadas de significado, onde diferentes sistemas de organização social, cultural ou histórica coexistem ou se contradizem. Esses espaços são, ao mesmo tempo, físicos e mentais, tangíveis e simbólicos, e podem variar desde locais específicos, como prisões, jardins, hospitais, museus, até espaços mais abstratos, como o ciberespaço.

Se analisarmos atentamente, parece-nos que Foucault descreve a realidade contemporânea. As palavras do autor se encaixam perfeitamente na complexidade da era atual, caracterizada pelas complexas e multifacetadas formas de interação e comunicação e por espaços essencialmente heterogêneos, caracterizado por uma variedade de elementos e dinâmicas que podem se chocar, interagir ou se complementar de maneiras complexas e muitas vezes imprevisíveis.

As heterotopias são o espaço do diferente, do outro. O Leia Mulheres FSA assume esta configuração de espaço heterotópico, de múltiplas camadas de significados. Enquanto prática que produz discursividades, promove o movimento e a visibilidade de corpos que estiveram excluídos de determinados espaços, como é o corpo da mulher. Um projeto que vem provocando um movimento nas práticas de leituras de mulheres, ao propor que mulheres leiam mais mulheres.

Em Feira de Santana, o primeiro encontro do grupo Leia Mulheres ocorreu em 2017. O projeto estabeleceu parcerias com instituições culturais, como o Museu de Arte Contemporânea, o Centro Universitário de Cultura e Arte, a Agridoce Loja colaborativa e o Sesc (Serviço Social do Comércio). Atualmente, os encontros presenciais do grupo ocorrem no Centro Cultural Sesc. O grupo reúne-se aos sábados à tarde, e os encontros têm duração de mais ou menos 2h. É importante destacar que espaços como museus, livrarias, teatros fazem parte de um circuito cultural tradicional, que se constituem como parte integrante em relação às convenções ou às dimensões simbólicas hegemônicas, pois embora se apresentem espaços democráticos e aberto ao público em geral, ainda refletem um *apartheid* social quando identificamos os sujeitos que acessam e frequentam aqueles espaços.

Nesse sentido, percebemos os atravessamentos das relações do saber-poder no Leia Mulheres, portanto, é importante reconhecer e problematizar as dinâmicas de poder e exclusão, por conseguinte, a legitimação de certas práticas presentes em nossa sociedade. Foucault (2006) argumenta que o poder não é apenas exercido pelo Estado ou instituições de autoridade, mas permeia todas as esferas da vida social. Ele chama a atenção para as "relações de poder" que ocorrem em níveis microscópicos da sociedade, como interações individuais, práticas cotidianas e estruturas sociais menores. As relações de poder manifestam-se não mais

coercitivamente por meio de leis e regras, mas por meio das “normalizações” das condutas, que requerem adequação às normas de acesso à determinados lugares, por exemplo.

Dessa forma, sobre a escolha do local dos encontros presenciais do grupo, por um lado, podemos considerar que há uma reafirmação dos discursos elitistas sobre a leitura e os leitores, dos consensos que elegem os lugares onde se pode ler, ou ainda os lugares onde a prática da leitura é recomendada e valorada. Esses espaços eleitos para os encontros, muitas vezes, reproduzem estruturas de segregação e exclusão, privilegiando certos grupos em detrimento de outros. Isso pode se manifestar na composição demográfica dos frequentadores, nas políticas de preços de ingressos, na localização geográfica dos espaços, entre outros aspectos.

Por outro lado, poderíamos aproximar do que Foucault (2009) chama de heterotopia. Heterotopias porque representam lugares que estão além do espaço convencional, seja física ou conceitualmente. O Centro Cultural Sesc é ao mesmo tempo um lugar físico, é onde os encontros presenciais do grupo acontecem, mas também é onde se vive uma realidade utópica, um tipo de “contra-espaço”, mulheres lendo mulheres e reivindicando o direito à expressão feminina, o direito a acessar qualquer espaço, o que aponta para a urgência de não apenas transformar as práticas sociais, mas também os modos culturais.

Uma característica fundamental dos espaços heterotópicos é que eles funcionam como contrapontos ou espelhos invertidos do mundo exterior, desafiando as normas e hierarquias estabelecidas. Considerando com Foucault (2009), seria uma “espécie de utopia efetivamente realizada”. O convite a ocupar lugares que segregam movimenta a ordem, a dinâmica social que organiza e controla os corpos, sobre os quais se incidiam as obrigações, as limitações e as proibições, determinando os sujeitos que podem ou não acessar e estar em determinado espaço. Estar nesses espaços é uma forma de escapar da “invisibilidade e das margens” (GREGOLIN, 2015, p. 200). Funciona também como uma estratégia de resistência, subversão ou transformação, considerando que onde há poder, há resistência. Portanto, o acesso e a apropriação desses espaços culturais contestam as estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, além de revelar as tensões e conflitos subjacentes nas relações de poder.

Outro espaço utilizado pelo grupo de leitura é o da web. Em relação à formatação do Leia Mulheres FSA, a divulgação e estruturação do grupo, bem como a comunicação de um modo geral sobre o funcionamento deste clube que propõe a leitura de obras escritas por mulheres efetivam-se através das redes sociais *Instagram e Facebook*. Maria do Rosário Gregolin, a partir de reflexões extraídas do texto “Outros Espaços” de Foucault, propõe pensarmos a WEB (o virtual) como a heterotopia por excelência do século XXI. Para ela,

Nesse espaço virtual cruzam-se todo tipo de outros espaços, consensuais e conflitantes; acolhem-se todo tipo de enunciados e de formas de visibilidade numa cartografia em que se misturam permissividade e controle de forma ambígua; o seu funcionamento tem em sua base o contínuo movimento do dito e do não dito (GREGOLIN, 2015, p.197).

É aí, nesse espaço caracterizado por contrastes, multiplicidade e coexistência de diferentes elementos, que o grupo de Feira de Santana enuncia, demarca seu posicionamento, faz circular discursos e constitui subjetividades para as mulheres. O LM FSA possui uma presença significativa nas redes sociais. Está inscrito no *Facebook* com 393 membros e no *Instagram* com 1707 seguidores até o momento do desenvolvimento desse estudo. Essas redes funcionam como espaços propícios às “insurreições”. Essas sujeitas - leitoras e escritoras - interdadas e invisibilizadas pelos discursos machistas e sexistas que ainda imperam na sociedade, ocupam a heterotopia da web - as páginas das redes sociais- e podem tornar-se visíveis e constituírem a si. Como discutido anteriormente, os espaços midiáticos permitem um ativismo mais intenso, as sujeitas manifestam-se e se articulam como expressão de uma memória coletiva e transgressora. Enquanto espaço de enunciação, essas páginas possibilitam que se produzam e propaguem discursos, permitem que enunciados circulem socialmente e amplificam vozes que, de outra forma, poderiam ser marginalizadas ou silenciadas. Do mesmo modo, permite que o corpo da mulher leitora e escritora alcance uma hipervisibilidade, uma vez que a mídia digital potencializa a disseminação rápida e ampla de informações, seja em forma de texto, imagem, vídeo, por meio dos elementos de indexação das plataformas digitais, como as *hashtags* e a utilização do símbolo @.

Como pensar os corpos nesses múltiplos campos heterotópicos da web e da literatura? As práticas de si desenvolvem-se sobre o corpo, permitindo que:

[...] o sujeito se constitua face a si próprio, não como um simples indivíduo imperfeito, ignorante e que tem a necessidade de ser corrigido, formado e instruído, mas sim como indivíduo que sofre de certos males e que deve deles cuidar, seja por si mesmo, seja por alguém que para isso tem competência. (FOUCAULT, 2014b, p. 74).

Nesse sentido, as práticas de si exigem deslocamentos, rupturas, que suscitem um exercício de si sobre si mesmo. Os corpos dos indivíduos é onde as relações de saber/poder se inscrevem e se efetivam e é, ele mesmo, o local das resistências e das subjetividades. Poder e resistência circulam. Conforme Witzel (2022), os processos de subjetivação, que entrelaçam discursos, sujeitos e corpos, jamais se configuram como espaços harmoniosos e acolhedores

para as diversas formas de sujeito. Ao contrário, são territórios de conflito, marcados por lutas e resistências, que acabam por separar os sujeitos, cerceando suas vozes e restringindo sua participação na esfera social. É o que acontece com os corpos das mulheres. Sua condição feminina, idealizada de ser mulher, era uma das razões para afastá-las de muitas das atividades sociais, colocando-as em um espaço pré-determinado, da ordem do privado.

Diante desses discursos que cercearam e cerceiam os corpos femininos, pontos de resistências têm atravessado as imposições do sistema machista e sexista que instituíram biopolíticas sobre seus corpos. Chamo atenção, nesta discussão para as mediadoras do grupo do Leia Mulheres FSA: professoras, corpos insurgentes, poetisas, pesquisadoras e autodeclaradas militantes feministas. Apresentamos a seguir algumas sequências enunciativas em que as mediadoras do LM FSA narram a si.

M1- É preta, poeta, professora, pesquisadora, mestre em estudos literários, já militou junto ao Coletivo de Empoderamento de Mulheres – FSA. Co-mediadora do Leia Mulheres e co-produtora do Ciclo de Oficinas em Escrita Criativa em Feira de Santana. Já publicou seus versos em antologias [...].

M2- É poeta, professora, pesquisadora, militante feminista e atua como co-mediadora do Leia Mulheres e co-produtora do Ciclo de Oficinas em Escrita Criativa. Publicou os livros **serei\_as: ou ensaios de um mergulho no âncora** (edição independente, 2019) e **Lugar comum** (Urutau, 2021, Prêmio Mix Literário)<sup>39</sup>.

São mulheres que se posicionam contra as biopolíticas que determinam as subjetividades femininas sob um crivo machista. Ao assumir uma posição-sujeito e enunciar sobre si, as mediadoras do Leia Mulheres FSA estão envolvidas em um processo ativo de construção de sua subjetividade, ou seja, de como elas se percebem, se compreendem e se posicionam no mundo. À medida que narram a si mesmas vão se constituindo, pois é meio ao jogo do poder que produz saberes, práticas e discursos é que os sujeitos se constituem. Nesse sentido, Foucault (2010a, p. 235) afirma:

Essa forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata, que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm de reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos.

---

<sup>39</sup> Disponível em [https://www.instagram.com/p/CsKRrA\\_ug0w/?hl=ru&img\\_index=1](https://www.instagram.com/p/CsKRrA_ug0w/?hl=ru&img_index=1)

Assim, ao se autodeclararem negras e feministas verificamos os enfrentamentos e as batalhas discursivas nos processos de constituição das subjetividades das mediadoras do Leia Mulheres FSA, tendo em vista que estes movimentos, sejam de resistência, identificação ou representação social, estão interligados por relações de saber-poder que buscam objetivar e subjetivar os sujeitos envolvidos. É possível constatar, nesse modo de enunciar a si, um sujeito discursivo na luta pela visibilidade, pela conquista e ampliação de seus direitos específicos; pelo fortalecimento da sujeita mulher e mulher negra, em uma sociedade que historicamente a tem marginalizado e subjugado.

Conforme Foucault (2017a), todo enunciado e as práticas que o constituem funcionam conforme uma ordem discursiva, isto é, existem condições para que o discurso apareça. As relações discursivas, que caracterizam o discurso enquanto prática, apresentam, a um só tempo, o contexto em que aquelas práticas são produzidas e recebidas, assim como as identidades e as posições dos sujeitos envolvidos. Dessa forma, ao se colocarem na posição sujeito professora, as mediadoras do clube assumem a posição de quem está autorizado a falar, mulheres escolarizadas que desfrutam de um certo prestígio social ao fazerem parte do dispositivo escolar. Mas, mesmo atreladas a esse dispositivo, suscitam práticas outras de leitura que se distanciam das práticas institucionalizadas, instituindo uma prática de resistência à ordem estabelecida. Essas resistências têm desestabilizado os discursos que historicamente silenciaram e invisibilizaram diversos grupos sociais e culturais.

O Leia Mulheres efetiva-se em um contexto em que o feminismo ganhou novas dimensões e configurações, isto é, neste período considerado como a quarta onda do feminismo. Como já mencionamos anteriormente, o movimento contemporâneo de ativismo e *advocacy* pelos direitos das mulheres é marcado, dentre outras características, por mobilização via meios de comunicação digitais, pela interseccionalidade e pela organização na forma de coletivos. É justamente nas redes sociais que o LM se projeta e ganha notoriedade.

Nesse lugar sem lugar do projeto Leia Mulheres, projetado ao infinito nas páginas da web, a quem se dirige o Leia Mulheres? Quem são as mulheres que leem? Atravessado por esta nova onda dos feminismos, os corpos que se subjetivam nesta comunidade leitora são corpos jovens. Predominantemente, os grupos do Lei espalhados pelo Brasil têm em sua composição mulheres jovens, ligadas de alguma forma ao espaço acadêmico, são universitárias, professoras, pesquisadoras, escritoras, o que ocorre também no LM FSA. São essas mulheres que se inscrevem neste lugar de mulher leitora. O LM FSA também se configura na perspectiva decolonial, o que se reflete no contradiscurso que irrompe nas redes sociais do clube, nas leituras as quais o Lei dá visibilidade, no não conformismo com as regras

que encerram os corpos femininos nos domínios da colonialidade, que dita onde ela deve estar, como deve portar-se, o que deve ler, o que deve escrever.

Outros corpos também são atravessados nesse espaço. O Leia Mulheres Feira de Santana também conta com a participação de homens. Em seu perfil nas redes sociais, o grupo deixa claro a abertura para a participação de qualquer gênero nos encontros promovido. O núcleo central (São Paulo) e todos os demais grupos espalhados pelo Brasil encorajam a diversidade de participantes, independentemente de sua identidade de gênero. O Leia Mulheres compreende a importância de quebrar as barreiras e estereótipos de gênero não só a partir do empoderamento feminino, mas também a partir da desconstrução e rompimento com o discurso falocêntrico, isto é, o discurso enraizado em sistemas de poder e dominação que privilegiam a perspectiva masculina em detrimento das mulheres e de outras identidades de gênero.

Nessa linha, a participação de homens no LM dialoga com a perspectiva de Adichie (2014) quando defende que é necessário que “*Sejamos todos feministas*”. Para a autora, é necessário que os homens reconheçam seus privilégios e desafiem as noções tradicionais de masculinidade. De igual modo, hooks (2018, n.p) afirma: “o feminismo é antissexismo. Um homem despojado de privilégios masculinos, que aderiu às políticas feministas, é um companheiro valioso de luta, e de maneira alguma é ameaça ao feminismo[...]”

## 5.2 ENTRE IMAGENS E CORES: O CHAMADO VIRTUALIZADO DA RESISTÊNCIA

Importante olhar para a estrutura da página do LM FSA no *Instagram*, suas imagens de capa e suas cores, as quais atraem e colaboram para a construção simbólica e virtualizada dos encontros do Projeto. O preto e o branco no *slogan* do grupo Leia Mulheres; o *lilás*, o roxo, o azul, o amarelo nas postagens do *feed*. Por que não o rosa? O enunciado da cor que potencializa um lugar diferente daquele historicamente marcado para as mulheres princesas, não as do sertão.

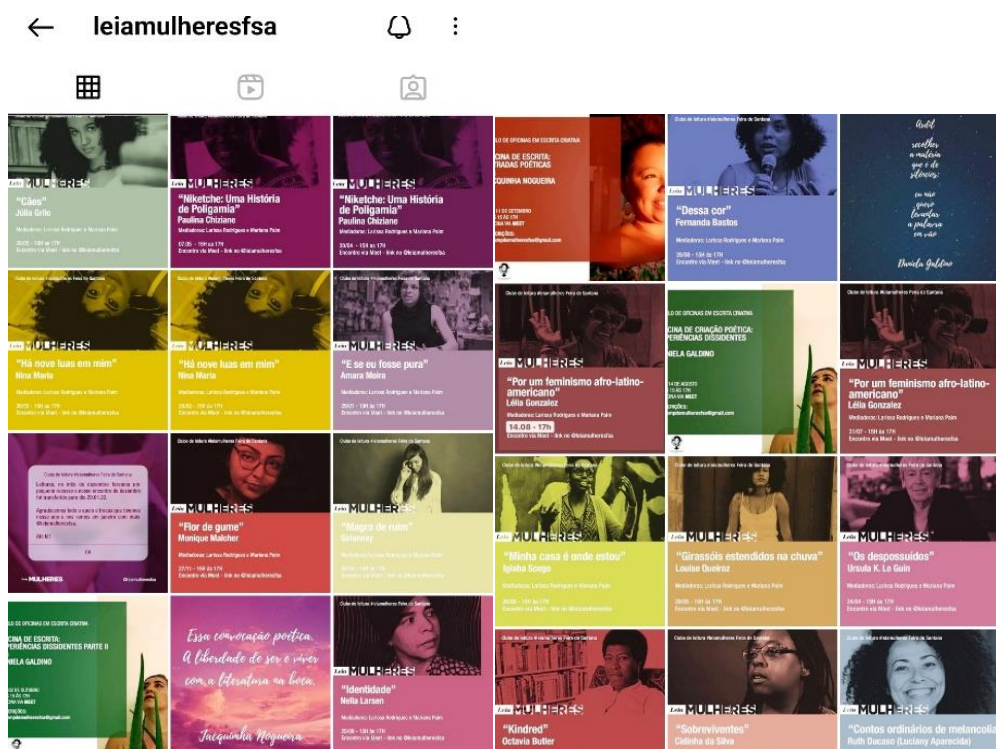
Figura 12: Perfil do Leia Mulheres FSA no *Instagram*

Fonte: <https://www.instagram.com/leiamulheresfsa>

A associação do rosa com o feminino pode ser atribuída a uma série de fatores, incluindo convenções sociais, *marketing* e estereótipos de gênero. Por exemplo, na década de 1940 nos Estados Unidos, houve uma tendência de *marketing* que promovia o rosa para bebês do sexo feminino e o azul para bebês do sexo masculino. Essa tendência acabou se consolidando na cultura popular e reforçou a associação entre rosa e feminilidade. Enquanto o rosa está associado a estereótipos tradicionais de feminilidade (como princesas), as cores que compõem a imagem do Leia Mulheres Feira de Santana apontam para uma escolha mais subversiva, sugerindo características como força, resistência e liberdade que parecem compor os sentidos produzidos na página. O lilás, por exemplo, presente nas postagens e nos ícones da página do *Instagram*, representa a cor da luta das mulheres contra a violência.<sup>40</sup>

<sup>40</sup> O lilás se insere em uma calendarização em que cada mês do ano é dedicado ao combate ou conscientização sobre uma determinada causa. “Agosto Lilás” é uma campanha de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, instituída por meio da **Lei Estadual nº 4.969/2016**, com objetivo de intensificar a divulgação da Lei Maria da Penha, sensibilizar e conscientizar a sociedade sobre o necessário fim da violência contra a mulher, divulgar os serviços especializados da rede de atendimento à mulher em situação de violência e os mecanismos de denúncia existentes. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2023/agosto/agosto-lilas-ministerio-das-mulheres-lanca-campanha-de-enfrentamento-a-misoginia>. Acesso em 10 jan. de 2024.



Figura 13: *Feed* Leia Mulheres FSA no *Instagram*

Fonte: <https://www.instagram.com/leiamulheresfsa>

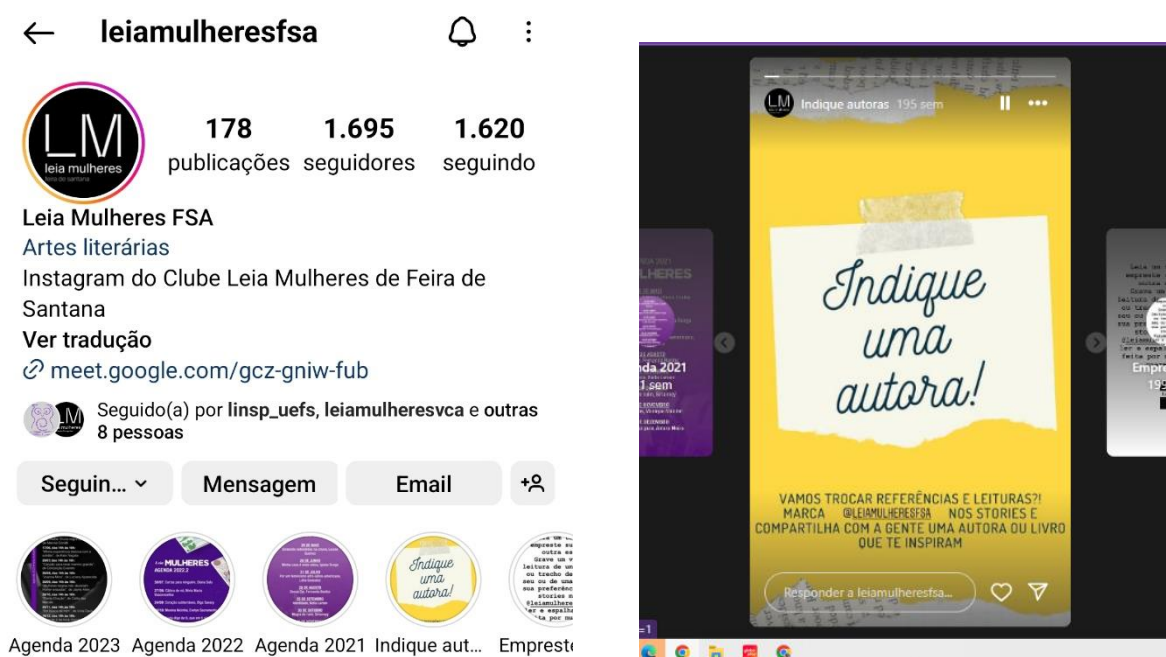
Segundo Foucault (2014a, p. 9-10), “Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder.” As interdições, ou seja, as restrições, proibições ou censuras impostas por meio dos discursos, revelam a dinâmica jogos de poder. Então, o que percebemos nas imagens do LM é um movimento de subversão pública a um regime de verdade que classifica, ordena e impõe modos de ser a mulher.

Seguindo a análise da página do LM FSA, no perfil do *Instagram* (figura 14), abaixo da identificação da página e antes das postagens em fotos, temos as sessões que apresentam as agendas de leitura: Agenda 2023, Agenda 2022 e outras. Uma das que chama a atenção é o espaço para indicar uma autora, funcionando como espaço interativo que convoca a participação de outras pessoas nas sugestões de leituras feita pelo grupo.

É importante ressaltar que na perspectiva foucaultiana é preciso tratar o discurso atentando para os enunciados e relações que o próprio discurso põe em funcionamento. Nesse processo de análise, necessitamos atentar para as modalidades enunciativas, as quais constituem um procedimento de análise centrado em três perguntas básicas: Quem fala? De onde fala? Que posições esse sujeito ocupa?

Quem fala no perfil do *Instagram* do Leia Mulheres? A resposta a essas perguntas aponta para vozes de sujeitas mulheres que assumem uma posição ativa na luta das mulheres por igualdade e equidade de gênero e se colocam no enfrentamento da invisibilização do feminino nos discursos sobre leitura, literatura e autoria, portanto se posicionam com um discurso de resistência e liberdade. Diante do imperativo de se engajarem nesta luta, predominantemente, os sujeitos que se subjetivam nesse espaço leitor são mulheres.

Figura 14: Indique uma autora



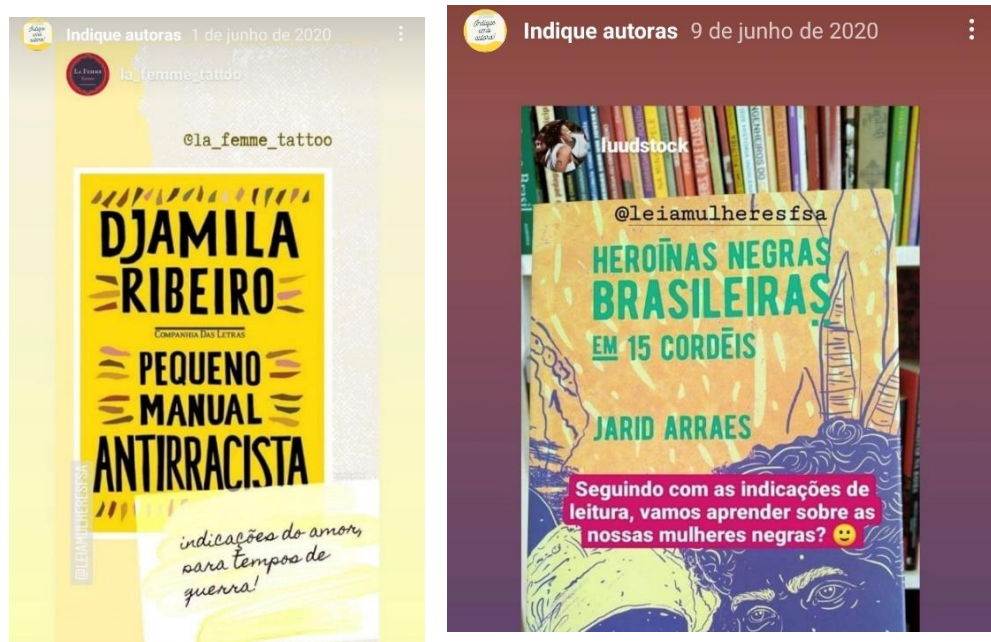
Fonte: <https://www.instagram.com/leiamulheresfsa/>

Essa convocação virtualizada na rede social da *internet*, em amarelo, cor atribuída a relações de amizade, também a alegria, atenção, cor que incide como luz solar, mobiliza mulheres em suas vidas privadas para uma luta coletiva, uma prática de resistência e liberdade que não encontram nas instituições escolares, por exemplo. O verbo no imperativo de fato funciona, não para imperar a mão do poder, mas fazer imperar um desejo por uma literatura de mulheres, uma vontade de leitura do feminino. O convite para participar dessa jornada literária é visto como uma prática de empoderamento e uma maneira de amplificar vozes femininas na sociedade.

A seguir apresento duas das postagens desta seção “Indique uma autora”. São muitas as indicações de obras, cujas autoras são mulheres negras, a exemplo de Djamilia Ribeiro, *Pequeno manual antirracista*, também Jarid Arraes e sua obra *Heroínas Negras Brasileiras*

em *15 cordéis*, o que atualiza uma discussão que está ganhando força, como insurgência do feminismo negro no mundo, repercutindo em Feira de Santana.

Figura 15: Nomes de autoras



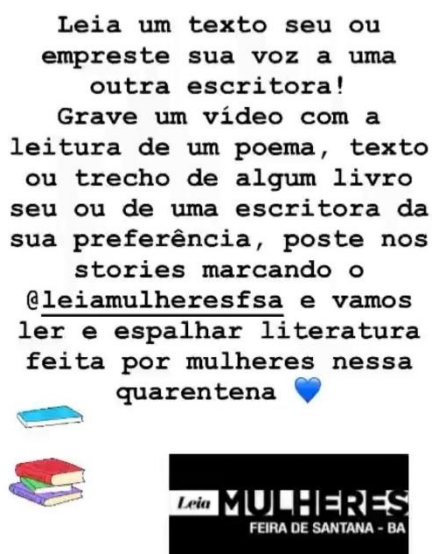
Fonte: <https://www.instagram.com/leiamulheresfsa/>

Juntamente com a indicação da autora Djamila Ribeiro, encontramos o seguinte enunciado: “*indicação do amor, para tempos de guerra!*”. O “Pequeno Manual Antirracista” de Djamila Ribeiro, uma intelectual brasileira conhecida por seu ativismo em questões de gênero, raça e classe, destaca-se como uma importante contribuição para a discussão e conscientização sobre o racismo no Brasil e no mundo. Um dos pontos fortes do livro, que apresenta uma discussão teórica embasada em estudos e pesquisas, é sua capacidade de desmistificar e desconstruir ideias preconcebidas sobre a sujeita e o sujeito negro, destacando como o racismo está enraizado em diversas esferas da sociedade, desde as instituições até as interações cotidianas. Ribeiro também aborda a importância do reconhecimento do privilégio branco e do papel dos não-negros na luta antirracista. O enunciado, acima destacado, em diálogo com a discussão proposta por Djamila Ribeiro, aponta para a conscientização da discriminação racial e a violência contra a população negra, a partir do entendimento do que é o racismo e de como ele se configura na sociedade. Pois, conforme Ribeiro (2019, p. 21), “não podemos combater o que não tem nome”.

A segunda indicação é da autora Jarid Arraes e o livro *Heroínas negras brasileiras em 15 cordéis*, publicada em 2017. O livro propõe-se a questionar o projeto de nação que previu o silenciamento e a negação da matriz negra e a aclamação da branca. Como ato de resistência ao silenciamento de muitas mulheres negras, coloca em evidência as histórias destas representantes negras que a historiografia brasileira corrente colocou no esquecimento. O livro é atravessado por temáticas como resistência, liberdade, escravidão, escrita/escrever, política, memória, religião, a partir das quais explora as sujeitas que ora apresenta. Algumas delas são: Luiza Mahin, mulher africana vinda da Costa da Mina, que participou de grandes lutas, como a revolta dos Malês; Tereza de Benguela, líder durante duas décadas de um grande quilombo no Mato Grosso; Dandara dos Palmares que, ao lado de Zumbi, combateu à escravidão. Também somos apresentadas a duas grandes escritoras, que mesmo fora do cânone e fora da história hegemônica, marcaram a literatura negra: Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus. Mulheres insurgentes, cujas histórias interferem na estabilização da memória, reconfigurando sua estrutura e possibilitando novas formas de apreensão da historiografia brasileira. (Re)contando as diferentes trajetórias e estratégias de resistências, Jarid Arraes traz à tona histórias de mulheres negras que resistiram às adversidades através de diferentes vivências. Além disso, a autora questiona as tradições literárias dominantes que tendem a marginalizar ou ignorar as vozes e as histórias das mulheres, sobretudo mulheres negras, e transgride as barreiras imposta pela colonialidade do poder através da sua escrita, nos convidando a “*aprender sobre nossas mulheres negras*”.

Outra seção que promove uma experiência muito importante é a que convoca mulheres a “emprestarem sua voz” a outra escritora. São muitas as postagens em vídeo em que mulheres leem mulheres e comentam suas obras. Parece aceitarem o pacto da leitura feminina e feminista. Neste momento em que ‘empresta’ sua voz, a sujeita se desdobra em outros eus-mulheres, falando de si, narrando suas histórias.

Figura 16: Empreste a sua voz



Fonte: <https://www.instagram.com/leiamulheresfsa/>

A proposta de emprestar a voz possibilita a dobra das sujeitas que se veem pela prática da leitura no lugar de mulheres autoras. Este movimento de escolhas, identificações mobiliza corpos por lugares não pensados, lugares outros, um lugar sem lugar da navegação midiática, próprio do espaço heterotópico. A mídia passa a ser o grande navio literário, o qual vai convidando suas tripulantes insurgentes para lerem, gravarem vídeos, postar nas redes para alimentar o efeito de acúmulo da rede do Leia mulheres FSA. Dado o comando, as postagens se virtualizam e pluralizam por várias mulheres e vozes.

Figura 17: Empreste a sua voz 1



Fonte: <https://www.instagram.com/leiamulheresfsa/>

Uma delas vem acompanhada da seguinte inscrição: “*E eu estou postando ele pra espalhar literatura, boa literatura, pra dar leveza aos nossos dias!*” (sic). Percebemos a rede de relações de poder, estruturada a partir de contingências históricas, que regula o campo literário, discursos revestidos de autoridade que, tendo como parâmetro os seus interesses de raça, gênero e classe, determinam o que é e o que não é boa literatura. Ao enunciar sobre a literatura nesta postagem, os enunciados rompem com os rótulos que inferiorizam, desmerecem e apagam a literatura de autoria feminina, provendo um esvaziamento de valor. Foucault, em *A ordem do discurso*, destaca que toda classificação opera procedimentos de exclusão: se há boa literatura, há também a ruim. Qual seria a indicação de boa literatura e suas autoras? A emergência de um fenômeno cultural em que mulheres estão se apropriando do espaço digital para compartilhar e discutir obras escritas por outras mulheres.

Figura 18: Empreste a sua voz 2

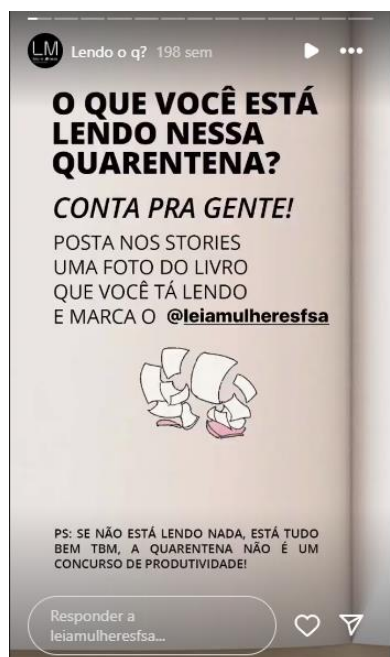


Fonte: <https://www.instagram.com/leiamulheresfsa/>

Ao "emprestar" suas vozes, essas mulheres leitoras ampliam a visibilidade de autoras femininas, e se envolvem em um ato de empoderamento feminino. Como podemos observar no enunciado presente na figura 18 “*se conhecer = se descobrir*”. Há um compromisso implícito entre as mulheres leitoras e as autoras, uma leitura sensível às questões de gênero, poder, identidade e representação. Enquanto leem e comentam, no encontro com múltiplas subjetividades, essas mulheres vão constituindo a si na relação consigo mesmas e com as outras.

E assim, a rede discursiva vai se constituindo no espaço midiático e, nesse chamado virtualizado, à resistência. Há espaço também para mulheres contarem o que estão lendo (figura 19), suas experiências de leitura, isso faz valer a noção foucaultiana de acúmulo que se materializa nas *hashtags* do projeto Leia Mulheres. “*Posta nos stories uma foto do livro que você tá lendo e marca o @leiamulheresfsa*”. O uso de *hashtags* e do “@” nas redes sociais permite que o movimento alcance um público mais amplo e conecte mulheres de diferentes partes. Usadas para categorizar o conteúdo em redes sociais, quando se adiciona uma *hashtag* a uma postagem, ela se torna clicável e os usuários podem acionar para ver outras postagens que usam a mesma #. Da mesma forma o símbolo “@”. Este é usado para marcar ou mencionar usuários nas redes, direcionando a atenção de um usuário específico. Quando se menciona alguém em uma postagem usando “@”, essa pessoa recebe uma notificação de que foi mencionada. Um grande movimento em rede que vai somando mulheres, autorias, experiências e histórias diversas.

Figura 19: Lendo o quê?



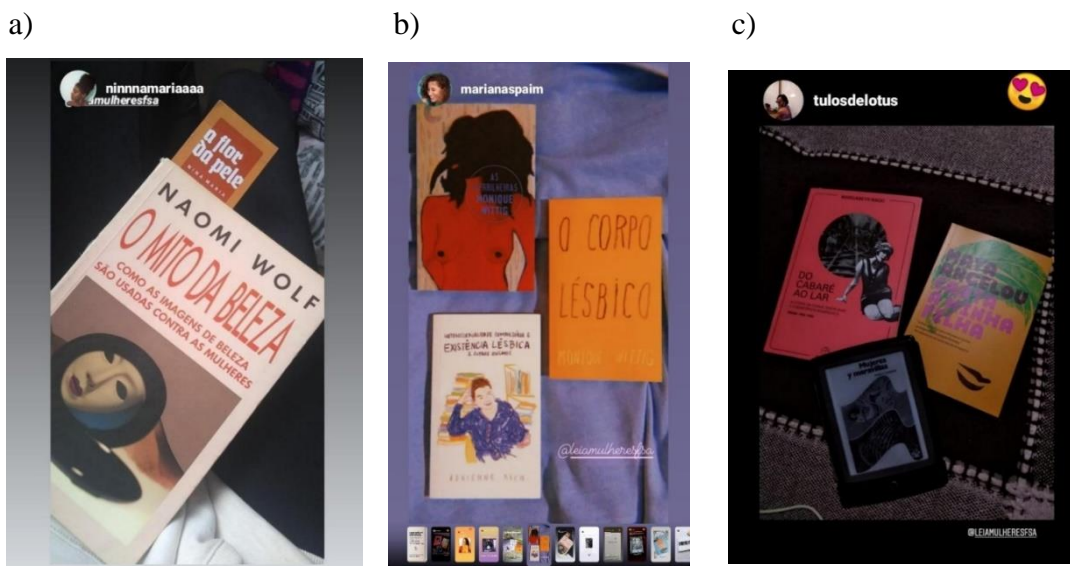
Fonte: <https://www.instagram.com/leiamulheresfsa/>

A seção funcionou de forma bastante produtiva no período da quarentena por conta da pandemia da Covid-19, não deixando de mobilizar as práticas de leitura por e de mulheres feirenses. Esse gesto histórico também funcionou como uma prática de enfrentamento e resistência, considerando que a crise pandêmica trouxe um conjunto de elementos discursivos

e não-discursivos como notícias diversas e, muitas vezes, *fake news*<sup>41</sup> que provocavam insegurança, reclusão, descrença no tratamento. Tal fato afetou diretamente sujeitos e sujeitas à margem, incluindo as mulheres que já ficavam, muitas vezes, limitadas ao trabalho doméstico. Foi um tempo em que o público e o privado ficaram num confronto mais incisivo e conflitivo. A literatura funcionou como espaço heterotópico e até distópico, pois tanto possibilitou que, estando num espaço privado mulheres pudessem estar em lugares outros, possíveis, que inclusive falavam de si, como funcionou como um lugar que parecia muito distante daquele mundo onde viviam a pandemia que sufocava, causando insegurança, medos, angústias.

É interessante notarmos nessa postagem sobre o “Lendo o quê?” (figura 19) tem uma observação: “PS: Se não está lendo nada, está tudo bem tbm. A quarentena não é um concurso de produtividade”. Podemos compreender a postagem como uma mensagem de acolhimento e empatia, reconhecendo que, durante períodos difíceis como a quarentena da Covid, é normal não se sentir produtivo o tempo todo. Mas também devemos considerar que a leitura, muitas vezes vista como uma atividade intelectual valiosa, não deve ser encarada como uma obrigação ou uma meta a ser cumprida. A leitura deve ser uma escolha livre e uma fonte de prazer, conhecimento, e reflexão, não uma obrigação imposta por um ideal de produtividade.

Figura 20: Exemplos da seção lendo o quê



Fonte: <https://www.instagram.com/leiamulheresfsa/>

<sup>41</sup> *Fake news* são formas de desinformação estrategicamente disseminadas que ganharam impulso graças à internet. Para que esses conteúdos atinjam grande público, são usados algoritmos que aumentam seu alcance e repercussão.



A partir do convite a compartilhar suas leituras, algumas seguidoras divulgaram os livros que estavam lendo. Nas postagens (figura 20) temos a indicação do livro da escritora negra baiana Nina Maria *“A flor da pele”*, livro de poemas que apresenta enunciados que tratam das dores, das dúvidas, das certezas, e dos amores, mas também versos de denúncia e de protesto. Poderíamos estabelecer, de imediato, uma relação com a expressão popular *“à flor da pele”*, metáfora que descreve um estado emocional intenso, no qual os sentimentos estão prontos para serem expressos de forma intensa e imediata. Mas aqui *“flor”* é um substantivo, é nome: *“a flor da minha pele / é cheia de espinhos / mas calma, não machuco / é apenas minha beleza.”*. A dualidade da beleza e da dor. A sujeita que se constitui em meio aos desafios, as interdições, em um movimento de resistência e liberdade através dos seus versos. Nessa mesma linha, a outra indicação foi *“O Mito da Beleza: Como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres”*, escrito por Naomi Wolf, que examina criticamente a indústria da beleza e a cultura da imagem que molda as percepções femininas sobre si mesmas e sua identidade. Wolf defende que a ideia de beleza é socialmente construída e imposta às mulheres como um padrão irreal e inatingível. A obsessão da sociedade com a beleza física é uma forma de controle social que subjuga as mulheres.

Para Foucault (2014b), na sociedade disciplinar, as instituições sociais, como escolas, hospitais, empresas exercem controle sobre os indivíduos, moldando seus comportamento e corpos de acordo com normas e padrões preestabelecidos. Na sociedade contemporânea, esse processo disciplinar não desapareceu, mas sim se transformou. As tecnologias de vigilância, as mídias sociais, os dispositivos eletrônicos, indústria da moda e da publicidade, entre outros, passaram a desempenhar papéis importantes nesse processo de controle dos corpos femininos. Assim, a disciplinarização dos corpos hoje pode ser vista de forma mais sutil e difusa, operando através de mecanismos de controle social internalizados e naturalizados. Essa naturalização torna mais difícil questionar e resistir a esses mecanismos, uma vez que eles são aceitos como parte do funcionamento normal da sociedade, uma vez que o controle *“caracteriza-se por um certo número de técnicas de coerção que exercem um esquadramento sistemático do tempo, do espaço e do movimento dos indivíduos, que atingem particularmente as atitudes, os gestos, os corpos”* (REVEL, 2005, p. 35).

Outras leituras apresentadas foram *“As guerrilheiras”* e *“O corpo lésbico”* da escritora francesa Monique Wittig, figura central do movimento lésbico e feminista na França, e *“Heterossexualidade compulsória e existência lésbica e outros ensaios”* da escritora Adrienne Rich, poeta norte-americana. As obras citadas exploram questões relacionadas à identidade lésbica, sexualidade, gênero e política. São leituras que giram em torno da

desconstrução das normas heterossexuais e da subversão das estruturas de poder que marginalizam as mulheres e as lésbicas na sociedade e apontam para a construção da sujeita mulher a partir de um discurso que se fundamenta em uma estrutura patriarcal que perpetua a heterossexualidade como norma.

As obras que abordam a temática da homoafetividade, centram-se nas experiências das mulheres com a sua sexualidade, por isso os temas voltados para a existência lésbica ou lesbiandade. O tabu em torno da sexualidade feminina é uma questão profundamente enraizada na história e na cultura de muitas sociedades. Se pensarmos as implicações desses debates no contexto do *Leia Mulheres*, podemos situá-lo da seguinte maneira: o *Leia* é um espaço de produção de discursos, seu funcionamento e condição de existência demarcam uma tomada de posição, a leitura assume muito mais que seu caráter voltado para fruição, a prática de leitura assume um discurso de ruptura, de transgressão, à medida que contrapõe um sistema de coerções e pressões homogeneizadoras sobre o corpo feminino. Literatura ao infinito, constituindo uma rede de saberes produzidos sobre mulheres e, acima de tudo, por mulheres.

### 5.3 AS ESCOLHAS DAS OBRAS, TEMAS E AUTORIAS: A RESISTÊNCIA DE EXPERIÊNCIAS E HISTÓRIAS

No Brasil, a história de colonização econômica e cultural deixou profundas marcas na sociedade, incluindo a esfera literária. Durante séculos, a cultura dominante era patriarcal e eurocêntrica, o que criava obstáculos significativos para as mulheres que desejavam se inserir no cenário literário. O discurso hegemônico que determinava a superioridade intelectual do homem em relação à mulher cerceou a esta o reconhecimento nesse espaço criativo. Dessa forma, o campo da literatura constituiu-se como um domínio masculino, de forma explícita e excludente. As figuras do escritor e do intelectual definiam o lugar do sujeito que podia falar a partir de uma lógica que excluía outras vozes, outras representações. Acerca dessa realidade, o *Leia Mulheres FSA* coloca no palco das propostas e experiências de leitura obras de autoras que estão de forma bastante significativa na luta pela representação das mulheres nos diversos seguimentos da sociedade.

Como uma contraconduta (Foucault, 2008b) é imprescindível destacar a significativa contribuição do movimento feminista, pois ele representa uma ruptura significativa com o *status quo* patriarcal. Frente às limitações impostas à mulher, os feminismos resistiram e resistem a determinadas formas de governo das mulheres, estabelecendo táticas de enfrentamentos às investidas do poder e ao seu ensejo de controlar os corpos femininos. Nessa

perspectiva, o movimento de mulheres transcende diversas esferas da vida, incluindo o âmbito do trabalho, onde as mulheres buscaram igualdade de oportunidades e salários justos; na liberdade de seus corpos, lutando contra a objetificação e a violência de gênero; e na esfera pública e política, em que demandas como o direito ao voto e outras conquistas têm sido fundamentais para garantir sua participação e representação; no campo da intelectualidade, na produção de conhecimento.

Essas lutas feministas possibilitaram que as mulheres pudessem constituir novos modelos de feminilidade. Margareth Rago (2018, p. 35), em seu livro intitulado “*A aventura de contar-se: feminismos, escritas de si e invenções das subjetividades*”, ao analisar a vida de sete mulheres que “criticaram e desconstruíram os modos tradicionais de produção da subjetividade e propuseram outros”, trata da “emergência dessa geração de mulheres como acontecimento, isto é, como forças que irrompem e alteram o curso da história” (RAGO, 2018, p. 40). Para a autora, as mulheres que se colocam nesse lugar de embate e resistência, que confrontam e abalam a ordem do discurso, constituem os seus espaços de atuação com “máquinas de guerra”. Ela afirma:

Na literatura, na produção acadêmica, na religião, nas lutas que promovem no movimento feminista organizado e fora dele, os espaços em que atuam em que atuam foram construídos [...] com “máquinas de guerra” e estratégias de combate mobilizadas contra o poder dos homens, dos partidos, do Estado, da Igreja e da ciência. Libertárias, a crítica às relações de poder na vida cotidiana e ao autoritarismo nos múltiplos espaços de sociabilidade ganha força em suas manifestações. (RAGO, 2013, p. 35)

O Leia Mulheres, tomado nessa tese também como acontecimento, uma vez que irrompe como uma prática discursiva, atravessada por relações de saber-poder, traz à tona mulheres escritoras que carregam o ideário e as bandeiras feministas, que resistem à ordem patriarcal, mulheres que têm promovido micropolíticas, ações que se referem às dinâmicas de poder que ocorrem em níveis individuais, interpessoais e sociais mais imediatos. Isso inclui ações dentro das famílias, comunidades, locais de trabalho e outros contextos sociais menores em que as aquelas sujeitas estão inseridas.

Para bell hooks (2018, p. 42),

produzir um corpus de literatura feminista junto com a demanda de recuperação da história das mulheres foi uma das mais poderosas e bem-sucedidas intervenções do feminismo contemporâneo. Em todas as esferas da escrita literária e da bibliografia acadêmica, trabalhos produzidos por mulheres haviam recebido pouca ou nenhuma atenção, uma consequência da discriminação de gênero.

Das leituras realizadas pelo Leia Mulheres Feira de Santana, identificamos autoras e obras que apresentam representações de mulheres que desvelam práticas de resistência e liberdade, e que apontam para a constituição de diferentes subjetividades feminina. Ao atentarmos para os discursos veiculados nos livros de autoria feminina lidos pelo clube de Feira de Santana, compreendemos que as escolhas não se dão de forma aleatória, a seleção aponta para uma vontade de verdade que rompe com as narrativas dominantes sobre a mulher ditadas pela supremacia branca e masculina. As obras revelam as tensões e confrontos em torno de limites, enfrentamentos e da busca por legitimidade e reconhecimento por meio de uma prática de resistência e liberdade que promove uma resignificação ética de si.

Para Foucault, a ética não se limita ao domínio da moralidade individual, mas refere-se aos valores, normas e práticas que orientam a conduta humana em uma determinada sociedade. A ética está intrinsecamente ligada aos discursos de poder e conhecimento, pois influencia as formas como os sujeitos se percebem, se relacionam com os outros e se constituem como sujeitos éticos. Nessa direção, é importante observar que as autoras lidas examinam como certas práticas sociais, como a subordinação de gênero, e discursos dominantes contribuíram para a inferiorização das sujeitas mulheres. Alicerçadas em uma postura transgressora e inovadora, como também engajadas politicamente, essas escritoras revelam a força de uma escrita que permite transformar-se e modificar sua relação consigo mesmas.

Desse modo, a leitura de obras cujas narrativas exploram e problematizam como as mulheres foram historicamente colocadas à margem da cultura dominante, muitas vezes relegadas a papéis secundários ou estereotipados, como também narrativas que apresentam personagens femininas que desafiam ativamente as normas de gênero e buscam reivindicar sua voz, tem possibilitado um encontro com discursos que promovem a constituição de novas subjetividades para essas mulheres leitoras.

Reafirmamos com Foucault (2006) que as resistências fazem parte das relações de poder. A resistência é “compatriota do poder”, o que significa que onde há governo, há revolta. Sempre há possibilidade de resistência que pode alterar o domínio da relação a partir de táticas adequadas. Ao contestar discursos da domesticidade feminina e a exclusão das mulheres no campo literário, por meio da resistência, essas escritoras buscam para si um lugar de enunciação, onde possam falar e serem ouvidas/lidas. São autoras que contribuíram e contribuem de forma significativa para o discurso feminista, desafiando as expectativas patriarcais, defendendo os direitos e a independência das mulheres e demonstrando da

importância da capacidade intelectual das mulheres. Vejamos a seguir o primeiro livro lido pelo Leia Mulheres FSA.

Figura 21: Carolina Maria de Jesus: Quarto de Despejo



Fonte: <https://www.instagram.com/p/BSzD5psFHx/>

A postagem (figura 21) anuncia o primeiro encontro do grupo com a discussão sobre o livro “*Quarto de Despejo*” da escritora brasileira Carolina Maria de Jesus. A maneira como a divulgação do encontro é constituída, com o uso das *hashtags* #leiamulheres, #leiamulheresfsa, #quartodedespejo, #carolinamariadejesus, #mulheresnegras, amplia o alcance da postagem, aumenta as interações, também permitem a conexão com comunidades e audiências específicas que compartilham interesses semelhantes, criando uma rede em torno do assunto; o comentário “*Esse livro é simplesmente maravilhoso*” revelam como os enunciados articulam-se e os discursos entrelaçam-se.

A escolha deste livro para o primeiro encontro do grupo indica uma decisão significativa, levando em conta a relevância da obra dentro do cenário literário contemporâneo, considerando sua conexão com movimentos sociais, questões de gênero e raça, e seu potencial para fomentar discussões pertinentes sobre desigualdades sociais e representatividade feminina. Carolina Maria de Jesus foi uma das primeiras escritoras negras do Brasil a alcançar reconhecimento internacional, uma mulher negra e da favela, personifica a interseção de identidades marginalizadas, cujas experiências são frequentemente omitidas da narrativa dominante. A escolha desse livro também é emblemática dentro do contexto atual de debates sobre representatividade negra e diversidade na literatura.

Nas narrativas de Carolina Maria de Jesus verificamos os confrontos e as estratégias empregadas para se estabelecer diante de uma sociedade que se mostra indiferente às mazelas enfrentadas pelos sujeitos que estão à margem. Carolina Maria de Jesus foi uma escritora brasileira que ganhou reconhecimento internacional com a publicação de seu diário, "*Quarto de Despejo: Diário de uma favelada*", em 1960. Neste livro, Carolina relata sua vida na favela do Canindé, em São Paulo, abordando temas como pobreza, fome, violência e discriminação racial. Sua obra é um testemunho da luta diária pela sobrevivência em condições extremamente adversas.

A resistência de Carolina Maria de Jesus manifesta-se de várias formas ao longo de seu diário e de sua vida. Primeiramente, sua escrita em si é um ato de resistência. Carolina, uma mulher negra e pobre, que vivia à margem da sociedade, encontrou na escrita uma maneira de enfrentamento. Em um contexto em que as vozes das mulheres negras e das classes marginalizadas eram frequentemente silenciadas, Carolina desafiou essa marginalização ao dar voz à sua própria realidade.

Considerando as relações de poder que dominam e moldam os sujeitos na sociedade, Carolina, “sujeita infame”, insurge nas brechas, no confronto com o poder, desafiando e resistindo às normas. Foucault (2006, p. 210) chama de vidas infames “vidas que são como se não tivessem existido, vidas que só sobrevivem do choque com um poder que não quis senão aniquilá-las, ou pelo menos apagá-las [...]”. São sujeitos excluídos ou estigmatizados pela sociedade devido a uma variedade de razões, como pobreza, origem étnica, orientação sexual, identidade de gênero, entre outras. Tais vidas, nos entraves e embaraços de sua invisibilidade, têm muito a dizer sobre a sociedade em que vivem e as estruturas sociais, políticas e econômicas imbuídas nas relações de poder que perpetuam sua exclusão.

Nessa perspectiva, Carolina Maria de Jesus insurge na recusa em se submeter passivamente às injustiças e desigualdades que enfrentava. Em seu diário, ela denuncia a violência policial, a falta de acesso à educação e saúde de qualidade, a exploração dos trabalhadores e a hipocrisia das classes privilegiadas, traçando, assim, um diagnóstico do presente. Carolina não apenas descreve essas injustiças, mas também expressa sua indignação, em um movimento de resistência e contraconduta contra essa expectativa de conformidade com o poder estabelecido. Ela questiona os sistemas de poder que considera injustos, opressivos ou prejudiciais. E sendo uma autora lida no *Leia Mulheres*, arriscamos a defender que o clube de leitura tem um pertencimento a este cenário, constituindo-se num discurso de resistência também. Assim como Carolina Maria de Jesus, outras vozes femininas que ganham visibilidade no LM FSA também deflagram visões que propiciam o encontro de vontades de

verdades que descentraliza o discurso de uma única verdade sobre as mulheres e, mais especificamente, sobre as mulheres negras. Conceição Evaristo, Djamila Ribeiro, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Cidinha da Silva, Carla Akotirene, Joice Berth, Calila das Mercês, Luciany Aparecida, Valquíria Lima, Fernanda Bastos, Evelyn Sacramento, Julia Grilo, Livia Natália, entre outras, geração de escritoras poetisas, contistas, pesquisadoras, romancistas, são mulheres que emergem nas margens ou lacunas da narrativa histórica dominante.

A invisibilidade ainda é condição de muitas escritoras negras, que vivenciam as barreiras impostas à publicação e à circulação das suas obras. A maioria delas continua ignorada e excluída dos espaços de poder onde se publicam e se leem os textos literários, principalmente, se considerarmos a hegemonia imposta pelo mercado editorial, como já discutimos anteriormente, Carolina de Jesus e Conceição Evaristo são exemplos dessa realidade.

Figura 22: Conceição Evaristo: Olhos D'água



Fonte: <https://www.instagram.com/p/BWxhK-OlzIT/>

Na figura 22, a indicação de leitura é da escritora brasileira Conceição Evaristo e de seu livro “*Olhos D’água*”. Conceição Evaristo é uma mulher negra, importante escritora, poeta e ensaísta brasileira, nascida em Belo Horizonte, em 1946. Ela é uma das vozes mais significativas da literatura contemporânea no Brasil, conhecida por suas obras que abordam temas como a discriminação racial, de gênero e a luta contra a invisibilidade social de mulheres negras. Seus trabalhos são caracterizados pela intersecção de experiências individuais e coletivas, frequentemente inspiradas em sua vivência pessoal e nas histórias de outras mulheres negras. Evaristo utiliza a escrita como uma forma de resistência e afirmação

da identidade negra e feminina. Ela cunhou o termo "escrevivência", uma junção de "escrever" e "vivência", para descrever uma escrita que nasce da experiência de ser uma mulher negra no Brasil, e que serve como uma forma de luta contra o apagamento histórico e a marginalização.

O reconhecimento de suas obras abre caminho para que outras mulheres negras sejam vistas, ouvidas e lidas, criando um espaço para novas narrativas que refletem a diversidade da experiência negra no Brasil, bem como a projeta como uma referência, tanto para novas escritoras como para leitoras e leitores que desejam encontrar narrativas que dialoguem com suas realidades. Em entrevista ao Brasil de Fato<sup>42</sup>, que ocorreu durante o 2º Festival Internacional da Utopia, em Maricá (RJ), a escritora afirmou que, embora hoje tenha um lugar de reconhecimento no mundo literário, não escapa do imaginário de racismo construído diariamente em torno das mulheres negras. Ganhar visibilidade no campo da escrita, como mulher negra, é uma exceção. O seu reconhecimento, hoje, como escritora não se desgarrá do coletivo. Onde estão as escritoras negras? Em quais espaços circulam? Onde seus livros são lidos?

Nesse contexto, o empoderamento da mulher negra é de extrema relevância. É nessa conjuntura que o Leia Mulheres coloca em evidência as narrativas de mulheres negras.

Figura 23: Joice Berth: O que é empoderamento?



Fonte: <https://www.instagram.com/p/BuXKk3GhrLC/>

<sup>42</sup> Disponíveis em <https://www.brasildefatorj.com.br/2018/07/25/ser-escritora-nao-rompe-com-o-imaginario-em-relacao-as-mulheres-negras#>. Acesso em: 20 de nov. de 2023.



Uma das leituras indicadas no LM FSA foi da escritora brasileira Joice Berth e do seu livro *“O que é empoderamento?”* (figura 23). Entender o conceito de empoderamento é fundamental para a discussão do feminismo negro, pois debate mudanças nas relações de poder. No cruzamento das opressões que construíram nossa sociedade, a história, a cultura e a beleza negras foram sistematicamente desvalorizadas e invisibilizadas. De acordo com Berth (2018, p. 48) “No caso das mulheres negras há uma invisibilidade que é consequência da articulação dos grupos subalternizados dentro da pirâmide social, afinal sofre racismo o homem negro e sofre racismo a mulher branca. E onde fica a mulher negra? Não fica em lugar algum ou no não lugar”.

O empoderamento negro busca resgatar e celebrar a identidade negra, sobretudo da mulher negra, promovendo o orgulho pela ancestralidade, pela cor da pele, pelos traços físicos e pela cultura negra em suas diversas expressões. Configura-se também como um movimento que reconhece a resistência histórica das populações negras frente à escravidão, ao colonialismo e ao racismo. Ele celebra as contribuições culturais e intelectuais da diáspora africana, desde a música e a dança até a literatura e o ativismo político. Esta resistência é, em si, um ato de empoderamento.

Interessante observarmos que as indicações das leituras aparecem sempre com alguma descrição sobre a obra seguida de um convite: *“bora”, “vamo”, “Vamos todxs??”* provocações para que as/os seguidora/es reajam e se envolvam no projeto. Como reações aparecem as curtidas bastante expressivas e alguns comentários com *emoticons e smiles* que refletem entusiasmo, aprovação, expectativa. Também aparecem marcações de perfis com o uso do *“@”*. Ao marcar outros perfis em postagens, as pessoas são notificadas sobre o conteúdo que as mencionam, o que pode aumentar o engajamento da postagem, resultar em mais curtidas, comentários e compartilhamentos. Além disso, há a exposição do conteúdo para outros públicos, o que aumenta a visibilidade do perfil, no caso o perfil do Leia Mulheres FSA. Aparecem também enunciados como *“Ahhhh nesse eu vou!”*, *“Eu quero muito!”*. A condição de emergência de um espaço próprio das e para as mulheres, instituindo novos modos de estar no mundo. Quais as condições de emergência para que o Leia Mulheres alcance ressonância nas indicações das leituras dos livros dessas autoras? Conforme Foucault, (2017a, p. 34) o enunciado *“abre para si mesmo uma existência remanescente no campo da memória”*, entendemos, portanto, que há um movimento protagonizado por mulheres negras, o qual tem fomentado discursos que rompem com os silêncios impostos às suas vozes.

Nos anos 1980, o Brasil testemunhou um momento crucial na história do feminismo negro, com o surgimento dos primeiros coletivos de mulheres negras. Este período marcou o

início da organização dessas mulheres sob a perspectiva política de suas múltiplas opressões. Ao se unirem como mulheres negras, elas trouxeram à tona uma subjetividade compartilhada por meio de suas experiências de vida, que eram marcadas pela interseção de raça, gênero e classe. O feminismo negro ou o movimento de mulheres negras dentro dos feminismos foi responsável pelo resgate conceitual e ressignificação do empoderamento. Esse engajamento não se limitou apenas à esfera política, mas também teve repercussões significativas no campo literário. As mulheres negras insurgiram contra a predominância das literaturas consideradas clássicas e aceitas pela elite, as quais eram vistas como representativas da cultura historicamente dominante na sociedade. Ao fazerem isso, elas desafiaram a hegemonia cultural e reivindicaram espaço para suas próprias narrativas e expressões literárias.

Presenciamos, assim, uma insurgência de mulheres que não apenas lidam com as questões de gênero, mas também trazem para linha do confronto as questões relacionadas a sua identidade de raça e classe, debatem sobre “*O perigo de uma história única*” (ADICHIE, 2019). A escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, em palestra proferida no *Ted Talk*<sup>43</sup> (palestra que mais tarde virou livro) aborda sobre o poder das histórias. Quando Adichie se refere a uma “história única”, ela está se referindo a qualquer história redutora e estereotipada sobre um grupo de pessoas que é repetidamente apresentada como verdade ou como a única experiência atribuível a essas pessoas, apagando-o ou o silenciando. Nesse sistema, o estereótipo é um componente fundamental do processo de subjetivação dos sujeitos.

Nas palavras de Adichie (2019, p. 32). “as histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada.” Daí a importância da mulher assumir o seu lugar de fala, falar a partir da sua realidade, trazendo à tona suas vivências, suas lutas, suas perspectivas e suas verdades, que podem ser distintas das narrativas dominantes ou masculinas. É necessário fazer ouvir o eco dessas escritoras.

---

<sup>43</sup> Disponível em:

[https://www.ted.com/talks/chimamanda\\_ngozi\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story/transcript?language=pt-BR&subtitle=en&lng=pt-br&geo=pt-br](https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt-BR&subtitle=en&lng=pt-br&geo=pt-br). Acesso em 30 de nov. de 2023.

Figura 24: Djamila Ribeiro: O que é lugar de fala?



Fonte: <https://www.instagram.com/p/BgMwzeAAv2Z/>

Na figura 24, temos a indicação da leitura do livro “*O que é lugar de fala?*”, da filósofa brasileira Djamila Ribeiro. A visibilidade dada às escritoras negras no Leia Mulheres reforça as problematizações apresentadas nas terceira e quarta ondas do feminismo, quando trazem para o debate a universalização da noção de mulher e também de homem, e propõe pensarmos homens e mulheres a partir dos entrecruzamentos que nos constituem. Sobre esta questão, a escritora, intelectual negra e feminista, afirma:

Esse debate de se perceber as várias possibilidades de ser mulher, ou seja, do feminismo abdicar da estrutura universal ao se falar de mulheres e levar em conta as outras intersecções, como raça, orientação sexual, identidade de gênero, foi atribuído mais fortemente à terceira onda do feminismo [...]. (RIBEIRO, 2017, p. 21).

Na postagem de indicação da leitura desse livro, temos o seguinte enunciado: “*Entendendo que precisamos dar visibilidade para as mais diversas escritas de mulheres, dessa vez leremos teoria com @djamilaribeiro1 e seu “O que é lugar de fala”!*”. As enunciadoras do LM FSA esclarecem a necessidade de dar visibilidade às diferentes vozes das mulheres nas discussões sobre gênero e feminismos. Assim, ao mencionarem que será uma leitura teórica, demarcam que o grupo se volta não apenas para leituras literárias, os textos ficcionais, mas também promove a leitura e a discussão crítica de textos teóricos. A postagem obteve 68 curtidas e 4 comentários como: “*quero participar*” e “*uma discussão super necessária... esse encontro já promete*”, o que indica certo nível de engajamento por parte das

seguidoras, bem como uma percepção positiva em relação à leitura indicada. Além de apontar para a importância da temática abordada no livro, sendo, portanto, uma leitura necessária.

"*O que é lugar de fala?*" representa uma contribuição significativa para a discussão sobre identidade, representatividade e poder no cenário intelectual brasileiro. O livro aborda o conceito de "lugar de fala", que é central para entender as dinâmicas de poder e privilégio em uma sociedade marcada por desigualdades raciais, de gênero e sociais. O livro faz parte da série "Feminismos plurais", também dirigida por Djamila Ribeiro, uma iniciativa que busca ampliar a diversidade de vozes e perspectivas dentro do feminismo, destacando autoras negras, indígenas e outras minorias que historicamente foram marginalizadas dentro do movimento feminista *mainstream*<sup>44</sup>. Cada obra da série apresenta na capa fotografias dos/as autores/as, destacando sua identidade como mulheres ou homens negros/negras e/ou indígenas. A inclusão das fotografias dos autores na capa ressalta a importância da representatividade e da visibilidade das experiências e trajetórias pessoais de cada sujeita e sujeito. Acreditamos que esta mesma lógica se apresenta no Leia Mulheres, que ao enunciar sobre os livros que serão lidos e debatidos, o faz apresentando seus títulos e suas respectivas autoras.

O enunciado "*O que é lugar de fala*" apresenta um desafio fundamental ao explorar quem tem o direito ou a legitimidade de falar em determinados contextos sociais, especialmente em uma sociedade como a brasileira, caracterizada por uma história marcada pelo patriarcado, colonialismo, racismo e classismo. "*Lugar de fala*" refere-se à posição social e experiências pessoais de um indivíduo que influencia sua compreensão e interpretação do mundo. Assim, a noção de "lugar de fala" questiona quem tem autoridade para falar sobre determinados assuntos e defende que as vozes desses grupos marginalizados devem ser priorizadas e valorizadas. No contexto brasileiro, a reflexão sobre o lugar de fala torna-se particularmente relevante devido à longa história de opressão e desigualdade. O patriarcado estruturou as relações de poder entre homens e mulheres, enquanto o colonialismo estabeleceu hierarquias entre grupos étnicos e culturais, com impactos sobre as populações indígenas e afrodescendentes. Além disso, o racismo e o classismo perpetuam injustiças socioeconômicas e culturais, reforçando as disparidades de privilégios na sociedade.

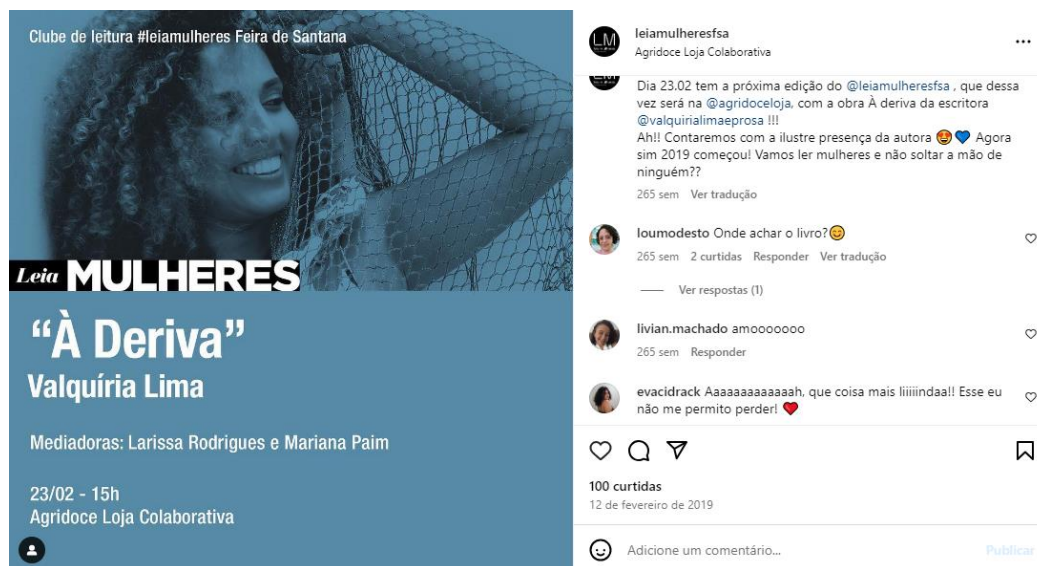
É nessa direção que compreendemos a emergência de uma discursividade em que aparecem mulheres lendo mulheres como resistência e liberdade. O Leia Mulheres, nessa

---

<sup>44</sup> Feminismo *mainstream* é um termo utilizado para se referir a um feminismo que encontra eco entre um grupo específico de mulheres, mulheres da elite, que possuem o luxo de dizer que nós não precisamos nos preocupar com classes, cor ou temas econômicos, apenas com gênero. Para entender melhor esta discussão, conferir o livro **Feminismo para os 99%: um manifesto** escrito por Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser.

perspectiva, tem papel crucial, destacando as obras e trajetórias das mulheres como produtoras de literatura. O projeto além de promover a leitura de obras escritas por mulheres, também atua como um movimento cultural que busca questionar e transformar as estruturas patriarcais e coloniais presentes na indústria literária, o que podemos constatar também na forma como constrói os enunciados sobre os livros indicados. Tomemos como exemplo o enunciado da figura 25.

Figura 25: Valquíria Lima: *À deriva*



Fonte: <https://www.instagram.com/p/BtzLIB7BddJ/>

Na figura 26, temos a indicação da leitura do livro *“À Deriva”*, da escritora Valquíria Lima, e o enunciado: *“Ah!! Contaremos com a ilustre presença da autora 😍❤️ Agora sim 2019 começou! Vamos ler mulheres e não soltar a mão de ninguém??*. O apelo para “ler mulheres” aponta para um compromisso com a representatividade de gênero na literatura, promovendo a visibilidade e o reconhecimento do trabalho das autoras. Dar visibilidade as escritoras negras é reconhecer que todo lugar da nação brasileira, da literatura, da autoria é um lugar da mulher negra de pertença, esteja ela lá ou não. Valquíria Lima, que é uma jovem escritora baiana, participa de uma perspectiva de se pensar a literatura em uma perspectiva decolonial, isto é, uma escrita que busca romper com os pensamentos e as práticas colonialistas e racistas. Vozes jovens e negras como potência.

A frase *“ninguém solta a mão de ninguém”* encapsula o espírito de solidariedade e união que surge em meio a esses momentos de repressão e resistência das mulheres, enfatizando a importância da sororidade e do empoderamento feminino. O enunciado, que teria sido criado em momentos difíceis vividos por estudantes da Universidade de São Paulo,

durante o período da Ditadura Militar brasileira nas décadas de 1960 e 1970, foi reatualizado, em 2018, através de uma postagem do *Instagram* de uma militante jovem, como forma de protesto contra o candidato a presidente da República, Jair Bolsonaro, usando a *hashtag* #elenão. O desenho de duas mãos dadas acima de uma rosa espinhenta – cuja raiz se consegue ver na base flutuante – dava o recado: “Ninguém solta a mão de ninguém”. A mensagem parecia unir milhões de pessoas, sobretudo mulheres que, naquele contexto, compartilhavam uma forma de resistência, a não mais uma ditadura nos moldes da enfrentada pelos estudantes da USP, mas uma ditadura que se manifesta nos corpos e seus atravessamentos de raça, de classe, de gênero, de sexualidade. O enunciado apresentado na figura 26.

Figura 26: Ninguém solta a mão de ninguém



Fonte: [https://www.instagram.com/zangadas\\_tatu/p/BpflwZtj35m/](https://www.instagram.com/zangadas_tatu/p/BpflwZtj35m/)

No contexto atual, esse enunciado encontra novas ressignificações e atualizações, especialmente quando falamos das lutas das mulheres e dos diferentes tipos de "ditaduras" que seus corpos enfrentam enquanto alvo de diferentes formas de opressão, violência e controle. Dessa forma encontramos um movimento responsivo das mulheres que aderem a luta coletiva das mulheres, e se comprometem a não largarem as mãos. Gestos de resistência, ou seja, gestos que expressam a força de um devir e de um sentido que é sempre, enquanto resistência, um *devir-minoritário* ((DELEUZE; GUATTARRI, 2012).

As obras e as autoras lidas pelo LM FSA possibilitam aprofundar as lutas das mulheres ao evidenciar as interconexões das categorias de gênero, raça e classe, que constituem uma

rede de opressão que impacta de maneira especialmente severa as mulheres negras. Nas escolhas realizadas, percebemos ressonâncias de discursos e enunciados que problematizam as subjetividades femininas como fixas, únicas e completas, e, por meio de uma escrita transgressora, apresentam uma voz feminina constitutiva de múltiplas subjetividades, vozes inquietas e desejosas que constroem e exercem a escrita como prática de liberdade. Assim se apresenta a obra “*Água Negra e Outras Águas*” da escritora Livia Natália (figura 27). Livia Natália é uma escritora baiana que tem se destacado no cenário contemporâneo da literatura negra nacional e internacional. Suas produções literárias denunciam as condições de exílio que são impostas aos corpos negros, sobretudo das mulheres. A notoriedade da literatura produzida por mulheres negras reside no reconhecimento da dupla exclusão que elas enfrentam: não apenas pela sua condição de gênero, mas também pela sua identidade racial. Ao longo da história, as mulheres negras foram marginalizadas e oprimidas em função de sua raça e de seu gênero, sofrendo uma interseção de discriminações e violências que muitas vezes são ignoradas ou minimizadas pela sociedade em geral.

Figura 27: Livia Natália: *Água negra e outras águas*



Fonte: <https://www.instagram.com/p/Bbefp7HlxtN/>

Foucault argumenta que tanto a noção de sujeito quanto a de liberdade são construções sociais. Esta visão desafia noções tradicionais de sujeito como um ente pré-existente ou essencial, sugerindo que o sujeito é produto das dinâmicas de poder que permeiam as estruturas sociais. A liberdade é uma prática de resistência que emerge no interior das relações de poder,

“[...] a liberdade aparecerá como condição de existência do poder (ao mesmo tempo sua pré-condição, uma vez que é necessário que haja liberdade para que o poder se exerça [...])” (FOUCAULT, 2010a, p. 244).

O filósofo discute a natureza das lutas sociais, delineando três categorias distintas de oposição à estrutura de poder dominante. A primeira refere-se às lutas contra as formas de dominação étnica, social e religiosa. A segunda categoria compreende as lutas contra as formas de exploração. Por fim, Foucault destaca as lutas contra aquilo que subjuga o indivíduo a si mesmo e, por conseguinte, o submete aos outros. Esse terceiro tipo de luta enfoca a resistência contra as formas de subjetivação e submissão que internalizam normas, valores e padrões de comportamento impostos pela sociedade ou pelo poder dominante.

Nessa linha, mesmo nas sociedades mais disciplinadas e controladas, existem fissuras e margens de manobra que indivíduos e grupos podem desafiar e subverter o poder dominante. Essas práticas de resistência não se manifestam necessariamente como revoltas abertas, mas, muitas vezes, como formas sutis de contestação, como estratégias de evasão, transgressão ou ressignificação dos discursos e normas estabelecidos. Dessa forma, a luta contra as formas de sujeição e a instituição de subjetividades divergentes funcionam como exercício da liberdade.

Ao compartilhar suas histórias e experiências, as mulheres contribuem para uma representação mais autêntica e plural das feminilidades. Isso permite que outras interpretações e nuances das experiências femininas sejam reconhecidas e valorizadas, uma vez que outras interpretações de identidades femininas somente aparecerão, na medida em que diferentes narrativas vivenciadas em diferentes conjunturas forem sendo narradas, a fim de que possa aflorar não apenas a história da dominação masculina, mas sobretudo das resistências e do empoderamento das mulheres. Nesse sentido, na contramão de narrativas dominantes sobre a mulher, sobretudo, sobre a mulher negra, emergem obras de autoria feminina para romper com o monólogo do discurso único e tensionar as representações dominantes. Uma emergência de mulheres que perpassa gerações passadas, mas também novas gerações.

É nessa linha que Foucault afirma:

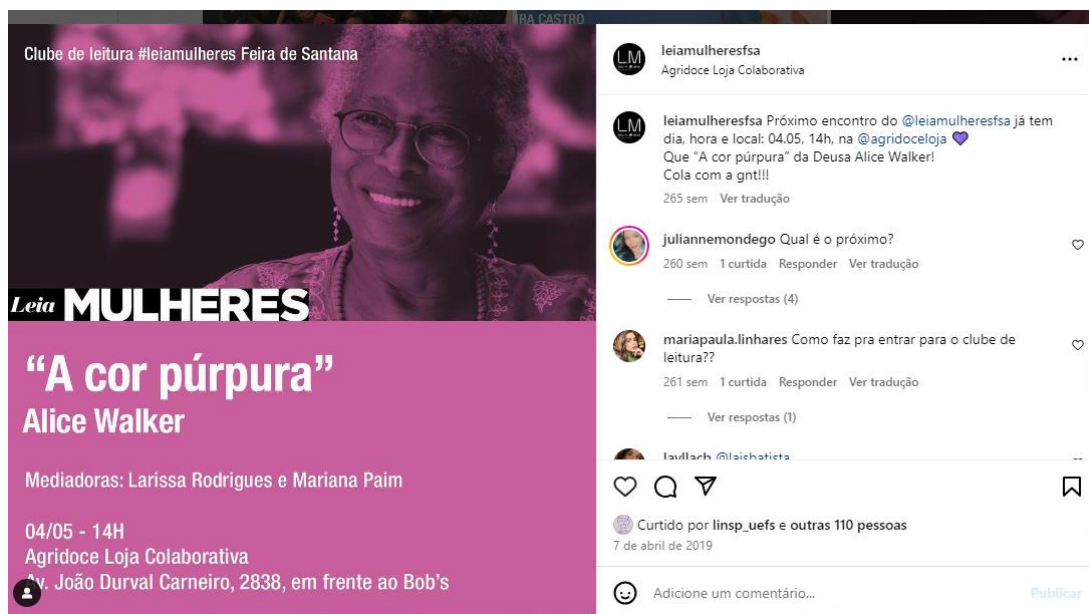
[...] deve-se conceber o discurso como uma série de segmentos descontínuos, cuja função tática não é uniforme nem estável. Mais precisamente, não se deve imaginar um mundo do discurso dividido entre o discurso admitido e o discurso excluído, ou entre o discurso dominante e o dominado; mas, ao contrário, como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes (FOUCAULT, 2022, p. 109-110)



Como propõe o filósofo, o discurso admitido (o padrão hegemônico e normativo que teve força expressiva na objetivação das mulheres) e o discurso excluído (novos modos de narrar e subjetivar a mulher) estão em confronto. Nesse espaço tenso de disputas, polêmicas, rupturas e deslocamentos, são fundamentais as insurgências. A insurgência da escrita de mulheres, mais especificamente, de mulheres negras nas brechas da história representa um ato de coragem e resistência. Ao arriscarem-se dentro do discurso, essas sujeitas estão não apenas reivindicando sua própria voz e agência, mas outros devires.

Ao abordar temas comuns à experiência negra, como racismo, discriminação, resistência e identidade cultural, a literatura feminina negra vai além do contar histórias, mas dar visibilidade a ancestralidade e à história das mulheres negras na formação da sociedade brasileira. Esse retomada e atualização dos saberes produzidos pelas negras e negros é crucial para reconhecer as suas contribuições e valorizar as suas lutas ao longo da história. São narrativas que documentam essas histórias, e que também as reinterpreta e as reinscreve no contexto contemporâneo, desafiando e denunciando um sistema de opressão. São narrativas que se elevam e com elas novas representações, fundamentada em uma poética construída agora sobre as próprias mãos, antes acorrentadas, e pelas vozes silenciadas. Vejamos outras leituras.

Figura 28: Alice Walker: A cor púrpura



Fonte: <https://www.instagram.com/p/ByzoW2iB1lh/>

Na figura 28, temos a indicação do livro “*A Cor Púrpura*”, de Alice Walker. Ao longo da história, as mulheres negras foram marginalizadas e oprimidas em função de sua raça e de seu gênero, sofrendo uma interseção de discriminações e violências que muitas vezes são ignoradas ou minimizadas pela sociedade em geral. “*A Cor Púrpura*”, um clássico da literatura estadunidense, da escritora Alice Walker, é um retrato da vivência da mulher negra na época da segregação racial, nos Estados Unidos. Como uma das principais vozes do feminismo negro, Alice Walker aborda questões de opressão de gênero e raça de forma interseccional em sua obra.

Sueli Carneiro, em seu artigo “*Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero*”, ao tratar sobre a militância da mulher negra, aponta a necessidade de se defender um feminismo negro, tendo em vista que a luta da mulher negra apresenta pontos específicos que diferem da luta da mulher branca. Para ela,

a unidade na luta das mulheres em nossas sociedades não depende apenas da nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, mas exige, também, a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo. (CARNEIRO, 2019, p. 315).

De acordo com a escritora, a mulher negra está imersa em uma cultura violada, folclorizada e marginalizada, fruto do processo colonial sobre o qual o Brasil se constituiu e que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituída no período da escravidão. Nessa perspectiva, a escrita literária negra se firma na busca por representatividade das escritoras negras no interior do coletivo de mulheres, assim parte de um lugar estigmatizado e inferiorizado para um lugar social, cultural e histórico recriado pela própria mulher negra. As criações femininas na literatura configuram-se também como uma forma da mulher negra se afirmar como sujeito crítico, ativo, resistente diante de um sistema hegemônico e excludente. Apesar de toda exclusão que recai sobre as mulheres negras, da invisibilidade que as cerca, estas têm algo a dizer.

Conceição Evaristo argumenta:

Escrever pressupõe um dinamismo próprio do sujeito da escrita, proporcionando-lhe a sua auto-inscrição no interior do mundo. E, em se tratando de um ato empreendido por mulheres negras, que historicamente transitam por espaços culturais diferenciados dos lugares ocupados pela cultura das elites, escrever adquire um sentido de insubordinação. Insubordinação que se pode evidenciar, muitas vezes, desde uma escrita que fere “as normas cultas” da língua, caso exemplar o de Carolina Maria de Jesus, como também pela escolha da matéria narrada. A nossa *escrevivência* não pode ser lida como histórias para “ninar os da casa – grande” e sim para

incomodá-los de seus sonos injustos. (EVARISTO, 2007, p. 20, grifo da autora).

Para Evaristo, escrever não é uma atividade neutra, é um ato político, especialmente considerando seu contexto histórico e social. O espaço da escrita funciona como uma plataforma para afirmar e firmar as identidades das mulheres negras, mas sobretudo é um lugar de lutas constantes e cortantes. “É que o saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar” (FOUCAULT, 2018, p. 27).” Esse saber é fruto de relações de luta, atravessado por linhas de força. Nessa perspectiva, a *escrivivência* - a vivência como uma marca da escrita e uma narrativa construída a partir da inserção do sujeito autoral - não pode ser reduzida a meras histórias reconfortantes para aqueles que ocupam posições privilegiadas na sociedade. Pelo contrário, é uma forma de perturbar esses privilégios. É uma escrita que apresenta enunciados que confrontam com os do arquivo de enunciados que já foram efetivamente produzidos sobre os sujeitas e sujeitos negros, em sua duração histórica, em seu valor de verdade, que atuam na objetivação e subjetivação daqueles sujeitos.

Figura 29: bell hooks: O feminismo é para todo mundo



Fonte: <https://www.instagram.com/p/B1m5e9XhY-O/>

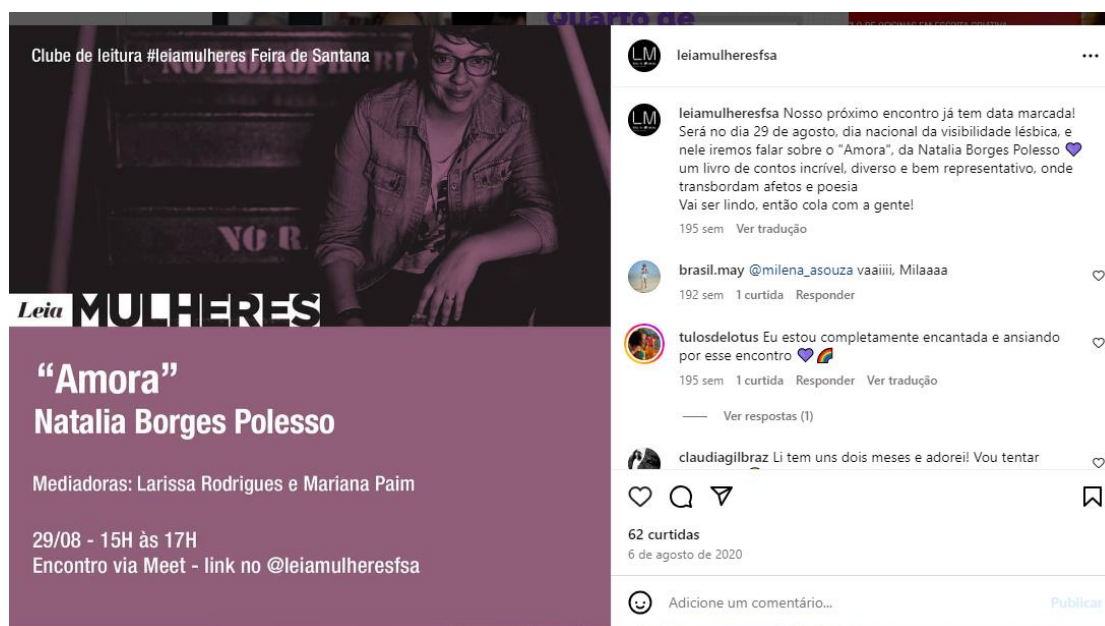
bell hooks é uma escritora estadunidense, e, sem dúvida, uma das mais importantes intelectuais da atualidade. Suas obras são referências para adensarmos nossa compreensão de como as dinâmicas de raça, classe e gênero se exprimem nas práticas culturais, acadêmicas, subjetivas e cotidianas. No livro “*O feminismo é para todo mundo*”, leitura realizada pelo

LM FSA (figura 29), hooks convoca a repensar o mundo à nossa volta e as nossas ações. São teorizações construídas rente ao corpo, em que forma e conteúdo estão a serviço das transformações éticas. Em seus trabalhos, ela segue uma tradição feminista negra de analisar como as dinâmicas de raça, classe e gênero se articulam. A autora afirma que:

Superar a negação de raça ajudou mulheres a encarar a realidade da diferença em todos os níveis. E finalmente construímos um movimento que não colocava o interesse de classe de mulheres privilegiadas, principalmente brancas, acima dos interesses de todas as outras mulheres. Construímos uma visão de sororidade em que todas as nossas realidades podiam ser faladas (hooks, 2018, p. 71).

Em diálogo com o que propõe hooks, nesse movimento de engajamento coletivo, amplo, virtualizado, o LM FSA tem dado visibilidade à múltiplas vozes que apresentam diferentes experiências femininas. É nesse contexto que ganham destaque as leituras que debatem os binários de sexo-gênero e a heterossexualidade como uma norma. Vejamos algumas dessas indicações.


Figura 30: Natalia Borges Polesso: Amora



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CDjPiW6BbGu/>

Na figura 30 temos a indicação da escritora brasileira Natalia Polesso e do seu livro “Amora”, que coloca em evidência os debates sobre a sexualidade feminina. O livro aborda as diferentes manifestações do amor entre mulheres, e perpassa temáticas como identidade, sexualidade, relações familiares e afetivas, além de explorar as nuances da condição humana,

especialmente no contexto LGBTQIAPN+. O tabu em torno da sexualidade feminina é uma questão profundamente enraizada na história e na cultura de muitas sociedades. Nos movimentos históricos, a sexualidade das mulheres tem sido frequentemente reprimida, silenciada e controlada. Esse tabu se manifesta de diversas maneiras, um dos principais aspectos é a ideia de que a sexualidade feminina é algo a ser controlado e regulado por outros, especialmente por homens. Isso pode ser visto em normas sociais que promovem a virgindade feminina como um ideal, enquanto ao mesmo tempo estigmatizam as mulheres que expressam sua sexualidade de forma aberta e livre. Além disso, ao longo da história, o acesso das mulheres ao conhecimento e ao debate sobre sua própria sexualidade tem sido severamente limitado. As instituições religiosas, por exemplo, muitas vezes promovem uma visão da sexualidade feminina como pecaminosa ou impura, a sexualidade feminina passa pela história como um lugar a ser vigiado e punido. Falar sobre a sexualidade feminina, ler e escrever perpassam pelo lugar da interdição.

Na postagem, temos ainda o seguinte enunciado: *“Nosso próximo encontro já tem data marcada! Será no dia 29 de agosto, dia nacional da visibilidade lésbica, e nele iremos falar sobre o “Amora”, da Natalia Borges Polessa  um livro de contos incrível, diverso e bem representativo, onde transbordam afetos e poesia. Vai ser lindo, então cola com a gente!”* O enunciado fez referência ao dia nacional da Visibilidade Lésbica, que foi instituído por ativistas lésbicas brasileiras, por ocasião da realização do 1º Seminário Nacional de Lésbicas – SENALE, realizado em 29 de agosto de 1996. Além disso, também explicita a relevância da obra. Esse dia configura-se como um marco para a luta pela visibilidade das questões importantes para as lésbicas, como também resgata uma história de apagamentos e silenciamentos aos quais corpos, experiências e práticas de lesbianas estão sujeitas cotidianamente. Nesse movimento de propagação de discurso e interações virtuais, uma rede de enunciados vai se construindo, a partir dos comentários e das marcações.

Ainda na defesa das representatividades e do debates sobre as questões de gênero, temos a autora brasileira Amara Moira e o livro *“E se eu fosse pura”*, figura 31.

Figura 31: Amara Moira: E se eu fosse pura



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CYRf3p5ubIs/>

“*E se eu fosse pura*” é um livro de crônicas e poemas autobiográficos, que já na sua constituição, enquanto gênero híbrido, causa rupturas. Em uma espécie de “hibridismo” também se apresenta a narrativa desenvolvida no texto, em que Amara Moira, escritora, travesti, puta<sup>45</sup>, feminista, conta sobre suas experiências com a prostituição e o seu processo de transição de gênero. A obra é uma proposta de (des)construção linguística, literária, moral, social, mas, sobretudo, de si mesma. Para Gama-Khalil (2010, p. 190), “as palavras se encontram, fora da literatura, em estado de passividade, de submissão a ordens e vontades; é a literatura que reconstrói, pela desordem, uma nova ordem transgressora”. É a capacidade da literatura de agitar nossa existência; a literatura como espaço mutante, deslizante, que multiplica as “possibilidades de entendimento do mundo com a construção polissêmica de muitas verdades e sentidos”.

Para narrar as suas histórias, a autora vai tecendo os fios da memória, fazendo uma experiência de si mesma e modifica a relação consigo e com os outros. Nesse processo de subjetivação, assume um compromisso ético com a verdade e se ressignifica, pela possibilidade de invenção de novos modos de existência. A constituição de uma ética de si, segundo Foucault (2019, p. 336), é “uma tarefa urgente, fundamental, politicamente indispensável, se for verdade que, afinal, não há outro ponto, primeiro e último, de resistência ao poder político senão na relação de si para consigo.”

<sup>45</sup> Como se define a autora em seu *blog* <http://www.eseeufosseputa.com.br/>

Nesse processo de si sobre si mesmo, os sujeitos desenvolvem práticas de liberdade, que por sua vez, firmam-se nas estratégias de resistência que possibilitam aos sujeitos outros modos de ser e agir. Dessa forma, os sujeitos são constituídos através de práticas de sujeição ou de liberdade (FOUCAULT, 2004). Uma das formas de nos constituirmos é através da coragem de dizer a verdade sobre nós mesmas, e o dizer a verdade atrelada a uma “escrita de si”. Mas não se trata de uma verdade como uma prática confessional, em busca de uma remissão, e um indivíduo que se submete às normas instituídas, “trata-se, antes, de um trabalho de construção subjetiva na experiência da escrita, em que se abre a possibilidade do devir, de ser outro do que se é, escapando às formas biopolíticas de produção do indivíduo” (RAGO, 2013, p. 52).

Foucault (2011, p. 12) esclarece que para que o sujeito diga a verdade que:

[...] o sujeito, [ao dizer] essa verdade que marca como sendo sua opinião, seu pensamento, sua crença, tem de assumir certo risco, risco que diz respeito à própria relação que ele tem com a pessoa a quem se dirige. Para que haja *parresia* é preciso que, dizendo a verdade, se abra, se instaure e se enfrente o risco de ferir o outro, de irritá-lo, de deixá-lo com raiva e de suscitar de sua parte algumas condutas que podem ir até a mais extrema violência.

O dizer verdadeiro corresponde a uma tomada de posição, equipar-se ou munir-se com as suas verdades, exercendo a *parresia*, a fim de se obter condições necessárias para a construção de um modo de ser. Constituímo-nos através de micro relações que perpassam o que dizemos ser, portanto, é importante investigar como nos legitimamos enquanto sujeita.

Aproximando essas discussões do Leia Mulheres FSA, compreendemos os discursos advindos desse espaço, discursos estes apresentados nas práticas de leitura, nas indicações das autoras, nas temáticas, nos posicionamentos do Leia na rede social, nos movimentos gestados e nas atividades desenvolvidas pelo grupo como um práticas do cuidado de si, de exercício de si, práticas que constituem as sujeitas mulheres. Sujeitas que buscam “outro lugar para a cultura feminina, para o feminismo, para as mulheres e para si mesmas” (RAGO, 2013, p. 233).

A seguir, apresento outras leituras que tratam dessa “escrita de si”, do dizer verdadeiro, figuras 32 e 33.

Figura 32: Kabi Nagata: Minha experiência lésbica com a solidão



Fonte: <https://www.instagram.com/p/Cs9kfmvO1bm/>

A publicação refere-se ao livro “*Minha experiência lésbica com a solidão*”, da escritora Kabi Nagata. Mais uma vez o Leia Mulheres traz para o debate a sexualidade feminina. A obra retrata o espaço e a voz da homoafetividade feminina, evocando conceitos como identidade, subjetividade lésbica. Embora os movimentos lésbicos venham denunciando há algum tempo a invisibilidade, o apagamento e o silenciamento das subjetividades lésbicas no Brasil, é possível perceber que práticas colonizadoras, que impõem uma heteronormatividade compulsória, ainda permanecem e fazem parte do cotidiano das mulheres. Os binários de sexo-gênero e a heterossexualidade compulsória organizam os modos de pensar o lugar dos sujeitos na sociedade, uma tecnologia de dominação e poder que funciona como base da opressão das mulheres e de sua apropriação pelos homens, fundamentada na ideia da existência de uma diferença dos sexos. Assim se estrutura o processo de subordinação das mulheres, ao mesmo tempo em que promovem a padronização de papéis e comportamentos femininos na sociedade. Mas, é aí, em meio às práticas coercitivas e as biopolíticas que surgem as formas de contestação dentro dessas estruturas de poder.

Os corpos lésbicos constituem-se em intersecções de gênero, expressão de gênero, orientação sexual, classe, raça, etnia, dentre muitas outras possibilidades que um olhar interseccional possibilita. Com isso, promover a visibilidade lésbica e exigir o reconhecimento de suas subjetividades constituem-se em estratégias de resistência e liberdade dentro do Leia Mulheres. A resistência, então, no Leia Mulheres passa por este lugar interseccional, que também se firma neste espaço heterotópico das mídias do projeto.



Outra leitura que promove o debate sobre sexualidade é o livro da escritora espanhola Brigitte Vasallo “*Desafio Poliamoroso: Por uma nova política dos afetos*” (figura 33).


Figura 33: Brigitte Vasallo: Desafio Poliamoroso



Fonte: [https://www.instagram.com/p/Clmp\\_FjumyC/](https://www.instagram.com/p/Clmp_FjumyC/)

Vivemos com condutas impostas, sobretudo sobre os corpos das mulheres. Há uma expectativa social de conformidade com papéis de gênero tradicionais, e as mulheres que desafiam essas normas frequentemente são alvo de julgamentos, discriminações e punições. Obras como a de Vasallo questionam a centralidade da monogamia nas relações afetivas e sexuais, propondo uma reflexão crítica sobre como esse modelo se tornou a norma dominante em muitas culturas com estruturas tão rígidas e camufladas quanto o patriarcado, a heteronormatividade, o pensamento colonial. A monogamia, longe de ser uma escolha natural ou universal, é uma construção social e cultural que se impõe sobre os indivíduos, moldando suas experiências amorosas e expectativas afetivas.

Os dispositivos de poder operam para conduzir os sujeitos produzindo subjetividades, por diversos mecanismos, como a moralidade religiosa, o direito civil e as convenções sociais. Os discursos advindos desses contextos reafirmam constantemente esse ideal, criando um senso de que outras formas de relacionamento, como o poliamor, são desviantes, exóticas ou menos legítimas, na tentativa de manter os corpos sobre controle. O discurso do poliamor emerge como um desafio radical à normatividade monogâmica, a partir de uma perspectiva feminista, antirracista e anti-lgbtfóbica. O poliamor, entendido como a prática ou o desejo de

manter relações múltiplas, consensuais e éticas, coloca em questão as bases sobre as quais a monogamia se sustenta, questiona e se contrapõe aos discursos normativos sobre as relações afetivas e sobre os corpos dos sujeitos, sobretudo da mulher. A temática é uma pauta central no contexto feminista que visa desconstruir a “ditadura” da moralidade social, que tentar ditar como as mulheres devem se comportar e agir, portanto, para o Leia Mulheres FSA a leitura e discussão da obra é fundamental, conforme vemos no enunciado da figura 33: *No nosso próximo encontro vamos discutir esse livro incrível e fundamental que é “O desafio poliamoroso”, de Brigitte Vasallo* .

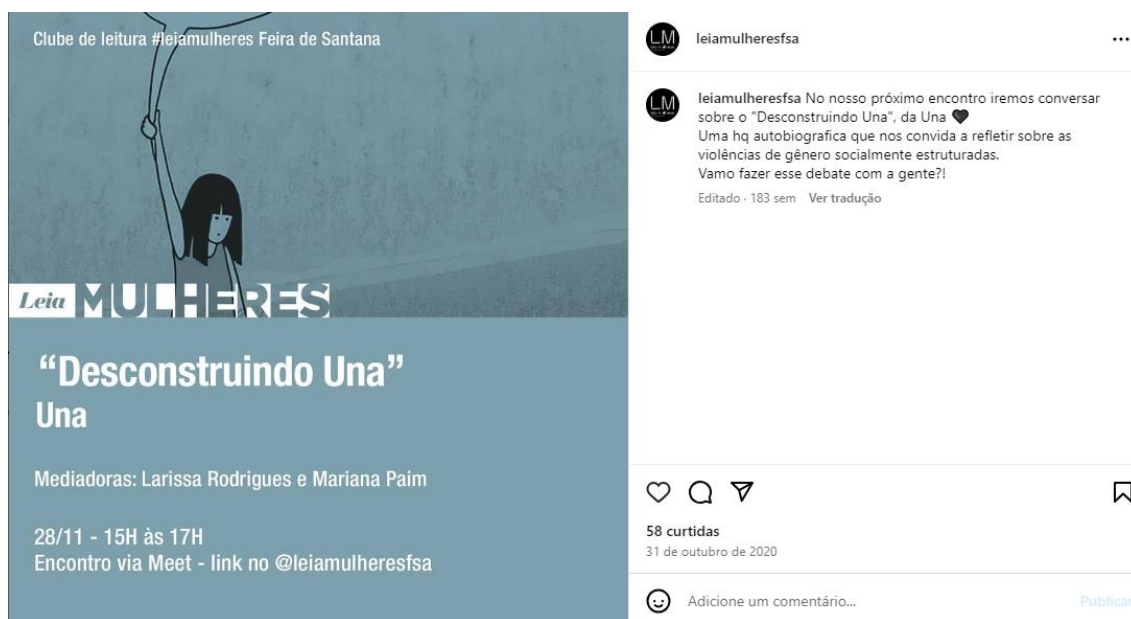
“O desafio poliamoroso” apresenta também relatos autobiográficos, marcada por experiências amorosas da própria autora. O processo de escrita de si é algo essencial no processo de empoderamento do corpo feminino e na contestação de ideias conservadoras e preconceituosas. Foucault menciona a autobiografia como uma escrita de si. Nessa linha foucaultiana, McLaren, (2016), concorda com a noção de escrita de si como prática de liberdade, no entanto, ela esclarece que nem toda escrita autobiográfica feminina pode ser considerada como uma prática de liberdade. Ela afirma:

A autobiografia também pode ser confessional, em que se reiteram os discursos normalizadores e se amarraram à própria identidade. A autobiografia, portanto, pode ser um exercício de sujeição - se produz a verdade exigida sobre si mesmo - ou pode ser um processo de subjetivação - se examina criticamente como se vem a ser, como se é, em referência aos discursos normalizadores. (MCLAREN, 2016, p. 199).

A autobiografia de mulheres que produz um olhar para o processo de subjetivação é aquela que dá visibilidade aos saberes sujeitados, que produz contradiscursos, práticas subversivas e de resistências. É o que encontramos na escrita de Natália Borges Polezzo, Amara Moira, Kabi Nagata e muitas outras escritoras que assumem o lugar de fala a partir das narrativas de si e que se subjetivam pela própria narrativa. O empoderamento feminino que se manifesta no poder dizer quem somos nós: Mulheres, lésbica, puta, negras, indígenas, não binárias, trans, de gênero dissidente. A autodesignação funciona como uma prática de si. Vemos que a literatura de autoria feminina pode ser ainda mais do que o que nos desassossega do mundo: ela tem a capacidade de criar modos de existência, novas maneiras de entender e (re)afirmar o outro e nós mesmos, operando como uma máquina de guerra na luta contra as perspectivas dominantes, que engessam os corpos e as vivências. A literatura como devir.

No contexto das narrativas autobiográficas e biográficas, o Leia Mulheres nos apresenta Una, quadrinista e escritora britânica, e seu livro denominado *Desconstruindo Una* (figura 34).

Figura 34: Una: Desconstruindo Una



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CHB93v7hGrp/>

“*Desconstruindo Una*” é um livro gráfico que combina elementos de HQ, autobiografia, jornalismo investigativo e crítica social. O fio condutor da narrativa são os crimes cometidos por Peter Sutcliffe, o “Estripador de Yorkshire”, um assassino em série que matou mulheres em West Yorkshire, Inglaterra, entre 1975 e 1981. No entanto, o livro vai além da mera recontagem desses assassinatos, usando esses eventos como uma lente para refletir criticamente sobre a violência contra as mulheres, o machismo estrutural e a cultura da culpabilização das vítimas. A autora britânica também narra sua infância em uma Inglaterra extremamente conservadora e machista no fim dos anos 1970 e sua experiência como sobrevivente de violência sexual. É uma história sobre o patriarcado, narrado por uma mulher que, corajosamente, consegue compartilhar traumas, dores, em um movimento de escrita de si.

A postagem no *Instagram* segue acompanhada do enunciado: “*Uma hq autobiografica que nos convida a refletir sobre as violências de gênero socialmente estruturadas. Vamo fazer esse debate com a gente?!*”. A violência de gênero é um fenômeno sistêmico. A violência contra a mulher, seja ela física, sexual, psicológica ou institucional, continua sendo uma realidade em todo o mundo, e faz parte de um contexto social e cultural mais amplo, no qual a mulher é frequentemente vista como alvo fácil devido a desigualdades de gênero enraizada. Nesse contexto, o patriarcado sustenta a violência contra as mulheres, seja através da naturalização da agressão masculina, da culpabilização das vítimas, ou da indiferença

institucional. O Lei coloca-se frente a uma mobilização contra o feminicídio, o abuso, o assédio e todas as formas de violência. *Vamo fazer esse debate com a gente?! é* também uma chamada para o empoderamento coletivo enquanto movimento político de resistência.

Temos na escolha dessas obras e autorias, a prática de resistência que se produz nas experiências e histórias contadas, num movimento intenso de sujeitas que falam de si. O título da obra “*Desconstruindo Uma*” dialoga com os debates empreendidos por Foucault, quando o filósofo afirma que o sujeito é uma forma histórica, constituído a partir dos discursos que o atravessam, assim, ao transitar pelos saberes que lhes são apresentados, vai desenvolvendo sua subjetividade. Nesse sentido, o sujeito nunca será soberano e transcendental, visto que está em contínuo processo de construção, de transformação que nunca findará.

A partir da escrita literária, as sujeitas podem falar de si e do seu entorno, diagnosticando o presente. Para Gregolin (2015, p. 193), fazer o “diagnóstico do presente não se contenta somente em caracterizar o que somos hoje, mas também tem por função apontar como o que é poderia não mais ser o que é”. É nesse sentido que tomamos os livros indicados como modo de ocupar-se de si mesmo, entendendo seus domínios no que diz respeito a práticas libertárias.

É o que percebemos na obra “*Outros jeitos de usar a boca*” (figura 35), de Rupi Kaur, poetisa feminista contemporânea, artista plástica e performer canadense nascida na Índia. O livro trata da experiência da violência e do abuso.

Figura 35: Rupi Kaur: Outros jeitos de usar a boca

Clube de leitura #leiamulheres Feira de Santana

**Leia MULHERES**

**“Outros jeitos de usar a boca”**  
Rupi Kaur

Mediadoras: Larissa Rodrigues e Mariana Paim

04/08 - 15h  
MAC - Museu de Arte Contemporânea Raimundo de Oliveira

leiamulheresfsa  
MAC Feira :: Museu de Arte Contemporânea Raimundo de Oliveira

leiamulheresfsa Vamos usar nossas bocas de outro jeito com a poesia de @rupikaur\_ dia 04.08, 15h, no @macfeira ?? Próximo encontro do @leiamulheresfsa vai ser com esse sucesso de público e crítica! A gente se vê lá!!! #leiamulheres #leiamulheresfsa Editado · 302 sem Ver tradução

yasmingordiano @amandascavalcante  
301 sem 1 curtida Responder  
Ver respostas (1)

annavrin\_ @brunafml @matosamor.mah vamos?  
302 sem 1 curtida Responder  
Ver respostas (1)

108 curtidas  
24 de julho de 2018

Adicione um comentário... Publicar

Fonte: <https://www.instagram.com/p/Bloj6ODANqO/>

Outro exemplo é “*Eu sei por que o pássaro canta na gaiola*” (figura 36), de Maya Angelou. O livro trata-se da primeira de sete autobiografias da escritora que narra sua infância e adolescência, marcada por racismo, abuso sexual e discriminação de gênero.

Figura 36: Maya Angelou: Eu sei por que o pássaro canta na gaiola



Fonte: <https://www.instagram.com/p/BqmysCsBy5S/>

Situado em um contexto de segregação racial nos Estados Unidos, “*Eu sei por que o pássaro canta na gaiola*” trata da violência contra a mulher em uma perspectiva interseccional, abordando como gênero e raça se entrelaçam para criar formas específicas de opressão e resistência. Angelou compartilha sua experiência de abuso sexual quando criança e explora as repercussões desse evento em sua vida. Ela descreve o trauma profundo que sofreu, o sentimento de culpa que carregou por anos e o silêncio que se impôs como uma resposta ao abuso.

Ambos os livros abordam a violência contra a mulher como uma experiência que se repete nas diversas sociedades, mas cada obra foca em dimensões diferentes dessa violência. “*Outros jeitos de usar a boca*” explora uma variedade de formas de abuso, incluindo violência emocional, sexual e física, enquanto “*Eu sei por que o pássaro canta na gaiola*” concentra-se em uma experiência pessoal de abuso sexual, ampliando a discussão para a opressão racial e de gênero. Rupi Kaur e Maya Angelou escrevem para exibir sua voz e libertar-se das grades que foram colocadas em suas vidas. Na postagem (figura 35) temos ainda o enunciado “*Vamos usar nossas bocas de outro jeito[...]*”. Um convite para que se faça reverberar as vozes

femininas. Vozes insurgentes que se colocam no enfrentamento das diferenças de gênero. O pássaro enjaulado que canta na esperança de romper com a prisão.

Outra leitura que aparece nesta regularidade discursiva é “*Ay kakyri tama: Eu moro na cidade*”, da poeta e geógrafa indígena brasileira Márcia Kambeba (figura 37).

Figura 37: Márcia Kambeba: *Ay kakyri tama* (Eu moro na cidade)



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CIQWN-9hDrN/>

“*Ay Kakyri Tama: eu moro na cidade*” é uma coletânea cuja autora é de etnia Omágua/Kambeba. O livro explora as experiências de vida da escritora enquanto uma mulher indígena que vive na cidade, refletindo sobre sua identidade, ancestralidade e o impacto do mundo urbano sobre as culturas indígenas. A escrita de Kambeba reflete sobre a tensão entre a identidade indígena e a vida na cidade, e os processos históricos de colonização. O livro é significativo para discutirmos sobre a importância da memória ancestral e do pertencimento étnico, é um ato de resistência cultural, utilizando a poesia como um meio de reafirmar a presença indígena em espaços urbanos e para denunciar as injustiças sofridas pelos povos indígenas, bem como valorizar os saberes e as cosmologias indígenas.

Leitura como a de “*Ay Kakyri Tama: eu moro na cidade*” é extremamente importante na conjuntura do Leia Mulheres que é um projeto que combate as narrativas dominantes sobre os grupos marginalizados. Há pouca ou nenhuma representação indígena em espaços de decisão política ou de produção cultural. Esse apagamento dificulta o reconhecimento desses povos e de suas culturas. A invisibilidade cultural também se manifesta na ausência de narrativas indígenas em currículos escolares, livros didáticos e espaços culturais. Portanto, dar

visibilidade a literatura de autoria indígena é ampliar o espaço para vozes indígenas, esses viventes cuja existência a historiografia muitas vezes apaga ou silencia; também é questionar os paradigmas tradicionais sobre o que é a literatura brasileira. Ao escrever e compartilhar suas histórias, os autores indígenas reivindicam seu espaço na sociedade e na história, lutando contra a eliminação e o silenciamento impostos por séculos. O LM FSA reforça a importância da representatividade e da diversidade no próprio projeto.

Diante de relações de poder que controlam e constituem o sujeito, mesmo nas suas ações mais singulares, como podemos, nós mulheres, nos constituir sujeitas? Mirian Alves afirma que, “ser mulher e escritora no Brasil é romper com o silêncio, a ‘não-fala’ e transpor os espaços que definem precedentes e funções pré-estabelecidas.” (ALVES, 2011, p. 183). Para a autora, a escrita é força desestruturante que desloca o desconfortável lugar de objeto para um empoderado lugar de protagonismo. Como bem expressa a poeta Cristiane Sobral (2010, p.123) no poema *Voz*: “Escrever é meu grito de liberdade.” E eu diria que ler também o é.

Mulheres que se contrapõem a epistemologia hegemônica, isto é, o domínio de certas formas de conhecimento que se impõem como a norma em detrimento de outras formas de saber, que refletem as perspectivas e interesses de grupos dominantes, como os homens brancos ocidentais; mulheres que se constituem sujeitas a partir de um feminismo decolonial. Na perspectiva do feminismo decolonial, múltiplas formas de opressão constituem relações complexas de poder, portanto é necessário fazer do feminismo uma teoria radical contra o capitalismo, o racismo e o sexismo. Essa abordagem visa desafiar o monopólio da epistemologia hegemônica, propondo um pluralismo epistemológico que incorpore múltiplas perspectivas. O feminismo, em sua cumplicidade com o compromisso decolonial, assume a tarefa de reinterpretar a história com um olhar crítico em direção à modernidade, não apenas por seu caráter androcêntrico e misógino, como demonstrou a epistemologia feminista clássica, mas também devido à sua natureza intrinsecamente racista e eurocêntrica.

#### 5.4 OS DISCURSOS EM REDE: RESISTÊNCIA VISIBILIZADA NAS TELAS

Nesta seção, nosso olhar volta-se mais incisivamente para os enunciados que circulam nas postagens do LM FSA que reafirmam os posicionamentos que o grupo assume em relação à mulher e o seu estar no mundo, a literatura e as práticas de leitura. Partimos de enunciado em seu funcionamento que aponta para três eixos: 1) da leitura que constitui mulheres autoras; 2) da leitura que produz o ser político; 3) da leitura que possibilita a luta diária.

Figura 38: Sarau e oficina



Figura 39: Oficina de escrita criativa



Fonte: [https://www.instagram.com/p/BYWy\\_vTl15P/](https://www.instagram.com/p/BYWy_vTl15P/)

Face ao deslocamento do enunciado, o “mais”, proposto por Foucault, do acontecimento discursivo, especificamente tratando do nosso objeto de análise, do *Leia Mulheres*, aponta para um campo associado de resistências que respondem às urgências históricas do nosso presente. Essas práticas de resistência podem ser percebidas nos sarais, exposições e oficinas que o LM oferece.

O sarau e a exposição (figura 38) aconteceram no MAC – Museu de Arte Contemporânea, em parceria com o Coletivo de Empoderamento de Mulheres de Feira de Santana, e teve como propósito, conforme descrição do evento, “visibilizar e valorizar a produção das mulheres da cidade de Feira de Santana e região na área das artes visuais”<sup>46</sup>. A ideia foi compor uma exposição com obras produzidas por mulheres, cis ou trans, da região de Feira de Santana ou cidades circunvizinhas. Estas obras poderiam contemplar diferentes linguagens do universo das artes visuais, dentre elas: pintura, gravura, serigrafia, fotografia, escultura, desenho, grafite, vídeo arte, arte performática com suporte em vídeo, entre outras.

A exposição e sarau tiveram como título/tema “A mulher é uma construção”, inspirado em um dos poemas da Angélica Freitas, uma poeta contemporânea brasileira conhecida por abordar questões de gênero e identidade em sua obra. A menção ao verso do poema aponta para o entendimento de que a subjetividade feminina não é algo fixo ou pré-determinado, mas

<sup>46</sup> Disponível em: [https://www.instagram.com/p/BYWy\\_vTl15P/](https://www.instagram.com/p/BYWy_vTl15P/)



sim uma construção complexa que é moldada por uma variedade de fatores culturais, sociais e históricos, o que vai ao encontro ao que defende Foucault. Para o filósofo, conforme apresentado anteriormente, a subjetividade não é algo preexistente, mas sim algo que é moldado e produzido, isto é, Foucault a concebe como uma construção que emerge através de práticas discursivas, instituições sociais e relações de poder. Isso significa que a maneira como nos entendemos como sujeitos, nossas identidades, desejos e modos de pensar, não são apenas reflexos de nossa individualidade, mas também são influenciados pelas estruturas sociais e pelo poder que operam sobre nós.

O evento proposto pelo LM FSA evidencia como a arte pode funcionar como lugar de pertencimento, possibilitando refletir e questionar as normas e expectativas associadas à feminilidade, estabelecendo um diálogo a partir das diferentes linguagens artísticas que reflitam e tensionem sobre as experiências e vivências centradas na mulher. Ao explorar temas relacionados à feminilidade, as artistas podem revelar as complexidades e contradições das normas sociais que moldam as identidades e papéis das mulheres na sociedade, e problematizar questões como padrões de beleza, papéis de gênero, sexualidade, poder, violência, discriminação e marginalização, entre outros. Além disso, o movimento artístico corrobora para o entendimento sobre as diferentes subjetividades que se desenvolvem em diferentes contextos sócio-históricos.

Sobre as oficinas de escrita criativa (figura 39), estas são espaços dedicados ao desenvolvimento e aprimoramento das habilidades de escrita das mulheres. Foram ofertados diversos ciclos, cada um com uma temática, projetados para abranger uma certa variedade de gêneros literários, como ficção, poesia, ensaio, roteiro, entre outros. As oficinas promovem a autoria feminina, é um lugar onde as mulheres estão autorizadas a escrever, a enunciar. Para as mulheres, o ato de escrever é um inscrever-se no mundo público, tornando-se conhecida e reconhecida pelo outro (RAGO, 2013). Isso é significativo, já que histórica e culturalmente as mulheres foram relegadas ao anonimato, seja por restrições sociais, culturais ou legais. Suas contribuições intelectuais, artísticas e sociais muitas vezes foram subestimadas ou ignoradas.

Para Conceição Evaristo:

Escrever pressupõe um dinamismo próprio do sujeito da escrita, proporcionando-lhe a sua auto-inscrição no interior do mundo. E, em se tratando de um ato empreendido por mulheres negras, que historicamente transitam por espaços culturais diferenciados dos lugares ocupados pela cultura das elites, escrever adquire um sentido de insubordinação. Insubordinação que se pode evidenciar, muitas vezes, desde uma escrita que fere “as normas cultas” da língua, caso exemplar o de Carolina Maria de Jesus, como também pela escolha da

matéria narrada. A nossa *escrevivência* não pode ser lida como histórias para “ninar os da casa – grande” e sim para incomodá-los de seus sonos injustos. (EVARISTO, 2007, p. 20, grifos da autora).

Conforme a autora, escrever não é uma atividade neutra, é um ato político, especialmente considerando seu contexto histórico e social. O espaço da escrita funciona como uma plataforma para afirmar e firmar as identidades das mulheres negras, mas sobretudo é um lugar de lutas constantes e cortantes. “É que o saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar” (FOUCAULT, 2018, p. 27).” Esse saber é fruto de relações de luta, atravessado por linhas de força. Nessa perspectiva, a *escrevivência* - a vivência como uma marca da escrita e uma narrativa construída a partir da inserção do sujeito autoral - apresenta enunciados que confrontam com os do arquivo de enunciados que já foram efetivamente produzidos sobre as sujeitas e os sujeitos negros, em sua duração histórica, em seu valor de verdade, que atuam na objetivação e subjetivação daqueles sujeitos. Nessa direção, Foucault (2014c, p. 275) afirma que, a escrita de si é uma atividade essencial “nessa cultura do cuidado de si. (...) O ato de escrever intensifica e aprofunda a experiência de si. Todo um campo de experiências, que não existia antes, se abre”. Vejamos a figura 40 que apresenta um enunciado fruto do momento de uma das oficinas de escrita.

Figura 40: A palavra



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CE0Ety7BD96/>

“Palavra é alimento e ganha corpo em conexão com outros seres... (Bem) dizer um poema é uma forma de oração”. A expressão poética da palavra como alimento que nutre a mente e a alma e que se avoluma em uma rede de outros dizeres. As palavras ganham vida e estabelecem conexões e pontos de contato entre distintas discursividades, são “nós” em uma

trama. Essa forma de enunciar a escrita poética aponta para o entendimento dessa linguagem ser sempre plural, uma vez que está atravessada por diversos saberes. A literatura ao infinito, “a palavra ganhou corpo, fez morada e refundou raízes.”

Nessa leitura de mulheres, outros enunciados ganham visibilidade no Leia Mulheres FSA. As postagens que aparecem nos *stories*<sup>47</sup>, ou ainda as que são postadas no *feed*<sup>48</sup>, no *Instagram*, apontam para uma regularidade discursiva. O caráter político do grupo se manifesta através do seu envolvimento em questões relacionadas aos direitos das mulheres, à igualdade de gênero, ao feminismo e a outras lutas sociais. As postagens frequentemente abordam temas como violência contra a mulher, representatividade feminina na cultura, luta contra o racismo, a defesa dos direitos LGBTQIAPN+, entre outros. Essa postura política evidencia o compromisso do grupo em não apenas discutir literatura escrita por mulheres, mas também em utilizar sua plataforma para desenvolver outras leituras.

Vejamos o manifesto em relação à morte de Marielle Franco. Na postagem sobre Marielle Franco (figura 41), aparecem os enunciados: “Fazer do luto, luta” e “Marielle, presente”. A postagem contou com 103 curtidas, uma manifestação significativa que aponta para o alcance do legado desta mulher negra.

Figura 41: Marielle Franco



Fonte: <https://www.instagram.com/p/BgWUoAhArXI/>

<sup>47</sup> O *Instagram Stories* permite publicar fotos e vídeos curtos para consumo rápido. Os *posts* são exibidos na parte superior da tela inicial do app, e somem automaticamente após 24 horas.

<sup>48</sup> O *feed* do *Instagram* é uma mistura de fotos e vídeos que ficam salvos no perfil.

Marielle Franco, uma política brasileira, feminista e defensora dos direitos humanos, foi brutalmente assassinada no Rio de Janeiro em 14 de março de 2018. Ela era uma vereadora da cidade do Rio pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e uma ativista dedicada aos direitos das mulheres, dos negros e da comunidade LGBTQIAPN+. Ela criticou duramente as estruturas do patriarcado e as políticas de segurança pública. O slogan "*Marielle, presente*" é usado como uma forma de manter viva a memória de Marielle Franco, reafirmar seu legado e exigir justiça pelo seu assassinato. O grito é, ao mesmo tempo, uma expressão de indignação pelo assassinato da vereadora, como também uma homenagem à memória de quem dedicou boa parte do seu tempo na luta contra as desigualdades sociais. A expressão é frequentemente usada em protestos, manifestações e movimentos sociais para lembrar a importância do trabalho de Marielle e para denunciar a impunidade em torno de sua morte. Na mesma direção "*fazer do luto, luta*" sugere a ideia de transformar a dor e o luto em uma motivação para lutar por algo significativo, que neste caso extrapola a justiça pelo assassinato da vereadora e se estende ao engajamento na batalha de causas sociais e defesa dos direitos de todas e todos cidadãs e cidadãos.

A sua morte teve um impacto significativo não apenas por conta da perda de uma figura pública importante, mas também por destacar questões enraizadas de injustiça e impunidade, no que diz respeito à violência contra mulheres, e particularmente mulheres negras. O assassinato de Marielle Franco foi reconhecidamente um ato de violência política, pois ela era uma voz ativa contra a brutalidade policial, a discriminação racial e outras formas de injustiça social. Sua morte trouxe à tona a vulnerabilidade das mulheres na esfera política, e as falhas do sistema de justiça em lidar com crimes que trazem intrínsecas as condições de gênero, classe, cor e orientação sexual.

Nesse sentido, o caso Marielle Franco atualiza uma memória das lutas coletiva. Ela era uma sujeita atravessada, sem dúvida, por todos os tipos de opressão disparados pelo sistema sexista, racista e classista. A morte da vereadora não é uma tragédia isolada, mas é parte de um padrão mais amplo de impunidade e violência sistêmica. Essa memória, constituída histórico-discursivamente refere-se à consciência das injustiças históricas e contemporâneas enfrentadas pelos grupos excluídos e estigmatizados social e politicamente, que são frequentemente sub-representados e negligenciados pelo sistema de justiça e pela sociedade em geral. *Marielle, presente!* Constitui-se num enunciado, no sentido Foucaultiano do termo, e tornou-se um símbolo poderoso que mobilizou não apenas um luto coletivo, mas também uma demanda por justiça e mudança sistêmica para combater a violência e a impunidade dirigidas aos sujeitos que estão à margem.

Figura 42: Postagem sobre estupro



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CHLaGa-D0iO/>

O caso da jovem, que alegou ter sido estuprada em um Beach Club em Florianópolis por um empresário, durante uma festa em 2018, tomou conta das redes sociais, quando o réu foi absorvido. Durante julgamento, que aconteceu de forma remota, a defesa do acusado e o Ministério Público alegaram que o homem não sabia que a vítima não estava com a sua capacidade plena de consentir. Ao esclarecer que existem o dolo e a culpa, sendo o dolo a intenção de fazer alguma coisa, e a culpa quando você não tem intenção e faz mesmo assim, entenderam que não houve dolo e, sem o dolo, não houve crime de estupro.

Com a repercussão do caso na mídia, após vídeos do julgamento serem expostos, em que a vítima aparece sofrendo várias humilhações por diversas vezes durante a audiência, internautas prestaram solidariedade a jovem e pediram a devida apuração do caso, e a frase “*estupro culposos não existe*” ganhou visibilidade, como também a *hashtag* #justicapormariferrer, sendo compartilhadas por milhões de pessoas<sup>49</sup>.

Mais uma vez, as redes sociais funcionando como instrumento para o ativismo feminino. Embora não tenha sido mencionada em nenhum momento durante a sentença, “*estupro culposos não existe*”, foi propagada como uma interpretação da mídia sobre o fato de a defesa alegar que o réu se equivocou sobre a capacidade da vítima de dar consentimento, assim, portanto, não houve a intenção de estupro. A discussão em torno do enunciado ganha

<sup>49</sup> Cf. <https://vogue.globo.com/atualidades/noticia/2020/11/peticao-por-justica-para-mariana-ferrer-ganha-quase-1-milhao-de-assinaturas-apos-sentenca-controversa.html>. Acesso em 03 de jan. de 2024.

relevância em um contexto em que as pautas feministas buscam desconstruir mitos e estereótipos que envolvem a violência sexual. Enfatiza a necessidade de compreender que o estupro é sempre um ato criminoso, independentemente das circunstâncias, da vestimenta da vítima, do local ou de qualquer outro fator.

O enunciado “*estupro culposos não existe*” juntamente com a hashtag #justicapormariferer visam promover a conscientização sobre a cultura do estupro, que perpetua a culpabilização das vítimas em vez de responsabilizar os agressores. Muitas vezes, vítimas enfrentam julgamentos sociais, questionamentos sobre seu comportamento ou escolhas, o que contribui para um ambiente que desencoraja denúncias e perpetua a impunidade. A forma de extrema violência psicológica e emocional dispensada à jovem vítima<sup>50</sup>, amplamente publicizada, comprova mais um tipo de violência, agora institucional, em um ambiente judicial que tem por obrigação o respeito à dignidade da pessoa humana. O que se vê no vídeo é um processo de revitimização da jovem, novamente um império patriarcal que criminaliza todos os atos da mulher e que a coloca em situação de silenciamento.

Ao levantar a bandeira em prol dos direitos das mulheres, ativistas, movimentos e indivíduos buscam promover o entendimento de que a única responsabilidade pelo estupro recai sobre o agressor. Isso implica em combater estigmas e estereótipos que contribuem para a perpetuação da violência sexual. Para isso, é importante eliminar estereótipos e incorporar a perspectiva de gênero no sistema de Justiça, com o fortalecimento das leis de proteção às vítimas, de cursos de formação e aperfeiçoamento e a promoção de uma cultura que valorize o respeito e a igualdade de gênero.

Quais relações podemos estabelecer entre as postagens que apresentam acontecimentos reais que envolvem mulheres e as leituras no contexto discursivo do Leia Mulheres? Quando se cria projetos de incentivo à leitura enuncia-se que não lemos em termos literários, mas o que estamos objetivando a demonstrar é justamente um olhar outro para a noção de leitura, que deve escapar aos modelos literários como únicos elementos da prática de leitura, ou ainda o livro. Aqui, consideramos a leitura como algo muito mais além de abrir um livro de histórias. Para Foucault (2017b, p. 96), o discurso abarca um conjunto de enunciados, o enunciado, por sua vez “é o átomo do discurso”. Ele nos diz mais: “[...] se o enunciado é a unidade elementar do discurso, em que consiste? Quais são os seus traços distintivos? Que limites devemos nele reconhecer? (FOUCAULT, 2017b, p.97). Essa noção de enunciado possibilita entender o funcionamento discursivo do Leia Mulheres.

---

<sup>50</sup> Cf vídeo que mostra os insultos à vítima. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/playlist/videos-caso-mariana-ferrer.ghtml>. Acesso em: 03 de jan. de 2024.

O enunciado, para Foucault (2017b) é caracterizado pelo acúmulo, a raridade e a exterioridade, estes elementos expressam a possibilidade de circulação em diferentes instâncias, e de se relacionar com outros enunciados e ao mesmo de se tornar singular. Nesse sentido, o enunciado #leiamulheres não se finda na leitura de um livro, de uma literatura; abre-se para uma leitura da mulher no mundo, o corpo da mulher como diagnóstico – quem somos nós mulheres hoje? Por isso essa conexão com os acontecimentos a nossa volta. Considerando, o efeito acúmulo do que é discursivizado nas redes sociais, quando nos deparamos com enunciados (figura 42) como “*O Leia Mulheres se solidariza com Mariana Ferrer e todas as mulheres vítimas de violência. Não podemos normalizar decisões arbitrárias e ao tratamento que Mariana teve ao depor em uma audiência em que era vítima e testemunha.*”, notamos uma ressonância que convoca outras pessoas para se juntarem a luta.

A noção de enunciado, que apresentamos acima, também possibilita entender a literatura, que para Foucault (2016a) é a linguagem ao infinito, um jogo de espelhos e, nessa direção, podemos pensar a literatura como um espaço que também possibilita fazer o diagnóstico do presente, refletindo sobre a realidade, multiplicando as possibilidades de entendimento do mundo.

Outra postagem realizada pelo LM FSA foi sobre o dia que homenageia as contribuições das mulheres negras na América Latina e no Caribe, bem como destaca suas lutas contra o racismo, sexismo e outras formas de discriminação (figura 43).

Figura 43: Dia Interacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha



Fonte: <https://www.instagram.com/p/BW9-HyoFok8/>

Na figura 43 temos uma manifestação sobre o Dia Interacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, que obteve 57 curtidas. Estabelecido como o dia 25 de julho, a data remonta ao ano de 1992 quando, em Santo Domingo, República Dominicana, realizou-se o 1º encontro de Mulheres Negras Latino-Americanas e Caribenhas. O encontro, que reuniu grupos feministas negros da América Latina e Caribe, além de propor a união entre essas mulheres, também visava denunciar o racismo e o machismo enfrentados por mulheres negras, não só nas Américas, mas também ao redor do globo. Essa importante reunião conseguiu que a ONU, ainda em 1992, reconhecesse o dia 25 de julho como Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha.

No Brasil, desde 2014, instituída pela Lei 12.987/2014, a data também marca o Dia Nacional de Tereza de Benguela, líder quilombola do século 18 que ajudou comunidades negras e indígenas. Tereza foi a líder do Quilombo Quariterê, localizado na fronteira do Mato Grosso com a Bolívia, e, por 20 anos, liderou a resistência contra o governo escravista e coordenou as atividades econômicas e políticas do Quilombo. O reconhecimento desse dia traz à tona o papel da mulher negra na história do Brasil. A data é símbolo de uma luta histórica, mas também memória da importância da união feminina em fortalecimento e proteção dessas sujeitas. É fundamental compreender que as mulheres negras enfrentam uma interseção de discriminação e opressão devido à sua raça, gênero e, muitas vezes, classe social.

A postagem do *Instagram* é composta por uma imagem de quatro mulheres com o braço erguido e punho cerrado, acompanhada do comentário “*Todo dia!*”. Nelson Mandela, um líder político e ativista sul-africano, ficou conhecido por usar o gesto do braço erguido e punho cerrado durante sua luta contra o apartheid e a segregação racial na África do Sul. Enquanto enunciado, o gesto não pode ser pensado fora das relações discursivas de saber-poder que o constituem, ou seja, este objeto do discurso deve ser descrito considerando sua condição de existência dentro de um domínio da memória, uma vez, como postula Foucault (2017a), não se diz qualquer coisa em qualquer época ou em qualquer instância, o enunciado está sempre relacionado a um conjunto de regras que permite formulá-lo.

De acordo com Fonseca-Silva (2010, p. 76),

O domínio da memória é o responsável tanto pela emergência quanto pela atualidade, tanto pelo acúmulo específico quanto pela transformação, tanto pelo desaparecimento quanto pelo retorno dos enunciados já formulados sobre um objeto do discurso qualquer.

Nesse sentido, na dispersão histórica, o punho cerrado é um símbolo de unidade e apoio a causas relacionadas a conflitos sociais como racismo, xenofobia, sexismo, entre outras



mazelas que fragilizam as relações humanas. No contexto das lutas feministas, o gesto é conhecido como "punho cerrado feminista" ou "símbolo do punho feminista". Representa a luta e a resistência das mulheres contra a opressão, a desigualdade de gênero e outras formas de discriminação. O gesto simboliza a solidariedade, a força coletiva e a determinação das mulheres em buscar a igualdade e a justiça. O uso desse símbolo é comum em manifestações, protestos e movimentos feministas ao redor do mundo, é uma forma de expressar a unidade e a luta contínua por direitos e reconhecimento das mulheres.

Aliada ao gesto de luta, o enunciado “*Todo dia*” reconhece que a luta e a resiliência são diários, não se encerra. É preciso reconhecer a necessidade contínua de lutar em direção à igualdade e à justiça social para todas as mulheres, independentemente de classe, etnia, gênero, raça, cidadania, orientação sexual. Continuar produzindo contradiscursos, práticas subversivas e resistência coletiva para combater a opressão à mulher. E essa resistência, como afirma McLaren (2016), vem de todos os lugares, assim como o poder – vem de movimentos sociais, de discursos alternativos, da literatura, da leitura.

Figura 44: Ardil



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CSnJoMvny-U/>

A figura 44 apresenta um trecho do poema da poeta baiana Daniela Galdino, que foi uma das ministrantes das oficinas de escrita criativa. O poema caminha na direção do que aponta Evaristo (2007), a palavra precisa incomodar, causar fissuras, em um movimento

“*Ardil*” que aponta para uma abordagem cuidadosa ou perspicaz que “*recolhe a matéria que é de silêncios*” e não permite que “*a palavra seja vã*”. Vozes desordenadas e infames, vozes que são silenciadas, relegadas ao marginalismo pelo poder, sufocadas pela estrutura que molda identidades e perpetua estereótipos discriminatórios. Resta a essas vozes apenas a capacidade de gerar novas formas de expressão, ainda que marginalizadas e separadas, que dão origem a diferentes normas, leis e valores para que possam ser ouvidas, encontrando assim uma possibilidade de existência. Dessa forma, paralelamente ao discurso admitido, são estabelecidas outras dinâmicas de poder, que se inserem à margem do sistema dominante. Uma poética dissidente, como apresentado no enunciado, que circula e promove o encontro criativo e político de vozes abjetas (dos corpos lidos como insignificantes). São vozes, corpos e existências que ecoam e se rebelam contra esse sistema colonizador de poder capitalista-neoliberal, centrado no patriarcado e branquitude.

Resta-nos a questionar com Foucault (2014, p.8): “Mas o que há assim de tão perigoso no fato de as pessoas falarem, e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?”. Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as mulheres falarem, de lerem e de escreverem e de seus discursos proliferarem? Segundo Foucault (2014), invariavelmente, em toda sociedade, os discursos são controlados, organizados e distribuídos segundo regimes de verdade, que visam afastar seus poderes e perigos, assim, o sujeito não enuncia livremente porque existem relações de poder/saber que cercam, limitam e até excluem seu discurso. Quando rompem com essas tramas e, por meio das brechas, assumem o lugar da enunciabilidade, as mulheres vão tecendo novos discursos e saberes sobre nós mulheres que se contrapõem a subalternização da mulher e a força do patriarcado. O perigo encontra-se na possibilidade de se escrever um história de resistência e não se conseguir silenciar definitivamente o “Outro” (as mulheres). O perigo está em visibilizar novas possibilidades de subjetividades das sujeitas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma sociedade historicamente moldada pelo viés masculino e dominante, a voz da mulher ainda é, muitas vezes, invisibilizada ou silenciada. Essa realidade evidencia a persistência de estruturas sociais rígidas, fortemente enraizadas na estratificação social e de gênero. Diante desse cenário, as pautas dos feminismos enfrentam o desafio constante de desconstruir esses sistemas de opressão e desigualdade. A luta pelo rompimento com essas estruturas dominantes tem se manifestado de diversas formas, através de uma multiplicidade de movimentos que vêm ganhando força e visibilidade.

Os estudos feministas, por exemplo, têm sido fundamentais para repensar as narrativas históricas e culturais, trazendo à tona novas perspectivas e questionando a naturalização das hierarquias de gênero. Campanhas organizadas por ONGs em diversas comunidades têm desenvolvido estratégias de enfrentamento às narrativas dominantes. Além disso, os protestos nas ruas, os coletivos de mulheres que atuam como espaços de resistência, e o ativismo digital têm impulsionado novas formas de militância contra a trama histórica que moldou enunciados, saberes, estratégias, discursos e práticas como uma tecnologia de gênero, capaz de materializar processos de exclusão das mulheres das instâncias significativas de poder.

Fundamentada por um olhar arqueogenealógico, nesta pesquisa nos debruçamos sobre um objeto específico, a saber o clube de leitura Leia Mulheres Feira de Santana, o qual se configura como um exemplo do ativismo feminino, cuja discursividade põe em evidência à construção e à circulação de discursos sobre a mulher e a prática de leitura. O Leia Mulheres é uma iniciativa que busca promover a leitura de livros escritos por mulheres e incentivar a discussão sobre a representatividade feminina na literatura, e fundamenta-se em um discurso de resistência e de luta, que revelam as tensões em torno dos limites, dos enfrentamentos e da busca por legitimidade da prática de leitura e da produção literária de autoria feminina. Nosso objetivo, portanto, foi fazer uma arqueogenealogia do Leia Mulheres Feira de Santana, com atenção aos discursos sobre a leitura, sobre a mulher leitora e autora, considerando suas condições de emergência/resistência e suas modalidades do saber e do poder.

Na busca por investigar esses discursos produzidos no Leia Mulheres, elegemos algumas questões: a) Quais as condições de emergência que possibilitam o surgimento de um clube de leitura que propõe que se leia mulheres? b) Quais relações de saber-poder legitimam os discursos sobre as mulheres leitoras no Leia Mulheres em Feira de Santana? c) Como os discursos em torno dos enunciados legitimam a prática leitora de mulheres? d) Como o Leia mulheres insurge enquanto prática de resistência e enfrentamento das biopolíticas de leitura

que insistem em ditar o que a mulher deve ou não ler? A partir dessas perguntas, acionamos o quadro teórico-metodológico foucaultiano que nos possibilitou problematizar e discutir os processos históricos de subjetivação do feminino.

Consideramos que o *Leia Mulheres* evidencia características que marcam a quarta onda do feminismo, a qual se destaca pelo seus discursos decolonial e anticapitalista que buscam romper com as hierarquias de raças, culturas, línguas, conhecimentos e hierarquias que definem quem pode estar em posições de poder, quais modos de ser são aceitos ou marginalizados e que geram desigualdades sociais. Além disso, a quarta onda do feminismo é marcada pelo ativismo na web. Mídias digitais, *blogs*, sites e redes sociais como *Facebook*, *Instagram* e *Twitter* passaram a desempenhar um papel central na organização das pautas dos movimentos feministas contemporâneos. O ativismo *hashtag* se tornou uma importante estratégia de militância virtual, permitindo que mulheres se engajem e articulem movimentos em defesa das pautas femininas. Por meio das *hashtags*, uma ampla rede discursiva se estabeleceu, trazendo maior visibilidade a debates sobre temas como assédio, abuso sexual, machismo, misoginia, entre outros. Essas discussões ganham hipervisibilidade na web, um "lugar sem lugar" onde vozes femininas diversas podem se conectar.

A *hashtag* *#leiamulheres* foi uma das que mobilizou discursividade em torno dos discursos sobre as mulheres leitoras e as mulheres escritoras, questionando o lugar da leitura, quem está autorizado/a a ler, suas condições para a realização da prática de leitura, em especial, por mulheres, historicamente invisibilizadas como leitoras e como autoras. Esses questionamentos mobilizaram todo o percurso de produção do trabalho, deslocando este eu escritora para o lugar de também leitora convocada pelo *Leia Mulheres*.

Com atenção ao sistema de enunciabilidade, aos enunciados, às práticas e às sujeitas, voltamo-nos para o funcionamento dos discursos do e sobre o *Leia Mulheres* que propagam saberes sobre a leitura, as mulheres leitoras e as mulheres escritoras, analisando a emergência de um acontecimento que promove um furo nos dispositivos de poder que nos assujeitam e tentam o tempo todo controlar nossos corpos. A partir dos sentidos apreendidos dos enunciados que analisamos nesta pesquisa, foi possível constatar a tese aqui defendida: a prática da leitura de textos de autoria feminina, no âmbito do *Leia Mulheres*, representa um ato de resistência nos espaços de controle que disseminam discursos normativos, regime de verdades sobre a leitura e os leitores, uma prática de liberdade ética, tendo em vista que, por sua própria condição de discurso, modifica o modo de ser das sujeitas, a forma como fazem a experiência de si mesmas e de como se relacionam com os outros.

A leitura e a escrita, no projeto *Leia Mulheres*, subvertem os discursos dominantes com atitudes de resistência aos padrões de feminilidade construídos ao longo de gerações, discursos estes ligados a imaginários fortemente arraigados a contexto social, histórico e ideológico. Dessa forma, a leitura tornou-se uma prática de transgressão dos espaços, dos limites, como também de quebra do silenciamento, permitindo o lugar de sujeita leitora e sujeita autora. Pois, como ressalta Foucault, mesmo diante de relações de poder que nos sufocam, o escapar do poder é sempre possível, em outras palavras, “o ponto mais intenso das vidas, aquele em que se concentra sua energia, é bem ali onde elas se chocam com o poder, se debatem com ele, tentam utilizar suas forças ou escapar de suas armadilhas” (FOUCAULT, 2006, p. 204). O *Leia Mulheres*, nessa perspectiva, funciona como uma prática revolucionária e criativa, no próprio espaço controlado e normalizado da leitura e dos leitores. Através dessa prática, as mulheres conectam-se a devires que levam a novas formas de vida e eventos históricos; por meio das fissuras, vão constituindo subjetividades outras, vão realizando práticas de resistência e de liberdade.

Ao discursivizar modelos de femininos ancorados nas diversas subjetividades, ao inscrever nas páginas do *Instagram* um mundo feminino que rompe com os ideais de feminilidade propostos pelos dispositivos de poder, o *Leia Mulheres* coloca-se num lugar de insurgência, de combate que desloca a mulher do lugar de “Outro” para assumir um lugar de fala. Dessa forma, pudemos perceber que a proposta do *Leia Mulheres* de se contrapor à um modelo de subjetividade padrão para as mulheres é justamente a possibilidade do novo, na linha de subjetividade dos dispositivos de poder. As sujeitas têm seus corpos mobilizados por lugares não pensados, lugares outros, espaço heterotópico. A rede social passa a ser o grande navio, o qual vai convidando suas tripulantes insurgentes para lerem, para falarem, para se posicionarem.

Observamos que a resistência aos discursos normativos e legitimados sobre a mulher e a feminilidade se realizou/realiza de formas diversas, num movimento não-linear, mas sinuoso, em rede, ao cartografar os elementos discursivos e não-discursivos da resistência que se materializou nos espaços de funcionamento das práticas de leitura, nos corpos das escritoras e leitoras, nas cores das páginas nas redes sociais, nas propostas temáticas de leitura, na escolha das obras e autorias, bem como nos enunciados que se retomam, atualizam e são responsáveis pelo acúmulo histórico dos sentidos produzidos nos discursos do e sobre o *Leia Mulheres*, a resistência esteve sempre marcada nesta rede enunciativa que se constitui como corpus de pesquisa. Resistência de mulheres que, não tendo o *status* de leitoras por muito tempo, desobedecem a uma ordem dada, que instituiu leituras outras que não as representam.

Nos deslocamentos e nas ressignificações moldadas nos enunciados do Leia Mulheres, identificamos ressonâncias de discursos que problematizam as subjetividades femininas como fixas, únicas e completas, e, por meio de uma prática de leitura transgressora, apresenta uma voz feminina constitutiva de múltiplas subjetividades, vozes inquietas e desejosas que constroem e exercem práticas de liberdade, a fim de produzirem espaços de autonomia em que as sujeitas possam conduzir a si mesmas, segundo critérios próprios.

Assim, o Leia Mulheres trata-se de um acontecimento que é ao mesmo tempo simbólico e político, porque transgride uma convenção social estabelecida, de um lugar estruturado, ao longo dos séculos, como não inteligível para as mulheres e mostra que elas estão superando barreiras de gênero ao fazerem suas vozes ecoarem. Em outras palavras, elas fazem do lugar que as produziu como o “Outro” desqualificado, um lugar de transgressão, de resistência política e da emergência ética de si.

Reiteramos a importância da visibilidade de movimentos de mulheres, como o Leia mulheres, e a necessidade de que narrativas outras se propaguem compondo devires, pluralizando linhas de força. Por fim, este trabalho fortalece os estudos acerca da leitura, no âmbito do nosso grupo de pesquisa na UEFS, mas também espera colaborar com outras pesquisas que tenham este propósito de se debruçar sobre práticas de leitura enquanto resistência, numa perspectiva dos Estudos Discursivos Foucaultianos, dando visibilidade a corpos sujeitados historicamente, mas que, em sua insurgência, produz o necessário ao enfrentamento de todo processo de controle e de interdição. *#resistirsempre #leiamulheres*

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. São Paulo, Companhia das Letras, 2014.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo da história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** E outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.

ALVES, Miriam. A Literatura Negra Feminina no Brasil – pensando a existência. **Revista da ABPN**, v. 1, n. 3 – nov. 2010 – fev. 2011, p. 181-189.

AMORIM, Edna Ribeiro Marque. **Discurso, literatura e resistência**: uma análise foucaultiana de escritas de si da poeta negra baiana Júlia Suzarte. 2022, 233 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2022.

BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete Pereira. **Tempos e Memórias do Feminismo no Brasil**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2010/titulo-e-memorias>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BARACUHY, Regina. Cartografias da Resistência: as vozes das manifestações de rua. **MOARA – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras** ISSN: 0104-0944, [S.l.], v. 1, n. 57, p. 126-142, dez. 2020. ISSN 0104-0944. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/9688>>. Acesso em: 21 abr. 2023.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: fatos e mitos. Vol. I. 3.ed. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016a.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: a experiência vivida. Vol. II. 3.ed. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016b.

BERTH, Joice. **O que é empoderamento**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BORGES, Carla Luzia Carneiro. Leia Mulheres por aí: uma leitura Foucaultiana de uma prática de resistência. In: BORGES, Carla. L. C.; FARIAS, Diego. M; CAZUMBÁ, Renilda. F. (Orgs.). **Teias Discursivas**: Leituras, Sujeitos, Atravessamentos. Curitiba: CRV, 2020. p. 49-63.

Butler, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 9 ed.. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2015.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. In: **Revista Estudos Avançados**, 17 (49). São Paulo, 2003, p. 117-133. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>>. Acesso em: 20 de jan de 2023.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In*: Hollanda, Heloísa Buarque (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**, Rio de Janeiro, Bazar do tempo, 2019, p. 313-321.

COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecilia Maria. O feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva. *In*: COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecilia Maria (orgs.). **O feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

CRENSHAW, Kimberlé W. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics**. University of Chicago Legal Forum: Vol. 1989: Iss. 1, p. 139-167. Disponível em: <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>. Acesso em: 15 de dez. 2023.

CURCINO, Luzmara. Discursos hegemônicos sobre a leitura e suas forma de hierarquização dos leitores. *In*: CURCINO, L.; SARGENTINI, V.; PIOVEZANI, C. (Orgs.). **(In)subordinações contemporâneas: consensos e resistência nos discursos**. São Paulo: EDIFSCar, 2016, p.231-249.

CURCINO, Luzmara. Imprensa e discursos sobre a leitura: representações dos presidentes FHC, Lula e Dilma como leitores. EID&A - **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 16 esp. “Discurso e argumentação na política latino-americana”, p. 223-243, set. 2018. Disponível em: <http://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/2223>. Acesso em 5 jan de 2023.

CURCINO, Luzmara. Infames e penetras no universo da leitura: princípios da arqueologia foucaultiana em uma análise de discursos sobre essa prática. **MOARA – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras** ISSN: 0104-0944, [S.l.], v. 1, n. 57, p. 74-91, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/8874>. Acesso em: 10 nov. 2023.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque. (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Bazar do Tempo: Rio de Janeiro, 2020, p. 140 – 161.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea: um território contestado**. Rio de Janeiro: Editora Horizonte, Editora da Uerj, 2012.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O que é uma literatura menor? *In*: **Kafka: por uma literatura menor**. Tradução Júlio Castanon Guimarães. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1977. (Série Logoteca), p.25-42. (Cópia digitalizada). Disponível em: [DELEUZE GUATTARI\\_Kafka\\_Por uma literatura menor.pdf \(usp.br\)](#). Acesso em 5 de jan de 2023.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**. Tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2012, v. 5.

DERRIDA, Jacques. **A Escritura e a Diferença**. Trad. Maria B. M. Nizza da Silva et al. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.



DUARTE, Constância Lima. Literatura feminina e crítica literária. *In*: GAZOLLA, Ana Lúcia Almeida. **A mulher na literatura**. vol I. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais, 1990. p. 70-79.

DUARTE, Constância Lima. Estudos de mulher e literatura: história e cânone literário. *In*: XAVIER, Elódia (org.). **Anais do IV Seminário Nacional Mulher e Literatura**. Rio de Janeiro: NIELM, 1995, p. 21-33.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 17, n. 49, p. 151-172, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9950>. Acesso em: 1 mar. 2023.

DUARTE, Constância Lima. **Mulheres em Letras**: antologia de escritoras mineiras. Florianópolis: Editora Mulheres, 2008.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. *In*: **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 25 – 47.

DUARTE, Eduardo Assis. O Bildungsroman afro-brasileiro de Conceição Evaristo. *In*: **Revista Estudos Feministas**, vol.14, n.1, Florianópolis Jan./Apr. 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2006000100017>>. Acesso em: 15 de jan de 2023.

EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre (vivência) de dupla face. *In*: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane (Org.). **Mulheres no mundo**. Etnia, marginalidade e diáspora. João Pessoa: Ed. Universitária; Ideia, 2005. p. 201-212.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. *In*: ALEXANDRE, Marcos Antônio (org.). **Representações performáticas brasileiras**: teorias, práticas e suas interfaces. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. p. 16-21.

FARIAS, Diego Medeiros; BORGES, Carla Luzia Carneiro. Pistas para se pensar numa bioleitura sob a luz de Michel Foucault: cartografias no site G1 (2019). *In*: BORGES, Carla L. C.; FARIAS, Diego M.; CAZUMBÀ, Renailda F. (orgs.) **Teias discursivas**: sujeitos, leituras, atravessamentos. Curitiba: CRV, 2020, p. 33-48

FARIAS, Diego Medeiros. **Cartografias da bioleitura no site G1 (2018-2019)**: uma análise discursiva a partir da noção de dispositivo em Foucault. Dissertação de Mestrado em Estudos Linguísticos apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2020.

FERNANDES, Claudemar Alves. Corpo e resistência na história do presente. *In*: BRAGA, Amanda; SÁ, Israel de (orgs.). **Por uma microfísica das resistências**: Michel Foucault e as lutas identitárias da contemporaneidade. Campinas: SP, 2020, p. 127- 149.

FONSECA-SILVA, M. C. Enunciado, objetos de discursos e domínio da memória. *In*: MILANEZ, Nilton.; GASPAR, Nádea Regina (orgs.). **A (des)ordem do discurso**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 67-77.

FOUCAULT, Michel. A Loucura, a Ausência da Obra. *In*: FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos I**. Problematização do Sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1999, p. 190-198.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. *In* M. B. Motta (Org.), **Ditos e escritos V**: ética, sexualidade, política. Tradução: E. Monteiro, I. A. D. Barbosa. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2004, p. 264-287.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos IV**: estratégias, poder-saber. 3 ed. Manoel B. da Motta (Org.) e Tradução Vera L. A. Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**: Curso no *Collège de France*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). Edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana. Tradução Eduardo Brandão; revisão da tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. Outros espaços. *In*: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos III**: estética: literatura e pintura, música e cinema. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 411-422.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica. 2ª ed. rev. Tradução de Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros**: curso no Curso no Collège de France (1982- 1983). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010b.

FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade**: o governo de si e dos outros II. Curso no Collège de France (1983-1984). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 13 ed. Tradução Laura F. A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 2014a.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 42 ed. Petrópolis: Vozes, 2014b.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos IX**: Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade. Trad. Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014c.

FOUCAULT, Michel. **Subjetividade e Verdade**: curso no Collège de France. Edição estabelecida por Frédéric Gros sob direção de François Ewald e Alessandro Fontana; traduzido por Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016a. p. 3-23.

FOUCAULT, Michel. **A Grande Estrangeira**: sobre literatura. Tradução Fernando Schibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016b.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 8 ed. Tradução Luiz F.B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017a.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade II: o uso dos prazeres**. 4. ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão técnica de José. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2017b.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 7 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. 3ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2022.

GAMA-KHALIL, Marisa. O espaço metamorfoseado da literatura. *In: A (de)ordem do discurso*. MILANEZ, Nilton; GASPAR, Nádea Regina (orgs.). São Paulo: Contexto, 2010. p. 187-199.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história de feminismo**. São Paulo: Claridade, 2015.

GONZALEZ, Lélia. O Movimento Negro na última década. *In: GONZALES, Lélia; HASENBALG, Carlos. Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

GREGOLIN, M. R. **Formação discursiva, redes de memória e trajetões sociais de sentido: mídia e produção de identidades**. Texto apresentado no II SEAD - Seminário de Análise do Discurso, UFRGS. Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<https://geadaararaquara.blogspot.com/2015/09/formacao-discursiva-redes-de-memoria-e.html>>. Acesso em 13 de jan. de 2024.

GREGOLIN, M.R. Discursos e imagens do corpo: heterotopias da (in)visibilidade na WEB. *In: FLORES, G.G.; NECKEL, N.R.F.; GALLO, S.M.L. (org). Análise de discurso em rede: cultura e mídia*. Campinas: Pontes, 2015, p. 191-213.

GROS, Frédéric. **Desobedecer**. Trad. Célia Euvaldo. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução de Ana Luiza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmninnbpcjpcgclcfndmkaj/https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6969603/mod\_resource/content/1/bell\_hooks\_O\_feminismo\_%C3%A9\_para\_tudo\_mundo\_Pol%C3%ADticas\_arrebatadoras%20%282%29.pdf > Acesso em: 10 jan. 2023.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Os estudos sobre mulher e literatura no Brasil: uma primeira abordagem.** 1990. Disponível em: <<https://www.heloisabuarquedehollanda.com/relaes-de-gnero>>. Acesso em: 20 fev. de 2024.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.). **Pensamento Feminista brasileiro: formação e contexto.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

JESUS, Carolina Maria de. **Diário de Bitita.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

LÉVY, Pierre. **O Que é o Virtual?.** São Paulo: Editora 34, 1996.

MATOS, Marlise. **Quarta onda feminista e o Campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil: entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político**". In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2014. (Anais) Caxambu, 2014.

McCANN, Hannah , *et al.* **O livro do feminismo - As grandes ideias de todos os tempos.** Tradução de Ana Rodrigues . Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

McLAREN, Margaret A. **Foucault, feminismo e subjetividade.** São Paulo: Intermeios, 2016.

MENDES, Algemira de Macêdo; ALBUQUERQUE, Marleide Lins de; ROCHA, Olívia Candeia Lima (orgs.). **Antologia de escritoras piauienses: século XIX à contemporaneidade.** Teresina: FUNDAC/FUNDAPI, 2009.

MILANEZ, Nilton. A noção foucaultiana de dessubjetivação: alicerces, experiências e modos de agir do sujeito. In: **Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som: Policromias**, v. 6, n. 3, p. 12-39, set-dez, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/170281>. Acesso: 02 de jan. 2023.

MILLETT, Kate. **Política Sexual.** Tradução de Alice Sampaio; Gisela da Conceição; Manuela Torres. Brasil: Publicações Dom Quixote, 1974.

MUZART, Zahidé Lupinacci. (org.). **Escritoras Brasileiras do Século XIX: antologia.** v. 1. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000.

MUZART, Zahidé Lupinacci. (org.). **Escritoras Brasileiras do Século XIX: antologia.** 2. ed. rev. v. 2. Florianópolis; Santa Cruz do Sul: Editoras Mulheres; EDUNISC, 2004.

NAVARRO, Pedro. Estudos discursivos foucaultianos: questão de método para análise dos discursos. **Revista Moara / Estudos Linguísticos**, ed. 57, v. 1, ago-dez/ 2020, p. 8-33.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história.** Trad. Viviane Ribeiro. São Paulo: EDUSC, 2005.

PLANT, Sadie. **Mulher Digital: o feminismo e as novas tecnologias.** Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1999.

RAGO, Margareth. Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos. In COSTA, Cláudia de Lima; SCHMIDT, Simone Pereira (Org.), **Poéticas e políticas feministas**. Florianópolis, SC: Mulheres, 2004, p.31-42.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2013.

RAGO, Margareth. Feminismo e resistência: viver diferentemente o presente. In: BRAGA, Amanda; SÁ, Israel de (orgs.). **Por uma microfísica das resistências**: Michel Foucault e as lutas identitárias da contemporaneidade. Campinas: SP, 2020, p. 207- 227.

REVEL, Judith. **Foucault**: conceitos essenciais. Tradução: Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz Editora, 2005.

RIBEIRO. Djamila. **O que é lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2017.

ROHDEN, Fabíola. **Uma ciência da diferença**: sexo e gênero na medicina da mulher. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

SARGENTINI, V. Dispositivo: um aporte metodológico para o estudo do discurso. In: SOUZA, K. M.; PAIXÃO, H. P. (Org.). **Dispositivos de poder/saber em Michel Foucault**: biopolítica, corpo e subjetividade. São Paulo: Intermeios, 2015, p. 17-27.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Repensando a cultura, a literatura e o espaço da autoria feminina. In: NAVARRO, Márcia Hoppe (orgs.). **Rompendo o silêncio**: gênero e literatura na América Latina. Porto Alegre: Editora Universitária/ UFRGS, 1995. p. 182-189. (Coleção Ensaio CPG – Letras, n. 3).

SCHMIDT, Rita Terezinha. **Uma voz das margens**: do silêncio ao reconhecimento. In: REIS, Maria Firmina dos. Úrsula. 1ª ed. Porto Alegre: Zouk, 2018. (Segundo prefácio).

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: S.O.S. Corpo, 1995.

SOBRAL, Cristiane. **Não vou mais lavar os pratos**. Brasília: OI POEMA, 2010.

SOIHET, R. O CORPO FEMININO COMO LUGAR DE VIOLÊNCIA. **Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 25, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10592>. Acesso em: 6 set. 2023.

WITZEL, Denise Gabriel. **Práticas discursivas, redes de memória e identidades do feminino**: entre princesas, bruxas e lobos no universo publicitário. (Tese de Doutorado). UNESP/Araraquara, Faculdade de Ciências e Letras, Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, 2011.

WITZEL, Denise Gabriel. **Revista da Anpoll**, Florianópolis, v. 53, n. 2, maio-ago./ 2022, p. 281-297.

WOOLF, Virgínia. **Um teto todo seu**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.